

UFRRJ

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

TESE

**CRIANÇAS E ESCRAVIDÃO: COTIDIANO E TRABALHO –
SÃO GONÇALO DOS CAMPOS/BA – 1835/1871**

Maria Cristina Machado de Carvalho

2020



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**CRIANÇAS E ESCRAVIDÃO: COTIDIANO E TRABALHO –
SÃO GONÇALO DOS CAMPOS/BA - 1835/1871**

MARIA CRISTINA MACHADO DE CARVALHO

Sob Orientação da Professora
Fabiane Popinigis

e Coorientação da Professora
Ione Celeste de Jesus Sousa

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Doutora em História**, no Curso de Pós-Graduação em História, Área de Concentração Relações de Poder e Cultura

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de financiamento 001 e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro - Brasil - (FAPERJ)

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil – (CAPES) – Finance Code 001 e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro - Brasil - (FAPERJ)

Seropédica, RJ
Agosto, 2020

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

C 331 Carvalho, Maria Cristina Machado de , 1982-
Crianças e Escravidão: Cotidiano e Trabalho - São
Carvc Gonçalo dos Campos/Ba - 1835/1871 / Maria Cristina
Machado de Carvalho. - São Gonçalo dos Campos, 2020.
260 f.: il.

Orientadora: Fabiane Popinigis.
Coorientadora: Ione Celeste de Jesus Sousa.
Tese(Doutorado). -- Universidade Federal Rural do
Rio de Janeiro, História Social, 2020.

1. Crianças. 2. Escravidão. 3. Século XIX. 4. São
Gonçalo dos Campos. 5. Experiências. I. Popinigis,
Fabiane , 1972-, orient. II. Sousa, Ione Celeste de
Jesus, 1963-, coorient. III Universidade Federal
Rural do Rio de Janeiro. História Social. IV. Título.

21/10/2020

https://sipac.ufrj.br/sipac/protocolo/documento/documento_visualizacao.jsf?imprimir=true&idDoc=616129



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA



TERMO Nº 233 / 2020 - PPHR (12.28.01.00.00.49)

Nº do Protocolo: 23083.045963/2020-17

Seropédica-RJ, 14 de setembro de 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - MESTRADO E DOUTORADO

MARIA CRISTINA MACHADO DE CARVALHO

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de DOUTORA EM HISTÓRIA, no Programa de Pós-Graduação em História - Curso de DOUTORADO, área de concentração em Relações de Poder e Cultura. TESE APROVADA EM 06/08/2020.

Banca Examinadora:

Doutor (a) FABIANE POPINIGIS - UFRRJ (Presidente e Orientadora)

Doutor (a) ADRIANA BARRETO DE SOUZA - UFRRJ

Doutor (a) CARLOS EDUARDO COUTINHO DA COSTA - UFRRJ

Doutor (a) MARIA APARECIDA CHAVES RIBEIRO PAPALI - UNIVAP

Doutor (a) WALTER DA SILVA FRAGA FILHO - UFRB

(Assinado digitalmente em 21/09/2020 16:28)
ADRIANA BARRETO DE SOUZA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DepthRI (12.28.01.00.00.00.86)
Matricula: 1487325

(Assinado digitalmente em 21/09/2020 10:53)
CARLOS EDUARDO COUTINHO DA COSTA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DepthRI (12.28.01.00.00.00.86)
Matricula: 2649875

(Assinado digitalmente em 30/09/2020 08:02)
FABIANE POPINIGIS
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DepthRI (12.28.01.00.00.00.86)
Matricula: 1579919

(Assinado digitalmente em 21/10/2020 09:56)
WALTER DA SILVA FRAGA FILHO
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 359.160.105-59

(Assinado digitalmente em 22/09/2020 00:14)
MARIA CRISTINA MACHADO DE CARVALHO
DISCENTE
Matricula: 2016151815

(Assinado digitalmente em 21/09/2020 10:13)
MARIA APARECIDA CHAVES RIBEIRO PAPALI
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 081.004.718-78

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufrj.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: 233, ano: 2020, tipo: TERMO, data de emissão: 14/09/2020 e o código de verificação: f4717ff672

À Cleusa Machado de Carvalho e Expedito Pinheiro de Carvalho, minha mãe e meu pai, primeiros mestres de minha vida, os contadores de histórias que instigaram minha imaginação e curiosidade.

À minha avó, Djanira (in memoriam), que nos longos anos vividos escreveu a sua caminhada, rompendo com as estruturas sociais que lhes foram impostas, enquanto mulher negra.

À minha bisavó Teodora (in memoriam), ingênua, preta, que fugiu e manteve sua história viva, através das memórias transgeracionais, como uma guerreira, suas histórias foram inspiradoras.

AGRADECIMENTOS

Nesta experiência, agradeço de maneira especial a minha orientadora, Professora Dr^a. Fabiane Popinigis, por ter acompanhando a construção desta tese, por sua disponibilidade em ler, comentar e fazer sugestões, e pelas oportunidades de diálogo, as quais foram fundamentais para o meu amadurecimento enquanto pesquisadora. Ao programa de pós-graduação em História, á coordenação e demais membros do colegiado. Ao secretário Paulo, muito competente e solícito, sempre esclarecendo nossas dúvidas e conduzindo com muita agilidade nossos processos.

Aos professores Dr. Carlos Eduardo Coutinho da Costa e Dr^a. Cristiany Miranda, por aceitarem compor a banca examinadora de qualificação. Suas questões, sugestões e observações foram fundamentais para a continuidade da escrita da tese. Aos professores Dr^a. Adriana Barreto de Souza, Dr. Carlos Eduardo Coutinho da Costa, Dr. Walter Fraga e Dr^a. Maria Aparecida Papali, participantes da banca de defesa desta tese. Gratidão por ler e comentar minuciosamente todo o texto.

À Professora Dr^a. Ione Celeste de Jesus Sousa, que desde a graduação tem acompanhado meu trabalho de pesquisa, e no doutorado aceitou o desafio de me coorientar.

Aos funcionários dos arquivos que visitei, a fim de encontrar fontes para minha pesquisa. Agradeço por terem sido atenciosos e dispostos, atendendo às minhas solicitações. Aos funcionários do Arquivo Municipal de Feira de Santana, do Arquivo Municipal de Cachoeira, Arquivo Público do Estado da Bahia, Arquivo do Fórum João Mendes (tabelionato, civil, cível) em São Gonçalo dos Campos. Aos funcionários do Arquivo do Arcebispado de Feira de Santana, Arquivo Monsenhor Renato Galvão da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e do Centro de documentação (CEDOC), na UEFS.

Gratidão aos meus prestigiosos informantes que cederam entrevistas valiosas para a construção deste trabalho. As histórias contadas por vocês deram vida e movimento a cada página deste texto.

A FAPERJ que financiou este estudo durante o período do doutorado.

A todos vocês, meus sinceros e calorosos agradecimentos!

RESUMO

CARVALHO, Maria Cristina Machado de. **Crianças e Escravidão: cotidiano e trabalho - São Gonçalo dos Campos/BA - 1835/1871, RJ.** 2020. 259 p. Tese (Doutorado em História, Relações de Poder e Cultura). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2020.

O presente estudo analisa diferentes aspectos das experiências de vida de crianças escravizadas na Freguesia de São Gonçalo dos Campos, entre 1835 e 1871. Para tal, investigamos em uma diversidade de fontes escritas e orais os indícios que tornavam possível compreender a lógica das relações escravagistas na Freguesia de São Gonçalo dos Campos, região em que as economias agroexportadoras e de subsistência se associavam. Nesse território de diversidade econômica, os produtores, como em outras regiões escravistas, optaram pelo uso da mão de obra escravizada para a produção de fumo, mandioca, café, milho, feijão e a criação de gado. O diferencial deste contexto era a substancial presença de mulheres/mães adultas, crioulas e crianças/filhos exercendo o trabalho forçado nos serviços das lavouras nas fazendas fumageiras. Essas crianças, desde a tenra idade, participavam das redes e relações constituídas pelo mundo escravista. Em suas diversidades de experiências, tornaram-se personagens principais desta tese. A análise respeitou o contexto exibido nas fontes, desse modo, utilizamos inicialmente a demografia histórica, a qual nos possibilitou detectar histórias repetidas e semelhantes, estimulando dessa forma a reflexão sobre a história social da escravidão de crianças e desvendando as experiências microanalíticas dessas histórias, como é possível notar ao longo da leitura do texto. Portanto, o rastreamento das fontes inaugurou as experiências de vida das crianças escravas, como um campo de estudo da história social brasileira e, especificamente, da historiografia baiana, lançando luz para novos trabalhos sobre a criança escrava, nas diferentes regiões do Brasil.

Palavras-chave: Crianças. Escravidão. Século XIX. São Gonçalo dos Campos. Experiências.

ABSTRACT

CARVALHO, Maria Cristina Machado de. **Children and Slavery: daily life and work - São Gonçalo dos Campos-1835/1871**. 2020. 269 p. Doctoral Thesis in History. Institute of Human and Social Sciences, Federal Rural University of Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2020.

The present study analyzes different aspects of the life experiences of children enslaved in the Freguesia of São Gonçalo dos Campos, between 1835 and 1871. To this end, we investigated in a variety of written and oral sources the evidence that made it possible to understand the logic of slave relationships in Brazil. Freguesia of São Gonçalo dos Campos, a region where the agro-export and subsistence economies were associated. In this territory of economic diversity, producers, as in other slave regions, opted for the use of enslaved labor for the production of tobacco, manioc, coffee, corn, beans and livestock. The difference in this context was the substantial presence of adult women / mothers, Creoles and children / children exercising forced labor in agricultural services on tobacco farms. These young children participated in the networks and relationships constituted by the slave world. In their diversity of experiences, they became the main characters of this thesis. The analysis respected the context shown in the sources, so we initially used historical demography, which allowed us to detect similar, repeated stories, thus stimulating reflection on the social history of child slavery and unraveling the microanalytical experiences of these stories. as you can see when reading the text. Therefore, tracing the sources inaugurated the experiences of the lives of slave children as a field of study for Brazilian social history and, specifically, baian historiography, shedding light on new work on slave children in different regions of Brazil.

Key words: Children. Slavery. XIX Century. São Gonçalo dos Campos. Experiences.

PESOS E MEDIDAS

1 braça = 2,2 metros

1 légua = 6.000 metros

1 tarefa = 4.356 metros quadrados

1 vara = 1,1 metro (ou $\frac{1}{2}$ braça)

Moeda

A unidade básica da moeda no Brasil, durante a Colônia e o Império, era o real (réis no plural). Escrevia-se \$100 para a soma de 100 réis, 1:000 para um mil-réis e 1:000:000 para um conto de réis. Portanto, o valor de 20:430\$200, deve ser lido como vinte contos, quatrocentos e trinta mil e duzentos réis.

LISTA DE ABREVIACÕES

APEB	Arquivo Público do Estado da Bahia;
APMC	Arquivo Público Municipal de Cachoeira;
ACFJM	Arquivo Cartorial do Fórum João Mendes em São Gonçalo dos Campos;
AMSMG	Arquivo Monsenhor Renato Galvão (Casa do Sertão/UEFS);
AAFS	Arquivo do Arcebispado de Feira de Santana;
CEDOC	Centro de Documentação - Universidade Estadual de Feira de Santana.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Inscrita familiares do século XIX	34
Figura 2 - Fazenda Tabuleiro do Gandu	72
Figura 3 - Lista de Matrícula dos Escravos Pertencentes a Romão Gramacho Falcão, (1872)	94

LISTA DE ORGANOGRAMAS

Organograma 1 - Composição familiar de Joaquim Simões de Araújo	25
Organograma 2 - Três famílias escravas no Inventário Maria Joaquina de Santana	106

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Povoações e Números de Fogos e Moradores da Freguesia de São Gonçalo dos Campos de Nossa Senhora da Cachoeira, 1835	57
Tabela 2 - Faixas de Fortunas e Estrutura de Posse de escravos nos inventários post-mortem de 1845 a 1871	57
Tabela 3 - Quantidade de Escravos por Sexo e Origem, 1835	113

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Distribuição etária e sexual dos escravos no inventário de Joaquim Simões de Araújo (1863-1865)	95
Gráfico 2 - Distribuição etária e naturalidade dos escravos herdados por inventário de Joaquim Simões de Araújo (1863-1865)	96
Gráfico 3 - Distribuição etária e sexual dos escravos no inventário de Joaquim Simões de Araújo (1873-1888)	101
Gráfico 4 - Distribuição etária e naturalidade dos escravos no inventário de Joaquim Simões de Araújo (1873-1888)	102
Gráfico 5 - Distribuição etária e sexual dos escravos no inventário de Ana Joaquina de São José Oliveira (1855-1857)	109
Gráfico 6 - Crianças com menos de 7 anos de idade nas escrituras públicas (1866 a 1867)	212
Gráfico 7 - Crianças de 8 aos 14 anos de idade nas escrituras públicas (1866 a 1867; 1877 a 1881)	215

LISTA DE MAPAS

Mapas 1 - Recôncavo da Bahia, 1899	53
Mapas 2 - Recôncavo da Bahia, 1899	54
Mapas 3 - Freguesia de São Gonçalo dos Campos em 1850	65

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Proprietários e a quantidade de crianças na população escrava (1841-1888)	97
Quadro 2 - Estrutura de Posse de escravos listados na Lista Nominativa de 1835	116
Quadro 3 - Óbitos por Condição e Idade da criança escrava a partir de 200 registros analisados	120

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
1 A ESCRAVA LIBÂNIA, A “REGENTE” DA CASA E SUAS “CRIAS”: CRIANÇAS ESCRAVAS NA FAMÍLIA SIMÕES.....	24
1.1 O que Seria a Terça Parte da Herança?.....	27
1.2 Execução do Testamento.....	30
1.3 O Reconhecimento pela Maioridade.....	39
1.4 A História de Libânia.....	42
2 A FREGUESIA DE SÃO GONÇALO DOS CAMPOS, RECÔNCAVO DA BAHIA NO SÉCULO XIX (1835-1871).....	44
2.1 Análise das Fontes para Compreender as Experiências das Crianças Escravizadas.....	44
2.1.1 A vida dos senhores de crianças escravizadas em São Gonçalo: inventários.....	44
2.1.2 Relações sociais em São Gonçalo: Relação de Fogos e Moradores.....	47
2.1.3 Estruturas fundiárias em São Gonçalo: nos Registros Eclesiásticos de Terras.....	48
2.2 Os Cenários Escravagistas e a Produção de Fumo e Mandioca em São Gonçalo dos Campos.....	49
2.3 Os Proprietários das Faixas Médias Altas e Altas Fortunas.....	56
2.4 Os Proprietários nas Faixas Médias de Fortunas.....	65
2.5 O Uso dos Marcos e Rumos Naturais para a Definição de Propriedades Situadas nas Faixas Baixas e Pequenas de Fortunas.....	71
2.6 Outros Perfis de Indivíduos na Freguesia.....	75
2.7 Escravos ou Chefes de Fogos?.....	79
3 REPRODUÇÃO ENDÓGENA E HISTÓRIAS DE VIDA DE FAMÍLIAS ESCRAVAS NA FREGUESIA DE SÃO GONÇALO DOS CAMPOS, DE 1835 A 1871.....	82
3.1 Estrutura Etária e Categorias Geracionais nos Inventários de 1840 a 1871.....	82
3.2 Composição das Comunidades Escravizadas nas Fazendas e Engenhos de São Gonçalo dos Campos, entre 1840 e 1871.....	90
3.3 A Constituição de Famílias Escravas.....	102

3.4 Crioulização e Africanidade na Comunidade Escravizada na Freguesia de São Gonçalo dos Campos, em 1835.....	112
3.5 Reprodução Endógena e os Limites do Cotidiano: Doenças e Morte de Crianças Escravas	118
4 O COMPADRIO E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A REPRODUÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA ESCRAVAGISTA EM SÃO GONÇALO DOS CAMPOS.....	127
4.1 O Significado Espiritual e Social do Batismo.....	132
4.2 A História do Batismo de Sérgio, Filho da Escrava Mônica.....	139
4.3 O Batismo de Escravos das Propriedades de Faixas Altas de Fortunas: Edivirges e seu Filho Policarpo.....	143
4.4 O Significado do Compadrio na Freguesia de São Gonçalo dos Campos.....	150
4.5 O Amadrinhamento das Crianças Escravizadas.....	158
5 O COTIDIANO DAS CRIANÇAS ESCRAVIZADAS NO MUNDO DO TRABALHO.....	162
5.1 As Possibilidades de Vida das Crianças Escravizadas de 0 a 6 anos de Idade.....	169
5.1.1 Adoção da criança escravizadas por outras escravas.....	178
5.2 O Trabalho da Criança Escrava nas Lavouras.....	183
5.3 O Trabalho Doméstico.....	190
5.4 O Trabalho nos Armazéns de Fabricar Tabaco.....	193
6 DA REPRODUÇÃO ENDÓGENA PARA O COMÉRCIO INTERPROVINCIAL: COMPRA E VENDA DE CRIANÇAS ESCRAVIZADAS NA FREGUESIA DE SÃO GONÇALO DOS CAMPOS (1860-1888).....	195
6.1 Fontes Esparsas, mas Confirmam Negociações.....	198
6.2 Crianças de 0 a 6 Anos.....	207
6.3 Crianças de 8 a 14 Anos.....	212
6.4 Os Preços e os Sexos das Crianças Comercializadas.....	214
6.5 O Tráfico Interprovincial em São Gonçalo dos Campos.....	219
REFERÊNCIAS.....	238

INTRODUÇÃO

Esta tese investiga as experiências de vida e trabalho das crianças escravizadas e suas mães nos diversos contextos das fazendas na Freguesia de São Gonçalo dos Campos, Recôncavo da Bahia, entre os anos 1835 e 1871.

A semente da curiosidade de historiadora por essa pesquisa foi plantada, quiçá, pelas histórias do meu pai, Expedito Pinheiro de Carvalho, sobre tempo passado, por ele não vivido, que traziam as experiências de minha bisavô Teodora, quando criança na Fazenda Bonfim, região pertencente a Feira de Santana e, depois de sua fuga, na Fazenda Dendê, em São Gonçalo dos Campos. Essas memórias transgeracionais exibem o entrelaçamento dos fios, que ligam as diversas temporalidades, espaços, sujeitos e grupos presentes na história e que garantem à continuidade dos saberes e viva a ancestralidade.

A história é marcada por fatos, muitos dos quais nos impulsionam ao ponto de tornar material aquilo que existia apenas no abstrato. Foi assim o caminho que tomamos para construção desta tese. Um marco importante foi uma visita ao Fórum Ministro João Mendes, localizado na cidade de São Gonçalo dos Campos, Recôncavo da Bahia, a 108 km de Salvador e 16 km de Feira de Santana. Apesar de não ser função do Fórum, lá estão guardados importantes documentos nos quais é possível detectar diversos indícios das experiências de pessoas que viveram naquela região durante a segunda metade do século XIX. Já conhecíamos esse acervo, contudo, o acesso aos pesquisadores era restrito aos documentos considerados em bom estado de armazenamento, ou seja, os que não acumulavam poeira em seu corpo, ou que não estavam armazenados em locais prejudiciais à saúde física. À vista disso, inventários, processos judiciais, cartas de alforrias, testamentos, entre outros documentos do século XIX e início do século XX, estavam guardados junto aos mais estranhos materiais arquivados, velhos, empoeirados, cheios de toda espécie de fungos. É assim que começa o fantástico ofício de historiadora.

Em 2014, quando estive no referido Fórum, avistei os documentos em uma pilha, junto a outros objetos: alguns seriam recuperados e arquivados, outros, infelizmente, seriam destruídos devido às más condições de conservação, apesar de sua importância para a história do Brasil. Na ocasião, meus olhos brilharam ao ver aqueles documentos. Brilharam por perceber que poderia, enfim, ter acesso a algo que sempre busquei enquanto historiadora curiosa, com a finalidade de conhecer melhor as experiências das famílias escravizadas na cidade em que nossa família rememorava distintas histórias sobre o passado escravocrata. Ao

mesmo tempo, fui tomada pela tristeza, ao ver que um pedaço de nossa história estava sendo descartado. O que fazer nesta situação? Não hesitei! Solicitei permissão à funcionária responsável para atuar como voluntária na separação e cuidado daqueles riquíssimos documentos históricos.

Bem, tudo correu como desejado! Pude me envolver na “restauração” de nossa história, separando registro, um a um, por data e tema. Enfim, os documentos foram salvos! É importante destacar que as pessoas que trabalhavam naquele local, que como nós, percebiam a importância da história e sua influência no presente, portanto, movimentaram-se para manter a salvo aqueles vestígios do passado. Provavelmente eles teriam alguma importância, quiçá mais à frente. Na verdade, parte valiosíssima da história do século XIX estava ali registrada, uma grande oportunidade para desenvolver uma pesquisa.

O segundo passo dado foi conhecer o que continham os documentos. Nesse momento, tive valiosas contribuições de minha irmã Cleuseni São Pedro Machado de Carvalho e das amigas Ciranília Cardoso da Silva, Eliana de Carvalho Ferreira e Iris Alves de Oliveira, que se dispuseram a fotografar os documentos que julgávamos importantes à pesquisa em andamento.

Então, um inventário saltou aos nossos olhos! Era de Joaquim Simões de Araújo, um abastado senhor de engenho, morador da Freguesia de São Gonçalo dos Campos de Nossa Senhora da Cachoeira. Seu falecimento ocorreu em 1873, porém, um ano antes, ele confeccionou um testamento, o qual estava incorporado ao inventário. Neste documento uma história ia sendo desenhada a tinta de tinteiro. Senhor Joaquim Simões de Araújo, então falecido, teve dois filhos com uma escrava, chamada Libânia, após o falecimento de sua mulher, Maria Joaquina de Santana. Essa história não era nada extraordinária, já que sabemos, por meio da literatura especializada, sobre o amancebamento e as relações sexuais ilícitas praticadas pelos senhores com suas escravas. Além disso, no tempo de minha infância até os dias atuais, a história de minha bisavó Teodora, mulher que teria nascido após 1871, também vivera a experiência de amancebamento com o senhor da fazenda em que ela era rendeira, no período posterior à abolição da escravatura, segundo nos contou Expedito Pinheiro de Carvalho¹. As experiências de Libânia e Teodora, embora em períodos diferentes, parecem semelhantes.

Tudo isso nos levou a irmos atrás de mais informações sobre o passado de Libânia e o passado da escravidão na Freguesia de São Gonçalo dos Campos, no período que vai de 1835

¹ ENTREVISTA, Expedito Pinheiro de Carvalho, nascido em 01 de maio de 1940, entrevista concedida em 25 de março de 2011.

a 1871. A história foi envolvente seria o ponto inicial da pesquisa de doutorado. Diversos sujeitos apareciam naquele contexto: dois filhos considerados naturais de mãe escrava e senhor de engenho em meio a uma população escrava crioula. Fugas, brigas e intrigas faziam parte daquele mundo em uma pequena freguesia no interior da Bahia. Este, porém, não fora o único vestígio que traziam as experiências de escravas e escravos na Freguesia de São Gonçalo dos Campos, uma diversidade de fontes formam um mosaico das experiências dos sujeitos que viveram naquela região.

A intenção inicial era estudar as experiências de pessoas livres na condição de cor e de escravos e escravas em São Gonçalo dos Campos da Cachoeira, trazendo uma análise ancorada nas relações de livres, libertos e escravos nas economias de exportação açucareira e fumageira. O projeto foi construído e aprovado na seleção de doutorado da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, em 2016. Consecutivo a isso, continuamos a pesquisa e a leitura de textos que melhor nos ajudassem a conduzir a investigação. Na reelaboração do projeto outros rumos se delinearam no horizonte de estudo, e novos sujeitos apareceram: as crianças escravizadas. Elas estavam em volumosos números nas fontes, embora quase não são percebidas, pois apareciam secundárias às experiências de suas mães. Estavam lá, crianças de 0 a 14 anos de idade, nos registros de batismos, óbitos, procurações, escrituras de compra e venda, escrituras de doação, escrituras de hipotecas e também nos inventários. Além dessas fontes, escritas no século XIX, outras, sem menos importância, estavam presentes em nosso cotidiano: as narrativas orais. As histórias transgeracionais, de um tempo não vivido pelos interlocutores, mas escutadas de geração em geração, eram transmitidas zelosamente.

Reformulando as perguntas a partir dos indícios detectados nas fontes, foi possível perceber que, mesmo antes de 1835, a presença e o trabalho das crianças escravizadas eram ambicionados pelos senhores de escravos na referida Freguesia, participando das relações constituídas pelo mundo escravocrata. Portanto, os questionamentos e reflexões feitos a partir da leitura de bibliografia, em diálogo com os indícios detectados nas fontes nos levaram ao objetivo desta tese: é investigar as experiências das crianças escravizadas nos diversos contextos das fazendas na Freguesia de São Gonçalo dos Campos, Recôncavo da Bahia, entre os anos 1835 e 1871.

O período compreende os embates em torno da proibição do tráfico transatlântico, primariamente pela convenção de 1826² e pela lei Feijó de 1831, pela implementação do Bill

² A lei decretava captura pelas autoridades brasileiras, navios que tivessem desembarcando pessoas de África ou aparelhados para o tráfico negreiro, no Brasil, sendo declarada pirataria e os envolvidos estariam sujeitos a punições. Ver sobre este assunto: AMARAL, Flávia Campay do. Os negociantes de escravos e a pressão inglesa pela abolição do tráfico transatlântico (1830-1850). *In*: LABORATÓRIO DE HISTÓRIA ECONÔMICO-

Aberdeen³, em 1845, e pela Lei Eusébio de Queirós⁴, em 1850, que provocou algumas mudanças, especialmente em relação à reprodução endógena para alimentar o comércio regional e interprovincial.

O comércio intercontinental perdurou até 1855. Não obstante, depois de 1850 o comércio regional e interprovincial se tornou mais dinâmico e durou até a abolição da escravatura, em 1888. Em 28 de setembro de 1871 a lei nº 2.040, a Lei do Ventre Livre foi um marco importante para a infância escravizada⁵: aquelas que estavam inseridas nas relações escravocratas deste a tenra idade, a partir de 1871, ganhariam uma nova condição social, teoricamente não seriam escravas, mas ingênuas.

Portanto, o recorte temporal desta pesquisa busca contemplar as experiências das crianças escravizadas e suas mães no cotidiano das fazendas em São Gonçalo dos Campos da Cachoeira, no século XIX. Tais experiências abarcam a trajetória escrava, iniciando-se pela reprodução endógena e demais aspectos, como: o nascimento e a morte; as relações de compadrio constituídas pelas mães e os senhores das crianças; a vivência na fazenda e o aprendizado da especialidade de trabalho; e a participação no comércio local, regional e interprovincial de escravos.

SOCIAL. Texto de discussão nº 19, 2009; ECOSTEGUY FILHO, João Carlos. Concepções escravistas de Império: Saquaremas, tráfico de africanos e escravidão na formação do Estado imperial brasileiro (1837- 1850). *In: FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. PROGRAMA NACIONAL DE APOIO À PESQUISA – MINISTÉRIO DA CULTURA*, 2008; BETHELL, Leslie. **A Abolição do comércio brasileiro de escravos**. Tradução de Luis A. P. Souto MAIOR. Brasília. Senado Federal. Conselho Editorial, 2002.

³ Através desta lei, comissões mistas anglo brasileiras eram autorizadas a julgarem os navios negreiros brasileiros. Quando condenados, seriam colocados a serviço da marinha inglesa ou então seriam demolidos. Ver: AMARAL, Flávia Company do. Os negociantes de escravos...; ECOSTEGUY FILHO, João Carlos. Concepções escravistas de Império: ...; BETHELL, Leslie. **A Abolição do comércio brasileiro de escravos**. ...

⁴ Conforme Leslie Bethell, “O projeto de Eusébio de Queirós contra o comércio de escravos passou rapidamente pela Câmara, onde os deputados que ousaram fazer uma última defesa foram silenciados; foi aprovado em 17 de julho. Houve alguma oposição no Senado, mas depois de uma série de debates em sessão secreta, o projeto foi aceito em 13 de agosto.” (BETHELL, 2002). Sobre a extinção do tráfico transatlântico de pessoas ver: AMARAL, Flávia Company do. Os negociantes de escravos...; ECOSTEGUY FILHO, João Carlos. Concepções escravistas de Império: ...; BETHELL, Leslie. **A Abolição do comércio brasileiro de escravos**. ...

⁵ SOUSA, Ione Celeste Jesus de. **Escolas ao povo: experiências de escolarização de pobres na Bahia – 1870 a 1890**. 2006. 390f. Tese de Doutorado em História. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2006; GÓES, José Roberto e FLORENTINO, Manolo. Morfologias da infância escrava: Rio de Janeiro, séculos XVIII e XIX. *In: FLORENTINO, Manolo (Org.). Tráfico, cativo e liberdade (Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX)*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2005. p. 220; TEIXEIRA, Heloisa Maria. Meninos-dos-olhos do senhor: crianças escravas nas propriedades de Mariana (1850-1888). *In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS*. nº 14. 2004. Caxambu. **Anais**. Minas Gerais. ABEP, 2004; ARIZA, Marília B. A. Mães libertas, filhos escravos: desafios femininos nas últimas décadas da escravidão em São Paulo. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 38, nº 79, 2018. *In: http://dx.doi.org/10.1590/1806-93472018v38n79-08*. Acesso em 03 mar. 2019; GOURAUD, Clara. Uma infância que liberta? Estratégias de emancipação das mães de ingênuos nos tempos da Lei do Ventre Livre. São Paulo, 1871-1888. **Revista Arquivo**. São Paulo. Ano II. nº 7. p. 43-54, outubro de 2018; ABREU, Martha. Slave Mothers and Freed Children: Emancipation and Female Space in Debates on the ‘Free Womb’ Law, Rio de Janeiro, 1871. **Journal of Latin American Studies**, vol. 28, n. 3, p. 567-80, Oct. 1996. DOI: <https://doi.org/10.1017/S0022216X00023890>. Acesso em 03 mar. 2019.

A partir do objetivo geral, outros seis objetivos específicos foram elaborados, buscando investigar e compreender: 1) as experiências de Libânia e seus filhos, mostrando os possíveis caminhos que uma criança escravizada poderia percorrer na Freguesia de São Gonçalo, na segunda metade do século XIX; 2) os aspectos do cotidiano material dos senhores de escravos para chegar às experiências das crianças escravizadas; 3) o processo de reposição e manutenção da população escrava, a partir do estudo do perfil da população escrava, natalidade e mortalidade dessas crianças; 4) as experiências de crianças que receberam o sacramento do batismo e como se estabeleceram as relações de compadrio entre as mães escravas e seus filhos, senhores, padrinhos e madrinhas; 5) as relações de trabalho em que as crianças escravizadas estavam inseridas; e 6) as possibilidades comerciais de crianças cativas, através da análise de escrituras de compra e venda e procurações, para compreender a lógica do uso da mão de obra de crianças escravizadas e como ocorria sua distribuição.

Para construir as narrativas sobre as experiências das crianças escravizadas foram utilizados vários corpus documentais: inventários, certidões de batismos e de óbitos, escrituras de compra e venda, procurações, registros de terras, a Relação de Fogos e Moradores da Freguesia de São Gonçalo e depoimentos orais. Dentre estes documentos, a principal fonte que guia nossa pesquisa são os inventários. Para esta pesquisa utilizamos 50 inventários, abertos entre os anos de 1841 e 1888. Neles buscamos indícios a respeito do cotidiano das crianças escravizadas, como os nomes de suas mães, dos senhores, o tamanho da população escrava e das propriedades fundiárias dos senhores, a idade das crianças e seus valores de compra e venda e as atividades econômicas desenvolvidas nas fazendas, entre outros aspectos do cotidiano. Quando sentimos a ausência de dados, recorremos ao cruzamento de diversos documentos, beneficiando-nos do método da ligação nominativa⁶. O método de pesquisa, portanto, consistiu-se na pesquisa sistemática de nomes e sobrenomes dos lavradores em diversas fontes.

Assim, procuramos nos 1.881 registros de batismos analisados conhecer um pouco mais das redes de compadrios constituídos pelas mães das crianças escravizadas. Através deles, foi possível nos aproximar das escolhas destas mães cativas, fazendo mensuração a respeito de suas expectativas de vida e liberdade para seus filhos. Dentre as relações estabelecidas entre pessoas livres e escravizadas, constituíram-se redes verticais e horizontais. Nos 250 registros

⁶ LEVI, Giovanni. **A herança imaterial**: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2000; OSENTHAL, Paul-André. Construir o macro pelo micro: Frederik Barth e a microstoria. REVEL, Jacques (Org.). **Jogos de escalas**: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998; GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. SLENES, Robert. **Na senzala uma flor**: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil, Sudeste, século XIX. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 1999.

de óbitos analisados, detectamos que a morte, mais uma dentre as experiências das mães cativas e das crianças escravizadas, nos trazia mais elementos e informações sobre suas vidas.

Nas 287 escrituras de compra e venda, questionamos e analisamos a participação das crianças cativas no comércio local e regional de escravos. Além das escrituras, utilizamos 120 procurações, nas quais foi possível perceber que muitas crianças seguiram o caminho do tráfico interprovincial.

O livro de registros eclesiásticos de terras resultantes da Lei de Terras de 1850⁷ foi fundamental para conhecermos a composição fundiária da Freguesia de São Gonçalo dos Campos, em 1850. Outra fonte utilizada foi a Relação de Número de Fogos e Moradores do Distrito da Freguesia de São Gonçalo dos Campos de Nossa Senhora da Cachoeira⁸, de 1835, quando investigamos a conjuntura social da Freguesia, especialmente a população escravizada de cada domicílio.

Recebemos ainda oito valiosas contribuições de pessoas, através de depoimento oral⁹, que se autoidentificavam como descendentes de escravos e de antigos moradores das fazendas fumageiras de São Gonçalo dos Campos. Completa este fato, minha família guardar essas memórias e transmiti-las desde nosso tempo de criança, quando ouvíamos as narrativas de nossos pais a respeito de nossos ascendentes escravizados e senhores de escravos, histórias contadas pelos seus antepassados sobre o tempo da escravidão. Histórias que, ao serem entrelaçadas aos vestígios detectados nas fontes escritas e as bibliografias sobre crianças escravizadas, guiavam-me às experiências vividas e as transmitidas (tempo do contado) pelos meus ascendentes, sobre crianças no tempo da escravidão. Essas lembranças nos levaram a investigar se outras famílias desta mesma cidade também guardavam histórias dos antepassados. Para nossa surpresa, as lembranças do pós-abolição eram transmitidas de geração em geração, acontecimento comum à memória coletiva de famílias daquele local, especialmente na memória de pessoas mais velhas, como alusão ao sofrimento e à relação de

⁷ Ver: SILVA, Lígia Osório. **Terras devolutas e latifúndio: efeitos da Lei de 1850**. Campinas. Editora da UNICAMP, 1996. De acordo com a autora “[...] a lei foi elaborada como parte de um projeto global para a sociedade – a estratégia Saquarema de transição para o trabalho livre – mas a sua aplicação à sociedade foi o resultado de um processo no qual as diferentes camadas sociais interessadas entraram em conflito e encontraram os meios para acomodar o ordenamento jurídico aos seus interesses”. (SILVA, 1996, p. 344)

⁸ APEB, Relação de Número de Fogos e Moradores do Distrito da Freguesia de São Gonçalo dos Campos de Nossa Senhora da Cachoeira. Maço 5683, S/D.

⁹ THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992; RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa**. Campinas/SP: Martins Fontes, 2010; POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro. CPDOC/ Fundação Getúlio Vargas, v. 2 n 3, 1989; POLLAK, Michael. Memória e identidade Social. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro. vol. 5, n.10, 1992, p. 200-212; GANDON, Tania Risério D’Almeida. Entre Memória e História: Tempos Múltiplos de um Discurso a Muitas Vozes. **Projeto História**. V. 21, jun de 2001. In.: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/10733>. Acesso em 15 set. 2016.

poder imposta pelos proprietários de terras, especialmente para as mulheres, que além da mão de obra escrava, tornavam-se amásias daqueles proprietários.

As histórias do meu pai, Expedito Pinheiro de Carvalho, sobre tempo passado, por ele não vivido, traziam as experiências de minha bisavô Teodora. Conforme as narrativas, minha bisavô de ancestrais desconhecidos, era natural de Bonfim de Feira, distrito pertencente a Feira de Santana. Expedito contava as histórias que sua avô transmitiu para seus ascendentes. As histórias de suas diversas fugas da Fazenda de criação de gado e produção de fumo, em seu tempo de criança, misturavam-se às memórias de trabalho forçado nas roças da Fazenda. Teodora, recusando-se a permanecer escravizada fugiu muitas vezes, sendo pega, até enfim encontrar o caminho para Fazenda Dendê, local em que permaneceu até receber um quinhão da herança do proprietário, João Barreiros, por ter quatro filhos/as com ele. Na fazenda, tornou-se rendeira¹⁰ daquela Fazenda trabalhando nas diversas atividades da lavoura, bem como cuidava dos afazeres domésticos.

As memórias que mantinham vivas as experiências de minha bisavô Teodora, foi contada por ela e transmitidas por minha avô Djanira Barreiros de Queiroz, mantidas por meus pais, Expedito Pinheiro de Carvalho e Cleusa Machado de Carvalho (minha mãe, que inclusive, é prima de 3º grau de meu pai), que durante as diversas atividades da roça costumavam repetir aquelas histórias. Histórias que outrossim são contadas por mim.

Meu pai sempre fez questão de rememorar as experiências que definiram sua identidade étnico-racial em sua juventude. Sua participação em festas e folias existentes no Recôncavo, especialmente o Cururu de São Cosme e Damião, as festas juninas e as Folias de Reis sempre foram, por ele, vistas como locais de encontros, assim como caminhos de conflito e formação de identidades, pois além dos inúmeros significados e interpretações que as festas e folias carregam para aquelas populações do Recôncavo, naqueles locais emergiram vários diálogos em torno dos laços de parentescos.

Meu pai Expedito conta-nos que a aceitação de seu pertencimento por parte de seus parentes brancos se deram apenas pelo lado paterno, pois a parte materna descendia de uma mulher negra, “rapariga”¹¹ de Janjão Barreiros (João Barreiros), como era conhecido seu avô. Assim, conta que sofria o racismo de seus primos, não só por não ser branco, bem como por ser neto de uma negra que havia fugido da escravidão em Bonfim de Feira, tendo, por fim, filhos/as com João Barreiros, sem ter casado. Essas memórias transgeracionais são mais

¹⁰ Ver o significado e como se estabeleceu em: CARVALHO, Maria Cristina Machado de. A Família Cazumbá em São Gonçalo dos Campos – BA, 1870 – 1910. 163 f. 2013. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Cachoeira/BA. 2013

¹¹ Termo usado pelo entrevistado. Conforme sua explicação rapariga significa amasiada, ou seja, não casada.

relevantes, pois algumas experiências relativas aos laços de parentescos e as relações laborais dessas famílias que mantêm essas lembranças, parecem se perpetuar no século XX. Assim, como as resistências às relações de trabalhos forçados, ainda, na infância, essas memórias aparecem fortemente nas rodas de conversas familiares.

Como questão metodológica, decidimos seguir a metodologia demográfica histórica¹², bastante usada pelos pesquisadores da infância, cujo campo de investigação é demarcado pelos “leques interpretativos”¹³. Apesar da quantificação não ser a única metodologia desta pesquisa, ela permite:

[...] encontrar relações, explicações de comportamentos, que muitas vezes permanecem ocultas a uma pesquisa qualitativa. O poder da quantificação reside essencialmente na possibilidade que oferece de estabelecer relações exatas. Mas quantificar não é nunca um fim em si mesmo¹⁴.

Aliada à metodologia demográfica, fizemos uma análise da micro-história¹⁵ das experiências das crianças e suas mães. Cruzamos os nomes de proprietários, seus familiares, das mães escravizadas e de seus filhos em diferentes documentos. Desse modo, conseguimos seguir quais desdobramentos ocorreram ao longo da vida das crianças escravizadas. De igual modo, o uso da prosopografia¹⁶ nos serviu para produzir uma micro-história social da

¹² MARCÍLIO, Maria Luiza. Crescimento histórico da população brasileira até 1872. **Cadernos CEBRAP**, n. 16. p. 1-26, 1973. *In.*: Introdução. Demografia histórica; orientações técnicas e metodológicas. São Paulo: Pioneira, 1977. p.1-22; MARCÍLIO, Maria Luiza. Levantamento censitário da fase proto-estatística do Brasil. **Anais de História**, Assis, n. 9, p. 63-75, 1977 (separata); MARCÍLIO, Maria Luiza. Os registros eclesiais e a demografia histórica da América Latina. *In.*: **MEMÓRIAS DA I SEMANA DA HISTÓRIA**. Franca, 1979. p. 257-68 (separata); NADALIN, Sergio Odilon. Os alemães no Paraná e a Comunidade Evangélica Luterana de Curitiba. **Estudos Brasileiros**, v. 7. n. 12. p. 05-36, dez. 1981; REVEL, Jacques. Démographie historique. *In.*: LE GOFF et alii /orgs./ **La nouvelle histoire**. Paris: CEPL, 1978. p. 133-8; COSTA, Iraci Del Nero da. Demografia Histórica: algumas observações. **SÆculum – Revista de História**, nº 24. João Pessoa, jan./ jun. 2011; ARÓSTEGUI, J. **A pesquisa histórica: teoria e método**. Bauru: EdUSC, 2006; BACELLAR, C. A. P.; BASSANEZI, M. S. C. B.; SCOTT, A. S. V. Quarenta anos de demografia histórica. **Revista Brasileira de Estudos de População**. v. 22, n. 2, São Paulo. p. 339-350, 2005; BURKE, P. Abertura: a nova história seu passado e seu futuro. *In.*: BURKE, P. **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992; LIMA, Henrique Espada. **A Micro História Italiana: escalas, indícios e singularidades**. São Paulo: Record, 2006; LIBBY, Douglas Cole; BOTELHO, Tarcísio R.; ANDRADE, Cristiana Viegas de. Família e demografia em Minas Gerais, séculos XVI-II, XIX e XX. **Rev. bras. estud. popul.** v. 29, n.1, São Paulo. Jan./June 2012. *In.*: <https://doi.org/10.1590/S0102-30982012000100014>. Acesso em 23 mar. 2016.

¹³ NADALIN, Sérgio Odilon. A respeito de uma demografia histórica de contatos culturais. **Cadernos de História**. Belo Horizonte. v. 9. n. 11. 1º semestre de 2007. p. 11-32. *In.*: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoshistoria/article/view/2880>. Acesso em: 12 mai. 2016.

¹⁴ ARÓSTEGUI, J. **A pesquisa histórica:...** p. 538.

¹⁵ ARIÈS, Philippe. **Histoire des populations françaises et de leur attitude devant la vie depuis le XVI-^e siècle**. Paris. Seuil, 1979; ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro. Guanabara, 1981; LEVI, Giovanni. **A herança imaterial...**; GINZBURG, Carlo. **O Queijo e os Vermes:...**; GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo. Companhia das Letras, 1989; LIMA, Henrique Espada. **A Micro História Italiana: escalas, indícios e singularidades**. São Paulo. Record, 2006.

¹⁶STONE, Lawrence. **Prosopography**. Daedalus, 1971; CHARLE, Christophe. A prosopografia ou biografia coletiva: balanço e perspectivas. *In.*: HEINZ, Flavio M. (org.) **Para uma outra história das elites**. Ensaios de pro-

escravidão de crianças, e entender os modelos de formação e reposição da população escravizada nas fazendas da Freguesia de São Gonçalo dos Campos. Robert Slenes¹⁷ ao usar a metodologia demográfica em documentos censitários combinada com análise da cultura material presente em diversas fontes concluiu que os arranjos familiares no interior das senzalas podem ser analisados considerando as experiências e as redes de significação tecida pela comunidade escravizada no universo do trabalho. Do mesmo modo, Walter Fraga¹⁸, ao fazer uso do método indiciário reconstituiu trajetórias individuais e familiares de libertos identificando laços de solidariedade e redes familiares tecidas entre escravos no período da escravidão.

Assim, através da redução de escala e das análises nominativas, conseguimos entender as configurações populacionais, sociais, fundiárias, econômicas e culturais em que as crianças cativas estavam inseridas. Esta redução de escala, combinada à identificação de traços coletivos dos indivíduos envolvidos, ou seja, de uma análise micro-histórica social, preocupada com as relações sociais e estratégias coletivas, permitiu chegar à lógica da escravidão na Freguesia e entender a opção dos senhores pela reposição escrava através da escravidão de crianças – pela reprodução endógena.

O uso da história social e da história social da escravidão¹⁹ serviu para direcionar a análise das fontes, especialmente das fontes do período da escravidão, já que para chegar mais perto do contexto em que ocorreu o fato histórico é preciso saber interpretar os indícios que são detectados. Além disso, serviu para destrinchar as questões que foram aparecendo no decorrer da produção científica de análise das fontes e do cruzamento de dados.

sopografia e política. Rio de Janeiro. FGV, 2006; BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e abusos da história oral**. 8ª edição. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2006, p. 183-191.

¹⁷ SLENES, R. **Na senzala uma flor...**

¹⁸ FRAGA, Walter. **Encruzilhadas da Liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)**. Campinas, SP. Editora da UNICAMP, 2006.

¹⁹ THOMPSON, E. P. **Costumes em comum – Estudos sobre cultura popular tradicional**. São Paulo. Companhia das letras, 1998; THOMPSON, E. P. **Senhores e caçadores**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1987. CHALHOUB, Sidney. **Visões da Liberdade: uma História das Últimas Décadas da Escravidão na Corte**. São Paulo. Cia. das Letras, 1990; CHALHOUB, Sidney. **Trabalho Bar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque**. Brasiliense. São Paulo, 1986; FRAGA, Walter. **Encruzilhadas da Liberdade:....** FRAGA, W. **Mendigos e Vadios na Bahia do Século XIX**. 1994. 234f. Dissertação de Mestrado em História – Universidade Federal da Bahia, Salvador/BA, 1994; TEIXEIRA, Heloisa Maria. **A não-infância: crianças como mão-de-obra em Mariana (1850-1900)**. 2007. 302f. Tese de Doutorado em História e Economia – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. COSTA, Carlos Eduardo C. da. “Raízes Negras Dispersas”: assenhoreamento no pós-abolição do antigo município de Iguassú (1888-1940). **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**. n.14, p.149-168, 2018. POPINIGIS, Fabiane e TERRA, Paulo Cruz. *Historiografia da Escravidão e do Trabalho no Brasil: avanços e desafios*. In.: Trabajos y trabajadores en América Latina (siglos XVI – XXI) coordinación y compilación de Rossana Barragán Romano / organización de Amaru Villanueva Rance y Cristina Machicado Murillo – La Paz: Vicepresidencia del Estado Plurinacional de Bolívia, 2019. p. 123 – 148.

A vida material dos senhores e as experiências vividas pela comunidade escrava da Freguesia de São Gonçalo dos Campos são analisadas para entender a lógica que regia a escravidão naquela Freguesia. Desse modo, seguindo o conceito de experiência, buscamos compreender como os sujeitos viviam, percebiam e modificam a estrutura social em que estavam inseridos.

Partindo desse pressuposto, iniciamos nossa indagação sobre a infância escrava. Porém, o conceito de infância parecia anacrônico para pensar as experiências de meninos e meninas que vivenciaram as relações desenvolvidas no seio da sociedade escravocrata. Até porque não existia uma definição de crianças escravizadas. Nos documentos do século XIX, meninos e meninas, desde a tenra idade, aparecem envolvidos em diferentes negociações formadas por aqueles que se definiam como seus possuidores. Nesses documentos geralmente apareciam a idade e a categoria de raça/cor, que ao mesmo tempo contemplava a faixa etária considerada da infância, a exemplo das categorias *crioulinhas*, *cabrinhas*, *pretinhos* e *pardinhos*, que não só definiam sua posição de cor, mas diziam das crianças que eram escravas, que estavam em fase de aquisição comportamentos e de saberes apropriados ao mundo do trabalho escravizado.

Desse modo, optamos por não usar o termo infância para designar esse período, pois as crianças escravizadas não eram percebidas em suas necessidades específicas da infância, eram vistas como um adulto com tamanho e estatura diferenciadas, e assim que apresentavam aptidão física, eram inseridas no trabalho forçado com os escravos adultos. Os senhores de escravos usavam sua mão de obra para realizar plantações de fumo e nas roças de mandioca, feijão, milho, além de cuidar dos animais, bem como abastecer as casas de morada com água para beber, para o banho e para cozinhar. Eles eram responsáveis por alguns serviços domésticos, e ainda serviam de entretenimento para os filhos dos senhores. Nessas experiências recebiam os ensinamentos para se tornarem obedientes e aceitarem todos os tipos de mando e perversidade de seus senhores.

Essa etapa da vida é um conjunto de fatores que institui determinadas posições que incluem a família escrava, relações e redes sociais estabelecidas por suas mães e por elas próprias²⁰. Se de um lado foi possível refletirmos sobre os modos de pensar e viver a infância, na perspectiva dos senhores, também foi possível olhar com os olhos das mães e da

²⁰ Em suas pesquisas sobre infância, Phellipe Ariès observa que o sentimento pela infância nem sempre existiu, ele se deu, primeiramente, nas camadas mais nobres da sociedade. Enquanto as crianças pobres continuaram a não conhecer o significado da infância, ficando a mercê da própria sorte. ARIÈS, P. **História social da infância e da família**....

comunidade escravizada, nas relações de solidariedade, amizade e cumplicidade estabelecidas no seio daquele grupo.

De igual modo, outros conceitos foram estudados e refletidos sobre quais seriam as concepções da população livre e abastada sobre a figura das crianças no Brasil. Na Bahia, por exemplo, Walter Fraga²¹ deixou evidente que os conceitos de vadiagem e de mendicância perpassavam as relações estabelecidas nos seios da sociedade escravocrata do século XIX. Enquanto os moleques, como eram chamados, permaneciam nas ruas, mas não traziam perigo social, não incomodavam os abastados, até eram vistos como sujeitos por que os abastados poderiam exercer a fé e a caridade. Os vadios, por sua vez, eram considerados como uma categoria mais vil e objeta da pobreza. Sendo assim, a chamada vadiagem e as brincadeiras cometidas por crianças nas ruas eram vistas com desprezo e hostilidade pelos bem-nascidos. Para Fraga, tais travessuras eram a maneira encontrada por crianças e adolescentes para se rebelarem contra o mundo adulto. Através das narrativas de Walter Fraga, observamos como o conceito de criança foi construindo pela população de Salvador. Existia uma distinção entre as crianças que nasciam em conjunturas sociais livres, libertas e escravas. A ideia de infância, igualmente, não era compreendida de maneira igual para cada criança que fazia parte destes grupos. Desse modo, as crianças desfavorecidas, além de experimentar os rubores das ruas, eram consideradas como mendigas, moleques e vadias.

Os conceitos compartilhados por esses autores nos conduziram metodologicamente pela escolha de crianças e não da categoria de infância para representar os menores escravizados de 0 aos 14 anos de idade, na Freguesia de São Gonçalo dos Campos, no século XIX. A lógica escravagista nessa região nos leva para campos mais distantes dos objetivos iniciais. Procurávamos encontrar, na sociedade em questão, quais categorias conceituais poderiam ser utilizadas para trazer maior entendimento sobre as experiências das crianças escravizadas na Freguesia, deste modo a categoria criança é por nós utilizada pois ela é a que mais se aproxima das representações encontradas nas diversas fontes, sobre as experiências de famílias escravizadas naquela região naquele período.

Assim, para melhor organização da narrativa, a tese foi dividida em seis capítulos. No Capítulo I, intitulado “A escrava Libânia, a ‘regente’ da casa e suas ‘crias’: crianças escravas na família Simões”, decidimos aguçar a curiosidade dos leitores através da micro-história de Libânia e de seus filhos, Francisca e Emílio. Apontamos, através da experiência desta família escrava, as ambiguidades do sistema escravista. Ou seja, Libânia, não só era uma escrava que fazia os serviços da lavoura no Engenho São Luiz, mas também teve dois filhos com seu

²¹ FRAGA, W. **Mendigos e Vadios na Bahia do Século XIX...**

senhor. No testamento, o senhor Joaquim Simões de Araújo recolhe os filhos da escrava, mas não dá alforria a Libânia. Em 1886, o juiz de órfão, José Ribeiro de Oliveira escreve um documento de reconhecimento de maioridade de Francisca, onde declara a condição escrava de sua mãe, Libânia.

No Capítulo II, “A Freguesia de São Gonçalo dos Campos – Recôncavo da Bahia no século XIX – 1835/187”, buscamos compreender o contexto em que estavam inseridas as crianças escravizadas, através de informações como: o tamanho das fazendas, as atividades econômicas, o tamanho das comunidades escravizadas em cada fazenda e o *monte mor* dos proprietários, como se estruturava a Freguesia, e qual era a lógica dos senhores em ter entre seus escravos crianças na faixa etária de 0 a 14 anos de idade. Neste capítulo concluímos que os senhores, buscando manter e aumentar suas populações escravas, incentivavam a reprodução endógena entre suas escravas.

O Capítulo III, intitulado “Reprodução Endógena e Histórias de Vida de Famílias Escravas na Freguesia de São Gonçalo dos Campos, de 1835 a 1871”, é composto de uma análise de como se dava a reprodução endógena entre os proprietários da Freguesia. Averiguamos que nas diferentes faixas de fortunas, os senhores de escravos priorizavam a reposição e o crescimento da população escrava através da reprodução biológica.

No Capítulo IV, nomeado de “O compadrio e suas contribuições para a reprodução e manutenção do sistema escravagista em São Gonçalo dos Campos”, abordamos as questões referentes ao compadrio. Analisamos as experiências das crianças em torno das redes e laços constituídos por suas mães, na expectativa de alcançarem a liberdade ou então melhores condições dentro do cativo. O campo das relações de compadrio é bastante complexo. Existia tanto razões espirituais, como motivações sociais elaboradas antes do ato de batismo, que eram confirmadas e mantidas depois de tal cerimônia. Ainda, vimos que essas relações se efetuavam dentro da comunidade escrava, de maneira horizontal, e fora da comunidade, de maneira vertical.

O Capítulo V, “O cotidiano das Crianças Escravizadas no Mundo do Trabalho”, trata das experiências de crianças escravizadas no mundo do trabalho. Analisamos o contexto em que estavam inseridas as crianças menores de 5 anos de idade, como elas eram preparadas para o trabalho e para serem obedientes aos senhores e senhoras, e iniciavam as primeiras atividades laborais dos 6 aos 8 anos de idade. Desse modo, concluímos que, no período que se refere esta pesquisa, tal faixa etária era considerada como infância, mas não correspondia às experiências das crianças que nasciam dentro da senzala, pois elas estavam nas roças

fumageiras e mandioqueiras executando atividades mais leves ou até compatíveis às exercidas por um escravo na idade adulta.

No Capítulo VI, “Da reprodução endógena para comércio interprovincial: compra e venda de crianças escravizadas na Freguesia de São Gonçalo dos Campos, de 1860 a 1888”, debruçamo-nos nas experiências das crianças no contexto do comércio de escravos. Vimos que as crianças em terna idade eram levadas para serem negociadas no comércio local de escravos, realizado entre os proprietários moradores da Freguesia. Muitas delas eram negociadas na própria Freguesia de São Gonçalo dos Campos, porém algumas outras eram levadas para freguesias e cidades próximas, sendo separadas de suas mães, ainda com alguns meses de vida, e renegociadas nos locais de destino. As crianças maiores de 6 anos de idade apareciam nos documentos destacando suas atribuições para o trabalho na lavoura. Outras, além de participarem do comércio local e regional, eram traficadas para outras províncias, especialmente para o Rio de Janeiro, como ansiavam os negociantes, procuradores e os senhores de escravos da Freguesia.

Esta tese é o primeiro passo em direção a um estudo mais aprofundado sobre as crianças escravizadas na Bahia e exhibe diversas experiências que integravam suas vidas. A abordagem sobre a personagem Libânia possibilitou a reconstrução e análise sobre a complexidade da infância escrava, o trabalho e a participação, na idade considerada adulta, na reposição da mão de obra escrava, através da reprodução biológica, formando assim um círculo vicioso onde a criança permanecia como alvo dos senhores de fazendas que desejam ampliar sua população escrava e garantir um retorno econômico através de comércio de escravos. Nesse sentido, este estudo contribui para trazer à baila esse ínfimo recorte da história da escravidão do Brasil, assim como desejamos que sirva de pontapé para que novos estudos sobre a história social da criança e de gênero sejam instigados.

CAPÍTULO I A ESCRAVA LIBÂNIA, A “REGENTE” DA CASA E SUAS “CRIAS”: CRIANÇAS ESCRAVAS NA FAMÍLIA SIMÕES

Neste capítulo, utilizo os inventários de Joaquim Simões de Araújo (1872 – 1889) e de sua mulher Maria Joaquina de Santana (1863 – 1865) para analisar as ambíguas experiências de crianças escravizadas e daquelas que seguem o ventre materno, ou seja, crianças nascidas no seio da sociedade escravocrata, que viveram na ambiguidade de serem filhas de escravas com os seus senhores.

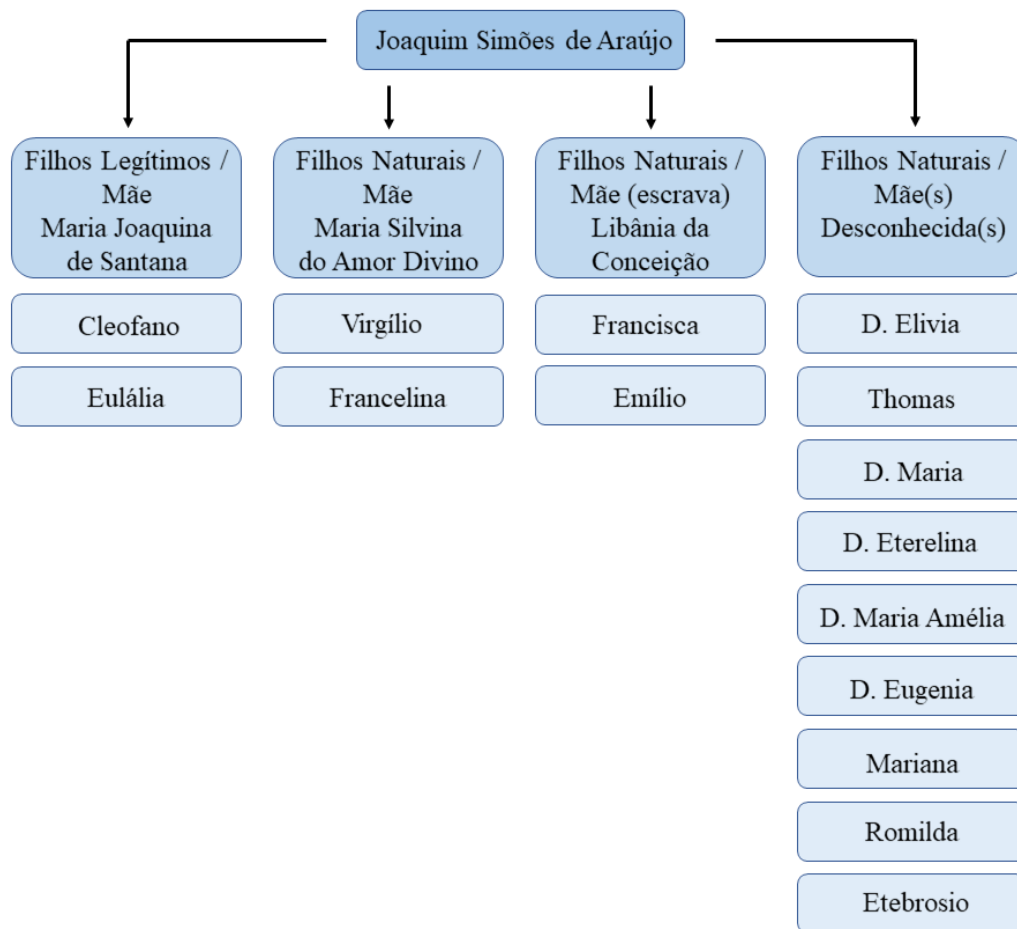
Este é o caso de Francisca e Emílio, que, sendo filhos da escrava Libânia, foram reconhecidos no testamento de seu pai como filhos legítimos. Não foi possível saber, entretanto, se foram libertos de pia ou alforriados posteriormente. Por terem sido reconhecidos pelo pai e herdarem parte de seus bens, tiveram uma experiência diferente de sua mãe, a escrava Libânia, de quem também falaremos neste capítulo.

O primeiro inventário do qual trataremos é o de Joaquim Simões de Araújo, aberto em 1873 e finalizado em 1889. O processamento deste inventário transcorreu 13 anos. Um tempo tão demorado para a conclusão de um documento como este, permite concluirmos que se tratava de um inventário litigioso. As páginas continham: a relação de herdeiros; a avaliação dos bens móveis e imóveis – ou de raiz – com suas devidas avaliações; a relação de dívidas; partilhas; termos de curadoria ou tutoria; petições de natureza variada; despachos de juízes; mandados; precatórias; certidões; notificações; custas; juntadas; conclusões e alguns processos. A diversidade de documentos anexos tornou este inventário grande, com um pouco mais de 500 páginas, e com um encaminhamento bastante complexo, dependendo de vários fatores, especialmente ligados às heranças das crianças filhas da escrava Libânia.

É importante destacar, neste inventário, a existência de dois filhos legítimos: Cleofano Pitaguari de Araújo, maior de 40 anos de idade, casado, morando na Província de Minas Gerais, e Eulália Josefina Garcia de Araújo, casada, morando no Termo da Cidade de Santo Amaro, Província da Bahia²². Estes apareceram igualmente no inventário datado de 1863 e 1865, lançado depois da morte de Maria Joaquina de Santana, a esposa do falecido. Os filhos legítimos, Cleofano Pitaguari e Eulália Josefina, herdariam a legítima paterna.

Organograma 1: Composição familiar de Joaquim Simões de Araújo

²² AFJMSG. Inventário de Joaquim Simões de Araújo (1872-1889). Caixas Avulsas.



No momento de sua morte, Maria Joaquina de Santana estava na segunda núpcias. É, portanto, seu segundo marido, Joaquim Simões de Araújo, quem aparece como testador e meeiro, ficando ele com 50% dos bens (no valor de 46. 258,376 réis). As demais partes foram divididas entres os dois filhos legítimos citados acima. O inventário teve execução curta e simples, terminando dois anos depois de sua abertura.

Diferente de Joaquim Simões de Araújo, cujo testamento deixou a terça de seus bens para seus filhos legitimados, Maria Joaquina de Santana não deixou nenhum testamento que dispusesse a repartição de seus bens. Neste caso, o marido testador ficou com 50 % do total do *monte mor* de 93: 258 753 réis. A outra metade foi repartida entre os filhos legítimos, da primeira núpcia.

Da parte de sua meação, Joaquim Simões deu um quinhão a cada um de seus cinco filhos naturais (são os filhos que tivera fora do casamento): D. Elivia, Thomas, D. Maria, D. Eugenia, D. Eterelina e D. Maria Amélia. Entre eles, estava Eugenia de Araújo, casada com o tenente Francisco Ernesto de Carvalho, dando sua legítima a escrava Paulina e seu filho Aristides, que deve ser imputado em seu quinhão pelo preço da avaliação. Chamo atenção

para apenas essa filha, pois Francisco Ernesto de Carvalho estará presente no segundo inventário como inventariante e nomeado em testamenteiro e tutor pelo sogro e compadre Joaquim Simões, do qual tratarei a seguir.

No período entre a partilha da herança deixada por Maria Joaquina de Santana (1863 – 1865) e a morte de Joaquim Simões (1873), observamos que até a data de sua morte, Simões, que havia herdado aproximadamente 47 contos de réis, conseguiu dobrar o valor herdado, deixando para seus herdeiros quase ao mesmo valor do montante do inventário anterior (de Maria Joaquina de Santana).

O testamento não era feito de maneira obrigatória. Nem todo inventário consultado havia testamento, nos 50 inventários analisados apenas dois tinham anexos os testamentos. Nesse sentido, é possível sugerir que apenas alguns proprietários, pressentido sua morte, desejavam escrever um testamento para que seus últimos desejos fossem respeitados. Esse testamento, escrito em 1872, um ano antes da sua morte e abertura do inventário, destacou-se entre tantos outros que fazem parte desta pesquisa, justamente por que Capitão Joaquim Simões de Araújo expõe os seus filhos naturais e que foram legitimados no testamento.

O Testamento de Joaquim Simões tratava, sobretudo, das disposições de sua última vontade em relação à partilha de sua herança. Na feitura, declara estar dotado de plena faculdade mental e confia ao testamenteiro o cumprimento de suas disposições. Ao trabalhar com testamentos de escravos libertos na Bahia do século XIX, Katia Mattoso²³ conclui pela indubitável riqueza desse material para a compreensão dos aspectos sociais e das mentalidades do segmento em estudo. Em sua perspectiva, “Os testamentos baianos revestem-se de um enorme interesse, por serem atos que não obedecem a fórmulas fixas ou estereotipadas”²⁴.

João José Reis²⁵ adverte que os ritos de passagem para a morte variavam de acordo com a sociedade e a época, desse modo, na Bahia do Século XIX, o rito inicial de preparação para morte era redigir um testamento. O testamento de Joaquim Simões de Araújo não seguia um padrão diferente dos modelos descritos por Reis: na abertura o testador expressa sua cristandade católica ocidental, em seguida apresenta sua filiação, naturalidade, estado civil, filhos legítimos e os filhos naturais que nasceram no período de sua viuvez e que são legitimados no testamento. Os filhos considerados naturais que foram reconhecidos na

²³ MATTOSO, Katia M. de Queiroz. **Testamentos de Escravos Libertos na Bahia no Século XIX**: uma fonte para o estudo de mentalidades. Publicação da Universidade Federal da Bahia, Salvador. BA, 1979.

²⁴ MATTOSO, Katia M. de Queiroz. **Da revolução dos alfaiates à riqueza dos baianos no século XIX**: itinerário de uma historiadora. Salvador. Currupio, 2004. p. 227.

²⁵ REIS, João José. **A morte é uma festa**. Companhia das Letras. São Paulo, 1988. p. 92.

ocasião da morte de Maria Joaquina de Santana, receberam a parte de sua herança pela pertença paterna de Joaquim Simões em 1863. Em 1872, já não aparecem no testamento, assim como foram ausentados no inventário de 1873. Outras pessoas e instituições também receberam algum quinhão da herança, como Maria da Paixão Santana, recebeu 200 mil réis; aos filhos naturais Mariana Roza da Anunciação, Romilda Roza da Anunciação e Etebrosio Roza de Araújo²⁶, deixou 400 mil réis; Thereza Maria da Conceição, 200 mil réis; e a Ordem Terceira do Carmo da Cidade de Cachoeira recebeu 200 mil réis.

A descrição testamentária é rica, pois possui informações sobre a família ascendente e descendente do testamenteiro, suas experiências ao longo da vida, expressando as escolhas de Joaquim no momento de sua morte. Permite ainda sugerir os possíveis motivos das escolhas, como por exemplo, compreender o motivo que o levou a deixar a terça parte de sua herança para seus filhos naturais, ou seja, aqueles que foram legitimados no testamento: Virgílio, Francelina, Francisca e Emílio. Posto isso, seguimos os rastros de Joaquim Simões, em sua identidade de senhor de escravos, para assim, chegamos às experiências de dois de seus filhos, Francisca e Emílio, cuja mãe era uma escrava por nome Libânia, “cria”²⁷ do Engenho de Joaquim Simões.

Maria Silvina do Amor Divino, regente (criada) da casa de Joaquim Simões, tinha como filhos Francelina Augusta do Amor Divino e Virgílio Americano do Brasil, e recebia pelos serviços prestados a quantia de 200 réis anuais. Na ocasião de sua morte, Joaquim Simões acumulava uma dívida com ela no valor de 2.537,652 réis.

1. 1 O que Seria a Terça Parte da Herança?

A “terça” está assim definida pelas Ordenações Filipinas: “chama-se terça parte os bens móveis, imóveis, disponíveis, e direitos e ações que o testador possuir na época de sua morte. Essa cota dos bens só se julga apurada depois de paga a despesa do enterro, assim como as dívidas passivas”.²⁸ Chamon escrutina que geralmente os testadores distribuam “(...) sua terça em missas e sufrágios para a sua alma ou para a alma de parentes, amigos e escravos,

²⁶ Esses filhos só aparecem no testamento e inventário de 1872 – 1888. Esta parte não está legítima devido a ação da umidade, neste caso, parte das informações, a exemplo do nome da mãe, não foi possível identificar.

²⁷ Não utilizarei a categoria “cria” para denominar as crianças escravizadas. Ao longo da história o termo teve vários sentidos, sendo especialmente usado para designar o filho da escrava, como veremos no Capítulo III. Neste momento o utilizamos na tentativa de sinalizar que no Engenho se praticava a reposição da população escrava através da reprodução endógena.

²⁸ ALMEIDA, Cândido Mendes de. *Apud*. CHAMON, Carla Simone. O Bem da Alma: a terça e a tercinha do defunto nos inventários do séc. XVIII da Comarca do Rio das Velhas. **Varia História**. Belo Horizonte. n. 12. p. 58-65. Dez. de 1993. p. 60.

podendo também libertar escravos, casar órfãos, deixar para filhos ou cônjuge, deixar para pessoas que acreditavam ter prejudicado em algum negócio, etc.”²⁹ Segundo João Reis, na distribuição dos bens “(...) Legalmente o testador podia legar um terço – denominava-se “sua terça” – dos bens (*para qualquer um de sua escolha*), o restante indo forçosamente para os herdeiros legítimos.”³⁰

Assim, aos escolher seus filhos legitimados para legar a terça, impedia que os demais filhos repartissem a herança entre si, deixando-os desamparados. No caso, foram tirados 33,6% dos seus bens para seus filhos naturais, deixando-os financeiramente amparados. Enquanto 66,4% da herança seria dividida entre os filhos do casal. O *monte mor*, que correspondia a 92.760,000 réis, foi abatido para o pagamento das despesas, incluindo o funeral, que custou 17.748,008 réis. Ficando da legítima paterna 75.011,992 réis, a terça seria 25.003,994 réis e a legítima paterna ficou 50.071,994 réis. Bem como observou Vilar, o testador demonstra a preocupação em ter sua alma salva, bem como expressa e reafirma “as suas complexas redes de solidariedade com familiares, amigos, vizinhos ou confrades”³¹. Conhecendo um pouco das trajetórias de Joaquim Simões e o reconhecimento de seus filhos, que tivera sem a consagração da Igreja Católica, o ato de tê-los legitimado e deixado a terça parte da herança corrobora para afirmar que existia certa preocupação com a salvação da alma e o amparo e piedade próprios do sentimento católico.

Tal qual Reis, segui o roteiro básico do documento. O testador, justificando que seu filho mais velho era morador da Província de Minas Gerais, e não tendo outro filho maior para ser inventariante e tutor, nomeou três inventariantes e tutores: Francisco Ernesto de Carvalho, seu compadre e genro; João Batista de Almeida, parente; e Álvaro de Cerqueira Pinto, compadre. Por aceitarem esta tarefa, Joaquim deixou dois contos ao primeiro e um conto para cada um dos outros dois.

A esses tutores era atribuído o direito de inventariar e tutelar/administrar os bens das quatro crianças, até que completassem a maioridade e recebessem suas partes. De acordo com Adriana Dantas Reis³², na Bahia existia o costume entre os testadores de nomearem testamentários principalmente seus familiares e membros de sua parentela. O fato de Joaquim

²⁹ CHAMON, Carla Simone. O Bem da Alma: a terça e a tercinha do defunto nos inventários do séc. XVIII da Comarca do Rio das Velhas. *Varia História*, Belo Horizonte. nº 12. p. 58-65. Dez. de 1993. p. 60.

³⁰ REIS, João José. *A morte é uma festa...* p. 93.

³¹ VILAR, Hermínia Vasconcelos. Rituais da morte em testamentos dos séculos XIV e XV (Coimbra e Santarém). In: MATTOSO, José (org.) *O reino dos mortos na Idade Média Peninsular*. Lisboa: Edições João de Sá da Costa, 1996. p. 166.

³² REIS, Adriana Dantas. *As mulheres negras por cima*. O caso Luzia jeje. Escravidão, família e mobilidade social, Bahia c. 1780- c. 183. 2010. 262f. Tese de Doutorado em História. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2010.

Simões de Araújo escolher os três como inventariantes demonstra que eles mantinham relações de confiança e fidelidade com o proprietário de engenho e compadre.

As tutelas aplicadas aos órfãos, segundo Maria Aparecida Papali,³³ existiam como procedimento jurídico desde a Colônia, com a ampliação no final do século XIX. A autora adverte que a prática tinha como alvo principalmente menores desvalidos, filhos de mulheres solteiras pobres e miseráveis (incluindo-se ex-escravas e libertas). Já Ione Celeste Jesus de Sousa³⁴ destaca que a prática de tutoria foi bastante utilizada entre os senhores e senhoras com o objetivo de manter sobre seu controle os filhos das mulheres escravizadas, depois da Lei do Ventre Livre de 1871. Maria Aparecida Papali adverte que os tutores estariam agrupados em três categorias: tutores legítimos, tutores testamentários e tutores dativos:

Chamam-se tutores testamentários aqueles que são nomeados em testamentos; legítimos aqueles que a lei nomeia na falta ou incapacidade dos testamentários; e dativos, aqueles que, na falta ou incapacidade de uns e outros, são nomeados pelo juiz.³⁵

A tutoria testamentária basicamente garantia a gerência do menor e de seus bens na falta do pai. Desse modo, o juiz de órfãos acataria o tutor designado no testamento. De acordo com Arethusa Helena Zero³⁶, quando não houvesse um tutor testamentário para gerenciar os bens dos menores, dava-se preferência à mãe ou à avó, dentro das condições que elas não voltassem a se casar e que se comprometessem em administrar os bens de seus filhos e netos fiel e honestamente. Portanto, a indicação dos tutores testamentários sugere que Joaquim Simões não considerava as mães das crianças pessoas aptas para administrar os bens herdados

³³ PAPALI, M. A; ZANETTI, V; CASTILHO, M. H. O. Cenários do Pós-Abolição no Vale do Paraíba Paulista: tutela, trabalho infantil e violência sexual. *Afro - Ásia*. n. 56, p. 147-167, 2017. p. 152.

³⁴ SOUSA, Ione Celeste Jesus de. **Escolas ao povo**: experiências de escolarização de pobres na Bahia – 1870 a 1890. 2006. 390f. Tese de Doutorado em História. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2006; SOUSA, Ione Celeste Jesus de. “Porque um menor não deve ficar exposto à ociosidade, origem de todos os vícios”: tutelas e soldadas e o trabalho de ingênuos na Bahia, 1870 a 1900. In: MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo; CASTILHO, Celso. (Org.). **Tornando-se livre**: agentes históricos e lutas sociais no processo de abolição. São Paulo: EDUSP, 2015, p. 189-210; Fabiane Popinis também relata sobre a Lei de 1871 e a possibilidade das escravas acumularem pecúlio para conseguir suas alforrias. Ver: POPINIGIS, Fabiane. Maria Mina e as disputas pelo mercado de trabalho em Desterro, século XIX. *Revista de História Comparada*. Rio de Janeiro, 7, 1: 115-135, 2013. In: <https://revistas.ufjf.br/index.php/RevistaHistoriaComparada/article/view/368>. Acesso em: 28 mar. 2017.

³⁵ PAPALI, Maria Aparecida Chaves Ribeiro. **Escravos, libertos e órfãos**: a construção da liberdade em Taubaté (1871-1895). São Paulo. ANNABLUME. FAPSP, 2001. p. 38; CARVALHO, José Pereira de. Primeiras linhas sobre o processo orfanológico. Rio de Janeiro. B. L. Gamier Livreiro-Editor, 1888. In: PAPALI, M. A; ZANETTI, V; CASTILHO, M. H. O. Cenários do Pós-Abolição no Vale do Paraíba Paulista: tutela, trabalho infantil e violência sexual. *Afro - Ásia*, nº 56, p. 147-167, 2017, p. 152.

³⁶ ZERO, Arethusa Helena. **O Preço da Liberdade**: Caminhos da infância tutelada, Rio Claro, 1871-1888. 2004. 140f. Dissertação de Mestrado em História Econômica. Universidade Estadual de Campinas. São Paulo. 2004.

por seus filhos, desse modo, escolheu três homens entre a sua parentela fictícia para que, na falta de um deles, os demais assumissem o lugar.

Joaquim Simões, como muitos outros senhores, tinha o principal objetivo de fazer a sua vontade mesmo após a morte. As evidências encontradas nesses documentos, como observamos até aqui, demonstram que durante sua vida Simões teve relações interpessoais com mulheres livres (pode ser que algumas delas fossem libertas) e escravas, tendo filhos com elas. Eduardo França Paiva³⁷, em “Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII: estratégias e resistência através dos testamentos”, compreende que cada indivíduo que testava refletia a sua experiência de vida coletiva.

Seguindo a interpretação de Paiva, sugiro que o testamento de Joaquim Simões encerra seu modo de vida coletiva, sendo um homem que, durante a viuvez, amancebou-se com mulheres que eram suas dependentes: primeiro a regente de sua casa, Maria Silvina do Amor Divino, e depois com sua escrava, Libânia. Assim, esse testamento tem a função, neste capítulo, de nos permitir compreender a experiência ambígua em que estava inserida a escrava Libânia e seus filhos, Francisca e Emílio. Buscando entender suas histórias, elaboramos os seguintes questionamentos: os filhos de Libânia viviam como escravos ou libertos? Em quais circunstâncias foram criados? Chegaram a receber a parte de sua herança? O que essa história tem em comum com a experiência de outras crianças escravizadas na Freguesia?

1.2 Execução do Testamento

Libânia era uma entre tantas escravas que aparecem no inventário de Maria Joaquina de Santana, nos idos anos de 1863. Neste inventário, ela foi descrita da seguinte maneira: “cabra, moça, grávida, avaliada por hum conto de réis”. Em 1863 Libânia tinha em média 17 anos de idade, e das 46 escravas arroladas no inventário, é a única que aparece grávida. Entre o período da feitura do inventário de Maria Joaquina de Santana, em 1863, e do inventário de Joaquim Simões de Araújo, em 1873, Libânia teve dois filhos com o seu senhor, Joaquim Simões de Araújo. No segundo inventário, ela não aparece entre o rol dos escravos deixados por Joaquim Simões. Teria ela sido alforriada?

Se em 3 de agosto de 1863 Libânia já estava grávida do primeiro filho de Joaquim Simões, como aparece no inventário, isso estaria em contradição com a declaração feita por sua filha Francisca Romana da Conceição, comprovando através de um assentamento feito

³⁷ PAIVA, Eduardo França. **Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII: estratégias e resistência através dos testamentos**. São Paulo. ANNABLUME, 2009.

pelo seu pai Joaquim Simões, que nasceu no dia 9 de março de 1865. O que tudo indica é que Joaquim, não apenas teve filhos com mulheres livres e escravas em sua viuvez, como antes mesmo de sua mulher falecer, Joaquim já teria seis filhos naturais. No inventário de 1863-1865, retira de sua parte um quinhão para cada um de seus filhos. Certamente essas relações, envolvendo senhores de escravos e escravas, constituíam-se em relações de poder muito desiguais e violentas. Por outro lado, existiam ambiguidades nessas relações, como foi mostrado por Keila Grinberg³⁸ na história da escrava Liberata, que consentia a mancebia ao seu senhor José Vieira Rabello na medida em que ele lhe prometia em troca a liberdade.

Por volta de 1790, José Vieira Rabello, morador na Enseada das Garoupas, termo do Desterro, foi à Vila de Paranaguá comprar uma mulatinha de 10 anos, Liberata, que pertencia a Custódio Rodrigues. Feita a transação, Vieira levou-a para casa e, escondido de sua mulher e filhos, passou a persegui-la pelos remotos e despovoados da região. Até que um dia ele conseguiu levá-la para os matos e, finalmente, a possuiu. A partir de então, o capricho virou hábito.³⁹

A história de Liberata tem um desfecho diferente da história de Libânia, já que Liberata recorre ao Estado para reivindicar seu direito à liberdade.

Para Slenes⁴⁰, os senhores usavam contra suas escravas o que tinham à sua disposição: desde os castigos físicos à retração de favores. Seguindo a perspectiva do autor, as relações revelam a permanência do poder privado do senhor sobre o corpo de seus escravos. Adriana Dantas sinaliza que “Cair nas graças” de um homem poderoso poderia se tornar um dos caminhos para mulheres alcançarem melhores condições de sobrevivência, principalmente as escravas, e certamente esse caminho foi perseguido por muitas delas⁴¹.

Retornando ao caso da gravidez de Libânia, quando foi solicitado o reconhecimento da maioria dos filhos que teve com Joaquim Simões de Araújo, ficou em evidência que em 1863 Libânia teve um filho – não encontramos em outro local indício desta criança. Dentro das possibilidades e ambiguidades do cativo, Libânia seria como as demais escravas da Freguesia, assim como Simões, igualmente aos demais proprietários da região, incentivava a reprodução endógena, contexto em que Libânia estava ainda moça, inserida.

Durante os anos que sucedem o período entre um inventário a outro, existe a possibilidade de que Libânia tivesse sido negociada, doada ou tivesse conquistado a liberdade,

³⁸ GRINBERG, Keila. **Liberata: a lei da ambiguidade - as ações de liberdade da Corte de Apelação do Rio de Janeiro no século XIX**. Rio de Janeiro. Relume-Dumará, 1994.

³⁹ GRINBERG, Keila. **Liberata: ...** p. 15.

⁴⁰ SLENES, Robert. **Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil, Sudeste, século XIX**. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 1999. p. 255.

⁴¹ REIS, Adriana Dantas. **As mulheres negras por cima...** p. 44

pois no segundo inventário ela não aparece entre os escravos avaliados e nem em alguma documentação que trate sobre seu destino. Busquei nos livros cartoriais cartas de alforria, escritura de compra e venda ou mesmo procurações que apresentassem algum indício sobre o destino de Libânia. Apenas um sinal dela foi encontrado, no requerimento de maioria de sua filha Francisca Romana da Conceição,

Francisca Romana da Conceição, filha natural de Libânia, que foi escrava do falecido Joaquim Simões de Araújo, tendo atingido a idade de vinte e um anos procurou extraviar do livro da respectiva paróquia, em que foi batizada, o documento comprobatório de sua maioria, para habilitar-se a receber a herança, que lhe foi deixada pelo dito finado, mas não foi encontrado o assento de seu batismo, como se verifica do documento, B. 9. E como na falta do assento de batismo a lei faculta a prova ao documento nº 2 que é um assento do próprio punho de seu benfeitor, o referido Joaquim Simões de Araújo, prova ter nascido no dia 9 de março de 1865, e acha-se portanto de maioria. Pelo que requer a V. s se digne mandar juntar esta com os documentos juntos aos autos de inventário que se procedeu dos bens deixados por aquele finado e ordenar que sejam remetidos ao juiz competente para julgar a suplicante emancipada e mandar que lhes sejam entregues os bens que lhe foram deixados com os rendimentos que houveram preenchidos as formalidades legais.⁴²

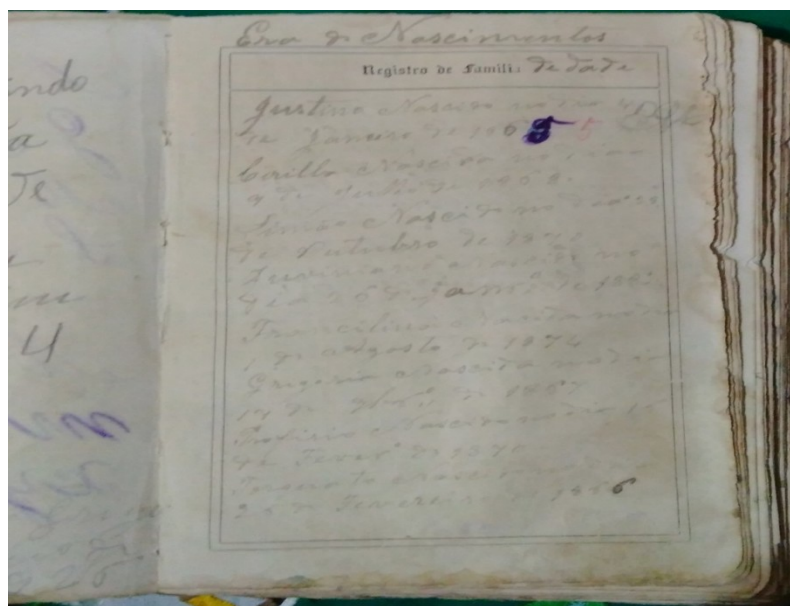
Não importa neste momento todo o teor do requerimento de Francisca Romana da Conceição, mas apenas as informações concernentes ao estatuto social de Libânia. Para efeito do reconhecimento de sua maioria e o recebimento da herança que lhe cabia, Francisca Romana da Conceição escreve ao juiz de órfão Hemonogens Daltro que aceite as inscrições sobre seu nascimento feitas por seu próprio pai. Neste documento, a maior se identifica como filha de Joaquim Simões com Libânia, escrava de seu pai.

No inventário não foi anexado o assento feito por Joaquim Simões a respeito do nascimento de seus filhos. Todavia, é possível conhecer o conteúdo de um assento de nascimento feito no século XIX. Nossa família possui uma Bíblia, do século XIX, onde existem páginas em branco que serviam para anotações. E era deste modo que os chefes de domicílios⁴³ anotavam na Bíblia os eventos que julgavam importantes, especialmente datas de nascimentos e óbitos, como podemos observar na imagem abaixo:

⁴² AFJMSG. Inventário de Joaquim Simões de Araújo (1872-1889). Caixas Avulsas, página 413.

⁴³ Sobre os chefes de domicílios discutiremos no Capítulo II. O conceito significa unidade de famílias complexas. Podia ser chefiada por mulheres solteiras, viúvas, homens casados, solteiros e viúvos. No século XIX, podia ser um núcleo monoparental, ou mais complexo, com a presença do casal, filhos, escravos e agregados. Sobre este assunto ver: SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998; BARICKMAN, B. J. **Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no recôncavo, 1780-1860**. Trad. Maria Luíza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003; MARCÍLIO, Maria Luíza. A Demografia Histórica brasileira neste final de milênio. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 14, n. 1-2, p. 125-143, 1997.

Figura 1 – Inscritos familiares do século XIX



Fonte: Maria Cristina Machado de Carvalho. In: Bíblia Sagrada. Versão Almeida Revista. Século XIX.

Esta imagem foi retirada de uma Bíblia, cuja edição é do século XIX, não se sabe ao certo a data da publicação, porém as anotações mais antigas são da década de 1860. As anotações exibem que era costume entre os chefes de domicílios terem suas anotações particulares de datas e fatos que consideravam relevantes e não podiam ser esquecidos. Essa fonte familiar torna possível sugerir que Joaquim Simões de Araújo, semelhantemente, ao ter nascido seus filhos naturais, anotou reconhecendo ali sua paternidade, o que possibilitou a Francisca a aceitação de sua maioridade, em 1885.

Destarte, Francisca, em sua solicitação pelo reconhecimento da sua maioridade, declara a identidade escrava de sua mãe. Ela não apenas reconhece a paternidade senhorial de seu pai, bem como o fato de seu nascimento ter sido por causa do amasiamento entre o senhor e uma escrava. Esta declaração nos leva sugerir que, mesmo sendo reconhecida a paternidade senhorial de seu pai, em seu cotidiano Francisca lidava com as marcas da escravidão que herdara de sua mãe escravizada. Desse modo, Francisca e Emílio, filhos de uma escrava, embora reconhecidos e herdeiros de um senhor de escravos, não gozam de todos os “privilégios” de terem sido reconhecidos pelo pai no momento de sua morte. Bem como, Libânia, que apesar de ter filhos reconhecidos em testamento com o seu senhor, não recebeu nenhum quinhão da herança, nem mesmo sua carta de alforria.

No tocante à partilha dos bens deixados (1873), cada um dos seis filhos de Joaquim Simões de Araújo herdou a legítima paterna proporcional a 8.325,665 réis e a herança da terça

no valor de 3.854,343 réis para cada, totalizando 12.180,014 réis para cada. Os quatro menores (legitimados no testamento), além de receberem a terça da herança, fariam parte igualmente da legítima paterna. Assim, cada um dos filhos de Libânia igualmente herda cinquenta tarefas de terras, o valado do engenho, a casa de morar, o alambique, galinhas, casas de chiqueiros, a casa do fabrico da farinha, acessórios do fabrico da farinha, novilhas, cinco senzalas, doze cabeças de ovelhas e seis escravos cada um.

Um ponto a se destacar é que, embora Simões deixe registrado em testamento a paternidade de seus filhos naturais, nada consta sobre seu estatuto civil. Será que foram alforriados na pia? O pai comprou sua alforria momentos depois? O que teria ocorrido com Francisca e Emílio para não aparecerem na documentação identificados como escravos?

Conforme Adriana Dantas Reis⁴⁴, muitos senhores reconheciam a paternidade dos filhos ilícitos que tinham com suas escravas, bem como pagavam suas alforrias. Luiz Mott, também tratando das relações de paternidade de senhores com suas escravas, relata que localizou a carta de alforria do filho de Joaquim Vaz, o cabrinha Lourenço, com a escrava de Francisco Falheia. Segundo o autor, ao completar 4 anos de idade, o pai o alforriou nos seguintes termos: “reconhecendo que Lourenço é meu filho, para libertar meu sangue e lhe dar liberdade, fiz a compra de meu filho, e forro de minha vontade”.⁴⁵

Não conseguimos seguir as pistas sobre quando e como os filhos de Libânia conseguiram a liberdade, haja vista que o registro de batismo fora extraviado, conforme a declaração de Francisca Romana, a fim de que ela e seu irmão não pudessem comprovar a sua maioridade. Todavia, existe a possibilidade que tenham sido alforriados na pia e seguido, a partir do seu batismo, uma trajetória ambígua/oposta à experiência de sua mãe: seriam criados entre os escravos, tinham maternidade escrava, mas seriam senhores de escravos.

Apesar da escolha dos tutores entre os homens de confiança de seu pai, depois da partilha da herança a administração dos bens não foi feita como mandava a lei. O tutor Francisco Ernesto de Carvalho foi diversas vezes acusado de abandono e rapto de escravos dos quatro menores.

A partir de 1875, o inventariante e tutor nomeado Francisco Ernesto de Carvalho não prestou contas dos rendimentos dos bens de cada tutelado e se mudou para a Cidade da Bahia. Em 1877, Maria Silvina do Amor Divino, regente da casa de Joaquim Simões de Araújo, com quem teve dois filhos, queixou-se que Ernesto Carvalho não cumpria com seus desígnios como tutor,

⁴⁴ REIS, Adriana Dantas. **As mulheres negras por cima...**

⁴⁵ MOTT, Luiz. Os pecados da família na Bahia de Todos os Santos (1813). Universidade Federal da Bahia: **Centro de Estudos Baianos**, n. 98, 1982. p. 31.

Maria Silvina do Amor Divino tendo em sua companhia seus dois filhos Francelina e Virgílio legitimados em testamento por Joaquim Simões de Araújo, bem como Francisca, também legitimada pelo mesmo, e estando já feita a partilha dos bens deixados pelo referido Simões Araújo, conhecido que tanto os quinhões tem os menores, é certo que não recebem eles do tutor nomeado em testamento a quantia suficiente para se alimentarem e nada tendo recebido para calçado e roupa. (...) O tutor a princípio dava 50 réis mensais, que não chegava para alimentação, e de presente da um ou outro mês. (...).⁴⁶

No trecho acima, Maria Silvina do Amor Divino se queixa que, sendo Francisco Ernesto tutor nomeado em testamento, deixou os três menores (dois deles seus filhos) – Virgílio, Francelina e Francisca – a seus cuidados, mudou-se para a “Cidade da Bahia” (Salvador), deixando seus tutelados abandonados e sem nenhuma assistência. Ela reclama que o único valor para alimentação era de 50 réis e, mesmo assim era pago de forma irregular, e não mensalmente, como era devido. O valor que receberam para alimentação e comprar outros mantimentos, como vestimentas e calçados, mal dava para alimentá-los. Já Emílio, o mais novo dos menores, ficou sob os cuidados da escrava Felipa, que era responsável pela criação e educação negligenciada pelo tutor, que não demonstrava se importar com o bem-estar dos menores.

Não era responsabilidade de o tutor cuidar dos menores, mas ele deveria administrar os bens e o rendimento desses bens, coisa que não fez Francisco Ernesto de Carvalho. Ao se mudar para Salvador, levando consigo escravos que pertenciam aos menores, deixou a casa da fazenda deteriorada e não prestou contas dos rendimentos anuais das roças de açúcar, fumo e mandioca, cultivadas no Engenho São Luiz.

Maria Silvina escreveu três queixas, requerendo do Curador de Órfãos que estipulasse um valor mensal para a sobrevivência das crianças e que o segundo tutor fosse nomeado, para que cuidasse das despesas dos menores. Ele alertava para o fato de que Francisco Ernesto de Carvalho havia levado os escravos dos menores para “cidade da Bahia”, não sabendo ela qual o fim deles, e que o Engenho São Luiz foi abandonado. Restava ainda a declaração mensal dos rendimentos do Engenho, que seria a safra de açúcar, farinha e fumo, os gados criados e comercializados.

Nas queixas, Maria Silvina do Amor Divino ratifica e enfatiza que os menores foram abandonados, assim como seus bens. Todas as petições de Maria Silvina do Amor Divino foram juntadas aos autos do inventário e o juiz curador foi incumbido de notificar a Ernesto

⁴⁶ AFJMSG. Inventário de Joaquim Simões de Araújo (1872-1889). Caixas Avulsas.

de Carvalho, para que ele fizesse declarações sobre como estavam os menores e o rendimento de seus bens.

Gilberto Freyre, na década de 1930, tendeu a afirmar o caráter harmonioso das relações afetivas entre senhores e escravas, ou com mulheres livres. Todavia, uma diversidade de autoras e autores destacam os conflitos e as relações de poder a que as mulheres escravizadas estavam submetidas, como Graham⁴⁷ e Grinberg⁴⁸. Consideramos aqui que, em meio à violência patriarcal das relações escravistas extremamente desiguais e hierárquicas, havia, ainda assim, espaço também para a negociação e a ação daqueles homens e mulheres. Nessa perspectiva, Sandra Graham afirma que “... a escravidão era uma rede, não apenas e nem mesmo principalmente de relações de trabalho (...), mas antes uma rede de relações sociais entre pessoas de condições legais, recursos, mobilidade, instrução e poder radicalmente distintas...”⁴⁹.

Joaquim Simões, nos inventários, declarava e deixava um quinhão para filhos naturais que tivera antes ou durante do casamento com sua esposa Maria Joaquina de Santana. Através da leitura de seu testamento, sabemos que depois da morte de sua esposa ele teve dois filhos com Maria Silvina do Amor Divino. Nada mais sabemos sobre a identidade de Divino. Teria sido escrava, agora liberta? De onde viera? Os documentos omitem a cor, o *status* jurídico e as relações constituídas por Maria Silvina.

Em 1873, na partilha dos bens, Maria Silvina aparece novamente como regente da casa de Joaquim Simões, que lhe devia 2.537,652 réis pelos serviços por ela prestados. Esses indícios me levaram a concluir que Maria Silvina, diferentemente de Libânia, era uma mulher livre que cuidava da casa de Joaquim, fazendo serviços de criada. Teve com Joaquim Simões dois filhos, e já tinha outros dois anteriormente. Seu estatuto de mulher livre tornou possível a ela recorrer ao juízo de órfão a respeito do abandono e descuido do tutor Francisco Ernesto de Carvalho, com relação aos bens de seus filhos e os da escrava Libânia.

Como vimos, Maria Silvina do Amor Divino, a regente da casa de Joaquim Simões de Araújo, escreveu quatro petições ao juízo curador José Augusto de Freitas, a fim de que alguma providência fosse tomada: a primeira de 2 de agosto de 1877 e a última de 5 fevereiro de 1881. Ela solicitava que fosse feita uma verificação dos bens e “veja autos e comparem mediante um arrolamento verdadeiramente feito o estado que se acham os bens como estavam anteriormente”⁵⁰. Pedia também que fosse nomeado um tutor, e que se passasse mandado de

⁴⁷ GRAHAM, Sandra L. **Caetana diz não**: história de mulheres da sociedade escravista brasileira. São Paulo. Companhia das Letras, 2005.

⁴⁸ GRINBERG, Keila. **Liberata**: ...

⁴⁹ GRAHAM, Sandra L. **Caetana diz não**:... p. 222.

⁵⁰ AFJMSG. Inventário de Joaquim Simões de Araújo (1872-1889). Caixas Avulsas. 14 de maio de 1879

citação a Francisco Ernesto de Carvalho, como réu, responder sobre os menores, e para juntar aos autos os relatórios sobre como estavam os menores e os rendimentos de seus bens.

Segundo os autos do processo, o juiz curador teria convocado Ernesto para comparecer em juízo para depor a respeito dos menores e o estado atual de seus bens.

Ao receber o primeiro chamado de comparecimento à justiça, Francisco Ernesto de Carvalho respondeu que não era devedor de nada, pois não era herdeiro, apenas tutor dos bens.

Dia 9 de agosto de 1878, o oficial de justiça depõe que entregou nas mãos de Francisco Ernesto de Carvalho a intimação para comparecer em juízo, e que ele nem se dignou a respondê-lo. Com a recorrência dos mandados e a omissão de Francisco Ernesto, novas sentenças foram abertas e todas as intimações, segundo o oficial de justiça, Manoel Caetano Brandão, “entreguei nas próprias mãos de Francisco Ernesto de Carvalho, a intimação para comparecer em juízo, este nada respondeu.”⁵¹

Ernesto compareceu ao cartório em 29 de novembro de 1878 e declarou que prestaria contas das pessoas e de seus bens sobre sua tutela e que não tinha nada mais a declarar. No depoimento, disse que três menores – Francelina, Virgílio e Francisca – foram deixados sob os cuidados de Maria Silvina; que estavam aprendendo a ler e escrever e recebendo ensinamento religioso; que inclusive um deles, Virgílio, fora matriculado no Colégio. O quarto tutelado, Emílio, estava sendo cuidado pela escrava Felipa.

A leitura do depoimento nos leva a entender que Francisco Ernesto de Carvalho não queria prestar contas dos bens, nem dos menores, apenas queria manter seu lugar de tutor, usando os bens daqueles em proveito próprio. Esse fato pode ser observado ainda na declaração que faz sobre os rendimentos dos bens dos menores. Francisco disse que era um tempo de crise e, portanto, não havia rendimento dos bens dos menores, que o juiz poderia confirmar seu depoimento sabendo dos grandes produtores sobre o rendimento de sua fábrica. Que o rendimento era o suficiente para o sustento dos menores, assim, cada um possuía os bens no valor que receberam na partilha.

Todavia, as intimações e o processo não acabam com as declarações de Ernesto. Em 15 de maio de 1881, um novo indivíduo aparece nos autos dos processos: o capitão João Francisco de Carvalho. Em seu depoimento, ele diz ser herdeiro por cabeça de sua mulher. Sem declarar o nome dela, afirma que era filha de Joaquim Simões de Araújo. Em sua petição, diferente de Maria Silvina, ele reúne provas que comprovavam o abandono da tutoria por Ernesto de Carvalho. Na primeira petição, João Francisco relata que os menores eram herdeiros de 12 escravos, engenho, bois e que nada recebiam para sustento deles. Relata

⁵¹ AFJMSG. Inventário de Joaquim Simões de Araújo (1872-1889). Caixas Avulsas. 26 de agosto de 1878.

também que o tutor se mudara para cidade da Bahia, deixando os bens sem um administrador, e que este havia vendido a casa de farinha. A casa do engenho, por sua vez, encontrava-se em completo abandono. Nesta petição, João Francisco de Carvalho solicitou ao Juízo Curador Geral (não consta o nome no requerimento) a remoção de Francisco Ernesto de Carvalho como tutor nomeado dos menores.

Surge a necessidade em saber como João Francisco de Carvalho aparece nos processos. Existe a possibilidade que tivesse sido a pedido de Maria Silvina, ou de Libânia, embora nos autos nada conste sobre a presença ou participação desta última, o que sugere que naquele momento ela continuava na condição de escrava. Desse modo, seu agenciamento, para que os bens de seus filhos não fossem destruídos, precisava ser feito a partir de terceiros. É plausível, portanto, que as petições apresentadas por João Francisco de Carvalho tenham sido feitas a pedido de Libânia. Com mais propriedade que Maria Silvina, sendo homem, proprietário e com patente de capitão, João Carvalho entrou com a petição apresentando testemunhas para confirmar que Francisco Ernesto de Carvalho não cuidava dos bens dos menores e que ele se mudou para a cidade da Bahia, deixando os menores sem tutoria. As testemunhas ratificam as afirmações do capitão: o abandono do tutor, relatando que este nunca cuidou do interesse dos tutelados, que não estava na companhia dos mesmos e que se mudou para a capital da Bahia levando consigo os escravos dos menores.

O juiz de Órfão acatou a petição de João Francisco de Carvalho, destituindo Francisco Ernesto de Carvalho da tutoria dos menores, notificando-o a comparecer em três dias para prestar conta dos bens deixados por Joaquim Simões para seus filhos. Todavia, Francisco Ernesto de Carvalho não compareceu em juízo para fazer as declarações pertinentes às crianças. À sua revelia, João Francisco Ernesto de Carvalho foi afastado da tutoria e os bens dos menores foram sequestrados até que um novo tutor fosse instituído. Em 2 de junho de 1881, Carvalho instituiu como seu advogado José Almachio Ribeiro, que não compareceu à audiência.

O advogado dos menores entrou com um requerimento para proceder a justificação do abandono dos menores pelo tutor, e algumas testemunhas foram chamadas a depor. A primeira delas foi João do Carmo Pereira de Castro, solteiro, 31 anos, morador da Freguesia de São Gonçalo dos Campos, que disse que o tutor nunca estivera em companhia dos menores, deixando-os com Maria Silvina do Amor Divino e relatou que para o sustento deles dava apenas a quantia de 50 réis mensais. E ainda declarou que o tutor destruíra os bens dos menores, levando os escravos para serem vendidos em praça pública na cidade da Bahia. As demais testemunhas igualmente sustentaram a declaração de que Francisco Ernesto de

Carvalho abandonou os menores, levando os escravos consigo e deixando os demais bens serem destruídos.

A leitura das ações não é fácil, ainda mais por que muitas páginas não estão com as letras legíveis, muitas estão rasuradas tornando mais difícil ainda a decodificação das palavras e a interpretação das sentenças. A decisão foi contra o tutor Francisco Ernesto de Carvalho e favorável para os menores, um novo tutor foi nomeado e os bens foram a praças públicas para serem avaliados.

1.3 O Reconhecimento pela Maioridade

A família da ex-escrava Libânia Maria da Conceição e seus filhos Francisca Romana da Conceição e Emílio da Conceição Brasil são como as famílias de escravos que firmaram laços afetivos com proprietários de escravos e engenho que se estenderam por gerações, em que a mãe empreendeu esforços para que a maioria de seus filhos fosse aceita pelas autoridades, e assim recebessem seus bens e conseguissem, como família de libertos, se fortalecerem para sobreviver em uma sociedade escravocrata edificada na desigualdade racial. Todavia, não podemos esquecer que as trajetórias de indivíduos transitavam entre as categorias de cor/origem.

Inadvertidamente, as fontes revelam os “planos” do tutor em aproximar os menores dos lugares sociais gerados no seio da escravidão, uma postura observada ao longo da formação da sociedade brasileira, matizada pelas cores dos seus habitantes e pelas relações cotidianas de poder, como destacou Sílvia Lara⁵² sobre as relações estabelecidas entre livres e libertos. Douglas Libby⁵³, também, destacou a cor da pele associada à condição que separa a liberdade da escravidão. A partir dessas reflexões é possível compreender a divisão entre os membros da família – o pai, Joaquim de Simões Araújo, os tutores, irmãos e padrinhos – ou seja, as fontes manifestam os comportamentos daqueles nascidos de mães livres, libertas e escravas.

Os litígios evidenciam que a todo momento Francisca e Emílio eram lembrados que sua mãe fora escrava de seu pai e que a herança que eles receberam foram de concessões senhoriais. Todavia, Libânia se mostrava pouco ou nada submissa aos símbolos que sua “parentela” acionava como distinção social, incorporado na linguagem – *os filhos da escrava Libânia* – posicionando-os hierarquicamente inferiores aos demais irmãos.

⁵² LARA, Sílvia Hunold. **Fragmentos setecentistas**. Escravidão, cultura e poder na América portuguesa. São Paulo. Editora Companhia das Letras, 2007.

⁵³ LIBBY, Douglas Cole; PAIVA, Clotilde A. Caminhos alternativos: escravidão e reprodução em Minas Gerais no século XIX. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v.25, n. 2, p.203-233, maio./ago., 1995.

Libânia, tendo ciência de que os bens de seus filhos estavam sendo desperdiçados, e que a maioria deles não era aceita pelos tutores, decidiu pedir a certidão de batismo de seu filho Emílio. Na certidão, o padre José Juliano de Miranda, secretário interino da Paróquia de Iguape, local em que Emílio fora batizado, em 4 de agosto de 1888, declarou que

Libânia de Araújo afim de seu direito procura, que V. Ex. Rem. digna mandar ao pé desta, o teor do assento do batismo de seu filho Emílio que tem lugar da freguesia de S. Tiago do Iguape, em dez dias do mês de janeiro do ano de 1868, sendo seus padrinhos Francisco Ernesto de Carvalho e sua mulher D. Eugenia Rosa de A. Carvalho.⁵⁴

Além desse pedido, outros dois foram feitos aos párocos. O primeiro deles foi de Virgílio Americano do Brasil, filho de Maria Silvina do Amor Divino, batizado em 29 de junho de 1865, com três anos de idade. A outra solicitação foi de Francisca Romana da Conceição. Nesta solicitação, o escrivão do Juízo de Órfãos, Joaquim Ribeiro de Oliveira, relata o teor dos autos jurídicos: Francisca Romana da Conceição, filha natural de Libânia, escrava de Joaquim Simões de Araújo, ao atingir a idade de 21 anos foi à paróquia de São Gonçalo dos Campos a fim de obter o documento comprobatório de sua maioridade e, assim, habilitar-se para receber sua herança. Mas Francisca não encontrou o livro, que havia sido extraviado. Sendo assim, como a lei facultava duas opções de comprovação de seu nascimento, Francisca entregou as anotações escritas “*de próprio punho pelo seu benfeitor*”⁵⁵ Joaquim Simões de Araújo.

Segundo Leonara Lacerda Delfino, na Freguesia de São Bom Jesus dos Mártires (atual topônimo de Pouso Alegre-MG) no período de 1810 a 1873, “[...] Os senhores as obrigavam a viver em ‘concupinato involuntário’ e por não terem como medir forças, essas mulheres se submetiam para evitar o experimento do ‘cativeiro mais rigoroso’. [...]”⁵⁶. A autora afirma que por não terem como medir forças, essas mulheres se submetiam aos desejos dos senhores. Entretanto, consideramos que Libânia, ao mesmo tempo em que tinha que se submeter aos desígnios de seu senhor, dada a desigualdade de forças na relação, utilizava-se do concubinato para reivindicar melhores condições de vida para seus filhos, buscando criá-los longe do cativeiro.

⁵⁴ AFJMSG. Inventário de Joaquim Simões de Araújo (1872-1889). Caixas Avulsas

⁵⁵ AFJMSG. Inventário de Joaquim Simões de Araújo (1872-1889). Caixas Avulsas.

⁵⁶ DELFINO, Leonara Lacerda. **O Rosário dos Irmãos Escravos e Libertos: Fronteiras, Identidades e Representações do Viver e Morrer na Diáspora Atlântica. Freguesia do Pilar de São João del-Rei (1782-1850).** 2015. 526f. Tese de Doutorado em História Universidade Federal de Juiz de Fora, MG. 2015. p. 129.

Afinal, se pensarmos que a Freguesia de São Gonçalo durante muito tempo alimentou sua mão de obra escrava através da reprodução natural endógena, ter relações consensuais com seus senhores e ter filhos naturais podia representar, para essas mulheres escravizadas, a perspectiva de liberdade para si e para seus filhos.

Como padrinho Emílio, um dos filhos de Libânia, Francisco gozava de certo prestígio entre seus compadres, tanto que Joaquim Simões o escolheu para ser o primeiro tutor testamentário e inventariante de seus bens. Possivelmente Libânia também o considerasse uma figura de confiança, com certo prestígio social. Na condição de tutor, Francisco Ernesto de Carvalho demonstrou que tanto Libânia como seus filhos estavam em hierarquias sociais diferentes, já que eram sujeitos oriundos do mundo da escravidão.

Os pedidos de reconhecimento de maioridade extrapolavam as questões de receberem ou não a herança, mas tinham por objetivo superar as imposições geradas pelo cativo, de ser ela uma ex-escrava e seus filhos vistos pelas lentes das relações escravagistas. Francisca e Emílio, embora fossem herdeiros da terça de Joaquim Simões, eram filhos de uma escrava, menores aptos para atividades laborais.

Ao longo deste texto, tentamos expor indícios das experiências de Libânia, escrava nascida e batizada no Engenho São Luiz. Como sua mãe, a escrava Felícia, Libânia prestava serviços forçados no Engenho São Luiz. Aos 17 anos de idade se tornou mãe de uma criança cujo pai era seu próprio senhor, Joaquim Simões de Araújo. Os documentos não apresentam diretamente a atuação dela nas relações cotidianas, mas vão deixando pistas que tornou possível contar a história dessa escrava e de seus filhos, posterior à morte de seu pai, mesmo herdeiros da maior parte da herança, eram reconhecidos entre seus parentes como escravos, filhos da escrava Libânia.

Ao constituir três tutores, Joaquim tirou de Libânia o direito de criar e cuidar de seus filhos. Ela, todavia, em nenhum momento esteve ausente, ela própria solicitou o reconhecimento da maioridade de seu filho Emílio. Mesmo que os documentos não exponham claramente, os vestígios neles contidos nos permitem saber que essa família liberta atuou para que fossem reconhecidos socialmente como livres e pudessem desfrutar dos bens havidos por direito.

1.4 A História de Libânia

Em 29 de junho de 1848, Libânia, párvula, nove meses de idade, filha de Felícia, escrava de Joaquim Simões d'Araújo, participou da solenidade de batismo realizada pelo

Reverendo João Crisóstomo Gomes, na Capela do Engenho São Luiz, localizado na região de Afligidos, ao leste da Vila de São Gonçalo dos Campos do termo da Cachoeira, Recôncavo – Província da Bahia, sendo Joaquim José Santana⁵⁷ o padrinho. O registro do batismo de Libânia não foi nada excepcional, já que havia entre os proprietários de escravos o costume em ampliar suas populações escravas através da reprodução endógena. Todavia, este chama atenção pela riqueza de evidências na documentação, a partir da qual pudemos reconstituir parte de sua trajetória, que ilumina as relações sociais naquele Engenho e na Vila de São Gonçalo, história que poderemos acompanhar a seguir.

É possível que Felícia, a mãe de Libânia, tenha nascido no Brasil, presumivelmente no Engenho São Luiz, uma vez que não foi mencionada sua nacionalidade, informação presente nos registros das escravas e escravos nascidos em África. Desse modo, Felícia, que nascera escrava, teria sido crioula e a filha Libânia pertencia, portanto, à segunda geração das escravas nascidas na região.

Libânia, como consta em seu registro de batismo, nasceu em 1848 no Engenho São Luiz e foi batizada na Capela daquele mesmo engenho. Foi também ali que viveu a experiência da escravidão no serviço da lavoura, junto aos outros 80 escravos que trabalhavam na produção da cana-de-açúcar, no período de 1863 a 1865, como consta no inventário de Maria Joaquina de Santana. Em 1873 não encontramos Libânia entre os 37 escravos arrolados no inventário de Joaquim Simões de Araújo⁵⁸. Ao encontrar seus sinais no testamento, inventário e declaração de batismo dos filhos, tentei verificar se se tratava da mesma pessoa. Investiguei se existia carta de alforria, escritura de compra e venda ou algum outro documento que pudesse contestar se se referia a mesma pessoa. Sendo assim, nesta ocasião, Libânia tinha 24 anos e se encontrava emancipada, sendo mãe de duas crianças por nome de Francisca Romana da Conceição e Emílio da Conceição Brasil, estes, igualmente, filhos naturais do proprietário do Engenho Joaquim Simões d'Araújo.

Libânia, na condição de escrava, vivenciou as duras condições de trabalho nas plantações de cana-de-açúcar e, quando fez 17 anos de idade, tornou-se amasia de Joaquim Simões, tendo com ele dois filhos. É importante destacar que, pelas declarações de Joaquim, seu envolvimento com as mulheres se deu posteriormente ao falecimento de sua mulher Maria Joaquina de Santana, provavelmente entre 1860 e 1863. Entretanto, em 1873 ele tinha uma filha maior, casada, e três menores. Matematicamente, Joaquim teve pelo menos a sua

⁵⁷ AAFS, Livro de Batismo, 1846-1852, p. 367.

⁵⁸ Sem opção de outros registros, e como não consta outra Libânia entre os 37 escravos arrolados no inventário de Joaquim Simões d'Araújo, é presumível que a criança foi batizada em 1848.

primeira filha natural, Francelina Augusta do Amor Divino, filha de Maria Silveira do Amor Divino, antes mesmo do falecimento de Maria Joaquina de Santana.

Os inventários de Maria Joaquina de Santana (1863-1865) e de Joaquim Simões de Araújo (1872 – 1888) possuem lacunas a respeito dos primeiros anos de vida de Libânia até a idade de 17 anos, quando aparece no rol de escravos grávida. Novamente, o inventário de Joaquim Simões de Araújo emudece sobre o destino seguido por Libânia. Isso é comum, afinal, o inventário tinha por finalidade a repartição dos bens dos herdeiros, e Libânia aparece de maneira secundária, como escrava e como a mãe de dois dos filhos de seu senhor.

Apesar do silenciamento nas fontes, é possível sugerir as atividades laborais feitas por Libânia, através da análise dos utensílios e atividades econômicas realizadas no Engenho. Sendo assim, observamos que a experiência de Libânia não está distante das experiências de outras crianças escravizadas na Freguesia. Foi fruto da reprodução biológica de uma das escravas de Joaquim Simões de Araújo, passou pelo sacramento do batismo e como sua mãe, estabeleceu redes verticais de compadrio. Permaneceu como escrava do serviço da lavoura do Engenho São Luiz até a idade adulta. Teve dois filhos com o senhor de engenho, não recebeu a alforria, nem depois da abolição da escravatura, tendo atuado como representante de seu filho Emílio, requerendo o reconhecimento da maioridade do mesmo.

Portanto, a história de Libânia e de seus filhos revela um pouco das ambiguidades e das experiências a que estavam sujeitas as crianças escravas e suas mães na Freguesia de São Gonçalo dos Campos, no século XIX. Ela serve de porta de entrada para o conhecimento das micro-histórias de vida das crianças escravizadas nesta Freguesia. A partir dela, tomamos o conhecimento de outras experiências como esta, porém, não menos relevantes para o estudo da escravidão de crianças, uma vez que este é um universo completamente novo e merece maior investigação a respeito, como veremos nos próximos capítulos.

CAPÍTULO II A FREGUESIA DE SÃO GONÇALO DOS CAMPOS, RECÔNCAVO DA BAHIA NO SÉCULO XIX (1835-1871)

Este capítulo visa analisar os aspectos do cotidiano material dos senhores de escravos para chegar às experiências das crianças escravizadas, na Freguesia de São Gonçalo dos Campos, no período que vai de 1835 a 1871. O corpus documental pesquisado é composto por 50 inventários, que foram abertos entre os anos de 1841 e 1888. Também utilizamos a *Relação de Número de Fogos e Moradores do Distrito da Freguesia de São Gonçalo dos Campos de Nossa Senhora da Cachoeira*⁵⁹, de 1835 e os *Registros Eclesiásticos de Terras de São Gonçalo dos Campos*, de 1857-1863⁶⁰ para, através da investigação deles, termos uma noção da conjuntura social da Freguesia no período citado. Tais documentos foram encontrados no Arquivo Público do Estado da Bahia, no Arquivo Monsenhor Mário Galvão (Casa do Sertão – Universidade Estadual de Feira de Santana), no Arquivo Público Municipal de Cachoeira e no Cartório do Fórum Ministro João Mendes, localizado na cidade de São Gonçalo dos Campos.

Tais fontes preservam valiosos indícios sobre os aspectos materiais da vida dos senhores de escravos na Freguesia de São Gonçalo dos Campos. Através desses indícios, conseguimos nos aproximar dos cenários em que se passaram as experiências de crianças escravizadas. Particularmente indagamos sobre as composições fundiárias das fazendas, de que modo se constituíam as faixas de fortunas e quais atividades econômicas eram desenvolvidas pelos senhores das crianças cativas.

2.1 A Análise das Fontes para Compreender as Experiências das Crianças Escravizadas

2.1.1 A vida dos senhores de crianças escravizadas em São Gonçalo: inventários

Na segunda metade do século XIX, como já relatamos no capítulo anterior, Joaquim Simões de Araújo escreveu um testamento e um ano depois, em 1873, foi aberto o inventário, que seria finalizado em 1889. Os inventários eram abertos frequentemente por aqueles que

⁵⁹ APEB, *Relação de Número de Fogos e Moradores do Distrito da Freguesia de São Gonçalo dos Campos de Nossa Senhora da Cachoeira*. Maço 5683, S/D.

⁶⁰ APEB, *Registros Eclesiásticos de Terras de São Gonçalo dos Campos*. Livro nº 4807 (1857-1863).

tinham bens e desejavam inventariá-los para partilhar entre seus herdeiros. Foi o caso de José Ribeiro de Oliveira, casado com Ana Joaquina Ribeiro Cerqueira, moradores da fazenda Gameleira, região da Capela da Matriz, que teve inventário aberto em 1857, na sequência de seu falecimento.

Três anos antes, em 1854, teve a abertura o inventário de Manoel Borges Falcão. No mesmo ano, foi a vez da abertura do inventário de José Ferreira de Almeida. Os cálculos e as divisões dos bens se encerraram em 1866, no caso do primeiro, e em 1870, no caso do segundo. O inventário de Maria da Conceição Bastos teve início em 1855, sendo concluído dois anos depois. José Borges Falcão, entre os demais senhores de crianças escravas, aqui tratados, aparece com um menor número de escravos. De igual modo, deixou um inventário, nos anos de 1870, que nos permitiu conhecer os seus bens. Assim, dedicando-nos minuciosamente à investigação de cada indício detectado nas fontes, foi possível desenhar os contornos da freguesia de São Gonçalo dos Campos no período de 1835 a 1871.

Outros inventários aparecem ao longo deste capítulo, mas esses acima mencionados nos interessam particularmente, pois trazem de inusitado os nomes e sobrenomes que permitiram acompanhar suas vivências, ou mais precisamente, as experiências de seus escravos, em diversas temporalidades e contextos.

Muitos destes, abertos em 1841, só encerraram no final da década de 1860. Outros, abertos na década de 1860, tiveram o fechamento nos anos de 1880. Os inventários de Joaquim Simões de Araújo e o de José Ribeiro de Oliveira, por exemplo, consumiram mais de 400 páginas entre avaliações, requerimentos, processos, sentenças, conclusões e outros papéis. Esses documentos nos conduzem dos eventos individuais para múltiplos contextos, com a participação de diversos sujeitos.

Um inventário é um documento cartorial que serve para levantar, descrever, avaliar e dividir o espólio deixado entre os herdeiros devidos. Apesar de seu caráter formal, esse tipo de registro reúne informações significativas para quem se dedica ao estudo das relações escravagistas. Assim, para chegar às crianças escravizadas, neste primeiro momento, questionamos sobre o perfil dos proprietários de escravos presentes na Freguesia de São Gonçalo dos Campos. Investigamos o tamanho das propriedades fundiárias, o *monte mor* declarado nos inventários, o perfil dos senhores de escravos e as atividades econômicas desenvolvidas por eles, utilizando para isso o uso da mão de obra de crianças escravizadas.

Entre os pesquisadores de escravidão no Brasil, é comum a opinião que um inventário é uma fonte riquíssima que permite desvendar mistérios sobre as experiências da população cativa. Kátia Mattoso, uma das primeiras pesquisadoras a trabalhar com inventários e

testamentos, advertiu que através deles foi possível acompanhar a vida dos libertos na Bahia do século XIX⁶¹. Na perspectiva da pesquisadora, apesar de sua natureza lacunar, os inventários e testamentos registrados por homens e mulheres na Bahia oitocentista representam a categoria daqueles que tinham algum tipo de bem para deixar, como as heranças⁶². Ou ainda, como desvela Sheila de Castro Faria, “os inventários eram feitos para os que tiveram algo a deixar”⁶³. As pesquisadoras Mattoso e Castro, ressaltando as possibilidades de estudo através das análises dos inventários *post mortem*, da mesma maneira, admitem os limites dessa fonte quando reiteram que a confecção era feita apenas por indivíduos que acumularam bens ao longo da vida e/ou por aqueles que quiseram inventariar os bens deixados.

Como em toda pesquisa histórica, é necessário observar as especificidades da fonte utilizada, suas particularidades e possibilidades de leitura. À vista disto, afirma Bert Jude Barickman, “os inventários são, por natureza, uma fonte tendenciosa”⁶⁴, pois omitem diversas informações, como as mentalidades e os valores construídos sobre o seu mundo.

Como fontes da história, admitem possibilidades de pesquisas e limitações, como deixam transparecer as dimensões territoriais declaradas pelos inventariantes. De todo modo, nos inventários podemos detectar ricos indícios e revelar, entre outros detalhes, os patrimônios dos senhores das crianças escravizadas em São Gonçalo dos Campos. Desse modo, citamos os argumentos de André do Nascimento Corrêa, o qual afirma que:

Sabemos que os inventários *post mortem* têm as suas limitações, porém, esta fonte é extremamente rica. Revela-nos o patrimônio de uma parcela da sociedade no qual os cativos faziam parte. A expressiva quantidade destes documentos corrobora para que tenhamos uma sequência considerável de informações sobre o tempo passado, e isso será fundamental para o seu entendimento.⁶⁵

O inventário, por si só, assim como qualquer fonte, não nos diz nada sobre um fato social. Porém, a partir dele esta pesquisa pôde obter respostas para os questionamentos aos quais nos propomos, tornando-se uma interessantíssima fonte de pesquisa. Não obstante, o principal desafio aqui enfrentado são as lacunas que um inventário apresenta. Desse modo,

⁶¹ MATTOSO, Kátia M. de Queiroz. **Testamentos de Escravos ...**. Ver também: MATTOSO, Katia M. de Queiroz. **Da revolução dos alfaiates ...**

⁶² MATTOSO, Kátia M. de Queiroz. **Testamentos de Escravos ...**

⁶³ FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p. 225.

⁶⁴ BARICKMAN, B. J. **Um contraponto baiano:...** p. 34.

⁶⁵ CORRÊA, André do Nascimento. Roceiros, campeiros e domadores: o ofício do trabalho escravo na Vila de Caçapava (1831-1839). In: **Revista Latino-Americana de História (Edição Especial – Lugares da História do Trabalho)**, v. 1, n. 3, Mar. 2012. p. 60.

para resolver tais lacunas detectadas, montamos uma colcha de retalhos composta pelas diferentes fontes que aqui serão apresentadas e analisadas.

Nos inventários buscamos especialmente compreender como estava formada a conjuntura social da Freguesia de São Gonçalo dos Campos. Fomos identificando nomes dos proprietários, a relação de bens, o tipo e a dimensão das propriedades em que elas estavam alocadas, a localização das fazendas e o número de escravos que ali viviam, os instrumentos agrícolas utilizados para a produção, os animais e as pastagens. Por conseguinte, os inventários aqui analisados, apesar de apresentarem várias lacunas, oferecem os nomes das fazendas, terras, utensílios e acessórios de trabalho, trazendo um campo de possibilidades para chegarmos às relações sociais estabelecidas na Freguesia durante o período estudado.

Ao encontrar o inventário de Joaquim Simões de Araújo em meio a documentos e objetos armazenados no cartório de notas, do Fórum Ministro João José Mendes, entre as caixas de processos, inventários e notas de diferentes períodos, naquelas páginas escurecidas pela ação do tempo e com outras rasuradas por terem sido expostas a algum tipo de líquido, encontramos uma surpreendente fonte para o estudo da história da escravidão no Recôncavo da Bahia.

Foi deste inventário que extraímos a experiência de Libânia e seus filhos, a qual foi contada no primeiro capítulo. Histórias que remetiam às múltiplas possibilidades de experiências vivenciadas pelas crianças escravizadas na freguesia. Do mesmo modo, o inventário de Joaquim Simões de Araújo revela o cotidiano em que a escrava e seus filhos participavam.

2.1.2 Relações sociais em São Gonçalo: Relação de Fogos e Moradores

Quanto às questões não respondidas durante as análises dos inventários, recorremos a diversos documentos, a fim de esquadrihar as predileções e ações dos lavradores de fumo no uso da terra e a aquisição dos escravos, beneficiando-nos do método da ligação nominativa⁶⁶. O método de pesquisa, portanto, consistiu na pesquisa sistemática de nomes e sobrenomes dos lavradores em diversas fontes, a exemplo da *Relação de Número de Fogos e Moradores do Distrito da Freguesia de São Gonçalo dos Campos de Nossa Senhora da Cachoeira*⁶⁷, de

⁶⁶ LEVI, Giovanni. **A herança imaterial:...**; GINZBURG, Carlo. **O Queijo e os Vermes:...**; OSENTHAL, Paul-André. “Construir o macro pelo micro: Frederik Barth e a microstoria”. In: REVEL, Jacques (Org.). **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro. Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

⁶⁷ APEB, *Relação de Número de Fogos e Moradores do Distrito da Freguesia de São Gonçalo dos Campos de Nossa Senhora da Cachoeira*. Maço 5683, S/D.

1835 e dos *Registros Eclesiásticos de Terras de São Gonçalo dos Campos*, de 1857 a 1863⁶⁸. O uso da prosopografia foi fundamental para detectar no universo estudado os indícios que permeavam as trajetórias de diferentes sujeitos em busca de variáveis significativas, que movimentam os comportamentos ou ações coletivas dos escravos e suas comunidades na região em estudo⁶⁹.

No caso da freguesia de São Gonçalo, o recenseamento manuscrito confeccionado pelo padre Vicente Ferreira Gomes⁷⁰, conforme Barickman⁷¹, é uma lista nominativa do Império feita em 1835⁷², que traz uma série de informações sobre a composição dos fogos (domicílios). A Relação de Fogos tem uma folha de abertura constando um mapa e está dividida em cinco povoações: Matriz, Santa Luzia, Afligidos, Mercês e Humildes. Isso permite distinguir as características demográficas e econômicas de cada uma daquelas localidades.

Em seguida, há uma ficha de informações contendo as seguintes variáveis: nome dos moradores/habitantes dos fogos, qualidade (cor), estado civil, idade, profissão, nacionalidade e o campo para “observações”. Cotejando essas informações, selecionamos dados demográficos sobre as comunidades de livres, libertos e escravos de cada povoação daquela região.

Dando continuidade à ordem dos dados contidos na *Relação de Fogos*, declarava-se primeiramente o nome do chefe de família, depois o da mulher e dos filhos. Na sequência vinham os nomes dos parentes que com o chefe moravam, dos escravos, agregados e/ou domésticos, o que nos possibilitou ter um vislumbre social da Freguesia.

2.1.3 Estruturas fundiárias em São Gonçalo: nos Registros Eclesiásticos de Terras

Para contemplar as informações sobre as propriedades fundiárias, recorreremos aos Registros Eclesiásticos de Terras⁷³, que são resultantes da Lei de Terras de 1850⁷⁴,

⁶⁸ APEB. Registros Eclesiásticos de Terras de São Gonçalo dos Campos. Livro nº 4807 (1857-1863).

⁶⁹ STONE, Lawrence. “**Prosopography**”. Daedalus, 1971; CHARLE, Christophe. “A prosopografia ou biografia coletiva: balanço e perspectivas”. In: HEINZ, Flavio M. (org.) **Para uma outra história das elites**. Ensaios de prosopografia e política. Rio de Janeiro, FGV, 2006.

⁷⁰ APEB, Relação de Número de Fogos e Moradores do Distrito da Freguesia de São Gonçalo dos Campos de Nossa Senhora da Cachoeira. Maço 5683, S/D.

⁷¹ BARICKMAN, B. J. As cores do escravismo: escravistas “pretos”, “pardos” e “cabras”. **População e Família**. n. 2, p. 7-59, São Paulo, 1999. p. 10.

⁷² BARICKMAN, B. J. **Um Contraponto Baiano...**

⁷³ APEB. Registros Eclesiásticos de Terras de São Gonçalo dos Campos. Livro nº 4807 (1857-1863).

⁷⁴ Ver SILVA, Lígia Osório. **Terras devolutas e latifúndio: efeitos da Lei de 1850**. Campinas. Editora da UNICAMP. 1996. De acordo com a autora, “[...] a lei foi elaborada como parte de um projeto global para a sociedade – a estratégia Saquarema de transição para o trabalho livre – mas a sua aplicação à sociedade foi o resultado

empreendida pelo Império, o que foi fundamental para conhecermos o tipo de ocupação fundiária com os quais estávamos lidando nesta investigação; identificar as propriedades devolutas e as ocupadas; oferecer a referências sobre a apropriação e uso do solo e o *status* jurídico e social dos proprietários e das propriedades.

Esses registros formam um corpo documental com informações a respeito dos limites, marcos, descrições, tipos de posses de frutos de partilhas e heranças, compras ou doações, o que colabora para a organização de um banco de dados importante, em que podem ser cruzadas informações como laços de parentescos e heranças de terras partilhadas entre os moradores da freguesia. Nos registros são relatados, inicialmente, o declarante (proprietário ou procurador), o tipo de propriedade, o tipo de posse e a descrição de seus limites. É possível identificar se os proprietários são homens e/ou mulheres, a condição civil de casados, viúvos, irmãos, pais e filhos.

Por tanto, o cruzamento das fontes permitem esquadrihar as experiências de senhores e escravos em diferentes temporalidades, de modo a perceber as flutuações nas condições materiais, o ciclo de vida, tal como saber quais as estratégias utilizadas pelos senhores para manter e aumentar a mão de obra escravizada ao longo dos anos.

2. 2 Os Cenários Escravagistas e a Produção de Fumo e Mandioca em São Gonçalo dos Campos

No Engenho São Luiz, Capela Afligidos, Freguesia de São Gonçalo dos Campos, desenrolou-se a história de Libânia, entre 1848 e 1888. Tudo o que sabemos é fruto da leitura do inventário de Maria Joaquina de Santana (1863) e de Joaquim Simões de Araújo (1873).

No mesmo Engenho, deparamo-nos com Francisca, filha da escravizada Libânia com o seu senhor, Joaquim Simões, como vimos no primeiro capítulo. Francisca nasceu e continuou morando no Engenho São Luiz até sua vida adulta, enviou um requerimento ao Juiz de Órfão solicitando o reconhecimento de sua maioridade, a fim de receber sua parte da herança. No requerimento, Francisca declara ser filha de Libânia, escrava de seu pai, Joaquim Simões de Araújo. A informação da identidade escrava de Libânia nos conduziu a uma releitura do inventário/testamento, a fim de compreender os mistérios que trazia aquela história.

Inicialmente, saber que Joaquim Simões de Araújo manteve relações sexuais ilícitas com sua escrava, moça, não era nada excepcional, já que a historiografia revela que Libânia não fora a primeira nem a última escravizada que vivera a relação de amancebamento com seu

de um processo no qual as diferentes camadas sociais interessadas entraram em conflito e encontraram os meios para acomodar o ordenamento jurídico aos seus interesses” (SILVA, 1996, p. 344).

proprietário. Muitas escravizadas teriam experimentado esse mundo privado da escravidão. Mesmo que não fosse de bom grado, as cativas usavam esses tratos ilícitos como negociação para conquistar algum tipo de benefício, como foi o caso de Liberata, tratada por Keila Grinberg⁷⁵, e muitas outras histórias de escravizadas que tiveram o reconhecimento da paternidade de seus filhos, conquistaram a alforria ou conseguiram herdar algum quinhão deixado pelos seus antigos proprietários. Isso podia ocorrer quando os proprietários, de “bom grado”, decidiam confeccionar um testamento constando sua última vontade, como observou Adriana Dantas⁷⁶, e analisamos no capítulo anterior.

O caso de Libânia é excepcional, porque não se tratava apenas de uma mãe escravizada, mas de uma “cria” do Engenho São Luiz que viveu ali sua infância e, quando considerada moça de “boa idade”, tornou-se mãe de duas crianças, filhas de seu proprietário. Além dessas informações a que tivemos acesso, há também as lacunas sobre as quais podemos apenas especular, a exemplo das informações sobre o número de filhos que tivera Libânia, saber se ela teve filhos que também faziam parte da reprodução biológica do Engenho ou não. De todo modo, os indícios que temos já são suficientes para afirmar que a propriedade em que Libânia era cativa, o Engenho São Luiz, fazia parte de um cenário maior, a Freguesia de São Gonçalo dos Campos do Termo da Cachoeira, onde a manutenção e a reprodução da população escrava se faziam especialmente através da reprodução biológica e, conseqüentemente, constatamos a presença de crianças escravizadas entre os trabalhadores das fazendas.

A Freguesia de São Gonçalo dos Campos⁷⁷, representando a divisão eclesiástica em capelas, estava sob a jurisdição da comarca de Cachoeira, pertencente à Cidade de Cachoeira. Aquela era uma região considerada estratégica, porque facilitavam a comunicação e a movimentação de pessoas e mercadorias. Situava-se à beira da Estrada Real, que ligava o Recôncavo ao Sertão baiano (Ver Mapas 1 e 2)⁷⁸. Apesar das diversas histórias contadas sobre sua ocupação⁷⁹, o povoamento se deu, sobretudo, dentro do processo de colonização portuguesa no Recôncavo da Bahia. Marli G. Teixeira e Maria José de S. Andrade consideram que o principal motivador do povoamento foram as plantações de cana-de-açúcar e fumo:

⁷⁵ GRINBERG, Keila. **Liberata:...**

⁷⁶ REIS, Adriana Dantas. **As mulheres negras por cima...**

⁷⁷ FRIDMAN, Fania. Freguesias fluminenses ao final dos Setecentos. **Revista IEB**. n. 48, mar. 2009.

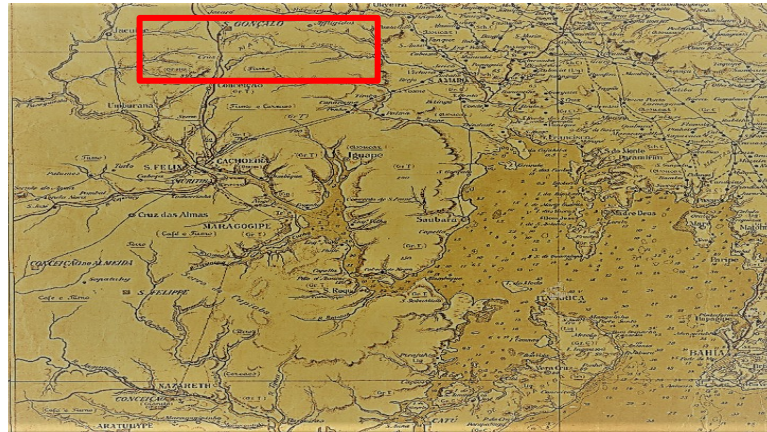
⁷⁸ TEIXEIRA, Marli Geralda & ANDRADE, Maria José de Souza. **Memória Histórica de São Gonçalo dos Campos**. Edição comemorativa do 1º Centenário do Município. 1984. p. 26. (separata).

⁷⁹ Ver CARVALHO, Maria Cristina Machado de. **A Família Cazumbá em São Gonçalo dos Campos/ 1870 – 1910**. 2013. 153f. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Cachoeira-BA. 2013; LESSA, Luciana Falcão. **Senhoras Do Cajado: um estudo sobre a Irmandade da Boa Morte de São Gonçalo dos Campos**. 2005. 167f. Dissertação de Mestrado em História - Universidade federal da Bahia. Salvador. BA, 2005.

A fixação do povoamento no arraial de São Gonçalo deveu-se a diversas razões. É improvável que a criação de gado bovino tivesse contribuição para o povoamento, dadas as características de extrema mobilidade dos rebanhos. Na verdade, as plantações de cana-de-açúcar e, sobretudo, do fumo, constituíram-se nos reais fatores para a fixação do homem à terra. Por outro lado, as qualidades do solo e do clima logo mostraram aos primeiros povoadores a vantagem de se dedicarem à lavoura fumageira, fato que marcaria definitivamente a história econômica da região.⁸⁰

A Freguesia, que ficava às margens de caminhos e estradas, que se constituíram enquanto passagem regular aos que buscavam atingir o interior da capitania da Bahia, Teixeira e Andrade acrescentam que a formação da vila se deu com o arraial que se formou em torno da Capela erigida em homenagem a São Gonçalo do Amarante, provavelmente entre 1687-1690⁸¹.

Mapa 1 – Recôncavo da Bahia, 1899



Fonte: BND. SAMPAIO, Theodoro. Carta do Recôncavo da Bahia, 1899. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/acervodigital>. Consultado 04/10/2019.

Mapa 2 – Recôncavo da Bahia, 1899



⁸⁰ TEIXEIRA, Marli Geralda & ANDRADE, Maria José de Souza. **Memória Histórica de São Gonçalo dos Campos...** p. 26.

⁸¹ *Op. Cit.* p. 26.

Fonte: BND. SAMPAIO, Theodoro. Carta do Recôncavo da Bahia, 1899. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/acervodigital>. Consultado 04/10/2019.

As autoras consideram ainda que na região dos Campos da Cachoeira já existia um pequeno arraial ao redor do engenho das irmãs Izabel e Maria Pereira Lobato, região da Capela de Nossa Senhora das Mercês, que foi incorporada à freguesia de São Gonçalo dos Campos da Cachoeira⁸². Não localizamos documentos relativos aos engenhos das irmãs, todavia, Mercês fazia parte das cinco capelas que incorporavam a Freguesia de São Gonçalo dos Campos do Termo da Cachoeira, como atesta a Relação de Fogos de 1835. Em vista disso, memorialistas, segundo Geraldo Alves Pereira⁸³, relatavam sobre as passagens e paragens de comitivas portuguesas que buscavam prata e ouro na Chapada Diamantina, especificamente em Jacobina, os responsáveis pelo povoamento da região fumageira de São Gonçalo dos Campos.

Lá pelos idos de 1825, o viajante e memorialista José Joaquim de Almeida e Arnizáu, em sua *Memória Topográfica, Histórica, Comercial e Política da Vila de Cachoeira*, observou que a Freguesia de São Gonçalo dos Campos se situava a duas léguas de Cachoeira, sendo considerada por ele como o coração dos Campos da Cachoeira. O memorialista considerou que a região era privilegiada, por causa de sua extensão topográfica, com terrenos planos e arenosos⁸⁴, o que justifica, de acordo com seu ponto de vista, as potencialidades econômicas do principal gênero agrícola cultivado por aquela sociedade: o tabaco⁸⁵.

De igual modo, os Campos da Cachoeira, fazendo parte do Recôncavo fumageiro, recebeu elogios de Luís dos Santos Vilhena (1744-1814), português e professor de grego na cidade de Salvador (1787-1799), em suas cartas escritas entre 1798 e 1799. Este sobreleva a produção fumageira do Recôncavo, como de melhor qualidade do que as de outras partes do Brasil, pois, em sua opinião, as terras nessa região eram apropriadas ao seu cultivo:

Creio que não ignoras ser a erva do tabaco de qualidades diferentes, a que se tem igualmente dado diversidades de nomes, e que todas elas produzem maravilhosamente por todo o Brasil, mas que nos campos da vila da Cachoeira distante 14 léguas a Oeste da cidade de Salvador, é que nos domínios portugueses do Brasil, se descobriu a terra mais própria, e melhor

⁸² *Op. Cit.*

⁸³ ENTREVISTA com o memorialista Geraldo Alves Pereira, 92 anos, em 17/02/2005. (Falecido). Sobre esse assunto ver ainda, CARVALHO, Maria Cristina Machado de. **A Família Cazumbá...**

⁸⁴ ARNIZÁU, José Joaquim de Almeida e, (1775 ou 1785?) “**Memória Topográfica, Histórica, Comercial e Política da Vila de Cachoeira**”. Salvador. Fundação Maria América da Cruz. Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 1998, p. 28.

⁸⁵ ARNIZÁU, “**Memória Topográfica, ...**” p. 28.

para a plantação desta lucrativa erva, cujo Real Contrato anda hoje pela soma que não ignoras⁸⁶.

Vilhena enfatiza, ainda, que “há nesta Capitania diferentes paragens, onde se lavra tabaco; os sítios, porém onde há mais fazendas dele são com preferência a todos do Brasil, os Campos da Cachoeira”⁸⁷. No tocante às questões geográficas, territoriais e climáticas para produção do fumo, Nardi ressalva que o Recôncavo atendeu às características que essa cultura necessitava⁸⁸. O cronista e o historiador concordam que o desenvolvimento fumageiro nos Campos da Cachoeira só foi possível em decorrência das questões geográficas adequadas.

O historiador estadunidense Stuart B. Schwartz, na obra *Segredos Internos: Engenhos e escravos na sociedade colonial*, faz alusão à produção de fumo, aproximando seu grau de importância econômica ao açúcar⁸⁹. De acordo a Schwartz, o cultivo se iniciou por volta da segunda década do século XVII, nos campos de confluências dos rios Paraguaçu e Jacuípe, além orla do Recôncavo, em terras “impróprias ao cultivo da cana”, mas com o emprego do estrume de gado tornava-se adequada ao fumo⁹⁰.

Conforme Ana Paula Albuquerque Silva, “(...) Em São Gonçalo dos Campos, os que estercavam eram 58%, alguns estercavam com certa irregularidade, 7%, o número dos que não beneficiavam o solo com esta técnica era de 16%, e em 19% dos casos não foi possível identificar”⁹¹. Cleber Freire, discutindo sobre a produção fumageira pelos lavradores de Feira de Santana, destaca a associação do cultivo do fumo à criação de gado e ao uso do estrume como fertilizante para o solo.

Historicamente, a região em que estava inserido o Engenho São Luís, a Freguesia de São Gonçalo dos Campos, no Recôncavo da Bahia, foi lugar de movimentos humanos e de interesses econômicos que se inseriam nas conexões agroexportadoras do Mundo Atlântico e do abastecimento interno ⁹².

Ressalvando o estilo de escrita romântica e naturalista própria do século XIX, D. Pedro II relata em seu diário sua passagem pelo Recôncavo da Bahia, em 6 de novembro de 1859. Em sua narrativa romantizada, a paisagem que cobria o caminho que fez de Capoeiruçu

⁸⁶ VILHENA, Luís dos Santos. **A Bahia no Século XVIII**. (Notas e comentários de Braz do Amaral). Bahia. Editora Itapuã. V. 1, 1969. p. 197.

⁸⁷ VILHENA, Luís dos Santos. **A Bahia no Século XVIII...**, p. 199.

⁸⁸ NARDI, Jean Baptiste. **O fumo brasileiro no período colonial**. São Paulo. Brasiliense, 1996. p. 51.

⁸⁹ SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos...** p. 84-85.

⁹⁰ *Op. Cit.*

⁹¹ SILVA, Ana Paula de Albuquerque. **Produção fumageira: fazendas e lavradores no Recôncavo da Bahia 1774-1830**. 2015. 121 f. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2015, p. 58 e 59.

⁹² SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos...**; BARICKMAN, B. J. **Um Contraponto Baiano...**

(Cachoeira) à Freguesia de São Gonçalo era exuberante. D. Pedro relata que no caminho avistou belos campos cobertos com extensas plantações de fumo e mandioca, formando extensos tabuleiros que “a vista se perde sem poder chegar ao fim”⁹³.

Este relato de encantamento pela paisagem demonstra o olhar do estranho passando pelas pastagens fumageiras do Recôncavo. Quando ele destaca “ao perder de vista”, deixa à mostra as plantações de fumo e mandioca que tomavam grandes extensões de terras, levando-nos a imaginar o cenário da Freguesia de São Gonçalo dos Campos na segunda metade do século XIX, região em que estava inserido o Engenho São Luiz.

A partir da Relação de Fogos e Moradores de 1835, foi possível saber que a Freguesia neste ano tinha 8.266 habitantes livres, 4.441 escravos (38%) e apenas 535 libertos (3%). Levando-se em consideração as análises de Barickman, de acordo com o qual parte da população livre era desprovida de terras e escravos, é possível considerar a presença significativa de escravos no período, como se verifica na tabela abaixo:

Tabela 1 - Povoações e Números de Fogos e Moradores da Freguesia de São Gonçalo dos Campos de Nossa Senhora da Cachoeira, 1835

Povoações	Livres	Escravos	Libertos	Fogos
Matriz	2721	1932	144	662
Santa Luzia	2476	438	191	584
Afligidos	1041	1296	13	400
Mercês	1040	598	48	239
Humildes	988	177	139	246
Total	8266	4441	535	2131

BAHIA. APEB, Relação de Número de Fogos e Moradores do Distrito da Freguesia de São Gonçalo dos Campos de Nossa Senhora da Cachoeira. Maço 5683, S/D.

A maior concentração de escravos se localizava na Capela da Matriz, e em seguida na Capela de Afligidos. Matematicamente, na Capela de Afligidos a população escrava chegava mesmo a exceder o número de moradores livres. Já as capelas da Matriz e de Santa Luzia formavam as duas regiões mais povoadas na Freguesia.

Conforme a historiografia do Recôncavo demonstra, a freguesia foi privilegiada pela sua localização em terras planas e arenosas, fator que propiciou a formação de pequenas, médias e grandes propriedades, com concentração de riquezas e a presença de populações escravizadas. Nos inventários investigados, pude perceber que existia uma diversidade de faixas de riqueza entre os proprietários, que variavam de acordo com a composição

⁹³ BARICKMAN, B. J. **Um Contraponto Baiano...**; NARDI, Jean Baptiste. **O Fumo Brasileiro no Período Colonial:** lavoura, comércio e administração. São Paulo. Brasiliense, 1996.

patrimonial dos proprietários que eram: escravos, terras, semoventes, dívidas, ferramentas, acessórios, utensílios etc.

No período de 1845 a 1871, existiam diferentes faixas de fortunas, variando de 300,000 réis a mais de 100.000,000 réis, os valores deduzidos a partir do *monte mor* bruto dos inventários.

Tabela 2 – Faixas de Fortunas e Estrutura de Posse de escravos nos inventários *post mortem* de 1845 a 1871

Faixa de Fortunas	Estrutura de posse de escravos	Tipos
0 a 1.000	0 a 4	Pequena
1.001 a 5.000	5 a 10	Baixa
5.001 a 10.000	11 a 15	Média
10.001 a 50.000	16 a 25	Média Alta
50.001 a 100.000	26 a 55	Alta
Acima de 100.001	Acima de 55	Muito Alta

Fonte: Inventários *post-mortem* (1840-1871)

A freguesia de São Gonçalo era, em alguma medida, semelhante às demais áreas do Recôncavo em que se desenvolveu, em grande parte, a cultura fumageira e até mesmo açucareira, com propriedades com diversas faixas de fortuna, conforme apontam os estudos de Santana, que de igual modo estabeleceu para o Recôncavo seis médias de fortuna: “até 1: 000 (pequena); 1:001 a 5:000 (baixa); 5:001 a 10:000 (média); 10: 001 a 50:000 (média alta); 50:001 a 100:000 (alta); acima de 100:001 (muito alta)”⁹⁴. Conforme os estudos de Cleber, em Feira de Santana, entre 1850 e 1888, existia oito faixas de riquezas, sendo a pequena de 615 réis a 5.000 réis e as muito grandes acima de 100.000,000 réis⁹⁵. Maria de Fátima Pires, nos Sertões de Caetité, e Ana Maria Carvalho Oliveira e de Alex Andrade Costas no Recôncavo, também apontam a diversidade de faixas de riquezas entre os proprietários de terras e escravos das localidades que estudaram⁹⁶.

⁹⁴ SANTANA, Clissio Santos. **Ele queria viver como se fosse homem livre: escravidão e liberdade no termo de Cachoeira (1850-1888)**. 2014. 174 f. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal da Bahia. Salvador. 2014. p. 31.

⁹⁵ Segundo o autor, os valores do perfil de riqueza dos moradores de Feira de Santana foram deduzidos a partir do *monte mor* bruto dos inventariados. FREIRE, Luiz Cleber Morais. **Nem Tanto ao Mar, Nem Tanto a Terra: Pecuária, Escravidão e Riqueza em Feira de Santana, 1850-1888**. 2007. 168 f. Dissertação de Mestrado em História – Universidade Federal da Bahia. UFBA, Salvador. BA, 2007. p.111.

⁹⁶ SANTANA, Clissio Santos. **Ele queria viver como se fosse homem livre:...** p. 31; MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Bahia, século XIX: uma província no Império**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992, p. 608; PIRES, Maria de Fátima. **Fios da Vida: Tráfico interprovincial e alforrias nos Sertões de sima – BA (1860 – 1920)**. São Paulo: Annablume, 2009, p. 140-142;

OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho. **Recôncavo sul: terra, homens, economia e poder no século XIX**. 2000. 136 f. Dissertação de Mestrado em História – Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2000, p. 103; COSTA, Alex Andrade. **Arranjos de sobrevivências: autonomia e mobilidade escrava no Recôncavo Sul da Bahia (1850 – 1888)**. 2009. 195 f. Dissertação de mestrado em História - Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de

2.3 Os Proprietários das Faixas Médias Altas e Altas Fortunas

A posse de cativos e o uso da mão de obra para a produção de açúcar, fumo e mandioca foram importantes na composição de fortunas dos proprietários de terras na Capela de Afligidos, a exemplo de Joaquim Simões de Araújo. Na ocasião da morte de Maria Joaquina de Santana, o *monte mor* correspondente aos bens deixados pela finada era de 93.56,753 réis. Este valor se referia às terras do Engenho e às diversas sortes de terra à beira do Jacuípe, que serviam para a criação de gado *vacum*, cavalos, muar, ovino e caprino, porcos e galinhas e, principalmente, para a plantação das lavouras de açúcar, fumo e mandioca. Bem como, incluíam no valor total do *monte mor* os 80 escravos, entre crianças e adultos, que cuidavam dos diversos serviços da lavoura.

A casa de morada do Engenho era coberta de telha, construída sobre esteio, sendo a parede de taipa e adobe, uma construção simples para os padrões da época. Todavia, foi avaliada em 2.000,00 de réis⁹⁷. No segundo inventário, em 1873, dez anos depois da morte de Maria Joaquina de Santana, a casa de morada do Engenho foi avaliada em 5.000,00 de réis. Pelas descrições presentes no segundo inventário, as construções não passaram por nenhum tipo de reforma, todavia, a avaliação tinha ultrapassado duas vezes mais do valor.

No segundo inventário, de 1873, o *monte mor* equivalia 92.760,000 (noventa dois contos, setecentos e setenta mil réis), igualmente correspondendo à soma das terras, casas, plantação de cana, animais, escravos, benfeitorias, engenhocas, casas de farinha, alambiques, além de ferramentas para lidar com a lavoura.

Joaquim Simões de Araújo, no momento de sua morte, em 1873, possuía 37 escravos, 14 tarefas de cana-de-açúcar nascente, 22 tarefas de cana-de-açúcar de terceira, 25 cabeças de bois broxa⁹⁸, 20 novilhos pequenos, 11 bois velhos carreiros, 73 cabeças de gado de criar,

Jesus, BA, 2009, p. 39.

⁹⁷APMC. Inventário de Joaquina de Santana (1863-1865). 02/213/2437. Fl.18-24.

⁹⁸De acordo com o ENTREVISTADO Exedito Pinheiro de Carvalho, entrevista concedida em 25 de março de 2011, boi broxa é o mesmo que boi carreiro, boi de carro de boi. No Dicionário Aulete Digital, a palavra Brocha é a correia que é usada em carro de boi, corda que se atravessa dos fueiros para fixar a carga. Correia que abraça o pescoço do boi por baixo da canga, e se prende nos canzils. In: <http://www.aulete.com.br/brocha>. No Wikipédia diz que essa palavra se refere a uma tira de couro cru, curtido e torcido, que serve para prender um canzil ao outro passando por baixo do pescoço do boi. In: https://pt.wikipedia.org/wiki/Carro_de_boi. Nos engenhos, durante o verão, época da moagem, o boi era atrelado ao carro para transportar a cana e o açúcar e, no inverno, ao arado para revolver e cavar a terra destinada ao plantio da cana-de-açúcar. In: http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=533. Acesso em 22 dez. 2018.

quatro burros de carga, 70 cabeças de ovelhas, terras, casa de morada, casa do engenho, moenda, 22 senzalas⁹⁹.

É importante destacar que, tanto no inventário de Maria Joaquina (1863) quanto o de Joaquim Simões (1873), o *monte mor* permaneceu equilibrado, importando em pouco mais de 90.000,00 de réis. Podemos constatar que eles faziam parte da faixa alta das fortunas da freguesia, estabelecidas entre 50.001,000 réis e 100.000,000 réis. Conforme Mattoso¹⁰⁰, desses valores para cima se encontravam legítimos representantes das fortunas baianas.

Pelo que se depreende, a partir do inventário, Joaquim Simões de Araújo possuía terras e casas em diferentes lugares da Província: um imóvel urbano, em Feira de Santana; um sobrado, na Cidade da Bahia; uma Fazenda denominada Macaco, no termo de Santo Amaro; o Engenho Buraco, localizado na região da Capela de Afligidos e; as sortes de terras à beira do Jacuípe. Esse perfil foi encontrado em outros inventários, sendo uma característica entre os proprietários da Freguesia de São Gonçalo dos Campos.

De modo semelhante, no inventário (1829-1862) de Maria Jerônima de Trindade, proprietária de terras e escravos, foram declarados patrimônios em outros lugares. Com um *monte mor* equivalente a 23.482,844 de réis, Maria Jerônima de Trindade é considerada uma proprietária localizada na faixa média alta de fortuna. Entre seus bens identificamos oito propriedades fundiárias, sendo elas: Fazenda Moreira, Fazenda Lapa, Fazenda Serra, Fazenda Prazeres, Fazenda Paixão e o sítio Arengas, na Freguesia de São Gonçalo dos Campos, e a Fazenda Limoeiro e a Fazenda Retiro, localizadas no termo de Camisão (atual município de Ipirá)¹⁰¹.

Podemos mencionar, ainda, Romão Gramacho Falcão, este proprietário, com o *monte mor* equivalente a 49.212,00 réis, sendo por isso pertencente a faixa média alta de fortuna. Na ocasião de sua morte, Romão Gramacho Falcão deixou aos herdeiros a Fazenda Oratório, a Fazenda Sergi, a Fazenda Mercês e as terras denominadas Reinaldo. Conforme as declarações constantes no inventário, diferente dos demais proprietários acima citados, todas fazendas deste proprietário estavam localizadas na região leste da Freguesia de São Gonçalo dos Campos, geograficamente próximas ao Engenho São Luiz.

Em 1859, quando Joaquim Simões declarou suas terras ao Padre Vicente Ferreira Gomes, relatou que as possessões de terras no Engenho São Luiz foram compradas do

⁹⁹ AFJMSG. Inventário de Joaquim Simões de Araújo (1872-1889). Caixas Avulsas.

¹⁰⁰MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Bahia, século XIX: uma província no Império**. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 1992. p. 615.

¹⁰¹ Inventário de Maria Jerônima de Trindade, 1829/1862. BAHIA, Arquivo Público Municipal de Cachoeira, Provincial, Inventários, Cx. 218.

Cônego José Marcellino de Carvalho – este pároco, lotado na Capela de Afligidos, também aparece entre os proprietários de terras e escravos na Relação de Fogos e Moradores de 1835, como chefe de fogos e senhor de 31 escravos – e que além destas, possuía a Fazenda Macaco, sendo que parte dela se localizava na Freguesia de Nossa Senhora da Oliveira, termo da cidade de Santo Amaro¹⁰². Conforme a análise das fontes, Joaquim Simões se situava entre os maiores proprietários de terras e escravos da Freguesia de São Gonçalo dos Campos. Sua aparição nas fontes revelam histórias de crianças escravizadas, bem como desmitifica as conclusões que na Freguesia não existiam proprietários de grandes fortunas, especificamente senhores de Engenhos. Os inventários, assim como os registros de terras, transportam indícios que, ao serem questionados, desvendam que ao leste da Freguesia se situavam as maiores propriedades de terras, anteriormente ocultas nas documentações. Trata-se de senhores de engenhos e fazendas, com vultosas extensões de terras.

As pressuposições a respeito das extensões territoriais das fazendas ao leste da Freguesia só são possíveis mensurar através da comparação feita entre as diversas propriedades declaradas nos inventários do século XIX. De modo geral, nos debatemos com a subjetividade de uma cartografia costumeira, centrada nas noções de dimensões e rumos de terras compartilhadas e compreendidas pelos proprietários da época, como veremos no decorrer deste texto.

Ao nosso olhar, as descrições dos rumos e marcos das terras desenhavam um mosaico contendo descrições de partes de terras, sortes de terras, engenhos, fazendas e sítios, todas sem indicações de coordenadas por um agrimensor. A maioria das descrições das propriedades fundiárias se apoia amplamente em uma ideia de rumo e marcos ditos “naturais”. Rios, pedras, estradas, lagoas, árvores e limites de outras propriedades assumem traços e linhas imaginárias que delimitam as terras dos proprietários fundiários em São Gonçalo dos Campos, no decorrer do século XIX. Por conseguinte, as referências utilizadas por Joaquim Simões seguiam o costume da época: eram rios, pedras, árvores, lagoas e nomes dos proprietários vizinhos, que naquela época eram donos das terras que faziam divisa ou então traziam os nomes dos antigos proprietários já falecidos.

As terras do Engenho São José dos Afligidos, conhecido Engenho do Buraco, foram adquiridas por meio da “adjudicação do Juízo Municipal de Cachoeira como cessionário de

¹⁰² Em suas descrições destaca as seguintes demarcações: “e se dividem pelo Oriente com terras dos Engenhos Perauna e Pantaleão; pelo nascente com terras de Antonio Paulo, Antonio Joaquim de Santa Anna e Felipe Ferreira Coelho, pelo Norte com Terras da Fazenda Vargem de Bento José Dias, Pedro Ferreira Bandeira e José Pereira Marques; pelo sul com Terras do Engenho São José dos Afligidos e de Manoel Ferreira de Carvalho e pelo Ocidente com as terras de Joaquim da Rosa e da viúva e filhos de finado Francisco Manoel de Sousa”. BAHIA, APEB. Registros Eclesiásticos de Terras de São Gonçalo dos Campos. Livro nº4807 (1857-1863).

Amando Gentil na execução que movia aos herdeiros de Manoel Ferraz da Mota Pedreira e sua viúva”¹⁰³. Joaquim Simões de Araújo, semelhantemente, descreve-as a partir de marcos e limites êmicos¹⁰⁴.

De modo geral, analisar as diferentes possessões de terras nessa freguesia é particularmente interessante para pensar a formação e a consolidação do escravismo no Recôncavo da Província da Bahia. Mediante a investigação dos inúmeros registros de terras, foi possível identificar as particularidades do contexto estudado, através das descrições das estruturas fundiárias.

Foi preciso entender, entre outras coisas, que na descrição dos bens do inventário de Joaquim, o título *sorte de terras*, corresponde a terras de “criar” espalhadas em diferentes locais da freguesia. O Engenho São Luiz se localizava em Afligidos, próximo à freguesia de Santo Amaro e ao Rio Jacuípe, onde Joaquim possuía *sorte de terras* localizadas no outro extremo da Freguesia, próximo à Freguesia de Umburanas. Nos registros eclesiásticos de Joaquim Simões, o pároco usa diferentes termos para se referir às mesmas terras. As *terras sertão afora* não aparecem declaradas com os limites, mas é uma expressão que indica extensões grandiosas.

No contexto em que é declarado, o termo *sorte de terras* parece designar terras que eram utilizadas para a criação de gado, fazendo assim a separação entre as terras de criar e as terras de plantar. Já as terras pertencentes ao Engenho São Luiz, solo massapê, eram destinadas ao cultivo de cana, fumo e mandioca. Vale destacar a presença de alambiques entre seus bens, o que indica a transformação da cana-de-açúcar em aguardente, fato que não ficou restrito aos engenhos, já que era uma atividade desenvolvida dentro dos limites das fazendas, situadas em diferentes locais da Freguesia. A tradição oral relembra as chaminés dos alambiques na Fazenda Maracanã e nas terras da Fazenda Gameleira – próxima à Rua São Bendito – formando o desenho arquitetônico, com os sobrados e armazéns que configuravam a paisagem do arraial de São Gonçalo.¹⁰⁵

Desse modo, o patrimônio do Engenho São Luiz apresenta uma diversidade de utensílios que podem ser cuidadosamente analisados e utilizados para reconstituir as relações

¹⁰³ BAHIA, APEB. Registros Eclesiásticos de Terras de São Gonçalo dos Campos. Livro nº 4807 (1857-1863).

¹⁰⁴ A abordagem êmica se propõe a analisar o fato antropológico com base nos referenciais em que as próprias pessoas vivenciam aquela cultura. ROSA, Milton e OREV, Daniel Clark. O campo de pesquisa em etnomodelagem: as abordagens êmica, ética e dialética. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 38, n. 04, p. 865-879, out./dez. 2012.

¹⁰⁵ ENTREVISTAS, José Vicente Pereira, nascido em 19 de julho de 1960, entrevista concedida em 18 de agosto de 2019; Expedito Pinheiro de Carvalho, nascido em 1 de maio de 1940, entrevista concedida em 25 de março de 2011; Cleusa Machado de Carvalho, nascida em 22 de agosto de 1947, entrevista concedida em 15 de junho de 2011.

sociais estabelecidas no século XIX. O uso de termos específicos em relação às terras nos levou a questionar o significado dado a eles pelos indivíduos da época. Em outros inventários, igualmente, foi encontrado o termo *sorte de terras*. Vilhena, de igual modo, observou que este termo era usado entre os senhores de engenho para separar as terras lavradas em diferentes sortes. De acordo com o autor, o dono separava a maior sorte para sua cultura – a produção de cana-de-açúcar – as demais, chamava de fazenda e arrendava a diversos lavradores, tendo ainda uma porção de mato que seria utilizada em suas abegoarias, e criação de algum gado¹⁰⁶. Ao mesmo tempo em que o termo tinha um sentido para designar terras utilizadas para criação de gado, os documentos vão revelando que também representavam propriedades com extensões indefinidas.

Nas descrições presentes no inventário da Fazenda Moreira, de Maria Jerônima de Trindade (em 1829-1862), *sorte de terras*, por exemplo, parece significar terras para a criação de gado, eram utilizadas para a produção agrícola: fumo, farinha, café. Todavia, seu valor e a descrição presente tornam possíveis presumir que era uma grande extensão territorial, iniciada pela “Estrada Real, e vai até o Rio Jacuípe”¹⁰⁷, avaliada em três contos de réis, com um *monte mor* equivalente a 23.482,844 réis¹⁰⁸. Podemos constatar, de acordo ao *monte mor*, que a Fazenda Moreira de Maria Jerônima de Trindade se situava na faixa média alta de fortunas¹⁰⁹.

A tradição oral trouxe mais uma possível resposta para resolver a questão a respeito do significado do termo *sorte de terras*: remetendo às memórias de seus pais sobre as fazendas da região, Expedito Pinheiro de Carvalho, 79 anos, relatou que a Fazenda Moreira, antes de ser dividida pelos herdeiros, era muito grande, com mais de 500 tarefas de terras¹¹⁰. Essas memórias envolvam um desenho das extensões territoriais da Fazenda Moreira nos anos finais do século XIX até a primeira metade do século XX. Isso significa dizer que as terras da Fazenda Moreira, nos meados do século XIX, traduziam grandes extensões.

Ao cruzar as lembranças mantidas pelas tradições orais e as informações presentes nos inventários, vemos que os termos *sorte de terras*, *terras*, entre outros, são utilizados tanto para remeter a propriedades de diferentes dimensões territoriais como para designar os diferentes usos da terra. A Fazenda Moreira, como outras fazendas, em diversos momentos de sua

¹⁰⁶ VILHENA, Luís dos Santos. **A Bahia no Século XVIII**. Vol. 1. Bahia. Itapuã. 1969, p.180.

¹⁰⁷ Arquivo Público Municipal de Cachoeira, Provincial, Inventários, Caixa 218.

¹⁰⁸ Arquivo Público Municipal de Cachoeira, Provincial, Inventários, Caixa 218.

¹⁰⁹ SANTANA, Clissio Santos. **Ele queria viver...**, p. 31. Sobre padrão de riqueza ver também: MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Bahia, século XIX:...**, p. 608; PIRES, Maria de Fátima. **Fios da Vida:...**, p. 140-142; OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho. **Recôncavo sul:...**, p. 103; COSTA, Alex Andrade. **Arranjos de sobrevivências:...**, p. 39.

¹¹⁰ ENTREVISTA, Expedito Pinheiro de Carvalho, nascido em 01 de maio de 1940, entrevista concedida em 25 de março de 2011; ENTREVISTA, Cleusa Machado de Carvalho, nascida em 22 de agosto de 1947, entrevista concedida em 15 de junho de 2011.

história, fora partilhada entre os herdeiros, como atesta o inventário de 1863. A partilha das propriedades foi um fenômeno natural no Brasil. Sandra Graham adverte sobre as divisões igualmente sofridas pelo proprietário. Tolosa¹¹¹, chama a atenção para o seguinte:

(...) As propriedades não eram contíguas e não há um número que resuma claramente a área que cobriam, mas sabendo que pelo menos quadro lotes de terra tinham cada um meia légua de fundos, ou cerca de 3,3 quilômetros, e que um quinto terreno tinha cerca de sete quilômetros quadrados, podemos dizer que as terras da fazenda Rio Claro eram extensas, senão vastas. Bem irrigadas pelo rio Paraibuna, um dos formadores do Paraíba, essas terras compreendiam também trechos substanciais de “sertão”¹¹².

Geograficamente, a fazenda Moreira estava localizada ao oeste da Freguesia, de acordo com o registro de terras de 1859, bem como as informações inventariadas, seus marcos e limites são grandiosos, sendo parte dela retirada para freguesia de Conceição da Feira. A fazenda Moreira tinha vastas extensões de terras, parte compreendiam trechos do Sertão, ou seja, com o solo formado por pedregulho impróprio para a produção dos gêneros agrícolas cultivados na região, por isso eram utilizadas para a criação de gado bovino. Portanto, o termo *sorte de terras* designava extensões enormes, que serviam especialmente para criação de gado bovino, equino e caprino. Outra parte dessas terras certamente era destinada à agricultura fumageira e à mandiocueira, em conformidade com os usos de ferramentas e utensílios para a produção desses tipos agrícolas.

No contexto dos proprietários com grandes extensões de terras emerge João Crisóstomo Cerqueira, que aparece nos registros paroquiais de 1859 averbando suas grandes possessões de terras. Deparamo-nos com João Crisóstomo Cerqueira na Relação de Fogos e Moradores de 1835. Nesta fonte, o proprietário aparece como chefe de fogos, é um homem branco, com 37 anos de idade, casado com Ana, branca, de 38 anos, com a qual tem tinha três filhos. Como o sobrenome Crisóstomo não foi facilmente encontrado nas fontes, sugerimos que se trate da mesma pessoa nos dois períodos aqui analisados.

Os dados sobre a fortuna de Crisóstomo foram retirados da Relação de Fogos de 1835 e do Registro de Terras de 1858. Nenhum inventário foi encontrado para conseguirmos melhor dimensionar a fortuna deste proprietário. Em relação à posse dos escravos, sabemos que em 1835, em seu domicílio foram contados 16 cativos, situando-se na faixa das médias fortunas. Já em 1858, em conformidade com as declarações das posses de terras, podemos pressupor

¹¹¹ GRAHAM, Sandra L. **Caetana diz não:...**, p. 28

¹¹² *Op. Cit.*, p. 28

que seu patrimônio já tinha aumentado, adentrando na faixa alta de fortuna, como veremos adiante.

A inexistência do inventário dificulta nossas investigações, mas não as impede. Por conseguinte, acreditamos que o desaparecimento deste inventário se deva às mudanças políticas e administrativas pelas quais a Freguesia passou ao longo dos séculos, como por exemplo, os novos marcos e limites demarcando o território da Freguesia em 1850. No registro de 15 de janeiro de 1859, João Crisóstomo Cerqueira declara que “possui uma *sorte de terras* denominada Bita, situada na Vargem Grande, a qual avaliada em cem contos de réis”, passando a descrever os limites e marcos de sua propriedade¹¹³.

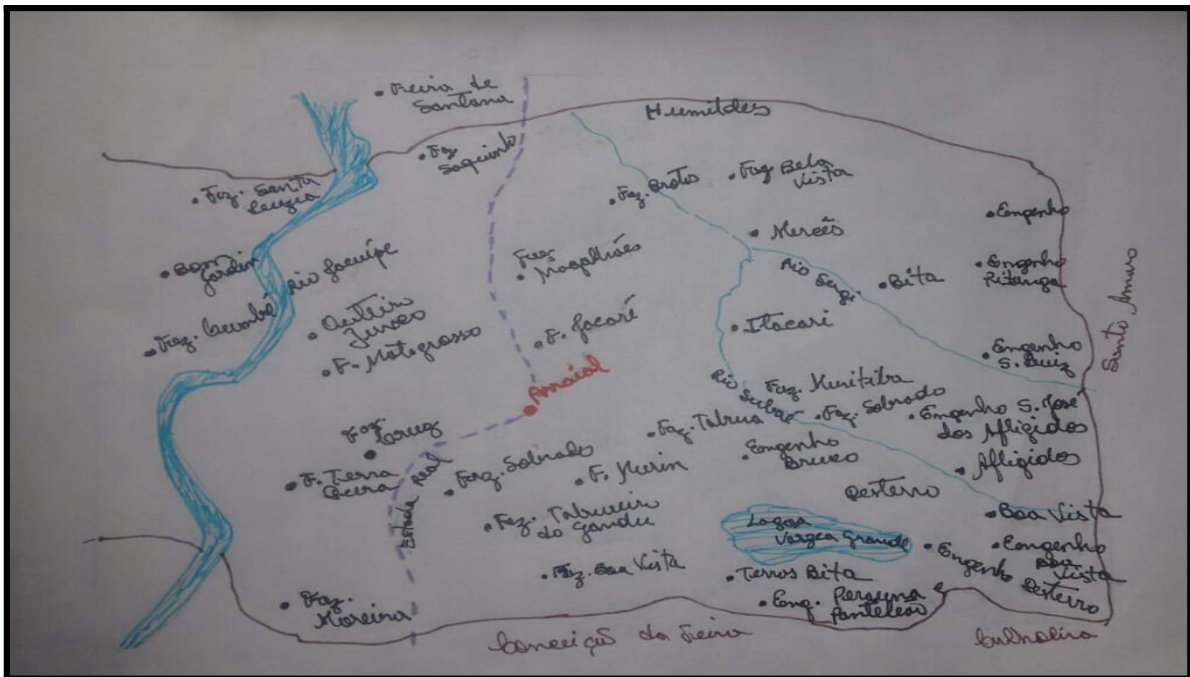
Tocou-se metade por herança de seu sogro o finado Antônio Rodrigues Vieira Falcão a qual se acha em divisa com o coherdeiro Diogo José Vieira Falcão, uns limites são: principia da Vargem Grande pela parte do Nascente com terras de Antônio Joaquim Correa e Sousa a topar com terras de Antônio Lopes Ferreira, a topar com terras que foram do Ten. Antônio da Silva Figueredo; pelo Sul com o arrastador que vai a nascente do Bita abaixo até a Grota que fora, dos padres jesuítas e daí a topar com terras do mesmo Antônio Silva Figueredo¹¹⁴.

Nas descrições de João Crisóstomo Cerqueira não há número em léguas, hectares ou mesmo braças que exiba a real extensão que cobria esta propriedade, seguindo nesta descrição, os mesmos critérios costumeiros, por nós anteriormente relatados. Todavia, tomamos como campo de possibilidade de que se trate de uma vasta extensão, já que o declarante fez questão de mencionar que fora avaliada em hum conto de réis. Além disso, o declarante revela que tais terras foram herança de sua mulher, retiradas da fazenda Brita, situada na região de Afligidos. Pelo que detectamos nas fontes, as maiores extensões de terras da Freguesia de São Gonçalo dos Campos estão localizadas ao leste da Freguesia e as extensões, como pressupomos por referência ao alto valor declarado por João Crisóstomo, eram enormes. Observa-se as configurações dessas propriedades feitas a partir dos registros de terra de 1857-1863, no cróqui 1.

Cróqui 1- Freguesia de São Gonçalo dos Campos em 1850

¹¹³APEB. João Crisostomo Cerqueira (1859). Registros Eclesiásticos de Terras de São Gonçalo dos Campos. Livro nº 4807 (1857-1863).

¹¹⁴ APEB. João Crisóstomo Cerqueira (1859). Registros Eclesiásticos de Terras de São Gonçalo dos Campos. Livro nº 4807 (1857-1863).



Fonte: Maria Cristina Machado de Carvalho, feito a partir dos Registros Eclesiásticos de Terras de São Gonçalo dos Campos. Livro nº4807 (1857-1863).

Tem mais, não esqueçamos do Engenho Bruco, não foi dito seu valor, mas como se tratava de um Engenho, João Crisóstomo Cerqueira não se preocupou em dizer sua avaliação, ou talvez, por não ter passado por uma avaliação, como ocorreu com as terras Bitá, já que elas eram uma parte da herança de seu sogro.

Apesar de não ter encontrado inventário para melhor analisar seus bens e escravos, João Crisóstomo Cerqueira figura, a partir das evidências acima descritas, como o maior proprietário de terras declaradas nos registros eclesiásticos da Freguesia de São Gonçalo dos Campos. O Engenho Bruco produzia cana-de-açúcar, plantava mandioca e criava gado, seguia assim os costumes que vigoravam entre os proprietários do Recôncavo açucareiro, com suas grandes extensões de terras que serviam ao cultivo de mandioca e criação de gado, como foi constatado por Barickman¹¹⁵.

Ao que parece, João Crisóstomo Cerqueira construiu um sólido laço matrimonial. Casou-se com Ana Maria da Silva, herdeira pertencente à família de Antônio Rodrigues Vieira Falcão, uma das mais altas faixas de fortuna da Freguesia. Sobre Antônio Rodrigues Vieira Falcão, por enquanto não encontramos documentos que contenham informações a respeito de seus bens, sobretudo das terras e dos escravos. Entretanto, o sobrenome Falcão não nos soa estranho, pois encontramos inventários e diversas fontes sendo protagonizadas por esses indivíduos.

¹¹⁵BARICKMAN, B. J. Um Contraponto Baiano:...

Em relação às propriedades fundiárias, Crisóstomo, semelhantemente aos demais proprietários aqui apresentados, indica as definições de suas terras através de marcos e definições compreensíveis para as pessoas da época. Apenas as terras da Bitá, que o declarante indica que foi avaliada por cem conto de réis, conseguimos sugerir que se trate de uma grande extensão. Como João Crisóstomo declarou ser proprietário de diversas porções de terras, sendo uma no valor de 100 contos de réis, é possível afirmar que entre os proprietários de baixa, pequena, média, média alta presentes na Freguesia de São Gonçalo, teríamos um proprietário que está localizado na alta faixa de fortuna. Conforme Santana, dos 323 inventários referentes às freguesias de São Gonçalo dos Campos e Muritiba, nenhum proprietário apresentava fortunas superiores a 100 contos de réis¹¹⁶, ele inclusive cita a de Maria Joaquina de Santana como uma das maiores fortunas por ele encontradas.

Já o inventário da família Simões, especialmente o segundo inventário, de 1873, cuja avaliação foi finalizada em 1875, sem que terras, escravos e casas situadas nas cidades de Santo Amaro, Feira de Santana e na Capital da Bahia fossem acrescentadas aos bens inventariados. O Engenho São José dos Afligidos (o Engenho Buraco), a fazenda Macaco, o casarão localizado na cidade da Bahia e o sobrado com o quintal localizado na rua Terraro¹¹⁷, em Feira de Santana, não constam nas avaliações dos bens. Alguns escravos são acrescentados posteriormente às avaliações, outros estão de posse de outros herdeiros indiretos (filhos naturais, que receberam algum quinhão no primeiro inventário, de 1863, segundo Joaquim Simões, retirado de sua parte da herança). Assim, analisando mais detidamente, observa-se que casas, engenhos e terras não foram declaradas no momento das avaliações. Aparecem somente depois, nas licitações para que fossem levadas à arrematação pública, sendo vendidas, a exemplo o sobrado, na cidade de Feira de Santana, que foi avaliado e vendido por 14 contos de réis. Junta-se a isso várias denúncias de ausências de escravos entre os avaliados, especificamente a omissão da Relação de Matrícula pelo inventariante e tutor, Ernesto Francisco de Carvalho. Desse modo, no segundo inventário existe a possibilidade de que a família Simões possuía uma fortuna com o valor aproximado de 200 contos de réis.

Vivendo em um mundo rural, o cotidiano da família de João Crisóstomo Cerqueira, assim como a Joaquim Simões de Araújo, demonstrava opulência pouco vista na região, sobretudo no que se refere à quantidade e extensões das terras as quais eles eram proprietários. Através desse mosaico de lotes, porções e sortes de terras demarcadas por referências familiares ao declarante, compreendemos que estes proprietários ostentavam uma

¹¹⁶ APEB. João Crisóstomo Cerqueira (1859). Registros Eclesiásticos de Terras de São Gonçalo dos Campos. Livro nº 4807 (1857-1863).

¹¹⁷ Sua localização fica na rua fica perto do cemitério Piedade, centro de Feira de Santana.

fortuna acumulada em terras e possivelmente em gado, plantação de cana-de-açúcar, fumo, mandioca, tudo feito através do trabalho escravo, entre os quais crianças.

Conforme os estudos que destacam os volumes de riqueza dos lavradores do Recôncavo, os perfis de Joaquim Simões e João Crisóstomo se encaixam na faixa dos mais abastados proprietários, principalmente os proprietários observados por Ana Paula de Albuquerque Silva¹¹⁸ e Clissio Santos Santana¹¹⁹ para a Freguesia de Santiago do Iguape, que possuía várias propriedades reservadas ao cultivo da cana e à utilização de mais de 100 escravos como mão de obra na lavoura¹²⁰.

Além das propriedades de Joaquim Simões de Araújo e as de João Crisóstomo, que indicam grandes extensões de terras, outras aparecem nos registros de terras: Engenho Boa Vista, Engenho Peruana, Engenho Pantaleão, Engenho Pitangas, Engenho Desterro e Engenho Bruco. Mesmo em menores números que as fazendas fumageiras, esses engenhos compõem o cenário ao leste da freguesia – na região da Capela de Afligidos. Além da grande concentração de terras, aliada a isso estavam os interesses escravistas, o que não era exclusividade desses proprietários, mas que se fazia presente em maior número entre eles, como vimos no inventário de Joaquim Simões e ainda veremos adiante.

2.4 Os Proprietários nas Faixas Médias de Fortunas

Os proprietários usavam diferentes artifícios para aumentar suas possessões de terras. O Engenho Boa Vista, de Antônio Melchiades de Freitas Barros, evidencia que a ocupação dessas terras se deu primeiramente através da herança de Raymundo Martins Leal. Todavia, não eram raros os relatos de permuta e compra, como apresenta a descrição a seguir:

Thomé Felix do Antão e a mulher Maria Gertrudes do Sacramento, outra comprada a Francisco Antônio de Faria Lobo e Melo, outra a Gonçalo Nunes de Amorim e a mulher Maria Joaquina de Todos Santos, outra a Manoel Pedreira d'Amorim e outras a Ana Angelica do Sacramento, João Candido dos Neros, Rita Maria de São José e Zeferina Maria de Jesus. Todos estão unidos e se dividem principiando da presa do Engenho pelo lado Norte seis braças de largura da levada acima e correndo por da embaixo até a última pedra da cachoeira no Rio Sergi e dela por uma gruta acima até o caminho que vem de Rosa e subindo pelo dito lombo da Rosa até uma baixada de um riacho que vai fazer barra com o outro riacho chamado Cambrozio e subindo por ele até a estrada que vem do Bruco e seguindo por ela até a estrada que dar na do Afligidos até o marco que existe junto a casa do finado Matreiro;

¹¹⁸ SILVA, Ana Paula de Albuquerque. **Produção fumageira:...**

¹¹⁹ SANTANA, Clissio Santos. **Ele queria viver como se fosse homem livre:...,** p. 67.

¹²⁰ *Op. Cit.*, p. 31.

pelo lado do Poente descendo do dito marco a meter no Rio Bento e por acima até suas nascencias e dela a estrada que se vem do Afligidos e por ela abaixo até a Lama Branca e pelo do lado Sul até o Rio Tauá e por ele abaixo lado do Sul e do Nascente até fazer beira do Rio Sergi e por ele acima, lado norte até fechar as presa do dito Engenho e assim mais quinhões de terras, uma comprado a Maria Clara Sacramento na terra chamada Bento e outro na terra chamada Antunes comprada a Manoel de Souza Dias contigo das terras do dito Engenho cuja divisão não se pode dar por acharem-se indivisas¹²¹.

Embora existam limitações nessa documentação, pois os registros não apresentam com mais clareza os tipos de terras e as formas de aquisição, o trecho acima possibilita conjecturar que o engenho era formado por terras contíguas entre diversos proprietários. Esse conjunto de terras teria sido unificado através de compras e permutas para formar o Engenho Boa Vista, que seguia o mesmo padrão dos demais engenhos da região. As concessões, as trocas, as vendas e o recebimento por dívida são relatados nos registros, indicando que havia muitas formas de apropriação da terra e, sobretudo, uma dinâmica em torno da ampliação da riqueza.

Inserido nesse contexto estava Antônio Melchiades de Freitas Barros¹²², 37 anos, branco, lavrador, proprietário de 10 escravos, casado com Maria Faustina, 19 anos, branca, lavradora. Já seu sogro, Raymundo Martins Leal¹²³, 79 anos, branco, viúvo, lavrador, em 1835 possuía 41 escravos, dos quais 17 crianças, entre a idade de 1 e 12 anos, e estava situado na média alta faixa de fortuna. No registro de terras de 1858, Antônio Melchiades de Freitas Barros declarou ser proprietário do Engenho Boa Vista e da Fazenda Boa Vista, propriedades adjacentes que levavam o mesmo nome, provenientes da herança deixada por Raymundo Martins Leal¹²⁴.

Embora prevalecessem nessas regiões pequenos e médios proprietários, como mostraram os pesquisadores das regiões de economia fumageira, este estudo revela que embora não predominassem as altas faixas de fortunas, elas eram significativas, especialmente no que diz respeito ao uso do braço escravo nas atividades da lavoura. Ademais, a cultura escravocrata estava disseminada em toda sociedade, ter escravos representava elevação social. Como mostraremos adiante, mais do que se valerem do braço escravo no trabalho da terra, os

¹²¹ APEB. Antônio Melchiades de Freitas Barros (1858). Registros Eclesiásticos de Terras de São Gonçalo dos Campos. Livro nº 4807 (1857-1863).

¹²² Antônio Melchiades de Freitas Barros. APEB, Relação de Número de Fogos e Moradores do Distrito da Freguesia de São Gonçalo dos Campos de Nossa Senhora da Cachoeira. Maço 5683, S/D.

¹²³ Raymundo Martins Leal. APEB, Relação de Número de Fogos e Moradores do Distrito da Freguesia de São Gonçalo dos Campos de Nossa Senhora da Cachoeira. Maço 5683, S/D.

¹²⁴ APEB. Antônio Melchiades de Freitas Barros (1858). Registros Eclesiásticos de Terras de São Gonçalo dos Campos. Livro nº 4807 (1857-1863).

senhores – fossem pequenos, médios ou grandes proprietários –, buscavam aumentar sua população escrava através da reprodução natural.

Esses senhores não estavam concentrados na Capela de Afligidos, antes estavam espalhados nas variadas regiões da freguesia. As famílias Borges Falcão, Machado da Silva e Ribeiro de Oliveira deixaram seus vestígios em diferentes fontes, ao comprar e vender terras e escravos e ao declarar diversos tipos de propriedades: terras da fazenda, sorte de terras, possessões de terras e fazendas dispersas pela freguesia.

A compreensão sobre os tipos de usos da terra permitiu reconstituir fragmentos da vida naquela região, principalmente no que tange às formas de organização do trabalho. A medida de concentração de riqueza compõe um dos indicadores fundamentais para a compreensão da estrutura e do desenvolvimento de uma sociedade. Apesar do limite em relação algumas características, por exemplo, a cor e a condição social dos proprietários, além de outras informações, como bens, valores, vêm complementar a discussão.

Na Freguesia de São Gonçalo dos Campos, o perfil das propriedades de terras era diversificado: diversos engenhos e fazendas com grandes dimensões territoriais conviviam com baixas, pequenas, médias e médias altas propriedades. Ainda é possível citar mais exemplos, como a fazenda de José Ribeiro de Oliveira, com uma plantação de 24 mil covas de fumo e 50 mil covas de mandioca, sendo cultivadas através da mão de obra de 74 escravos¹²⁵, uma propriedade extensa e com um elevado número de escravos. Um típico representante dos proprietários de terras e escravos da freguesia, em 1857, o *monte mor* inventariado equivalia a 67.978,062 réis, criava gados distribuídos em diversas *sortes de terras*.

Em 1835, José Ribeiro de Oliveira¹²⁶ aparece entre os chefes de fogos: ele, homem branco, com 73 anos de idade, era lavrador e casado com Ana Joaquina de São José, também descrita como branca, de 39 anos de idade. Possuíam oito filhos, entre 4 e 21 anos. A população escrava era formada principalmente por escravos adultos, em sua maioria nascidos no Brasil, com 20 crianças na idade entre 1 e 15 anos.

Estes proprietários, José Ribeiro de Oliveira e Joaquim Simões de Araújo, situados na faixa média alta e na faixa alta de fortuna, respectivamente, exploravam o trabalho de escravos – especialmente de crianças – nas roças fumageiras (no caso de Joaquim Simões, também no cultivo da cana-de-açúcar), tal como nas roças de mandioca, milho e feijão e na criação gado, ovelhas e cavalos.

¹²⁵ APMC, Inventário de José Ribeiro de Oliveira (1857) 02/210/2383. fl. 88.

¹²⁶ José Ribeiro de Oliveira. APEB, Relação de Número de Fogos e Moradores do Distrito da Freguesia de São Gonçalo dos Campos de Nossa Senhora da Cachoeira. Maço 5683, S/D.

Nos registros eclesiásticos de terras de 1859 aparece o nome de José Ribeiro de Oliveira (provavelmente filho de José Ribeiro de Oliveira, tal qual consta na Relação de Fogos e Moradores de São Gonçalo dos Campos, em 1835, e no inventário *post mortem* de 1858, como filho e herdeiro) declarando a posse de terras espalhadas pela freguesia: terras da fazenda Umbuzeiro, Fazenda Gameleira, terras denominadas Boa Vista do Murundú, terras da Fazenda Campelo, terras da Fazenda Imbauzeiro e terras na Fazenda Traúia, parte delas comprada e outra parte herança do casal de José Ribeiro de Oliveira¹²⁷.

Desse modo, o pai deixou entre seus bens as terras distribuídas nas diversas fazendas com benfeitorias, tais como casas de paredes de barro cobertas de telha, senzalas com seu curral e roças de fumo e mandioca, árvores, alguns animais de carga, gado bovino e equino, roda de ralar mandioca e várias ferramentas de roça.

José Ribeiro de Oliveira era senhor de grande cabedal, bem como foi o caso da família Borges Falcão. Estes possuíam as maiores populações escravas em 1835 e propriedades fundiárias em 1850. Manoel Borges Falcão¹²⁸, patriarca da família, foi o primeiro chefe de fogos a ser registrado no recenseamento de 1835. Casado com Maria Josefa, declarou ser proprietário de 30 escravos, sendo 9 escravos de origem africana e os demais nascidos no Brasil.

José Borges Falcão¹²⁹ aparece no registro de terras de 1857 como filho de Manoel Borges Falcão, declarando suas terras denominadas Fazenda Velho do Cavaco, no Jacuípe, além de terras na sede do Arraial adquiridas mediante a compra, e terras da Fazenda Taboleiro do Gandu, parte comprada (vendedor não identificado) e outra parte foi herdada de José Gonçalves de Oliveira, pai de sua esposa, Ana Maria Gonçalves.

Nas fontes que revelam as pessoas da família Borges Falcão, o ambiente produzido pelas casas de moradias, casas de farinha, senzalas, armazém, sobrados, curral, plantações fumageiras e mandioqueiras, bem como a vasta natureza no entorno das propriedades marcou as experiências dos sujeitos em diversos aspectos, especialmente nas relações de trabalho, como será detalhado adiante. As famílias dos lavradores de fumo habitavam nas casas de moradia das fazendas, com suas construções de adobe, portas e janelas e cobertas de telhas, local em que as crianças escravas compartilhavam com as livres seus aprendizados. Como demonstrado na figura 1, que representa a fazenda Tabuleiro do Gandu, pertencente a José

¹²⁷APMC, Inventário de José Ribeiro de Oliveira (1857) 02/210/2383.

¹²⁸Manoel Borges Falcão. APEB, Relação de Número de Fogos e Moradores do Distrito da Freguesia de São Gonçalo dos Campos de Nossa Senhora da Cachoeira. Maço 5683, S/D.

¹²⁹APEB. José Borges Falcão (1859). Registros Eclesiásticos de Terras de São Gonçalo dos Campos. Livro n°4807 (1857-1863).

Borges Falcão, uma construção que já passou por reformas, todavia exhibe a arquitetura utilizada nas fazendas da Freguesia na segunda metade do século XIX.

Figura 2 – Fazenda Tabuleiro



Fonte: Fotografia de Maria Clara Lo Bianco Oliveira Ferraz (2018).

As imagens acima mostram duas casas da fazenda Tabuleiro. A fotografia foi retirada em 2018, desse modo, fica evidente que muitas restaurações foram feitas. Os relatos de Robson Silva Torres¹³⁰ confirmam que essa construção preserva a mesma estrutura do século XIX, apesar de ter passado por algumas reformas. Nosso colaborador, Robson Torres, nasceu em São Gonçalo dos Campos, local onde cresceu ouvindo de sua avó e dos "antigos", histórias das centenárias fazendas que pertenceram aos seus ancestrais: Preguiça, Murim, Tabuleiro e Gravatá (estas últimas, ainda preservadas). As histórias do passado nas senzalas, da escravidão e dos senhores de escravos conduziu-o uma empreitada em busca deste passado, pesquisando os indícios genealógicos, paleográficos de seus ancestrais, assim como através da tradição oral transgeracional contribuiu com valiosas informações, as quais constam nesta tese.

A casa grande é o local de morada dos senhores. Observam-se os aspectos de grandeza em que a construção se destaca, em relação às demais construções ao redor. Ao lado direito,

¹³⁰ ENTREVISTA, Robson Silva Torres, nascido em 7 de dezembro de 1976, entrevista concedida em 11 de setembro de 2019.

notamos a presença de outra construção, que possivelmente seja a casa de farinha ou armazém de fumo. Do lado esquerdo, observa-se um telhado e as paredes feitas de madeira. Essa construção é o curral, de criação de animais bovinos. Em outra fotografia foi possível verificar que o piso/chão da casa de morada era de tijolos, conforme a tradição oral, feito em orlarias por escravizados¹³¹.

A fazenda estava localizada ao oeste da freguesia – partindo dos pontos cardeais e referências dadas no período são possíveis definir as demarcações de suas terras. Pelo oeste (poente), divide com a Estrada Real; ao norte, pelas terras da Fazenda Tabuleiro, de João Borges Falcão; ao leste (nascente), parte das terras da Fazenda denominada Murim; ao sul, com terras da fazenda Boa Vista, de D. Inês de Oliveira¹³². Do lado direito da fazenda (figura 2) tem uma construção mais simples, que é a casa de farinha, nela tinha bolandeira – uma bola/roda que servia para moer a mandioca, transformando-a em massa, a qual passaria pela prensa de parafuso para retirar a água. Quando seca a massa da mandioca, o peneirador passaria na urupemba¹³³ e, em seguida, a torragem, transformando-a em farinha.

Em 1835, José Borges Falcão tinha 40 anos de idade, era chefe de fogos com nove escravos – três adultos e seis crianças – podendo ser classificado como pequeno proprietário de escravos. Todavia, essa família tinha uma larga experiência na exploração da mão de obra escravizada e de acumulação de terras. Parte significativa das terras localizadas na região da Capela de São Gonçalo pertencia à família Falcão. Certamente, a atividade agrícola desenvolvida em suas terras era a produção de fumo, sustentada pelo trabalho escravo. A presença de crianças entre seus escravos igualmente demonstra que esse proprietário tinha por costume a reprodução endógena, como meio de reposição e aumento da população escrava.

São da família Falcão, as terras localizadas na Capela de São Gonçalo, passando pela Cruz, Sobradinho, até o rio Jacuípe. Assim, os demais herdeiros de Manoel Borges Falcão: Firmino Borges Falcão, Bernardino Borges Falcão, Clementino Borges, Leopoldina Borges, Maria Rosa Borges, Anna Rita Borges e Luis Borges Falcão, aparecem como herdeiros de Manoel Borges Falcão Junior e Antônio Joaquim Borges Falcão. Esses nomes vão se repetir em outros documentos, demonstrando que essa família representava os médios proprietários de terras e escravos.

¹³¹ ENTREVISTA, Robson Silva Torres, nascido em 7 de dezembro de 1976, entrevista concedida em 11 de setembro de 2019; ENTREVISTA, José Vicente Pereira, nascido em 19 de julho de 1960, entrevista concedida em 18 de agosto de 2019;

¹³² APEB. José Borges Falcão (1859). Registros Eclesiásticos de Terras de São Gonçalo dos Campos. Livro nº 4807 (1857-1863)

¹³³ Peneira de fibra vegetal para farinha de mandioca, milho etc. LAROUSSE CULTURAL. **Dicionário da Língua Portuguesa**. São Paulo. Nova Cultural, 1992, p. 1133.

2.5 O Uso dos Marcos e Rumos Naturais para a Definição de Propriedades Situadas nas Faixas Baixas e Pequenas de Fortunas

Para analisar as faixas baixas e pequenas de fortunas, retomamos as discussões sobre as demarcações das terras presentes nas fontes, pois é um ponto importante para este estudo. Como vimos, tais descrições, limites e marcos são alvos de críticas devido à falta de “precisão” em torno das informações declaradas, dando margem para interpretações de que os declarantes omitiram informações, preferido declarar limites transitórios sobre suas propriedades a fim de evitarem ocasionais perdas, o que possibilitariam a posse de maiores extensões, evitando possíveis invasões.

Em nossa perspectiva, as descrições, marcos e limites seguem o costume da época, com pontos de referências transitórios, indicados pelos rios, riachos, árvores ou alguma “pedra de rumo”, não havendo maiores possibilidades para sua identificação nos dias atuais, mesmo se tratando de um trabalho de reconstrução das áreas ocupadas. Utilizaremos um exemplo, necessário para ilustrar como os costumes estavam presentes no cotidiano dos proprietários, em todas as faixas de fortunas, desde a primeira metade do século XIX, seguindo até período atual, como atesta a tradição oral.

Ao intentar sobre as formações das fazendas e quais percepções Expedito Pinheiro tinha, ele relatou que

as terras da Fazenda Coelho, de Nezinho Pinheiro, era tudo uma coisa só. Não existiam cercas. Os terrenos das fazendas eram todas abertas com muita mata. As demarcações eram pedras, mato, estacas que os donos colocavam. As árvores não podia serem retiradas. Eu fui cortar um pé de sete-casacas que demarcava o rumo do meu sítio com as terras da Fazenda Paixão, o dono, finado Andrade, disse que não podia cortar porque demarcava os limites entre os terrenos e que o pai de minha mulher havia entrado no terreno dele, invadido os limites¹³⁴.

Como questão metodológica, a tradição oral elucidada como os costumes permeavam as relações em torno da terra. Embora não descarte as considerações feitas pelos demais historiadores acima mencionados, os quais advertem que os proprietários utilizavam os

¹³⁴ Conforme a ENTREVISTA de Expedito Pinheiro de Carvalho, nascido em 1 de maio de 1940, entrevista concedida em 25 de março de 2017, a árvore sete-casacas é o nome vulgar de uma árvore, o mesmo que camboatã-mosquiteiro. “Árvore de médio a grande porte, de 8 a 20 metros de altura. Folhas compostas, oito folíolos de 5 cm. Flor branca- roxa, como uma esponja, tamanho médio. Fruto vagem de 12 cm, verde escuro a marrom. No seu interior as sementes estão envoltas por um tipo de melado amargo, que atrai a fauna. Sementes de 0,8 cm, marrom. Germinação e crescimento muito rápidos. Seu nome é devido a suas cascas que se soltam com muita facilidade.” In: <https://www.arvores.brasil.nom.br/new/setecascas/index.htm>. Acesso em 22 set. 2019.

marcos naturais como estratégias para garantir a posse de suas terras, agregamos que se tratava de um costume. A população inglesa pesquisada por Thompson, em *Senhores e Caçadores*, ajudou-me a refletir como os proprietários de terras, embora seguindo os dispositivos legais, ao se referirem as suas terras com termos abstratos, seguiam os mesmos princípios quando da distribuição das sesmarias, de não estabelecerem o tamanho exato das extensões territoriais, o que ao nosso olhar cria um desafio chegarmos a um entendimento do que seria o tamanho das fazendas na época.

Os limites são dados por referências naturais, a exemplo das declarações acima mencionadas, comum nas descrições contidas nas escrituras de vendas e compras e nos inventários, isso quando fizessem referências aos limites físicos de suas terras. O mesmo pode ser relacionado às designações utilizadas para se referirem aos tipos de terras, a exemplo das expressões: *sítios, fazendas, partes de terras, porção de terras e pedaços de terras*.

Essas designações representam os títulos de terras existentes na freguesia. Se olharmos com atenção as descrições nos inventários e nos registros de terras, perceberemos que esses eram os termos usados pelos proprietários para demonstrar que tinham uma propriedade maior. Todavia, o tamanho das propriedades não influenciava substancialmente na economia da região, a cultura escravagista estava presente em todos níveis de fortuna. O que fica evidente é que os lavradores de fumo entendiam que o uso da mão de obra escrava, mesmo que fosse de apenas um escravo, refletia *status* social ao possuidor.

Nem sempre os termos revelam de qual tipo de propriedade se trata, a exemplo do termo *terras*, usado tanto para identificar propriedades com médias extensões de terras – sem uso específico, sem benfeitorias e instalações – como para propriedades com casa de morada, casas de farinha, armazém de fumo, senzalas e outros acessórios, comuns às fazendas e a alguns sítios da região que desenvolviam uma agricultura diversificada. Ao mesmo tempo, os proprietários usavam o termo para representar *parte de terras* de uma fazenda, ou seja, que havia comprado, recebido como dote, herança, a metade ou uma parte das terras de uma fazenda.

A análise da descrição contida no registro de terras da Fazenda Mato Grosso admite uma interpretação subjetiva do tamanho e do horizonte da propriedade. No registro eclesiástico de 1857, o proprietário Manoel Pedreira Lopes declara possuir “pedaço de terras”, localizado na Fazenda Mato Grosso, em Jacuípe, com 200 braças de terras e meia légua de comprimento¹³⁵. Surge uma indagação sobre o significado dado por Manoel Pedreira Lopes ao

¹³⁵APEB. Manoel Pedreira Lopes (1857). Registros Eclesiásticos de Terras de São Gonçalo dos Campos. Livro nº 4807 (1857-1863).

pedaço de terras: Refere-se a extensões de terras pertencentes à Fazenda Mato Grosso? Ou equivale ao nome da região em que se localizavam as terras de Manoel Pedreira Lopes?

É sabido, através da memória oral¹³⁶, que muitos lugares recebiam os nomes de fazendas, porém as propriedades fundiárias denominadas de fazendas nem sempre era propriamente uma fazenda, poderia ser um sítio ou uma pequena extensão de terra retirada de uma fazenda, que recebeu o mesmo nome da fazenda. A de Manoel Pedreira Lopes, pela localização perto do Rio Jacuípe, situado ao oeste da Freguesia e próxima a Estrada Real, que seguia de Cachoeira em direção à Feira de Santana, possivelmente teria sido desmembrada da Fazenda Mato Grosso, desse modo, manteve o nome da fazenda, a qual tinha o tamanho aproximado de 360 metros de largura e 2100 metros de comprimento, ou seja, uma pequena extensão de terras.

A expressão *pedaço de terras* poderia também significar um conjunto de terras adquiridas por ocasião das partilhas e dos arrolamentos. Embora não conste que Manoel Pedreira Lopes seja herdeiro direto de Jerônimo Francisco da Silva, quando da partilha em 1841-1865. Entre os herdeiros, aparecem a viúva D. Francisca Raimunda de São José e os irmãos do falecido, Antônio Cerqueira de Araújo e José Felipe Pereira¹³⁷. A partir do inventário é possível confirmar que o termo *pedaço de terras* representa extensões de terras não muito grandes, pertencentes a uma fazenda, sob o título de outro proprietário.

No inventário foram arrolados: a casa da fazenda coberta de telhas sobre esteios de paredes de adobe, uma casa em esteio, acessórios de fazer farinha, 30 pés de feijão, jaqueiras e 29 escravos, a maioria crianças do serviço da lavoura. Entre os bens, as terras aparecem sendo identificadas com “trezentas braças de frente e quinhentas de fundos seguindo seu título”, avaliada por 1.200,00 réis¹³⁸.

A designação *sítio* aparece referendando tamanhos diversos de terras. As referências relatadas pelo proprietário da Fazenda Mato Grosso compreendia que outrora era uma vasta área que em algum momento foi partilhada. José da Costa Queiroz, em 1857, ao declarar suas terras, denomina-as como Mato Grosso, em Jacuípe, com 62 braças de terras. À frente para o poente, tendo como marca de seus limites as terras denominadas Broba; o fundo toma a direção nascente, estendendo-se até o rio Jacuípe; ao norte o marco são as terras da fazenda do Magalhães; ao sul, os marcos e limites são as terras de Joaquim da Silva¹³⁹. Outros exemplos, a saber, o Sítio Campestre, pertencente a Manoel Araújo Dantas, 102 braças; a Fazenda

¹³⁶ ENTREVISTA, Cleusa Machado de Carvalho, nascida em 22 de agosto de 1947, entrevista concedida em 15 de outubro de 2019.

¹³⁷ AFJMSG. Inventário de Jerônimo Francisco da Silva (1841-1865). Caixas Avulsas.

¹³⁸ AFJMSG. Inventário de Jerônimo Francisco da Silva (1841-1865). Caixas Avulsas.

¹³⁹ APEB. Registros Eclesiásticos de Terras de São Gonçalo dos Campos. Livro nº 4807 (1857-1863).

Borges, de Antônio Joaquim de Cerqueira e José Moreira de Freitas, 150 braças; a Fazenda Pedreira, de Manoel José de Oliveira Pinto, 106 braças¹⁴⁰; a Fazenda Murundu, de Manoel Amaro Lopes, 60 braças; a Fazenda Jenipapo, de Leandro Rodrigo de Lima, Antônia Maria de Lima e Maria Inácia de Jesus, 700 braças de largura e 1 légua de comprimento¹⁴¹.

Ao tratar sobre o assunto, Schwartz diferencia fazendas e sítios a partir das atividades econômicas oferecidas. Assim afirma que “as fazendas podiam dedicar-se às várias atividades: da pecuária ao cultivo de gêneros alimentícios e ocasionalmente de cana-de-açúcar. Sítio era um termo preferido para as plantações de fumo, embora não usado exclusivamente nessa acepção”¹⁴². De acordo com Alves, *sítios* apenas se referia a posses de terra, ou seja, o *status*/caráter de propriedade após a Lei de Terras de 1850¹⁴³.

A expressão *terras* marca as propriedades encravadas em propriedades maiores. Andrade adverte que o termo se refere às terras embutidas ou não em propriedades maiores, supostamente aquinhoadas com as sesmarias e/ou posseiros¹⁴⁴. Antônio Machado da Silva – outro nome que aparece com muita frequência nos registros eclesiásticos – registrou suas *terras* declarando possuir 100 braças de largura, próxima a Estrada Real¹⁴⁵. Nesse primeiro momento, Antônio informa que sua propriedade começava a 100 braças, em frente a Estrada Real, utilizando uma descrição matemática do ponto em que seus domínios se iniciam. Em seguida, dispõe-se dos costumes, apresentando os demais limites a partir dos marcos da época. O cumprimento foi definido pela extensão que alcança a Fazenda Murici, de Fernando Machado da Silva. Na definição dos limites dos “fundos”, o proprietário utiliza os pontos cardeais “seguindo sentido leste”, retomando depois os costumes, definindo o limite nas terras da Fazenda Bananeiras, do Capitão José Alves de Cerqueira. As divisas do sul foram dadas com as terras da fazenda de Manoel Cerqueira de Araújo¹⁴⁶.

2.6 Outros Perfis de Indivíduos na Freguesia

Entre os inventários e as escrituras de venda e compra de terrenos e escritura de arrendamento, observa-se igualmente a presença de registros de moradores sem a propriedade efetiva das terras. Também tais dados podem ser verificados nas escrituras de venda e compra,

¹⁴⁰ APEB. Registros Eclesiásticos de Terras de São Gonçalo dos Campos. Livro nº 4807 (1857-1863).

¹⁴¹ APEB. Registros Eclesiásticos de Terras de São Gonçalo dos Campos. Livro nº 4807 (1857-1863).

¹⁴² SCHWARTZ, Stuart. B. **Segredos Internos...**, p. 362.

¹⁴³ ALVES, Isaías de Almeida. **Matas do Sertão de Baixo**. Bahia. Reper, 1967.

¹⁴⁴ TEIXEIRA, Marli Geralda & ANDRADE, Maria José de Souza. **Memória Histórica de São Gonçalo dos Campos...**, p. 48.

¹⁴⁵ Que vem da Cachoeira para Villa de Feira de Sant'Anna dos Olhos D'Água.

¹⁴⁶ APEB. Registros Eclesiásticos de Terras de São Gonçalo dos Campos. Livro nº 4807 (1857-1863).

a partir de 1877, nas quais foram vendidas casas construídas em terrenos foreiros¹⁴⁷. Nos inventários, traçamos o perfil qualitativo trazendo informações mais detalhadas a respeito do que constituía os bens desses proprietários. Os documentos, tanto cartoriais como eclesiásticos, e os censos populacionais atestam a diversidade de riqueza e de trabalhadores não proprietários e escravos na região, como foi comum em diferentes regiões do Brasil. Existiam indivíduos que não detinham nenhum tipo de propriedade, a exemplos dos agregados nas fazendas fumageiras.

Os lavradores, ou melhor, aqueles cuja ocupação foi assim mencionada, referiam-se aos proprietários de escravos e de terras, agricultores de fumo e mandioca, que geralmente não se ocupavam com atividades braçais, pois possuíam terras e braços escravos utilizados nas produções agrícolas e na criação de animais. Considerando as ocupações, é possível afirmar que os lavradores eram possuidores de um maior número de escravos que aqueles que declararam outras profissões. É possível averiguar nos domicílios de alfaiates, costureiras e negociantes menores populações escravas. O vigário Vicente Ferreira Gomes, branco, 54 anos, aparece como lavrador na coluna profissão. A ocupação de vigário aparece no item “observações”, fato que indica que também possuía propriedade fundiária na Freguesia. Entre os moradores de seu fogo estão quatro domésticos, com idade entre 16 e 6 anos, e seis escravos: um casal adulto e quatro crianças entre 1 e 14 anos, de condição de cor parda e cabra¹⁴⁸.

Quitéria Maria, parda, viúva, 50 anos, é negociante e proprietária de duas escravas: Thereza, solteira, 30 anos, da África e seu filho Luis, 7 anos, ambos pretos. Também aparecem como moradores do fogo de Quitéria Maria, Luiza Pomba, branca, solteira, 20 anos, doméstica e Romão, preto, solteiro, 12 anos, escravo de Luiza¹⁴⁹. Barickman interpreta esse termo utilizado pelo recenseador, enfatizando que domésticos podiam equivaler a filhos ilegítimos, concubinas e agregados¹⁵⁰.

Essa categoria aparece em muitos fogos, em alguns encontramos o doméstico e o agregado compartilhando o mesmo espaço, o que me leva a crer que o termo não se referia a agregado. Concebemos a interpretação que se referia a alguém próximo à família, um parente, sem posse de terras, mas que tinha diferente posição social do agregado, que não tinha posse

¹⁴⁷ Os terrenos foreiros aqueles que o proprietário da casa não possuía a posse do terreno. Muitas escrituras foram lavradas no final do século XIX no tabelionato de São Gonçalo com terrenos foreiros.

¹⁴⁸ APEB, Relação de Número de Fogos e Moradores do Distrito da Freguesia de São Gonçalo dos Campos de Nossa Senhora da Cachoeira. Maço 5683, S/D.

¹⁴⁹ APEB, Relação de Número de Fogos e Moradores do Distrito da Freguesia de São Gonçalo dos Campos de Nossa Senhora da Cachoeira. Maço 5683, S/D.

¹⁵⁰ BARICKMAN, B. J. **Um Contraponto Baiano:...**

de terras e, por isso, trocava a força de trabalho por moradia e terras para fazer sua própria roça. Wellington Castelluci adverte que:

Ao arrendar uma parcela de terras, um sujeito poderia pôr a seu serviço e exploração um ou mais cativos, os quais se responsabilizariam pelos afazeres da roça, da pesca e do transporte de produtos para um centro comercial local mais próximo ou da região do Recôncavo [...]. Nas lavouras, homens e mulheres livres também estavam a trabalhar, sistematicamente, ao lado de pequenos posseiros, senhores que viviam da exploração e da miséria de sujeitos que, perante a hierarquia da escravidão, se situavam no patamar mais rasteiro do trabalho ainda na primeira metade do século XIX¹⁵¹.

Conforme o autor, a presença de pessoas livres trabalhando ao lado de cativos representava o esvaziamento das unidades cativas, que estava acontecendo em Itaparica nos anos de 1860 a 1888, mas esse processo se perpetuava desde a primeira metade do século XIX¹⁵².

Partindo da Relação de Fogos, consideramos que a presença de domésticos e agregados entre os trabalhadores da freguesia não foi suficiente para esvaziar a mão de obra escrava, tampouco a substituiu. Como Castelluci observou o uso de cativos entre os agregados, os documentos sinalizam o mesmo cenário, portanto, mesmo sendo agregados, foram, do mesmo modo, senhores de escravos. Esses lavradores, sem posse de escravos, são responsáveis pela titulação do fumo como economia de pobres.

Encontramos, ainda, entre a população livre, aqueles que não possuíam título de terras, mas eram proprietários de escravos, por exemplo, Bernardino Moreira de Almeida, que no inventário não declara nenhum bem além da escrava, Bárbara, crioula, 60 anos, serviço da lavoura¹⁵³. Santana também encontrou agregados em suas fontes que não possuíam terras, mas eram proprietários de significativos números de escravos e instrumentos diversos para o trabalho na lavoura:

Esse pode ter sido o caso de Antônio Mendes Loureiro morador do Iguape, pois, em seu inventário realizado em 1856, localizei na avaliação de seus bens: 37 tarefas de cana, 18 escravos e alguns utensílios e ferramentas necessárias para o cultivo e transporte de cana entre a lavoura e o engenho, onde seria beneficiada. Fizeram parte dos seus bens diversos instrumentos de trabalho: “[foices, machados, enxadas, um arado, 2 carros de bois [...] 20 bois de carro e um burro velho[...]”. Não localizei em seu inventário nenhuma propriedade de terra ou engenho. Essa ausência no inventário de

¹⁵¹ CASTELLUCI, Wellington. **Pescadores e roceiros: escravos e forros em Itaparica na segunda metade do século XIX (1860-1888)**. 1 ed. Annablume: São Paulo. 2008. p. 140

¹⁵² CASTELLUCI, Wellington. **Pescadores e roceiros:...** p. 140

¹⁵³ APMC, Inventário de Bernardino Moreira de Almeida, (1856 -1869) 02/198/2383.

Antônio Mendes Loureiro pode indicar que os seus “tabureiros” de cana eram cultivados e beneficiados em terras de outros senhores. Seu trabalho como rendeiro ou meeiro de alguma propriedade não o impediu de ser um médio proprietário de escravos, posto que 87% do valor total do seu *montemor* correspondia à avaliação de seus dezoito cativos.¹⁵⁴

Apesar das variações, indicando a desigualdade socioeconômica, os indivíduos adquiriam meios e possibilidades de sobreviver, fossem eles livres, escravos ou libertos. No caso de Bernardino Moreira de Almeida, os dados indicam que ele não possuía terras e nem mesmo moradia própria, uma vez que o inventário não incluía casa, terras, bens de raiz, gado e móveis, apenas a escrava, empregada nos serviços da lavoura. Sem propriedade fundiária, Bernardino, além de utilizar a mão de obra de sua escrava, contava com a ajuda de sua mulher, Maria Epifânia de Jesus, e dos filhos, José Moreira de Freitas e Ana Maria Sacramento¹⁵⁵. Bernardino faz parte dos pequenos escravistas que possuíam poucos bens, alguns lavravam terras arrendadas com seu próprio trabalho, outros possuíam um ou dois escravos que lhes ajudavam nas atividades da lavoura.

Os bens possuídos por Estevão José Cerqueira, liberto, casado com Francisca Xavier Cerqueira, resumiam-se a 14 escravos. Além de contar com a doméstica, Luisa, e com seus cinco filhos, era proprietário de dois escravos¹⁵⁶. Estevão José Cerqueira provavelmente contava com a mão de obra desses escravos para o trabalho no serviço da lavoura, quiçá seguindo ao trabalho na roça de fumo e nas atividades da agricultura de subsistência. Aqui as relações poderiam se pautar nos laços de solidariedade e proteção, tendo uma convivência muito próxima a eles no espaço do trabalho e da moradia. Já Luiz Souto, pardo, 45 anos, lavrador, liberto, casado com Angélica Maria, parda, 35 anos, com quem teve 4 filhos, chefiava o fogo com 43 escravos e dois domésticos libertos.

Essas experiências expressam as configurações, os pedaços de vidas, esperanças e sonhos vivenciados por aquelas/es “forros como se de ventre livre nascessem”. Decidiram reorganizar suas vidas numa conjuntura ladeada pela escravidão, no qual foram coadjuvantes, convertendo-se a senhores de escravos. Assim como Estevão, Margarida, Francisca, Luisa, Luiz Souto e diversos indivíduos refizeram laços familiares e de parentesco, edificaram novas relações de amizade, afetos e redes de sociabilidade. Enveredaram-se em conflitos e tensões na luta por espaços sociais, econômicos, políticos e culturais. Em seu tempo, contribuíram

¹⁵⁴ SANTANA, Clissio Santos. **Ele queria viver como se fosse homem livre:...** p. 32.

¹⁵⁵ APMC, Inventário de Bernardino Moreira de Almeida (1856 -1869), 02/198/2383. p. 24.

¹⁵⁶ APEB, Relação de Número de Fogos e Moradores do Distrito da Freguesia de São Gonçalo dos Campos de Nossa Senhora da Cachoeira. Maço 5683, S/D.

decisivamente, dando condição para que escravos e libertos tivessem um lugar de sobrevivência.

Também libertos chefiavam fogos que apenas ele era morador. Em outros fogos chefiados por libertos, encontramos mulher, filhos e agregados. Novamente, descartamos a composição social da freguesia e o lugar ocupado pelos libertos, a luta por sobrevivência e pelo reconhecimento da liberdade. De acordo com Walter Fraga, muitas foram as estratégias utilizadas pelos ex-escravos para que sua liberdade fosse de fato reconhecida. O autor, ao analisar o final do século XIX, expõe o contexto social em que os personagens estavam inseridos e a tentativa dos ex-senhores de manterem em seus domínios mão de obra sem custo algum¹⁵⁷.

Trazendo as reflexões de Fraga para o contexto desta tese, focamos nas relações estabelecidas na Freguesia na década de 1830 a 1850. Certamente, para o liberto adquirir a posse de um ou mais escravos, mais que representar um perfil escravocrata, isso refletia a expectativa de liberdade, o desejo de ser reconhecido como liberto: um senhor, proprietário de terras e de escravos. Vera Lucia Amaral Ferlini considera que os donos de terra e escravos acabavam fazendo parte de uma elite econômica da colônia, tinham prestígio e honra entre os seus congêneres¹⁵⁸.

Aquele que, ao conquistar sua liberdade, também adquiriu o direito de possuir o bem que desejasse, portanto, adquirir escravos representava o *status* de livre. Ainda, as relações escravistas desenvolvidas pelos libertos demonstravam dessemelhanças entre os proprietários livres, uma vez que no campo de observação, sua condição de livre trazia os vestígios do tempo da escravidão.

A conjuntura social na Freguesia de São Gonçalo dos Campos era de uma variada condição social, como funcionários públicos, profissionais liberais (médicos, advogados, professores), proprietários de grandes extensões de terra, comerciantes, militares (soldados para manter a ordem social), médios proprietários, membros do clero, proprietários urbanos (donos de casas, tabernas, lojas etc.). Homens e mulheres, que nos registros não tiveram suas profissões definidas; escravos do serviço da lavoura, domésticos e raros especializados em outros serviços que executavam inúmeros serviços: dar recados, fazer compras nas feiras, cozinhar, lavar roupas, buscar água, amamentar os filhos das senhoras, criar as crianças escravas que eram adquiridas através da compra pelos senhores (as bem pequenas), agregados

¹⁵⁷ FRAGA, Walter. **Encruzilhadas da Liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)** Campinas, SP. Editora da UNICAMP, 2006.

¹⁵⁸ FERLINI, Vera Lucia Amaral. **Terra, Trabalho e Poder**. São Paulo. Brasiliense, 1988, p. 109.

nas fazendas de fumo, que para sobrevivência econômica alugavam propriedades ou ponham-se ao ganho.

Para os proprietários mais abastados, uma população escrava numerosa servia como sinal de elevado *status*; para as famílias menos abastadas, uma ou duas escravas, no máximo, livravam seus senhores do trabalho, além da possibilidade de lhes dar a “cria”, bem como lhes distinguir dos demais¹⁵⁹.

2.7 Escravos ou Chefes de Fogos?

Na relação de fogos, especificamente na região da Capela de Santa Luzia, Miguel Ferras, 50 anos, preto, solteiro, foi recenseado entre os moradores como chefe do fogo, feitor e escravo africano, possivelmente, seria proprietário de algum quinhão de terras, no qual viviam sobre seus domínios 41 escravos com idade entre 10 e 50 anos. Não consta quem era seu senhor e se destacou entre os pares da época por ser um bem-sucedido senhor de escravos, certamente, propriedade constituída desde outrora e confirmada no recenseamento de 1835. Rufino, 35 anos, preto, escravo feitor, africano, casado com Maria, 30 anos, parda, escrava, africana, chefiava 20 escravos de 1 a 50 anos de idade. Leoriacu, 25 anos, pardo, solteiro, escravo, também foi recenseado como chefe de fogo, possuindo em seu domicílio 16 escravos. João, 24 anos, preto, solteiro, foi recenseado como chefe de domicílio com 21 escravos e 37 libertos, que tinham a profissão de lavradores, agregados e costureiras.

É possível observar, especialmente através do domicílio chefiado pelo escravo João, que as redes formadas por esses indivíduos não se resumiam apenas à relação entre senhor e escravos. A formação heterogênea de escravos, libertos, agregados e livres chefiados por um escravo corrobora para entender que aqueles indivíduos, naquele espaço, teciam redes e laços de famílias que envolviam não somente o parentesco consanguíneo (pai, mãe e filho), mas também os laços de solidariedade, compadrio, relações afetivas e, ainda, vínculos matrimoniais entre os escravos e libertos. Logo, perscrutar a relação de fogos e moradores possibilitou penetrar na multiplicidade das mediações sociais no século XIX, na freguesia de São Gonçalo, descortinando sociabilidades entre sujeitos de diferentes estatutos jurídicos e sociais, como também temos uma possível compreensão da vida particular de escravos e libertos dentro do convívio familiar e comunitário.

A posse de escravos por outros escravos não foi um fenômeno restrito à Freguesia de São Gonçalo dos Campos. Carlos Eugênio Líbano Soares identificou na freguesia da

¹⁵⁹ BARICKMAN, B. J. **Um Contraponto Baiano:...**

Conceição da Praia 33 escravos batizando seus escravos na primeira metade do século XVIII¹⁶⁰. Gabriela Nogueira, igualmente, encontrou na Freguesia Urubu de Cima 13 escravos dos Guedes de Brito, sendo proprietários de 47 cativos, nas décadas de 1730 a 1790¹⁶¹. Almeida observou a posse de escravo por escravos em Rio de Contas, no século XVIII, e adverte que a posse servia para amealhar um pecúlio com o qual adquiriam alforrias¹⁶².

Embora não haja referência sobre a propriedade fundiária e as atividades agrícolas desenvolvidas pelos escravos/chefes de fogos na fonte, o mapa populacional apresenta discriminado em quais capelas estão localizados tais fogos, o que nos permite distinguir as características demográficas e econômicas de cada uma dessas localidades, como afirmar que os escravos, chefes de fogos, faziam uso da mão de obra escravizada para produção fumageira e criação de gado. Partindo da definição de fogos, por Dermeval Marins de Freitas, o qual afirma que equivalem a unidades produtivas, já que um mesmo chefe, na perspectiva deste autor, é mencionado como proprietário de outros fogos¹⁶³.

Desse modo, na Freguesia se observa um grande movimento de pessoas adquirindo terras e escravos, através dos mais diferentes meios de obtenção: doação, herança, compra, venda e adjudicação. Esse espaço era formado por aqueles que possuíam grandes extensões de terra e maior número de escravos; outros possuidores de médias extensões de terras e escravos; e muitos possuíam pequenas extensões de terras e um reduzido número de escravos. Nessas três primeiras escalas estão situados os lavradores e senhores de escravos. Depois desses, observamos as famílias que não possuíam escravos, mas eram proprietárias de pequenos lotes de terras. Em seguida, os agregados: sem posse de terra, sendo que alguns eram senhores escravos. Por último, os escravos – importante constatação que nesta categoria, onde encontramos alguns, que embora fossem escravizados, curiosamente eram proprietários de escravos. Os libertos estavam presentes em quase todas as categorias sociais: dos grandes proprietários aos agregados.

Nosso objetivo aqui foi analisar as composições fundiárias das fazendas, de que modo se constituíam as faixas de fortunas e as atividades econômicas que eram desenvolvidas na

¹⁶⁰SOARES, Carlos Eugênio Líbano. Sacramentos ao pé do mar: batismo de africanos na freguesia da Conceição da Praia Grande, 1700-1751. *Rede-A*, v. 1, n. 1, p. 65-88, 2011.

¹⁶¹NOGUEIRA, Gabriela Amorim. “**Viver por si**”, **viver pelos seus**: famílias e comunidades de escravos e forros no “Certam de Sima do São Francisco” (1730-1790). 2011. 212 f. Dissertação Mestrado em História - Universidade do Estado da Bahia. UNEB. Santo Antônio de Jesus – BA, 2011, p. 81 e 168.

¹⁶²ALMEIDA, Kátia Lorena Novais. Escravos e libertos nas Minas do Rio das Contas- Bahia, Século XVIII. Tese de Doutorado em História. 2012. 255 f. Salvador, Universidade Federal da Bahia, 2012.

¹⁶³FREITAS, Dermeval Marins de. Mulheres Chefes de Domicílio no Distrito da Vila de Santo Antônio de Sá (1797). SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTUDOS OITOCENTISTA. In: www.seo.org.br/download/download. Acesso em 22 fev. 2017; FREITAS, Dermeval Marins de. **Famílias escravas na Freguesia de Santo Antônio de Sá – RJ (c. 1750-1808)**. 2018. 189 f. Dissertação de Mestrado em História – Universidade Federal Fluminense. Niterói. RJ, 2018.

Freguesia. Demonstramos que na Freguesia de São Gonçalo dos Campos existia uma diversidade de faixas de fortunas, assim como de posse de escravos. Ao mesmo tempo, notamos que existia uma tentativa dos proprietários de acumular bens. Como vimos, muitos deles, que apareceram nas fontes de 1835, com faixas pequenas ou médias de fortunas, em 1850 já apareciam com um cabedal bem maior, sugerindo a acumulação de riqueza. Ainda, com base nos indícios é possível dizer que um dos motivos da acumulação de riqueza entre os proprietários da freguesia foi possibilitado pelos laços matrimoniais estabelecidos entre si. O acúmulo de fortunas não estava restrito ao aumento das propriedades fundiárias, de igual modo, aqueles indivíduos lograram aumentar e repor suas populações escravas através da reprodução endógena, tema do próximo capítulo.

CAPÍTULO III REPRODUÇÃO ENDÓGENA E HISTÓRIAS DE VIDA DE FAMÍLIAS ESCRAVAS NA FREGUESIA DE SÃO GONÇALO DOS CAMPOS, DE 1835 A 1871

Neste capítulo analisaremos as características sociais e demográficas na Freguesia de São Gonçalo dos Campos, no período de 1835 a 1871, com o objetivo de compreender como se deu a reposição e manutenção da população escrava, a partir do estudo do perfil da população escrava, considerando a natalidade e a mortalidade dessas crianças.

As dinâmicas demográficas das comunidades escravas e a distribuição de crianças nas fazendas policultoras são contextualizadas a partir das análises dos inventários *post mortem*. Através da Relação de Fogos e Moradores da Freguesia de São Gonçalo dos Campos, discutiremos sobre a predominância de escravos crioulos em diferentes gerações, interrogando sobre a constituição das famílias escravizadas e a lógica que conduziu à opção dos proprietários de escravos em repor e ampliar sua população escrava através da reprodução endógena. Outra fonte igualmente importante para compreensão da dinâmica demográfica e a lógica da escravidão são os registros de batismos, os quais utilizamos para a elaboração de uma tabela sobre as taxas de nascimento de crianças escravas.

3.1 Estrutura Etária e Categorias Geracionais nos Inventários de 1840 a 1871

Na confecção dos inventários “*todos os bens*” do falecido eram declarados pelo inventariante, podendo ser divididos em duas categorias gerais: bens móveis e bens imóveis/semoventes. Os escravos eram arrolados individualmente, compondo a categoria dos semoventes. As informações sobre os cativos que aparecem na lista de bens do inventariado são: nome do escravo (pelo qual identificamos o sexo), origem, idade, cor, ocupação e preço, se possuíam filhos, se eram casados, fugitivos, doentes, falecidos etc.

Esses inventários seguiam certo padrão em seu formato, porém, nem todos inventariantes forneciam as mesmas informações sobre os escravos arrolados. Assim, há inventários mais detalhados, com dados numéricos no que se refere à idade, às especialidades do trabalho e à formação familiar dos escravos; outros não tiveram a mesma preocupação, deixando apenas dados gerais, mas que a partir deles, podemos esquadrihar indícios sobre a reprodução endógena naquela freguesia. Embora longa, faz-se necessária a citação a seguir,

pois ela demonstra como comumente os proprietários descreviam seus escravos nos inventários confeccionados na segunda metade do século XIX, na Freguesia de São Gonçalo dos Campos:

Marcos, africano, doente, idoso que avaliarão por duzentos mil réis; Joana, africana, idosa, doente, que avaliarão por cinquenta réis; Amere, africano, idoso, que avaliarão por trezentos mil réis; Francisco, africano, idoso, doente que avaliarão por cem mil réis; Manoel, crioulo, idoso, que avaliarão por quatrocentos mil réis; Benedita, crioula, moça, que avaliarão por oitocentos mil réis; Pedro, crioulo, moço [*ilegível*], que avaliarão por setecentos mil réis; Fabricia, crioula, idosa, que avaliarão por trezentos mil réis; Camilla, africana, idosa, doente, que avaliarão por trezentos mil réis; Manoel, crioulo, idoso [*ilegível*] que avaliarão por seiscentos mil réis; Apolinário, crioulo, idoso, que avaliarão por quinhentos mil réis; Luiz, pardo, doente, idoso que avaliarão por trezentos mil réis; Marcela, crioula, idosa que avaliarão por trezentos mil réis; Claudina, africana, idosa, doente que avaliarão por duzentos e cinquenta mil réis; Luciana, crioula, doente, idosa que avaliarão por duzentos mil réis; Margarida, cabra, idosa, doente que avaliarão por duzentos mil réis; Manoel Mathias, crioulo, moço que avaliarão por hum conto de réis; Pascal, crioulo, moço que avaliarão por novecentos mil réis; Felicino, crioulo, moço, doente que avaliarão por quatrocentos mil réis; Evaristo, cabra, moço que avaliarão por novecentos mil réis; Maria da Paixão, crioula, de boa idade que avaliarão por quinhentos mil réis; Constança, africana, bastante velha que avaliarão por cem mil réis; Senhorinha, crioula, de boa idade, defeituosa de um olho, que avaliarão por quatrocentos mil réis; Profírio, crioulinho, de nove anos de idade, filho da dita que avaliarão por setecentos mil réis; Possibruia, crioulinha, de sete anos de idade, filha da dita que avaliarão por quinhentos mil réis; Joemia, crioulinha, quatro anos, filha da mesma que avaliarão por quinhentos mil réis; Esteva, crioulinha, dois anos, filha da dita por duzentos mil réis; Alexandre, africano, bastante velho que avaliarão por cem mil réis; Justino, crioulo, moço que avaliarão por novecentos mil réis; Lorenço Fenício, crioulo, moço que avaliarão por hum conto de réis; Miguel, africano, bastante velho que avaliarão por cem mil réis; Custódio, crioulo, moço que avaliarão por oitocentos mil réis; Paulina, crioula, moça que avaliarão por hum conto de réis; Aristides, pardinho, dois anos de idade, filho da dita que avaliarão por duzentos mil réis; Libânia, cabra, moça, grávida que avaliarão por hum conto de réis; Ligia, crioula, moça, *amamentando*, que avaliarão por setecentos mil réis; Simão, crioulinho, de dez anos de idade que avaliarão por seiscentos mil réis; João, crioulinho, de idade de treze anos que avaliarão por oitocentos mil réis; Paulino, africano, de boa idade, pé manco, que avaliarão por quinhentos mil réis; Anastácio, crioulinho, de idade de nove anos, sofre do peito que avaliarão por quatrocentos mil réis; Adalberto, crioulinho de idade de doze anos que avaliarão por oitocentos mil réis; Thereza, crioulinha, de idade de oito anos que avaliarão por seiscentos mil réis; Eloy, crioulinho, de idade de oito anos que avaliarão por quatrocentos mil réis; Camito, crioulinha, de idade de oito anos que avaliarão por quatrocentos mil réis; Benvinda, africana, moça, sofre de *bullida* no olho que avaliarão por seiscentos mil réis; Cyrillo, crioulinho, de idade de treze anos filho da dita que avaliarão por quatrocentos mil réis; Felipe, crioulinha, quatro anos, filho da mesma que avaliarão por trezentos mil réis; Pruficia, crioulinha, de idade de dois anos incompletos, filho da mesma que avaliarão

por duzentos mil réis; Raimunda, crioulinha, de idade de sete anos, filha da dita que avaliarão por quatrocentos mil réis; Victória, africana, de boa idade, que avaliarão por quatrocentos mil réis; Thomasia, africana, de boa idade que avaliarão por quatrocentos mil réis; Maria, crioulinha, de idade de três anos filha da dita que avaliarão por trezentos mil réis; Prudência de idade de três anos, filha de Camilla que avaliarão por quatrocentos mil réis; Rafael, crioulinho, de idade de três anos, filho de Fabricia, que avaliarão por trezentos mil réis; Eutigênio, crioulinho, de idade de hum ano, filho de Fabricia que avaliarão por cinquenta réis; Isidoria, africana, idosa, doente que avaliarão por cem mil réis; Inacio, africano, idoso, doente que avaliarão por cem mil réis; Quitéria, africana, idosa que avaliarão por duzentos mil réis; Mamede, africano, velho que avaliarão por quatrocentos mil réis; Bernarda, africana, de boa idade que avaliarão por quinhentos mil réis; Inês, africana, idosa, doente que avaliarão por cem mil réis; Maria, cabra, de boa idade, doméstica que avaliarão por oitocentos mil réis; Adelaide, pardinha, doze anos, filha da dita que avaliarão por seiscentos mil réis; Sotermína, crioulinha, de idade de oito anos filha de Maria que avaliarão por quinhentos mil réis; Antônio, cabrinha, de idade de quatro anos, filho de Maria que avaliarão por trezentos mil réis.¹⁶⁴

Aqui, no inventário de Maria Joaquina de Santana, encontramos uma conhecida nossa, assim descrita, entre tantos outros: “Libânia, cabra, moça, grávida que avaliarão por hum conto de réis”. Ao transcrever o rol de escravos e citá-lo na íntegra, como fiz acima, verificamos que as descrições que mais chamam a atenção se referem às formas de designar a idade da população escrava. O inventariante não se ocupou em descrever as designações para o trabalho, enquanto as idades seguem categorias etárias, desenhando um quadro de idade subjetivo e genérico. Observamos que, no caso das designações “crioulinha, cabrinha, pardinho”, mesmo se referindo sempre aos escravos menores de quinze anos, foram declaradas a idade aproximada ou “exata”, a exemplo de Pruficia, crioulinha, de idade de dois anos incompletos e Sotermína, crioulinha, com oito anos de idade.

Já em consideração às demais designações de idade, foi preciso buscar os nomes dos escravizados em outros documentos para ter uma noção etária de qual idade cronológica a designação se referia. As faixas genéricas das idades definidas neste inventário são: “crioulinha, pardinho, moço, de boa idade, idoso, velho, bem velho” que traduzem noções biológicas e sociais partilhadas pelos proprietários de escravos na Freguesia. Desse modo, as designações de idades estabelecidas nos inventários admitem comparação com as classificações destacadas por Gondra e Garcia: infância, adolescência, idade viril e velhice¹⁶⁵. Maria Heloísa Teixeira destaca que no passado brasileiro as crianças recebiam outras

¹⁶⁴ APMC. Inventário de Maria Joaquina de Santana (1863-1865). 02/213/2437.

¹⁶⁵ GONDRA, José e GARCIA, Inára. A arte de endurecer “miolos moles e cérebros brandos”: a racionalidade médico-higiênica e a construção social da infância. **Revista Brasileira de Educação**. Maio /Jun /Jul /Ago 2004, n. 26, p. 70. In.: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n26/n26a05.pdf>. Acesso em 20 jan. 2019.

designações para nomeá-las. Mary Del Priore fala que os termos *meúdos*, *ingênuos* e *infantes* eram expressões usadas para se referir à vida social dos pequenos no Brasil colonial¹⁶⁶.

As Ordenações Filipinas, que até princípios do século XIX coligiam a legislação civil e parte da criminal no Brasil, pouco se referem ao trabalho de crianças escravizadas. Juridicamente, a existência da criança era notada nos termos *menor*, *órfão* e *enjeitado*¹⁶⁷. Eram menores aqueles e aquelas que não tinham 25 anos completos. Depois de 1825, a menoridade passa a ser até 21 anos de idade¹⁶⁸.

No século XIX novas categorias são observadas, são elas: *criança*, *menino* e *menina*. Ana Maria Mauad percebeu esses termos em relatos de viajantes e dicionários antigos,

[...] menina surge primeiro como tratamento carinhoso e, só mais tarde, também como designativo de “creança ou pessoa do sexo feminino que ainda está na meninice”. Criança, neste momento, é a cria da mulher, da mesma forma que os animais e as plantas também possuem as suas crianças. Tal significado provém da associação da criança ao ato de criação, onde criar significa amamentar, ou, como as plantas não amamentam, alimentar com sua própria seiva. Somente com a utilização generalizada do termo pelo senso comum, já nas primeiras décadas do século XIX, que os dicionários assumiram o uso reservado da palavra criança para a espécie humana.¹⁶⁹

O termo infância foi observado no Dicionário da Língua Brasileira, de 1832. Conforme Mauad, representava “[...] a primeira idade da vida e delimitava-se pela ausência de fala ou pela fala imperfeita, envolvendo o período que vai do nascimento aos 3 anos. Era seguida pela puerícia, fase de vida que ia dos 3 ou 4 anos de idade até os 10 ou 12 anos”.¹⁷⁰

Fazendo referência às crianças escravizadas, Maria de Fátima Neves adverte que:

[...] costumeiramente, as idades da criança escrava aparecem assim escalonadas, conforme atestam alguns autores: as crias de peito eram os bebês até um ano de idade, enquanto as crias de pé eram crianças muito novas, mas que já sabiam andar. Menino e menina eram termos usados para

¹⁶⁶ PRIORE, Mary Del. O cotidiano da criança livre no Brasil entre a Colônia e o Império. In: PRIORE, Mary Del (org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo. Contexto. p. 84-106, 2002, p. 84. Ver também: PRIORE, Mary Del. A criança negra no Brasil. In JACÓ-VILELA, AM., and SATO, L., orgs. **Diálogos em psicologia social** [online]. Rio de Janeiro. Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2012. p. 232- 253. ISBN: 978-85-7982-060-1. Available from SciELO Books. Acesso em 13 abr. 2016.

¹⁶⁷ GUTIÉRREZ, H.; LEWKOWICZ, I. Trabalho infantil em Minas Gerais na primeira metade do século XIX. **Locus**, v. 5, n. 2, p. 9-21, Juiz de Fora-MG, 1999, p. 11; VENÂNCIO, Renato Pinto. **Famílias abandonadas: a Assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador – séculos XVIII e XIX**. Campinas. Papyrus, 1999, p. 22-23. As referências a crianças nas Ordenações Filipinas aparecem no Livro I, Títulos 88 e 89.

¹⁶⁸ Ibid., título 88, par. 11.

¹⁶⁹ MAUAD, Ana Maria. A vida das crianças de elite durante o Império. In: PRIORE, Mary Del (org.). **História das crianças no Brasil**. p.137-176. São Paulo. Contexto, 2002, p. 140.

¹⁷⁰ *Op. Cit.* p.140-141.

designar as crianças até aproximadamente oito anos de idade, e moleque e moleca indicavam que a criança tinha entre treze e quatorze anos.¹⁷¹

Cria se referia ao filho da escrava, significando a condição social de cativos, ou seja, eram nomeados, avaliados e inventariados entre os bens semoventes dos detentores de fortuna, que confeccionavam um inventário a fim de repartir os bens. Geralmente apareciam juntamente com os animais inventariados.

Horácio Gutiérrez¹⁷², ao estudar as listas de escravos transportados do porto de Luanda para o Brasil, entre 1734 e 1769, observou, a partir da análise dos decretos de impostos de 1758, crianças na categoria denominada de *cria de pé*, referindo-se às que já caminhavam e que mediam até quatro palmos (conforme Lewkowicz, Gutiérrez e Florentino¹⁷³, correspondia às crianças de mais ou menos 1 metro de altura) e as *crias de peito*, aludindo aos bebês de colo que eram traficadas com suas mães.

Segundo Heloisa Maria Teixeira¹⁷⁴, este termo foi usado até os primórdios do século XIX, aludindo à criança em geral. Já Nancy Araújo¹⁷⁵, em suas análises de inventários *post mortem*, observou que o termo *cria* foi usado até o final do século XIX, para designar os filhos livres das escravas. Na perspectiva de Kátia Mattoso, o termo *cria da casa* nomeava o filho de escrava que era “protegido privilegiado do senhor que o tem em sua casa”¹⁷⁶.

Tais categorias tinham como princípio os atributos físicos: fala, dentição, tamanho, características do gênero masculino ou feminino. Igualmente, Ana Maria Mauad percebeu que “o período de desenvolvimento intelectual da criança era denominado meninice, cujo significado relacionava-se às ações próprias do menino, ou ainda, à falta de juízo numa pessoa adulta.”¹⁷⁷

Destacamos ainda que na regulamentação da assistência aos enjeitados, as Ordenações Filipinas estabeleciam que as instituições, ou aqueles que cuidassem do órfão, poderiam

¹⁷¹ NEVES, Maria de Fátima Rodrigues. **Infância de faces negras: a criança escrava brasileira no século XIX**. 1993. Dissertação de Mestrado em História Social – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993, p.56.

¹⁷² GUTIÉRREZ, Horácio. O tráfico de crianças escravas para o Brasil durante o século XVIII. **Revista de História**. n. 120, p. 59-72. São Paulo, Jul. 1989. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.v0i120p59-72. In.: https://www.researchgate.net/publication/290004237_O_trafico_de_crianças_escravas_para_o_Brasil_durante_o_seculo_XVIII. Acesso em 01 ago. 2016.

¹⁷³ LEWKOWICZ, Ida; GUTIÉRREZ, Horacio; FLORENTINO Manolo. **Trabalho Compulsório e Trabalho Livre na História do Brasil**. São Paulo. Editora UNESP, 2008.

¹⁷⁴ TEIXEIRA, Heloísa Maria. Os filhos das escravas: crianças cativas e ingênuas nas propriedades de Mariana (1850-1888). **Cadernos de História**, v.11, n. 15, Belo Horizonte, 2º sem. 2010, p.60.

¹⁷⁵ ARAÚJO, Nancy de Almeida. Filhos livres de mulheres escravas: Cuiabá 1871-1888. 2001. Dissertação de Mestrado em História – Universidade Federal de Mato Grosso. MG, 2001, p.123-124

¹⁷⁶ MATTOSO, Kátia de Queiroz. O filho da escrava. In: PRIORE, Mary Del (org.). **História da criança no Brasil**. p. 76-98. São Paulo. Contexto, 1991, p. 128.

¹⁷⁷ MAUAD, Ana Maria. A vida das crianças de elite durante o Império..., p. 141.

dispor de seu trabalho até que eles completassem 14 anos. Assim, essas crianças começavam a aprender um ofício geralmente a partir dos 7 anos, como advertiu Renato Venâncio, em sua investigação sobre crianças abandonadas¹⁷⁸.

A Lei do Ventre Livre, de 28 de setembro de 1871, criou legalmente a figura jurídica do “filho Livre da Mulher Escrava”¹⁷⁹ – o *ingênuo* – e deliberou sobre o uso de sua mão de obra, indicando que os senhores de suas mães poderiam usufruir de seus serviços na idade entre 7 e 14 anos, como alternativa para minimizar os custos de sua criação. Dos 14 aos 21 anos de idade, os ingênuos seriam entregues ao governo, mediante indenização. Todavia, a maior parte dos senhores e senhoras optou por não entregá-los e garantir a sua tutela, justificando que seria para lhe ensinar os bons costumes e valores¹⁸⁰.

A única legislação anterior à Lei do Ventre Livre que tratava desses menores, as Ordenações Filipinas, silenciava acerca do trabalho das crianças escravizadas. Assim como suas mães, essas crianças, propriedades de homens e mulheres escravagistas, eram usadas pelos proprietários e proprietárias como braços nas lavouras de fumo e mandioca de São Gonçalo dos Campos do Termo da Cachoeira. Nesse sentido, as evidências indicam que a iniciação da criança no mundo do trabalho dependia exclusivamente da vontade do seu senhor. Mattoso¹⁸¹, Pinheiro¹⁸² e Mott¹⁸³ entenderam que a idade dos cinco/seis anos encerrava uma faixa na vida da criança escrava. Desse modo, iniciavam a outra faixa de idade por volta dos 7 anos, quando as crianças começavam a desempenhar as primeiras atividades no mundo do trabalho doméstico, ou atividades mais leves na lavoura ou nas ruas.

¹⁷⁸ VENÂNCIO, Renato Pinto. **Famílias abandonadas**: a Assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador – séculos XVIII e XIX. Campinas. Papyrus, 1999, p. 149-151. Ver ainda: VENÂNCIO, Renato Pinto. A riqueza do senhor: crianças escravas em Minas Gerais do século XIX. **Estudos Afro-Asiáticos**, n. 21, p. 97-108, Rio de Janeiro, dez. 1991.

¹⁷⁹ SOUSA, Ione Celeste Jesus de. **Escolas ao povo**: experiências de escolarização de pobres na Bahia – 1870 a 1890. 2006. 390 f. Tese de Doutorado em História. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2006.

¹⁸⁰ SOUSA, Ione Celeste Jesus de. “Porque um menor não deve ficar exposto à ociosidade, origem de todos os vícios”: tutelas e soldadas e o trabalho de ingênuos na Bahia, 1870 a 1900. In: MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo; CASTILHO, Celso (Org.). **Tornando-se livre**: agentes históricos e lutas sociais no processo de abolição. São Paulo: EDUSP, 2015, p. 189-210; TEIXEIRA, Heloísa Maria. **Reprodução e famílias escravas em Mariana (1850-1888)**. 2001. 168 f. Dissertação de Mestrado em História – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001; TEIXEIRA, Heloísa Maria. **A não-infância**: crianças como mão-de-obra em Mariana. 2008. 302 f. Tese de Doutorado em História – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

¹⁸¹ MATTOSO, Kátia. O filho da escrava (em torno da lei do ventre livre). **Revista Brasileira de História**, n. 8, v. 16, p. 37-55. 1988, p. 55.

¹⁸² PINHEIRO, Maria Cristina Luz. **Das Cambalhotas ao Trabalho**: a criança escrava em Salvador, 1850-1888. 2003. 140 f. Dissertação de Mestrado em História - Universidade Federal da Bahia. Salvador. BA, 2003.

¹⁸³ MOTT, Maria Lúcia. A criança escrava na literatura de viagens. **Cadernos de Pesquisa**. Fundação Carlos Chagas. n. 31, Rio de Janeiro, dez. 1972. MOTT, Maria Lúcia de Barros, NEVES, Maria de Fátima, VENÂNCIO, Renato Pinto. A escravidão e a criança negra. **Ciência Hoje**, v. 8, p. 20-23, Nov. 1888.

Nessa perspectiva etária, Mattoso¹⁸⁴, a primeira historiadora da escravidão a se debruçar sobre o estudo da criança escrava no Brasil, atenta que havia duas infâncias para os escravos:

de zero aos sete para oito anos, o crioulinho ou a crioulinha, o pardinho ou a pardinha, o cabrinha ou a cabrinha, são crianças novas, geralmente sem desempenho de atividades de tipo econômico; dos sete para os oito anos até os doze anos de idade os jovens escravos deixam de ser crianças para entrar no mundo dos adultos, mas na qualidade de aprendiz, de moleque ou de moleca.¹⁸⁵

Seguindo as definições de idade ensejadas pelas autoras, e levando em consideração os indícios presentes nos inventários, batismos, procurações e escrituras de compra e venda, percebemos que era costume escravagista do século XIX, na freguesia de São Gonçalo dos Campos do Termo da Cachoeira, que os filhos de escravos começassem sua idade produtiva por volta dos cinco anos de idade. Todavia, desde que nasciam, estavam inseridas nas relações do cotidiano do trabalho, adquirindo hábitos e costumes que os tornavam braço especializado e submisso. Desse modo, nossa definição de criança escrava, presente neste texto, baseia-se na idade descrita ou aproximada atribuída pelos senhores na documentação oficial. Assim, os protagonistas são crianças menores de quinze anos, que em alguns documentos foram designadas como pardinho/pardinha, crioulinho/crioulinha, pretinho/pretinha e cabrinha.

A classificação nos inventários distribui a vida escrava em cinco fases:

1. crioulinha (do nascimento à puberdade);
2. moça/moço (dos 15 até 25-30 anos);
3. boa idade (25-30 aos 45 anos);
4. idoso (45 aos 60 anos);
5. velho e muito velho (acima de 60 anos).

Segundo Mattoso, as categorias que correspondem à infância, adolescência, idade adulta e velhice, de maneira geral, são as mesmas para a população livre e escrava. Entretanto, a autora ressalva as diferenças nos papéis sociais exigidos para uma criança livre branca ou de cor e uma criança escravizada¹⁸⁶. De acordo com a autora, existe diferença entre uma criança de camada social baixa, que ingressa no mundo do trabalho por decisão de seus pais, das

¹⁸⁴ MATTOSO, Kátia. O filho da escrava...

¹⁸⁵ *Op. Cit.*, p. 41-42.

¹⁸⁶ *Op. Cit.*, p.39

crianças escravizadas, as quais eram compulsoriamente inseridas, através de uma ordem emanada do senhor de escravos.

Nosso objetivo, neste capítulo, não é discutir em qual faixa etária as crianças começavam exercer as primeiras atividades laborais, visto que esse assunto será tratado no contexto de suas experiências no mundo do trabalho, no quinto capítulo. Nosso interesse neste momento é destacar a formação demográfica na Freguesia e analisar como se reproduzia a escravidão, a partir dos indícios da vida cronológica encontrados nos inventários.

Segundo Gondra e Garcia, “Ciclos. Etapas. Momentos. Fases. Níveis. Estágios. Períodos. Idades. Estes substantivos, apesar das diferenças que guardam entre si, contêm e auxiliam na construção da ideia de vida segmentada, aspecto que consiste em um ponto de articulação comum entre eles”¹⁸⁷. Esses autores destacam que, usando variados recursos, existem aspectos em comum, reconhecidos cronologicamente os diferentes percursos da vida. Partindo dessa concepção sobre as diversas etapas da vida, cunhada por Gondra e Garcia, intentamos reconhecer que no seio da sociedade escravagista fumageira de São Gonçalo dos Campos havia elementos comuns que, organizados cronologicamente pelos proprietários, eram usados para definir as idades de seus escravos. Nesse sentido, caberia indagar: quais traços comuns definem a categoria de crioulinho, pardinho, cabrinha?

Nesse contexto de definições etárias amplas, levamos em consideração a heterogeneidade dos critérios adotados para descrever/compreender o desenvolvimento humano, como a tradição, a fantasia e a exatidão que envolvem a trajetória de vida de um novo ser no mundo, como advertiu Ariès¹⁸⁸. Os usos das categorias etárias entre os proprietários de escravos obedecem às relações e tradições desenvolvidas na Freguesia de São Gonçalo dos Campos, associadas não apenas às etapas biológicas, mas também às funções sociais do trabalho. Assim, a idade cronológica dos escravos estava bem delimitada, correspondendo às atividades desenvolvidas, os tipos físicos e os rendimentos que eles traziam aos proprietários, seguindo os critérios cronológicos definidos pelo mundo do trabalho. Conforme Reis¹⁸⁹, a definição da idade dada aos escravos expressa apropriação do corpo e está diretamente relacionada ao processo de produção escravista.

Desse modo, a conformação etária da população escrava, definida pelos seus senhores, pode ser observada de acordo com apropriação do corpo desses sujeitos. Os inventários

¹⁸⁷ GONDRA, José e GARCIA, Inára. A arte de endurecer “miolos moles e cérebros brandos”: a racionalidade médico-higiênica e a construção social da infância. *Revista Brasileira de Educação*. n. 26, p. 69, Maio/Jun / Jul /Ago 2004. In: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n26/n26a05.pdf>. Acesso em 20 jan. 2019.

¹⁸⁸ ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família..*, p. 38

¹⁸⁹ REIS, João José. População e Rebelião: notas sobre a população escrava na Bahia na primeira metade do século XIX. *Revista de Ciências Humanas*. v. 1, n.1, p. 148-49,1980.

apontam, por exemplo, escravas que aos quinze anos já estava participando da reposição da mão de obra escrava, a partir da reposição endógena. O que significa que, embora em alguns inventários os escravos de quinze anos estejam definidos através da categoria de cor no diminutivo, tal definição não os considerava crianças. Eles eram requeridos para que executassem atividades e dessem resultados, como se fossem adultos. Nesse contexto, observamos Libânia, grávida, na idade de 15 anos¹⁹⁰. Portanto, a partir dos quinze anos de idade os escravos e as escravas eram considerados cronologicamente como moço/moça. Essa idade pode ser estendida até os 25/30 anos.

Nos gráficos em que buscamos trazer à baila, sobre a composição escrava do Engenho São Luiz, utilizamos as definições a partir das funções sociais do trabalho, baseando-nos na idade descrita ou aproximada, atribuída pelos senhores nas fontes. Seguindo esse parâmetro, estabelecemos quatro faixas etárias, que dão conta dos grupos definidos como crioulinha (criança), moça (jovem), boa idade (adultos) e idosos (adultos e idosos).

3.2 Composição das Comunidades Escravizadas nas Fazendas e Engenhos de São Gonçalo dos Campos, entre 1840 e 1871

Os inventários da família Simões, como fontes principais deste estudo, foram explorados para a análise das diversas dimensões da vida cotidiana, válidas para a compreensão da história da criança escrava em São Gonçalo dos Campos. Na medida em que os inventários dos Simões possuem uma descrição detalhada dos bens dos falecidos, sobretudo os escravos, além da notoriedade das informações constatadas no inventário de Joaquim Simões, outras foram detectadas nos vários documentos a ele anexados. Todavia, não foi anexada a lista de matrícula dos escravos, a mesma que foi requerida pelo Juiz de órfão ao inventariante e tutor Francisco Ernesto de Carvalho.

De modo geral, na década de 1870 os inventários passaram ter como anexo a lista de matrícula dos escravos. Como consta no inventário de Romão Gramacho Falcão, proprietário de média alta fortuna, com *monte mor* equivalente a 49.212.000 réis. Na ocasião de seu falecimento, deixou entre seus bens para serem repartidos entre os herdeiros, as fazendas Oratório, Mercês, Sergi e das terras denominadas Reinaldo, senzalas, casas, casa de farinha, gado, bem como 19 escravos. Além de os escravos serem arrolados entre os bens semoventes, outra preciosa informação foi anexada ao inventário: a lista de matrícula dos escravos.

¹⁹⁰Dados obtidos a partir do cruzamento com o registro de batismo.

Conforme Ariana Moreira Espíndola¹⁹¹, a matrícula foi instituída pela Lei de 28 de setembro de 1871, e seu regulamento pelo Decreto nº 4835, de 01 de dezembro de 1871. O prazo para “a matrícula era de 1º de abril de 1872 a 30 de setembro de 1872, podendo ser prorrogada por mais um ano”¹⁹². Na prática, os senhores matricularam seus escravos anos posteriores, como observamos na lista de matrícula de Romão Gramacho Falcão. Como consta na imagem a seguir.

Imagem 3 - Lista de Matrícula dos Escravos Pertencentes a Romão Gramacho Falcão (1872)

Fonte: Lista de Matrícula¹⁹³

Os proprietários de escravos, ou qualquer pessoa legalmente responsável, deveria entregar uma relação dos escravos na repartição responsável pela matrícula: “(...) coletores, administradores de Mesas de Rendas e de Recebedorias Gerais e internas, os inspetores de alfândega, nos municípios em que não houvesse as estações fiscais (...)”¹⁹⁴. Na relação

¹⁹¹ ESPÍNOLA, Ariana Moreira. Papéis da Escravidão: a matrícula especial de escravos (Lei de 1871). 7º ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL. Curitiba (UFPR), de 13 a 16 de maio de 2015. *Anais*. In: <http://www.escravidaoeliberdade.com.br/>. Acesso em 02 abr. 2020

¹⁹² *Op. Cit.*, p. 11.

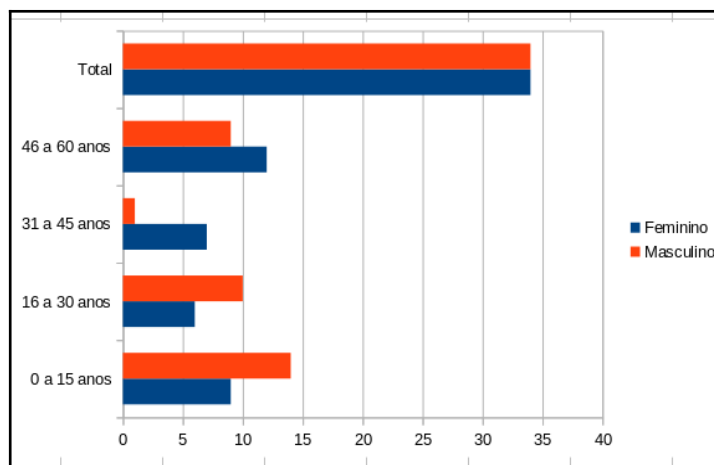
¹⁹³ APEB. Inventário de Romão Gramacho Falcão (1882). 04/1820/2291/18.

¹⁹⁴ ESPÍNOLA, Ariana Moreira. **Papéis da Escravidão**: a matrícula especial de escravos (1871). 2016. 251 f. Dissertação de Mestrado em História - Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC. Florianópolis. SC.

constava o nome completo e o lugar de residência do proprietário, o nome do escravo, sexo, cor, idade, estado, filiação (quando conhecida), aptidão para o trabalho e profissão, como observamos na imagem a cima. Não obstante, a ausência da relação de escravos, certamente escondia fraudes, que trariam benefícios ao tutor que naquele momento, tão somente declarou que na matrícula dois escravos aparecem com nomes e sexos diferentes, dos que foram arrolados no inventário.

A ausência da relação de matrícula dos escravos deixa lacunas e dúvidas a respeito das declarações feitas pelo inventariante. Certamente, se a lista de matrícula fosse anexada, teríamos mais informações a respeito da comunidade escrava daquele Engenho, sobretudo para conhecer as diversas composições das populações escravas formadas a partir da reprodução endógena das escravas na Freguesia, na segunda metade do século XIX. Nada obstante, utilizamos a lista de escravos arrolados no inventário para construir os gráficos a seguir, demonstrando a feição da reposição endógena na alta faixa de fortuna, na qual encontramos a família Simões.

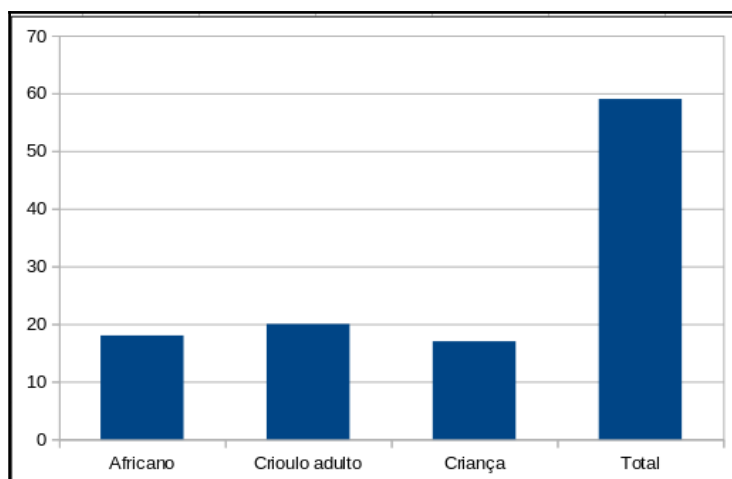
Gráfico 1 - Distribuição etária e sexual dos escravos no inventário de Joaquim Simões de Araújo (1863-1865)



Fonte: APMC. Inventário de Maria Joaquina de Santana (1863-1865). 02/213/2437.

Pelo que observamos no gráfico, o Engenho São Luiz tinha um percentual alto de crianças entre a população escrava, assim como sua população é majoritariamente crioula. Por conseguinte, tratava-se de uma alta taxa de nascimentos.

Gráfico 2 - Distribuição etária e naturalidade dos escravos herdados por inventário de Joaquim Simões de Araújo (1863-1865)



Fonte: APMC. Inventário de Maria Joaquina de Santana (1863-1865). 02/213/2437.

De acordo com a listagem de escravos contida no inventário de Maria Joaquina de Santana, na ocasião de sua morte existiam 80 escravizados. Sendo 14 cativos, que estavam sob a posse dos herdeiros e foram declarados à parte, não aparecendo entre os 66 escravos arrolados na lista de semoventes. Desse total, 33% estavam na faixa etária de zero a 15 anos; 35% pertenciam à faixa etária de 16 a 45 anos; e 29% estavam entre os escravos que possuíam a idade de 46 a 60 anos, como podemos verificar no gráfico acima. Se observarmos atentamente, é um percentual bastante equilibrado, o que nos permite dizer que em 1863 o Engenho São Luiz possuía uma notória população infantil entre os escravos. Entre eles, os escravos localizados na faixa etária de 46 a 60 anos, 21% eram de nacionalidade africana. Os demais 79% eram crioulos, provavelmente naturais da Freguesia ou de qualquer região do Recôncavo.

Não sabemos ao certo quando e como Maria Joaquina de Santana conseguiu acumular a fortuna de 93.656.753 réis. Provavelmente, parte desse patrimônio fora levantado por razão das primeiras núpcias com João Batista Ferraro. Isso significa dizer que parte da população escrava do Engenho teria sido herdada por Maria Joaquina, na ocasião da partilha, uma vez que metade dos bens do falecido ficava para a esposa, a outra metade tirava a terça parte, e o que restava ficava como legítima paterna, sendo dividida entre os filhos legítimos e legitimados pelo falecido.

Toda essa explicação sobre o patrimônio de Maria Joaquina é para dizer que parte da população deixada por ela, especialmente os cativos de nacionalidade africana, teria sido fruto da herança de seu primeiro marido. Ainda, é assertivo dizer que a população crioula deste

Engenho tenha advindo através da reposição endógena, como detectamos nos registros de batismo: em 29 de junho de 1848 foram batizadas cinco crianças escravizadas¹⁹⁵. Os dados detectados no livro de batismo de 1848, assim como filiações das crianças escravizadas arroladas no inventário, exibem que os proprietários deste Engenho incentivavam a reposição endógena entre suas escravas. Sendo assim, os escravos deste Engenho eram provenientes do tráfico atlântico, do comércio local e regional e da reposição natural.

Depreende-se dos 50 inventários analisados que os senhores seguiam a lógica da reposição endógena. A porcentagem de crianças entre os escravizados nas fazendas fumageiras variam de 30% até 80% da população. Nas fazendas que possuíam maiores populações escravas, a presença de crianças equivalia de 20% a 35%, enquanto as fazendas de menor porte de mão de obra escrava, esse potencial podia chegar a 85% da população escrava. Considerando as faixas de fortunas, os inventários exibem que a reprodução endógena estava disseminada nas pequenas, baixas, médias, médias altas, altas e muito altas fortunas. No quadro seguinte constatamos informação:

Quadro 1 - Proprietários e a quantidade de crianças na população escrava (1841-1888)

Nome do Proprietário	Ano do Inventário	Número de Crianças	Total de escravos	Porcentagem de crianças
José Ribeiro de Oliveira	1857	32	90	35%
Maria Joaquina de Santana	1863-1865	24	66	36%
Ana de Joaquina de São José Oliveira	1855-1857	16	38	46%
Jerônimo Francisco da Silva	1841-1865	15	29	51%
Maria Rita do Amor Divino	1858	12	22	54%
Manoel Borges Falcão	1854-1866	11	35	31%
Joaquim Simões de Araújo	1873-1888	7	37	19%
Maria da Conceição Bastos	1855-1857	6	15	40%
Antônio Lourenço de Almeida	1856-1858	5	13	38%
José Borges Falcão	1879-1883	4	10	40%
José Ferreira de Almeida	1854-1870	2	15	13%
Luis Alves Adorno	1862	3	4	75%
Egídio Lopes de Almeida	1868-1871	2	6	33%

Fonte: Inventário post-mortem de São Gonçalo dos Campos

¹⁹⁵ AAFS. Livro de Batismo, nº 10 (1846 -1850)

O quadro acima é composto por 13 proprietários de escravos, em diferentes faixas de fortunas. Os proprietários foram organizados no quadro em ordem decrescente de propriedade escrava. O primeiro nome é o de José Ribeiro de Oliveira¹⁹⁶ que está entre as altas fortunas da Freguesia. As crianças deste plantel perfaziam um terço do total dos escravizados. Além das crianças encontradas no rol de escravos de José Ribeiro, a presença dos 44 adultos de origem crioula mostra que a lógica escravista dos lavradores da Freguesia era procurar certa autossuficiência em relação à manutenção e reprodução da população escrava, minimizando a necessidade de recorrer ao mercado transatlântico.

Luis Alves Adorno tinha quatro escravos, sendo a escrava Luíza, crioula, de 30 anos, do serviço da lavoura, e seus filhos Beraldo, 15 anos, João, de 10 anos e Pedro, de 8 anos de idade. Calculando a razão crianças/mulheres, temos neste plantel a razão 1/3; ou seja, Luiz Alves Adorno triplicou o número de escravos em seu plantel exclusivamente pela reprodução natural da única escrava Luíza, em percentagem significa dizer que 75% de seu plantel era formado por crianças.

Cabe salientar que, com um *monte mor* 12.721.530 réis, Luiz Adorno se localizava entre os proprietários de alta fortuna da Freguesia, embora o tamanho de sua população escrava esteja fora deste perfil, como apresentamos no quadro do Capítulo II. Algumas suposições são possíveis de levantar para compreendermos a causa de Luis Adorno, um proprietário com um *monte mor* de alta fortuna, não tinha o número de escravos (entre 16 e 25) que equivale ao perfil encontrado entre as médias altas fortunas na Freguesia de São Gonçalo dos Campos, no período em estudo. Chamam atenção, entre os investimentos de Luis Adorno, os empréstimos a juro, ou seja, era um negociante que emprestava dinheiro aos proprietários de terras e escravos, cobrando deles uma taxa de juro anual. Entre os bens declarados estavam os acessórios de fazer farinha, gado, plantas frutíferas, utensílios para o cultivo do fumo, duas arrobas de fumo, as terras denominadas Tapera do Jorge, joias, objetos de casa e os empréstimos feitos a juros, o que demonstra que este proprietário também era um ativo produtor de fumo e mandioca¹⁹⁷.

A análise minuciosa dos bens arrolados na partilha amigável de Luiz Adorno torna possível inferir que ele não era apenas um lavrador de fumo que utilizava a mão de obra de sua única escrava adulta e de seus três filhos e sua mulher nas atividades agrícolas. Ainda, é possível inferir que além das negociações feitas a juro, Luiz Adorno exibia um perfil de comerciante de escravos, dado que o seu patrimônio resulta das negociações, conforme as

¹⁹⁶ APMC, Inventário de José Ribeiro de Oliveira (1857) 02/210/2383.

¹⁹⁷ APMC, Inventário de Luis Alves Adorno (1862) 02/210/2383.

repartições dos bens, a quantia de 2.089.500 réis deriva das negociações que fazia. O pequeno número de escravos declarados na ocasião de sua morte pode ser entendido, ainda, porque Luiz Adorno teria vendido os demais, ficando apenas com a escrava Luíza e seus filhos, os quais reporiem o braço escravo de sua fazenda denominada Tapera do Jorge, e posteriormente seriam negociados.

Mais à frente (Capítulo VI), veremos que na década de 1860 os lavradores de fumo, além de incentivarem a reprodução endógena para alimentar o comércio regional, intra e interprovincial de crianças escravizadas, no comércio local é possível detectar a presença de crianças em terna idade (de 2 meses a 5 anos) sendo vendidas, doadas e hipotecadas entre os proprietários de escravos da Freguesia de São Gonçalo dos Campos. Esses indícios tornam possível sugerir que entre as atividades desenvolvidas por Luiz Adorno estava o comércio de escravos.

Com exceção da população escrava de José Ferreira de Almeida e de Joaquim Simões de Araújo, que apresentaram os menores índices de crianças escravizadas entre seus escravos, os demais proprietários tinham um percentual de, pelo menos, 30% a 50% de sua população escrava sendo formada por crianças. Assim, é expressivo o número de escravos com idade entre 0 e 15 anos descrito nos inventários *post mortem*. Maria Heloísa Teixeira, de igual modo, sobre a reprodução de escravas em Mariana, entre o período de 1850-1888, observou que existia um costume dos proprietários daquela região em utilizarem a mão de obra de crianças cativas. Conforme a autora, a reprodução das escravas em Mariana foi facilitada, porque a região era dedicada à agricultura de subsistências. Seus dados apontam que nessas regiões se concentrava uma proporção maior de crianças em comparação as regiões agroexportadoras¹⁹⁸.

¹⁹⁸ TEIXEIRA, Heloísa Maria. **Reprodução...**; NEVES, Erivaldo Fagundes. **Estrutura fundiária e dinâmica mercantil: Alto Sertão da Bahia séculos XVIII e XIX**. Salvador: EDUFBA. Feira de Santana: UEFS, 2005; NEVES, Erivaldo Fagundes. **Uma comunidade sertaneja: da sesmaria ao minifúndio (um estudo de História Regional e Local)**. Feira de Santana. Editora da UEFS; Salvador: EDUFBA, 1998. PIRES, Maria de Fátima Novaes. **O crime na cor: escravos e forros no Alto Sertão da Bahia (1830-1888)**. São Paulo: Annablume / Fapesp, 2003; PIRES, Maria de Fátima Novaes. **Fios da Vida: tráfico internacional e alforrias nos sertões de Sima-BA (1860-1920)**. São Paulo: Annablume, 2009; ALMEIDA, Kátia Lorena Novais. **Alforrias em Rio de Contas, século XIX**. 2006. 174 f. Salvador, Dissertação de Mestrado em História Social, UFBA, 2006; ALMEIDA, Kátia Lorena Novais. **Escravos e libertos....**; SANTANA, Napoliana Pereira. **Família e microeconomia escrava no sertão do São Francisco (Urubu – BA, 1840 a 1880)**. 2012. 218 f. Dissertação de Mestrado em História - Universidade do Estado da Bahia. UNEB. Santo Antônio de Jesus-BA, 2012; NOGUEIRA, Gabriela Amorim. **“Viver por si”,...;** LACERDA, Ana Paula Carvalho Trabuco. **Caminhos da liberdade: a escravidão em Serrinha-Bahia (1866-1888)**. 2008. 128 f. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal da Bahia. Salvador, BA, 2008. ORTIZ, Ivanice Teixeira Silva. **Trabalho escravo, laços de família e liberdade no Alto Sertão da Bahia: Caetité (1830 1860)**. 2014. 150 f. Dissertação Mestrado em História - Universidade do Estado da Bahia. UNEB. Santo Antônio de Jesus. BA. 2014; ROCHA, Fernanda Gomes. **Laços de família: Escravos e libertos em Minas do Rio de Contas - Bahia (1840-1888)**. 2016. 192 f. Dissertação de Mestrado em História - Universidade Federal da Bahia. Salvador. BA, 2016; FIGUEIREDO, Rosângela Miranda. **“Em Diligência de se Libertar”: Alforria, Família Escrava e Tráfico Interprovincial no Alto Sertão da Bahia – Termo de Monte Alto (1810-1888)**. 2018. 243 f. Tese de Doutorado em História - Univer-

Na região do Sertão da Bahia, pesquisas¹⁹⁹ revelam que onde se desenvolveram a agricultura de subsistência, em que a configuração fundiária era formada pelas pequenas, médias e grandes propriedades, os senhores sertanejos se valiam da reprodução natural para suprir as demandas de mão de obra das fazendas, assim como, para ampliarem e consolidarem suas fortunas. É importante destacar que, como observamos na Freguesia de São Gonçalo, no Sertão da Bahia, em menor escala, os senhores adquiriram escravos por meio da compra e venda, provenientes do tráfico atlântico, do comércio interno.

Erivaldo Fagundes Neves sinalizou que, em Caetité, a reprodução natural representou uma possibilidade de formação de famílias estáveis e legítimas²⁰⁰. Enquanto Fátima Pires adverte que as famílias foram desagregadas e o nascimento de crianças foi limitado pela atuação do tráfico interno²⁰¹. Já Napoliana Santana, com base no cruzamento das atas de batismos e com a lista de matrícula de escravos, observou as famílias escravas possuíam em média três filhos, assim, com base no número e a idade dos filhos das mulheres cativas, afirma que as famílias cativas “permaneceram unidas por um longo período de suas vidas, trabalhando lado a lado, algumas por três gerações, como no caso das famílias de Silvana, Silveria e Margarida, com uma estabilidade acima dos 30 anos”²⁰², o que, segundo a autora, revela a estabilidade daquelas uniões. De igual modo, Gabriela Amorim²⁰³ observou, na região do Rio São Francisco, uma alta taxa de reprodução natural.

Complementamos essa discussão com a pesquisa de Kátia Lorena, sobre a região de Rio de Contas, na qual constatou que após o declínio da produção aurífera, houve uma tentativa de reprodução endógena visando à reposição da mão de obra escrava.²⁰⁴ Todas essas pesquisas sinalizam que as regiões compostas por pequenas, médias e grandes propriedades utilizaram reprodução natural como meio de reposição da mão de obra escrava, ao mesmo tempo em que se inseriram no mercado de escravos, especialmente o interprovincial. Nossos

sidade Federal da Bahia. Salvador. BA, 2018.

¹⁹⁹ NEVES, Erivaldo Fagundes. **Estrutura fundiária e dinâmica mercantil: Alto Sertão da Bahia séculos XVI-II e XIX**. Salvador: EDUFBA. Feira de Santana. UEFS, 2005; NEVES, Erivaldo Fagundes. **Universidade Federal da Bahia**. Salvador. BA, 2016; FIGUEIREDO, Rosângela Miranda. **“Em Diligência de se Libertar”**:...

²⁰⁰ NEVES, Erivaldo Fagundes. **Escravidão, pecuária e policultura Alto Sertão da Bahia, séc. XIX**. Feira de Santana. UEFS Editora, 2012, p. 145.

²⁰¹PIRES, Maria de Fátima Novaes. **Fios da Vida: tráfico internacional e alforrias nos sertões de Sima – BA (1860-1920)**. São Paulo: Annablume, 2009, p.163.

²⁰² SANTANA, Napoliana Pereira. *Estabilidade Familiar escrava no Alto no Alto Sertão da Bahia (segunda metade do século XIX)*. **I Encontro de História do Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL)**. Cachoeira-BA 18 a 21 de outubro de 2010. In: <http://www3.ufrb.edu.br/lehrb/wp-content/uploads/2011/08/NapolianaPereiraSantana.pdf>. Acesso em 02/02/2018. p. 5.

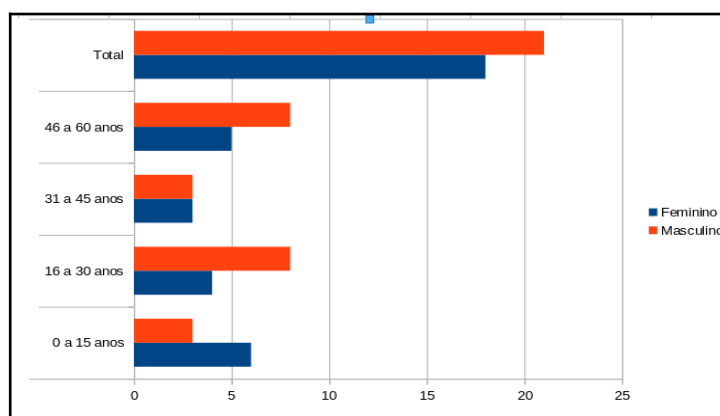
²⁰³ NOGUEIRA, Gabriela Amorim. **Famílias Escravas no “Certam de Sima”: Experiências Cotidianas de Escravos nas Fazendas Setecentistas da Freguesia de Santo Antonio ‘Orubu de Sima’ (1730 - 1790)**. 2010. Dissertação de Mestrado em História Regional e Local. Departamento de Ciências Humanas V, Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus. 2010

²⁰⁴ ALMEIDA, Kátia Lorena Novais. **Escravos e libertos nas Minas do Rio das Contas - Bahia, Século XVI-II**. Tese de Doutorado em História. Salvador, Universidade Federal da Bahia, 2012, p. 76.

dados também sinalizam que os proprietários da Freguesia de São Gonçalo dos Campos também lançaram mão da reposição de suas populações escravas através da reprodução endógena.

O segundo gráfico, referente ao Engenho São Luiz no período de 1875 a 1888, corrobora para dizer que houve um decréscimo do nascimento de crianças escravas. A partir da análise feita anteriormente, do inventário de Maria Joaquina de Santana, entenderemos qual era o padrão de reprodução endógena desse Engenho. A primeira pressuposição é que em 1875 o Engenho São Luiz se sustentava, sobretudo, mediante a reprodução natural. Isto é, quase a totalidade da população escrava do Engenho era formada por crioulos, dos 36 escravos arrolados no inventário de Joaquim Simões, 89% eram crioulos, naturais da Freguesia de São Gonçalo dos Campos, provavelmente parte da reprodução interna do Engenho. Acompanhe essa distribuição no gráfico a seguir:

Gráfico 3 - Distribuição etária e sexual dos escravos no inventário de Joaquim Simões de Araújo (1873-1888)



Fonte: ACFMJM. Inventário de Joaquim Simões de Araújo (1873-1888).

Ao comparar os bens deixados nos dois inventários, de Maria Joaquina de Santana e de Joaquim Simões de Araújo, e os nomes dos escravos, observamos que Joaquim Simões manteve todos os bens deixados por sua mulher para si, sobretudo os escravos, 89% do total inventariado. Ao comparar os nomes dos escravos que Joaquim Simões herdou em 1863 e o rol de inventariado depois de sua morte, em 1873, notamos a ausência de 26 escravos.

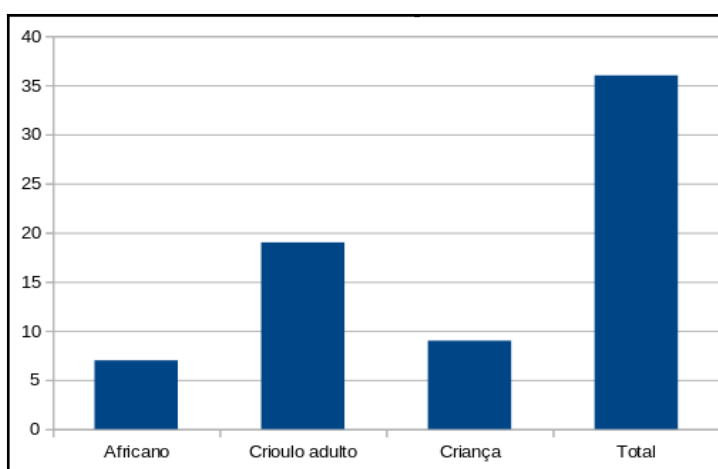
A idade dos filhos das mulheres cativas que aparecem no segundo inventário aponta para estabilidade das famílias que se estabeleceram há mais de dez anos. Joaquim Simões herdou de Maria Joaquina de Santana 59 escravos, dentre eles seis famílias matrilineares. A média de filhos dessas famílias era de três filhos, apenas duas escravas tinham um filho

apenas. Esses dados exibem que no momento da partilha as famílias escravas se mantinham unidas, geralmente eram desagregadas mediante o comércio de escravos. Com base na idade das crianças é possível afirmar que as famílias das escravizadas Senhorinha, Lucinda, Paulina, Benvinda, Camilla e Fabrícia foram formadas entre 1854 a 1862, no interior daquela população escrava.

No segundo inventário Joaquim Simões tinha diminuído sua população escrava quase pela metade. Dos escravos herdados faltavam 29, ou seja, 49% de seus escravos já não estavam naquele Engenho. Uma boa explicação para esse fenômeno seria a expectativa de vida dos escravos. Lembremos que 35% da população escrava estava na faixa entre 46 e 60 anos, ou seja, eram velhos. Outro detalhe importante é que muitos escravos moços, que no primeiro inventário apareceram na faixa de 0 a 15 anos, igualmente não fazem parte daquela população no ano de 1873. O que teria ocorrido para este fenômeno? Teria Joaquim vendido, doado ou libertado seus escravos? Optamos pela primeira opção. Escravos na faixa etária jovem, no ano de 1865, eram os mais procurados pelos negociantes e compradores. Na faixa etária dos 16 aos 30 anos, receberam o valor acima de um conto de réis. Levando em consideração o valor e a procura, presumimos que esses escravos foram negociados.

Assim, depois do falecimento de sua mulher, Joaquim Simões, deixa de ser um senhor que apenas incentivava a reprodução endógena, como participava ativamente do comércio de escravos. Além disso, como já analisamos, amasiou-se com a escravizada Libânia e a regente de sua casa, Maria do Amor Divino, tendo com cada uma dois filhos.

Gráfico 4 - Distribuição etária e naturalidade dos escravos no inventário de Joaquim Simões de Araújo (1873-1888)



Fonte: ACFMJM. Inventário de Joaquim Simões de Araújo (1873-1888).

O gráfico acima demonstra que a composição escrava herdada por Joaquim Simões em 1863 era bem equilibrada. Recordando o período da feitura entre um inventário e outro, apenas duas crianças do rol de escravos nasceram depois da morte de Maria Joaquina, em 1863. Contudo, é importante interpelar sobre o motivo da omissão da lista de matrícula dos escravos, por Francisco Ernesto de Araújo em 1875. Como discutimos, não existe uma única evidência clara sobre os motivos para ausência da relação de matrícula, se seria as fraudes em relação aos nomes e sexos dos escravizados, que Francisco Ernesto de Araújo declara não estar de acordo com os escritos na matrícula. Todavia, não declara anexa a matrícula, apenas “corrige” os nomes e sexos das crianças escravizadas.

Com a omissão da matrícula, torna-se possível presumir que outras fraudes existiam. No inventário de Romão Gramacho Falcão, por exemplo, apenas uma página da relação de matrícula foi anexada. Na avaliação constam 29 escravos, o que diverge da relação de matrícula, onde só aparecem 14 escravos. Conforme as pistas no inventário, uma escravizada e seus dois filhos ingênuos não foram matriculados.

Existem dois tipos de numeração na matrícula: uma representava os escravos matriculados na Freguesia e a numeração que representava a quantidade de escravos por propriedade. Romão Gramacho Falcão matriculou 28 escravos, porém não temos como saber se são os mesmos que aparecem na avaliação do inventário, já que a primeira folha não foi anexada. Na folha anexada, três famílias escravas foram matriculadas, duas mães tinham três filhos cada, a terceira tinha quatro filhos. A criança mais nova tinha dois anos de idade, isto é, nasceu alguns dias antes da Lei do Ventre Livre, ou então sua idade teria sido alterada, contando-o como um escravo. Em 1882, na declaração, Guilherme, filho de Simoa, tinha 4 anos, e sua irmã Maria, que na matrícula tinha mais idade que Guilherme, aparece em 1882 com 13 anos, o que significa que em nestes documentos existe uma informação desencontrada.

A outra mãe escravizada, Lourença, tinha três filhos em 1872. No ano da morte de Romão Gramacho Falcão, além dos filhos matriculados, outros quatro aparecem na categoria de ingênuos que acompanham a mãe. Fermina é uma quarta escrava, e ela não aparece na matrícula, mas aparece no rol de escravos avaliados no inventário. Conforme as declarações, Firmina tinha três filhos ingênuos que lhe acompanhava, e como ela, não haviam sido matriculados. A pergunta a ser feita é: qual o motivo que aquela escrava deixou de ser matriculada? O que levou Francisco Ernesto de Araújo a omitir a relação de matrícula dos escravos? Será que ele escondeu alguns escravos deixados por Joaquim Simões de Araújo, e a

ausência da matrícula seria para esconder seu roubo? Ou será que era para esconder crianças nascidas depois da Lei do Ventre Livre?

A certeza é que, posterior à partilha dos bens deixados por Joaquim Simões (1872-1888), alguns escravos não tiveram seus destinos revelados, e a lista de matrícula que poderia fornecer informações sobre as famílias cativas no Engenho São Luiz não foi anexada ao segundo inventário. Nesse sentido, algumas questões persistem sem resposta: quais escravos e que idades eles tinham quando foram levados para a capital da Bahia por Francisco Ernesto de Carvalho? Quais irregularidades foram denunciadas e omitidas no segundo inventário? Os inventários da família Simões podem nos fornecer evidências dos costumes entre os demais proprietários de escravos na Freguesia de São Gonçalo dos Campos? Qual era o perfil da população escrava desses proprietários?

Devido à grande maioria de crioulos nos inventários da Freguesia, nota-se o padrão encontrado na população cativa. Com base na amostragem de inventários no quadro anterior, fizemos a comparação entre os sexos dos escravizados crioulos e pardos. Da amostragem de 380 cativos, identificamos 83 mulheres (22%), 102 homens (27%) e 139 crianças (37%). Outros 56 cativos (15%) eram de origem africana. Na população crioula verificamos um ligeiro equilíbrio entre os sexos. A explicação para o equilíbrio entre os sexos nas populações escravas de São Gonçalo dos Campos segue a mesma explicação dada por Adriana Pereira Campos, para Província do Espírito Santo, no início do século XIX²⁰⁵. Conforme a autora, o balanceamento entre os sexos pode ser relacionado à menor presença da população africana em solo capixaba. Os senhores de escravos, para incrementar suas populações escravas, recorreram a outras formas de reiteração da escravidão, que fugiam aos padrões tradicionais do tráfico, ou seja, a reprodução endógena. Portanto, um forte indicativo que a reposição da população escrava era feita através da reprodução endógena está no equilíbrio entre os sexos, se verificados nos inventários *post mortem* dos senhores de São Gonçalo dos Campos, assim como a menor presença de escravizados de origem africana.

3.3.4 Constituição de Famílias Escravas

As histórias de escravos que emergem das fontes na Freguesia de São Gonçalo dos Campos nos permitem perceber as limitações e as possibilidades dos arranjos e a constituição de famílias aos modos sacramentados pela Igreja Católica. Os senhores de escravos

²⁰⁵ CAMPOS, Adriana Pereira. Escravidão, reprodução endógena e criouliização: o caso do Espírito Santo nos Oitocentos. *Topoi*, v. 12, n. 23, p. 84-96, jul.-dez. 2011. In: <http://www.scielo.br/pdf/topoi/v12n23/1518-3319-topoi-12-23-00084.pdf>. Acesso em 2 fev. 2019.

incentivavam a reprodução endógena a fim de repor e aumentar sua população escrava, por isso a constatação de famílias formadas apenas por mães e filhos, em cumprimento à lógica da escravidão que se estabelecia na Freguesia.

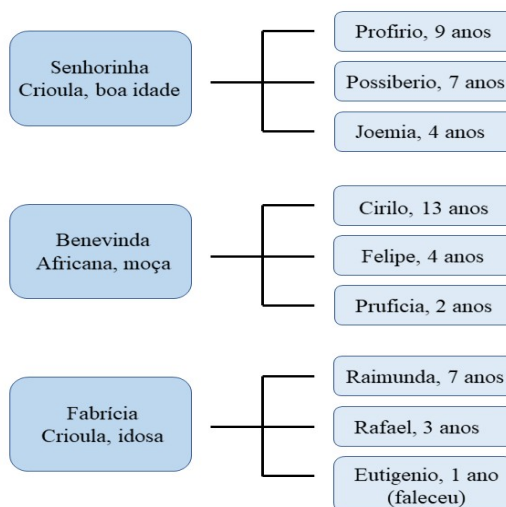
As famílias escravas consanguíneas, que compunham a população escrava do Engenho São Luiz, em 1863, formaram-se às margens de uma sociedade influenciada pelos ritos católicos, por conseguinte, os arranjos familiares eram formados de mães escravizadas solteiras, mas que possuíam filhos de companheiros “incógnitos”.

No que concerne às famílias escravas nos inventários analisados neste trabalho, verificou-se que nenhuma escrava aparece como casada, sobretudo as que foram declaradas como mães de crianças. Dos documentos analisados, 90% das famílias escravas eram consensuais, o que significa dizer que essas relações poderiam se tratar de um casamento de escravas com pessoas livres, assim como uma família parcial (mãe e filhos). As famílias parciais também são chamadas de matrilineares. Já as famílias estáveis/legítimas eram aquelas que tinham uniões legitimadas pela Igreja Católica, ou seja, passavam pela cerimônia do casamento, como era requerido pela Igreja. Conforme Eliete Marques dos Santos Vaz, a união estável sacramentada pela Igreja católica “era um elemento da cultura branca imposto aos africanos e descendentes”²⁰⁶.

É possível que os senhores não só incentivaram a reprodução endógena, assim como motivavam que essas mães constituíssem famílias consensuais, o que provavelmente as tornavam mais propensas à separação, através das vendas e negociações. O organograma abaixo revela o perfil das famílias escravizadas encontradas no inventário de Maria Joaquina de Santana.

Organograma 2 - Três famílias escravas no Inventário Maria Joaquina de Santana

²⁰⁶ VAZ, Eliete Marques dos Santos. Arranjos Familiares nos Limites da Escravidão em Santo Antônio de Jesus-BA (1871-1888). XXVII SIMPÓSIO DE HISTÓRIA. CONHECIMENTO E DIÁLOGO SOCIAL. ANPUH. Natal-RN. 22 a 26 de julho de 2013. *In*: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364414334_ARQUIVO_ANPUH-NATAL24.pdf. Acesso em 2 fev. 2018. p. 1.



Fonte: APMC. Inventário de Maria Joaquina de Santana (1863-1865). 02/213/2437.

O organograma acima permite observar a dinâmica de parentesco na população escrava de Joaquim Simões de Araújo, modelo que observamos nas comunidades escravas das demais fazendas na Freguesia.

Os arranjos familiares apresentados do organograma exibem, especificamente, as famílias matrilineares das escravas Senhorinha, Benevinda e Fabrícia, compostas apenas por mãe e filhos. Além das três famílias escravas apresentadas no organograma, outras foram declaradas no inventário. Nenhuma das mulheres escravizadas aparece em uma relação estável. Ainda, é possível sugerir que essas relações tenham sido consensuais, já que não havia reconhecimento das relações não legitimadas pela Igreja.

Conforme Florentino e Góes, nas listas de matrículas de escravos, “[...] os avaliadores de escravos só registravam o pai se esse fosse casado, como recomendavam as prescrições da Igreja Católica. Frequentemente, seguiam ao pé da letra o preceito latino *partus sequitur ventrem*”²⁰⁷. Igualmente, não aparecem outros arranjos familiares como avós, tios, primos, padrinhos etc.

Todavia, Schwartz²⁰⁸ diz que a formalização do casamento na Igreja não era algo comum de se ver entre os escravos do Recôncavo da Bahia no período colonial. Embora não tivessem relacionamentos sacramentados pela igreja, não significa que não tivessem família,

²⁰⁷ FLORENTINO, Manolo; e GÓES, Roberto. Morfologias da infância escrava: Rio de Janeiro, séculos XVIII e XIX. In: FLORENTINO, Manolo (Org.). **Tráfico, cativo e liberdade (Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 214.

²⁰⁸ SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos:...**, p. 300.

assim como não significava que o parentesco não fosse importante. Na perspectiva desse autor, nas relações do mundo da escravidão existiram casos em que era mais fácil para os senhores cumprirem um desejo do escravo do que ignorá-lo. Assim, as uniões poderiam ser por escolha da própria escrava, não eram apenas escolhas dos senhores. O que significa também que as mães escravizadas que formavam famílias consensuais ou matrilineares se envolviam em práticas consideradas imorais e fortuitas.

Nesses arranjos familiares é possível ver essas mulheres escravizadas como chefes de famílias, cuidando de seus filhos sozinhas, mesmo dividindo seu tempo para cuidar também dos filhos de seus senhores. Nos dizeres de Carlo Ginzburg²⁰⁹, “toda configuração social é o resultado da interação de incontáveis estratégias individuais: um emaranhado que somente a observação próxima possibilita reconstituir”. Portanto, a constatação de que as mulheres escravas eram autoras de sua própria história também foi discutida por Elisângela Ferreira. Conforme a autora, na região do São Francisco, nos sertões da Bahia, mulheres se viam sobrecarregadas por “criar sozinhas suas proles ilegítimas, sobretudo nos grupos menos favorecidos, incluindo as escravas”²¹⁰.

Isabel Cristina Ferreira dos Reis, do mesmo modo, verificou que libertas se tornaram empreendedoras, bem como se destacaram na luta pela sobrevivência e se defenderam da exploração das instituições escravistas²¹¹. No ambiente urbano, Fabiane Popinigris²¹² também

²⁰⁹GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros**: verdadeiro, falso, fictício. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 277. Sobre a Micro-história ver: GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**,...; GINZBURG, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Rio de Janeiro. Bertrand, 1989; PESAVENTO, Sandra Jatahy, **História e história cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006; CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro. Elsevier, 1997; VAINFAS, Ronaldo. **Os protagonistas anônimos da história, micro-história**. Rio de Janeiro. Campus, 2002. REVEL, Jacques, Microanálise e construção do social, In: REVEL, Jacques (Org.). **Jogos de escala**: as experiências da microanálise. Rio de Janeiro. Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 17-38; REVEL, Jacques. Micro-história, macro- história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. **Revista Brasileira de Educação**, v. 15, n. 45, p. 434-444, set/dez, 2010. In: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v15n45/03.pdf>. Acesso em 26 jun. 2017.

²¹⁰ FERREIRA, Elisângela Oliveira. Os laços de uma família: da escravidão à liberdade nos São Francisco. **Afro-Ásia**, n. 32, p. 185-218, 2005.

²¹¹REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. Relações de Gênero no cotidiano de mulheres negras da Bahia oitocentista. In: XAVIER, Geovana, FARIAS, Juliana Barreto, GOMES, Flávio (orgs). **Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação**. São Paulo: Selo Negro, 2012, p. 172-185.

²¹² POPINIGIS, Fabiane. Maria Mina e as disputas pelo mercado de trabalho em Desterro. **Revista de História Comparada**, V. 7, n. 1. 2013. Ver também: POPINIGIS, Fabiane. Conexões entre gênero e raça no Brasil Meridional – mulheres africanas e o pequeno comércio em Desterro, século XIX. 6º ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL. Curitiba. Universidade Federal de Santa Catarina. 15 a 18 de maio de 2013. In: <https://labhstc.paginas.ufsc.br/files/2013/04/Fabiane-Popinigris-texto.pdf>. Acesso em 28 mar. 2017; POPINIGIS, Fabiane. O comércio na cidade: histórias do mercado de trabalho em Florianópolis, 850-1894. 7º ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL. Curitiba. Universidade Federal de Santa Catarina, de 13 a 16 de maio de 2015. In: <http://www.escravidaoliberdade.com.br/>. Acesso em 28 mar. 2017. POPINIGIS, Fabiane.. "Aos pés dos pretos e pretas quitandeiras": Experiências de trabalho e estratégias de vida em torno do primeiro Mercado Público de Desterro (Florianópolis) e seus arredores 1840-1890. **Afro-Ásia**, n. 46, 2012.

observou o protagonismo de mulheres escravas africanas, no comércio de Desterro, no século XIX. A autora analisa a experiência de Maria Mina, uma comerciante bem-sucedida, que além de negociar e alugar dois pontos de quitandas, em 1853, ainda como uma mulher escravizada, sete anos depois (em 1860), comprou sua alforria. Essas histórias exibem que as mulheres escravizadas e seus descendentes construía estratégias²¹³, isto é, possíveis formas de agir dentro da determinação escravagista das estruturas sociais, para protagonizarem (mesmo que agenciadas por terceiros) suas histórias.

Por conseguinte, Ivanice Teixeira Silva Ortiz afirma que,

Em Caetité as mulheres negras no cativeiro e no mundo livre foram figuras frequentes nos livros de batismo e casamento, elas apareceram como esposas, mães e madrinhas. No campo e na área urbana atuaram como agentes históricos fundamentais para a dinamização social, econômica e cultural de Caetité, pois assumiram funções como costureiras, criadas, jornaleiras, operárias de metal e de calçado. As trajetórias dessas mulheres cruzam-se nos diferentes espaços da vivência cotidiana, revelando aspectos de experiências coletivas e redes sociais importantes para a manutenção da família. Diante das possibilidades físicas, cotidianas e jurídicas, elas foram responsáveis pelo sustento e inserção dos filhos no mundo religioso, pela transmissão dos costumes e instituição dos laços e redes sociais que poderiam ampará-los. No caso das mulheres escravizadas todas essas responsabilidades eram complementadas pelos esforços diários para a conquista da sua própria liberdade, e com a maternidade, a liberdade de seus filhos.²¹⁴

Portanto, nesse contexto de desagregação das famílias escravas pelos senhores, através de doações, partilhas e mesmo pela venda de algum ente da família, muitas mães escravizadas construía estratégias para se manterem unidas aos seus filhos no cativeiro ou em liberdade, através da compra de suas próprias alforrias.

Se por um lado as famílias matrilineares se revelavam mais frágeis, por outro, as mães escravizadas, precisavam ser mais fortes, criando estratégias para tecer diversas redes entre seus contemporâneos, como vimos no primeiro capítulo com a história de Libânia, que teve dois filhos com seu senhor Joaquim Simões de Araújo.

A experiência de Libânia pode ser uma conhecida por nós dentre diversas outras histórias de mulheres que nasceram e criaram raízes na comunidade de um determinado

²¹³...busca de uma descrição mais realista do comportamento humano, empregando um modelo de ação e conflito do comportamento do homem que reconhece sua - relativa - liberdade além, mas não fora, das limitações dos sistemas normativos prescritivos e opressivos". Ver LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter. **A escrita da história**. São Paulo. Editora da UNESP. 1997, p. 175.

²¹⁴ ORTIZ, Ivanice Teixeira Silva. **Trabalho escravo, laços de família e liberdade no Alto Sertão da Bahia: Caetité (1830 1860)**. 2014. 150 f. Dissertação de Mestrado em História - Universidade do Estado da Bahia. Santo Antônio de Jesus - BA. 2014. p. 81.

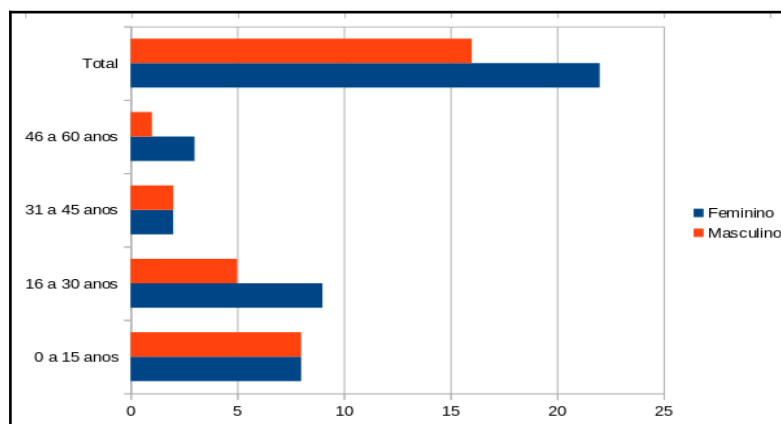
senhor, e que diante da determinação imposta por sua condição de escrava, souberam jogar com os interesses do senhor para que seus filhos não fossem vendidos no comércio de escravos desenvolvido na região.

No aspecto da estabilidade familiar, a pesquisa de José Flávio Motta e Agnaldo Valentim, sobre a região de Apiaí (São Paulo), no final do século XVIII e início do XIX, evidencia que as famílias escravas, mesmo unidas, enfrentavam diversas vicissitudes:

É evidente que a estabilidade possível destas famílias não implica a inexistência de vicissitudes por elas enfrentadas. Assim, a própria irregularidade nos intervalos entre idades dos filhos pode ser resultado de falecimentos e/ou vendas de outros integrantes da prole ou, mesmo, decorre da existência de segundo casamentos, todos fenômenos que não podemos observar a partir das fontes compulsadas.²¹⁵

De todo modo, a considerável comunidade crioula nas populações escravas da Freguesia de São Gonçalo dos Campos sinaliza que os senhores locais dependiam fortemente da reprodução natural para o incremento da mão de obra escrava. Como exemplo de reprodução endógena entre os senhores de escravos na Freguesia de São Gonçalo, confeccionamos o gráfico abaixo, informando o perfil da população escrava de Ana de Joaquina de São José Oliveira, mulher solteira, proprietária de escravos e da Fazenda Lagoa, identificada como pertencente à Freguesia de Conceição da Feira, mas que além de se localizar em uma região próxima à Capela Matriz de São Gonçalo, seus parentes são moradores de São Gonçalo dos Campos. Na ocasião da morte de Ana Joaquina de São José Oliveira, encontrava-se na Vila desta Freguesia.

Gráfico 5 - Distribuição etária e sexual dos escravos no inventário de Ana Joaquina de São José Oliveira (1855-1857)



²¹⁵ MOTTA, José Flávio e VALENTIM, Agnaldo. A estabilidade das famílias em um plantel de escravos de Apiaí (SP). *Afro - Ásia*, Salvador, n. 27, p. 161-192, 2002. p. 177.

Fonte: APMC. Inventário de Ana Joaquina de São José Oliveira (1855-1857). 02/195195/2150.

Fragmentos de trajetórias da vida escrava em São Gonçalo dos Campos demonstram que cativas de baixa, pequena, média, média alta e alta fortunas vivenciaram as mesmas circunstâncias ocasionadas pela reprodução endógena. O inventário de Ana Joaquina de São José Oliveira, solteira, proprietária de terras e de escravos endossa essa afirmação. Ela faleceu em 1853, sendo a causa do óbito uma moléstia, não especificada no inventário. Quando da partilha dos herdeiros, os cativos constituíam o item de maior valor, equivaliam 20.250.00 réis, 80% do total dos bens, o *monte mor* equivalia a 25.252.118 réis, ficando na faixa média alta de fortuna.

A partir de sua morte, seus irmãos e cunhados, representando suas irmãs e sobrinhos, confeccionaram o inventário a fim de partilhar os bens deixados. Na ocasião de sua morte, Ana Joaquina, estava aos cuidados de seu irmão José de Oliveira Lopes, inventariante, na fazenda deste, na Freguesia de São Gonçalo dos Campos. Consta no inventário que a Fazenda Lagoa, propriedade deixada por Joaquina de São José, estava localizada na vizinha Freguesia de Conceição da Feira. Bem, as terras limitavam com fazendas pertencentes à Freguesia de São Gonçalo dos Campos. Ou seja, a Fazenda Lagoa estava localizada nas proximidades das fazendas Murim, Tabuleiro do Gandú, entre outras dos nossos conhecidos proprietários, pertencentes à família Borges Falcão. Aliás, uns dos herdeiros foi João Borges Falcão, representando sua mulher, Maria Lizarda da Trindade, irmã da inventariada. Outro herdeiro foi o Juiz interino Dr. José Ricardo Gomes Carvalho, casado com Maria Rita de São José Carvalho, falecida, que representava seus filhos menores nesta partilha.

Tais nomes são importantes porque, de agora em diante, vão aparecer repetidas vezes compondo os cenários das experiências das crianças e de suas mães escravizadas. Esses nomes levam a indícios que comprovam o costume em torno da reprodução endógena, presente na prática dos proprietários de escravos nas mais diferentes faixas de fortunas.

Em sua fazenda, Ana Joaquina de São José Oliveira utilizava a mão de obra de 39 escravos nos diversos serviços que as lavouras de fumo, mandioca, feijão e a criação de animais exigiam. Vemos, através do gráfico 6, que a maioria da população era formada por crianças entre 0 e 15 anos, com significativo equilíbrio entre os sexos, isto é, 23% para cada. A faixa de idade dos 31 aos 45 anos, o percentual é de 5% para cada sexo. Diferentemente das faixas de idade entre 16 e 30 anos, com 23% de mulheres e 12% de homens; e da faixa de 46 a 60 anos, que embora essa faixa trate da concentrada população crioula, a maioria é masculina, isto é, 8% de mulheres e 2% de homens. A diferença de sexo na comunidade escrava pertencente à Ana Joaquina de São José Oliveira era de 17%.

O perfil da comunidade escrava na fazenda Lagoa não foge da conjuntura de posse na Freguesia de São Gonçalo dos Campos, como demonstramos acima. O equilíbrio em relação ao sexo pode ser percebido em todos inventários analisados. Entre os proprietários que se localizavam nas faixas baixas, pequenas e médias, as mulheres cativas eram mais numerosas que os homens. Os exemplos anteriores deixam evidenciado esse contexto. Ressalte-se que, entre os senhores de maiores posses (aqueles localizados na média alta e na alta fortuna), há um perfil da comunidade escrava com maior presença de escravos do sexo masculino. De todo modo, prevalece o equilíbrio entre os sexos e a formação de famílias matrilineares. Esses contextos impactavam diretamente as experiências das crianças escravas. De acordo com Masferrer León, o casamento informal ou formal implicava as formações das redes sociais em que as crianças estavam envolvidas. Segundo a autora,

Cuando se registraban los padres y las madres de estos niños, solían ser negros y esclavos, aunque debemos tener en cuenta que no siempre se especificó su calidad o condición (de esclavitud o libertad). Los matrimonios y las uniones informales no sólo implican la relación entre un hombre y una mujer, sino que de ello se derivan, además, relaciones entre los contrayentes y sus testigos, amigos, parientes y conocidos. De esta manera, un enlace conyugal formal o informal implicaba una importante ampliación de redes sociales; tal como señala Radcliffe-Brown: a partir del matrimonio se reordena la estructura social. Lo mismo puede decirse de otros lazos familiares y de los nacimientos y la niñez, pues integrar a un niño o niña a un grupo social implica un cambio en las redes sociales.²¹⁶

O ano de 1835 exhibe que a Freguesia de São Gonçalo dos Campos passava pelo processo de crioulização, como advertiu Nicolau Parés²¹⁷ em relação ao Recôncavo da Bahia, episódio que se iniciou no século XVIII. Na Relação de Fogos e Moradores, bem como os inventários *post mortem*, contrastamos informações que convergem para o predomínio da ilegitimidade, ou seja, das famílias monoparentais.

Existe a hipótese que muitos desses “filhos naturais” – crianças escravizadas, nascidas de pais que não contraíram matrimônio legitimado pela instituição eclesiástica – fossem frutos de uniões consensuais, construídas a partir dos arranjos, das relações de amor, de afetuosidade e cumplicidade, como igualmente observou Talyta Marjorie Lira Sousa, em sua pesquisa sobre família escrava e casamento misto entre escravizados na cidade de Teresina, na segunda metade do século XIX²¹⁸.

²¹⁶ MASFERRER LEÓN, Cristina V. **Muleke, negritas y mulatillos**. Niñez, familia y redes sociales de los esclavos de origen africano en la Ciudad de México, siglo XVII, México, INAH, 2013. p. 13-14.

²¹⁷ PARÉS, Nicolau. A crioulização. **Afro - Ásia**, n. 33, p. 87-132, 2005.

²¹⁸ SOUSA, Talyta Marjorie Lira. Família escrava: casamento misto entre escravizados na cidade de Teresina na segunda metade do século XIX. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, n. 9, v. 5, p. 105-120, Jul.

Retomando a discussão feita sobre os fatores característicos da constituição das famílias matrifocais, destacamos em São Gonçalo dos Campos, por exemplo, a estrutura fundiária e econômica. De acordo com Barickman, a economia fumageira contribuiu para que nesta região se constituísse uma população heterogênea de proprietários, a maioria deles pequenos agricultores detentores de um reduzido número de escravos²¹⁹.

Além dos inventários e da Relação de Fogos e Moradores os registros de batismos, no período entre 1845 e 1871, predominava a categoria “natural”, que caracterizava o tipo de relação mantida por suas mães e que regularia os direitos a elas vinculados. A constatação da predominância de famílias matrifocais entre os escravos na Bahia, no século XIX, também foi percebida por Kátia Mattoso²²⁰.

Outros pesquisadores que se dedicaram a investigar regiões consideradas de pequenas propriedades, igualmente chamaram a atenção para esse indício entre as mulheres escravizadas. Teixeira²²¹ é bem direta, ao afirmar que na segunda metade do século XIX (de 1850 a 1871), os senhores investiam no tráfico interno e na reprodução natural para a perpetuação da escravidão. Para a região de Caetité, alto Sertão da Bahia, as pequenas propriedades igualmente favoreceram a constituição de famílias matrifocais. Kátia Lorena Almeida²²² aponta como fatores para essas relações familiares a formação de pequenas propriedades e de laços não legitimados pela instituição religiosa, além do interesse dos senhores, por causa do tráfico de escravos.

Sobre a formação de família escrava, a discussão é ampla. Segundo Eduardo Cavalcante²²³, a história social da escravidão contribuiu para alargar e desconstruir os discursos que haviam sido feitos a respeito da constituição da família escrava. Ele cita como os pesquisadores movidos pela teoria Marxista, olhavam a escravidão como um mundo de permanente conflito e resistência.

Segundo Manolo Florentino & Roberto Góes²²⁴, a existência da família escrava foi fundamental para a estabilização e reprodução do sistema como um todo. Do lado dos senhores, a formação dos laços familiares favoreceriam a pacificação na comunidade escrava,

2013.

²¹⁹BARICKMAN, 2003.

²²⁰MATTOSO, Kátia de Queirós. **Ser escravo no Brasil...**

²²¹TEIXEIRA, Maria Heloísa. **A Não-Infância:...**

²²²ALMEIDA, Kátia Lorena Novais. **Alforrias em Rio de Contas,...**

²²³CAVALCANTE, Eduardo de Queiroz. As Relações de Compadrio na Vila de Batalhão: um estudo dos escravizados forros e libertos - entre 1870 e 1872. XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. CONHECIMENTOS HISTÓRICOS E DIÁLOGOS SOCIAIS. Natal: RN. 22 a 26 de julho de 2013. In: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371336743_ARQUIVO_artigoANPUHnatalfinal.pdf. Acesso em 26 jan. 2018.

²²⁴FLORENTINO, Manolo & GÓES, José Roberto. **A Paz nas Senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c.1790-c.1850.** Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1997.

e; do lado dos escravos, permitia a construção da identidade a partir das relações e laços que se estabeleciam entre si na condição de cativos. Na perspectiva de Robert Slenes²²⁵, em seu estudo sobre a escravidão no sudeste brasileiro, a família escrava foi responsável pelo resgate e reprodução de uma herança cultural africana. Desse modo, Slenes, propõe que ao constituírem famílias compostas por pessoas de diferentes etnias, os escravizados mantinham certa resistência cultural, frustrando as tentativas do senhor de submetê-los por completo.

Seguindo os rastros desses trabalhos pioneiros, muitas outras pesquisas mostraram as diversas nuances do cotidiano das famílias escravizadas no Brasil. Isabel Reis²²⁶, que trabalha a composição de famílias escravas na Bahia, e Cristiany Miranda Rocha²²⁷, que estuda a escravidão em Campinas, apresentam as diversas matrizes das famílias escravizadas no Brasil. Da pesquisa dessas historiadoras, chamou nossa atenção a constatação de famílias incompletas, em que um dos conjugues é dado como ausentes ou não identificado, bem como observamos nas fontes por nós investigadas. Carlos Engemann²²⁸ observa a presença de famílias escravas nas fazendas do sudeste, denunciando o crescimento endógeno em algumas gerações. Conforme o autor, a maternidade era razoavelmente acompanhada do matrimônio e, com isso, a multiplicação dos mecanismos de aliança intra-cativeiro.

Portanto, em nossa pesquisa a compreensão de como as famílias escravas eram compostas, como se reproduziam e qual sua função no seio da sociedade ultrapassa o entendimento sobre as relações em torno das famílias matrifocais/mononucleares. Se Barickman justifica a reprodução endógena como meio para aumentar a população escrava dos senhores, questionamos os intrincados jogos de interesses e estratégias que envolvia os diversos agentes naquele contexto, em particular as mães e as crianças escravizadas, que se esforçavam para sobreviverem e permanecerem unidas no cativeiro ou, enfim, tornarem-se livres das amarras da escravidão.

²²⁵ SLENES, Robert W. **Na Senzala uma flor**. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 1999, p. 114.

²²⁶ REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. **A família negra no tempo da escravidão: Bahia, 1850-1888**. 2007. 300 f. Tese de Doutorado em História - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007; REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. **Histórias de Vida Familiar e Afetiva de Escravos na Bahia do Século XIX**. 1998. 130 f. Dissertação de Mestrado em História – Universidade Federal da Bahia. Salvador. BA, 1998.

²²⁷ ROCHA, Cristiany Miranda. **Histórias de Família escravas: Campinas, século XIX**. Campinas. São Paulo. Editora da UNICAMP, 2004.

²²⁸ ENGEMANN, Carlos. **De Laços e de Nós: constituição e dinâmica de comunidades escravas em grandes plantéis do sudeste brasileiro do Oitocentos**. 2006. 241 f. Dissertação de Mestrado em História – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2006; Sobre o tema família escrava ver também: RANGEL, Ana Paula dos Santos. **Nos Limites da Escolha. Matrimônio e Família entre Escravos e Forros. Termo de Barbacena – 1781-1821**. 2008. 134 f. Dissertação de Mestrado em História - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008, p.150; FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. **A paz nas senzalas:...**; REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. **A família negra no tempo da escravidão:...**; FREIRE, Jonis. **Escravidão e família escrava na Zona da Mata Mineira oitocentista**. 2009. 359 f. Tese de doutorado em História – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 2009; FREIRE, Jonis. **Para além da partilha: divisão e manutenção de famílias escravas (Minas Gerais, século XIX)**. **História Unisinos**. v. 15, n.º 1, p. 23-30, janeiro/abril de 2011.

Os dados revelaram que a reprodução endógena favoreceu o crescimento da comunidade escrava na Freguesia. Por outro lado, dinamizou a economia nas roças fumageira e de subsistência, assim como o mercado de escravos, principalmente posterior a 1850, com o tráfico interprovincial. Muitas famílias escravas, no período após o fim do tráfico atlântico (1850), foram degradadas, tornando-se força de trabalho cativo na província da Bahia e nas plantações de café do sudeste.

Ainda, sobre a composição das famílias, Florentino e Góes vão nos alertar que “pouco adianta descobrir que o parentesco se traduz no aparecimento de esposas, maridos, filhos, irmãos, avós, netos, tios, sobrinhos e primos, se estas relações não passarem de instantes fugidios e frágeis, presas fáceis no mercado que, onipresente, aparta”²²⁹. Ou seja, independente dos laços matrimoniais e de parentescos que eram estabelecidos dentre os escravizados, existia um mercado que desconsiderava qualquer humanização daquelas pessoas e as separavam sem qualquer remorso.

Essa desumanização igualmente pode ser percebida entre os senhores de escravos da Freguesia, não só nas separações das famílias através do comércio de cativos, como veremos no Capítulo VI, mas através do processo de estímulo da reprodução natural para forçar crianças a desempenharem trabalhos leves ou pesados em suas fazendas, contexto que não ficou restrito ao período posterior à extinção do comércio intercontinental de pessoas, mas desde meados do século XVIII, como atestam os documentos onde detectamos um crescimento endógeno a gerações.

3.4 Crioulização e Africanidade na Comunidade Escravizada na Freguesia de São Gonçalo dos Campos, em 1835

A tabela a seguir representa o contingente de escravizados nascidos no Brasil e os importados da África.

Tabela 3 - Quantidade de escravos por sexo e origem, 1835

Origem	Feminino	Masculino	Total
Africano	265	261	526
Crioulo	1.230	1.270	2.500
Total	1.495	1.531	3.026

²²⁹ FLORENTINO, Manolo & GÓES, José Roberto. **A Paz nas Senzalas:...**, p. 115.

Fonte: BAHIA. APEB, *Relação de Número de Fogos e Moradores do Distrito da Freguesia de São Gonçalo dos Campos de Nossa Senhora da Cachoeira*. Maço 5683, S/D.

A tabela acima foi confeccionada com base nos dados de três povoações encontradas na Relação de Número de Fogos e Moradores do Distrito da Freguesia de São Gonçalo dos Campos de Nossa Senhora da Cachoeira, são elas: Capela da Matriz, de Afligidos e de Mercês. Os dados referentes às capelas de Humildes e Santa Luzia se encontram danificados, desse modo, compomos a tabela apenas utilizando as três capelas supracitadas. Os dados do ano de 1835 ratificam os encontrados nos inventários para os anos posteriores. Dos 3.026 escravos distribuídos entre 1.301 fogos, 82% eram nascidos na região.

Os cativos não estavam distribuídos uniformemente entre os fogos. Existia uma diversidade de fortunas e posses, como vimos nos inventários do período posterior a 1850, igualmente verificamos isso em relação aos anos de 1835. Entre os 1.301 fogos, detectamos aqueles que não possuíam escravos, bem como os que possuíam mais de 50 escravos. Enfim, a porcentagem crioula na comunidade escrava era bastante superior, isto é, com 82% de crioulos, enquanto a africana representava 18% dos escravizados.

Além disso, a população escrava africana se encontrava em idade avançada. Na população escrava de Antônio Roiz Vieira Falcão²³⁰, senhor de engenho, encontramos 41 escravos, sendo que a maioria estava na idade produtiva, entre 25 e 40 anos. Pela quantidade de escravos e a idade deles, nota-se que se trata de uma propriedade de tamanho médio, todavia não se trata apenas de uma fazenda fumageira, mas de um engenho, seguindo o padrão dos engenhos distribuídos nas demais regiões do Recôncavo, em que se empregava mão de obra escrava adulta. Caetana, 16 anos, e Susana, 15 anos, ambas pardas, eram as escravas mais novas pertencentes ao Engenho de Antônio Roiz Vieira Falcão. Os africanos, por sua vez, equivaliam a 26% do total da população escrava, ou seja, a reposição era feita principalmente pela compra de escravos nascidos na região.

A análise do fogo de Antônio Manoel de Jesus, viúvo, e seu filho Manoel Alves Oliveira, casado com Luíza Carolina²³¹, corrobora com essa assertiva e ajuda a compreender a dinâmica socioeconômica da freguesia: dos 41 escravos documentados no livro de relação, 11 deles estavam na faixa etária de 40 a 55 anos, e apenas um escravo com 60 anos, os demais de 1 a 30 anos, sendo os menores de 15 anos com o maior número. Neste plantel foi possível

²³⁰ APEB, *Relação de Número de Fogos e Moradores do Distrito da Freguesia de São Gonçalo dos Campos de Nossa Senhora da Cachoeira*. Maço 5683, S/D.

²³¹ APEB, *Relação de Número de Fogos e Moradores do Distrito da Freguesia de São Gonçalo dos Campos de Nossa Senhora da Cachoeira*. Maço 5683, S/D.

confirmar a existência de três laços de casamento entre os escravos e a filiação de cada família, enquanto entre os demais não identificamos a presença dessa configuração familiar.

Os dados encontrados na Relação de Fogos nos possibilitaram afirmar que em 1835 a população escrava era crioula²³². A categoria cor/raça era designada como preto, pardo, mulato, cabra e, genericamente, crioulo, enquanto na categoria nacionalidade os nascidos em África recebiam a designação de africanos ou da Costa da África, sendo a categoria cor/raça preto.

Alguns pesquisadores desta região já haviam sinalizado para essa formação demográfica. Lessa, por exemplo, notou que nos anos finais do século XVIII e nas três primeiras décadas do século XIX, a população crioula ultrapassava 50% dos cativos²³³. Parés afirma, sobre a segunda metade do século XVIII, que a população africana das regiões fumageiras (Cachoeira, São Gonçalo dos Campos, São Pedro da Muritiba e Belém) eram inferiores à metade aos escravizados nascidos no Brasil²³⁴. Na perspectiva de Barickman, para a primeira metade do século XIX, nas fazendas fumageiras os africanos não superavam os 30% da população escrava²³⁵. Do seu lado, Barickman demonstrou que os proprietários de escravos das regiões fumageiras não dependiam exclusivamente do tráfico atlântico para garantir a renovação em longo prazo da força de trabalho escrava.

Segundo Barickman, a economia fumageira utilizava-se de um percentual menor de escravos do que a economia açucareira, o que justifica, segundo o autor, o maior percentual de mulheres escravizadas nas fazendas de fumo. Ele adverte ainda que essas mulheres, além do trabalho na lavoura, foram em boa parte responsáveis pela reposição da mão de obra através da reprodução natural. Ressalvando algumas questões no que se refere à economia e à constituição das fazendas fumageiras apresentadas no capítulo anterior, estamos de acordo com Barickman a respeito da reprodução natural.

Os Registros de Fogos e Moradores da Freguesia demonstram que a reprodução natural foi um mecanismo utilizado por todos proprietários de escravos, nas diferentes faixas

²³² “(...) Na sociedade escravocrata colonial baiana, o termo crioulo, além de denotar a cor negra, redundava, sobretudo, numa importante marca de nascimento: crioulo era o negro nascido no país, por oposição aos seus progenitores de ultramar. Nessa perspectiva, o processo de criouliização diz respeito ao crescimento da população negra não-africana. Por serem os crioulos, a priori, mais proclives à adoção dos costumes locais, é possível supor que a análise da evolução das proporções relativas dos segmentos populacionais africano e crioulo seja indicativa, pelo menos parcialmente, das oscilações históricas entre africanização e criouliização cultural”. PARÉS, Nicolau. *A criouliização....*, p. 95.

²³³ LESSA, Luciana Falcão. **Senhoras Do Cajado: ...**, p. 45- 46. Sobre o tráfico transatlântico de escravos ver: VERGER, Pierre. **Fluxo e Refluxo: o tráfico de escravos entre o golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos dos séculos XVII a XIX**. 3. ed. Tradução de Tarso Gadzanis. São Paulo. Corrupio, 1987. PARÉS, Luis Nicolau. **Do lado do Jeje: história e ritual do vodum na Bahia**. Rio de Janeiro. PALLAS, 2005.

²³⁴ PARÉS, Nicolau. *O processo de criouliização....*, p. 106.

²³⁵ BARICKMAN, B. **Um Contraponto...** p. 259, 261 e 262.

econômicas, para repor e aumentar a população escrava. É comum observarmos registros de moradores com apenas uma escrava na idade reprodutiva (14 a 46 anos) entre os moradores de um domicílio.

Observando a estrutura da posse de escravos na Lista Nominativa de 1835, a freguesia era composta por 1.932 escravos e a posse deles estava assim distribuída:

Quadro 2– Estrutura de Posse de escravos listados na Lista Nominativa de 1835

Tamanho dos fogos	Número de escravos
Faixa baixa	0 a 4
Faixa pequena	5 a 15
Faixa média	16 a 25
Faixa alta	26 a 55
Faixa muito alta	Acima de 55

Fonte: BAHIA. APEB, *Relação de Número de Fogos e Moradores do Distrito da Freguesia de São Gonçalo dos Campos de Nossa Senhora da Cachoeira*. Maço 5683, S/D.

Dentre os proprietários que tinham uma faixa de 5 a 15 escravos, encontramos a maioria de crianças e crioulos adultos (75%). Os libertos, que também declararam escravos, na primeira faixa tinham entre um e dois escravos adultos de origem africana e os demais eram crioulos, crianças e jovens. Os maiores plantéis (21-60) tinham escravos adultos e jovens, enquanto as crianças perfaziam 30% da população. A estrutura de posse escrava, bem como as propriedades fundiárias na Freguesia de São Gonçalo do Termo da Cachoeira, podem ser classificadas em cinco faixas de riqueza:

- a) na *baixa faixa* existiam aqueles que não tinham escravos, como por exemplo, na Relação de Fogos e Moradores encontramos Maria, 60 anos de idade, preta, viúva, lavradora, liberta, de nacionalidade africana. Em seu fogo aparecem como moradoras suas filhas, Maria, 20 anos, preta, solteira, liberta e Maria, 6 anos, preta, solteira, liberta. Reflitamos sobre o perfil deste fogo. Trata-se de uma mulher e duas filhas libertas²³⁶. A profissão declarada indica que Maria, em companhia de suas duas filhas com o mesmo nome, trabalhava na lavoura sem usar a mão de obra escravizada para isso. Bem, outros/as chefes de fogos, localizados/as na faixa baixa de fortuna, poderiam ser senhores/as de até quatro escravos. Provavelmente, o trabalho que os escravos desses senhores exerciam

²³⁶APEB, *Relação de Número de Fogos e Moradores do Distrito da Freguesia de São Gonçalo dos Campos de Nossa Senhora da Cachoeira*. Maço 5683, S/D.

eram em companhia da família proprietária. Uma importante constatação é que nesta faixa há a predominância de pessoas na condição de cor, libertas, mulheres solteiras ou viúvas, ou homens libertos, casados, com dois ou mais filhos. Igualmente verificamos que a taxa de reprodução endógena era mais alta, pois geralmente o senhor tinha apenas uma escrava adulta com duas ou três crianças filhas dessa escrava, como analisamos;

b) na *pequena faixa* de riqueza, já observamos um perfil de senhores brancos, casados, com o número de filhos entre dois e seis. Esses senhores de fogos tinham entre 5 e 15 cativos. Como exemplo de um pequeno proprietário, temos Felipe Machado da Silva, 44 anos, branco, lavrador, casado com Maria Rita, 32 anos, branca, lavradora. Tinham dois filhos por nome Ana, 4 anos, branca e José, 2 anos, branco. Felipe Machado da Silva era proprietário de sete escravas, entre as quais, cinco escravas adultas e um casal de crianças. Semelhantemente à faixa baixa de fortuna, nesta faixa os senhores repunham o braço escravo através da reprodução endógena, por isso a preferência por mulheres escravas, em vez de homens escravos. O fogo de João Machado da Silva²³⁷ é outro exemplo, para melhor ilustrar esta faixa de fortuna. Este proprietário de 75 anos, branco, lavrador, casado com Maria da Pereira, de 50 anos, branca, lavradora, com quem teve três filhos, é senhor de oito escravos, cinco adultos e três crianças. Entre os adultos, temos dois homens e três mulheres. Os dois exemplos utilizados indicam, através do sobrenome, que fazem parte da família Machado da Silva. Esta família, proprietária de terras e escravos na região da Capela da Matriz, aparecem nas fontes como os proprietários que mais fizeram negociações com escravos, especialmente com crianças. Além disso, destacamos que entre suas populações escravas não encontramos escravos de origem africana, todos são crioulos nascidos na região. A população escrava do casal de lavradores Vicente Alves Rodrigues e Antônia Doroteia, branca, 24 anos, era composta por onze escravos: três adultos, entre 25 e 26 anos, e nove crianças, com idades entre 1 e 14²³⁸. Analisando cuidadosamente cada detalhe contido nas entrelinhas das anotações feitas pelo recenseador, é presumível que as duas escravas fossem mães. Seguindo a ordem das anotações – Victorino, 7 anos; Antônio, 6 anos e Maria, 4 anos, pardos – eram filhos de Vicência. As filhas de Francisca seriam Mariana, 13 anos; Theodora, 14 anos; Maria, 2 anos; Juliana, 1 ano e Cirilo, 4 anos, pretos. A condição de cor das crianças relacionadas após as escravas adultas é um indicativo de filiação;

²³⁷ APEB, Relação de Número de Fogos e Moradores do Distrito da Freguesia de São Gonçalo dos Campos de Nossa Senhora da Cachoeira. Maço 5683, S/D.

²³⁸ APEB, Relação de Número de Fogos e Moradores do Distrito da Freguesia de São Gonçalo dos Campos de Nossa Senhora da Cachoeira. Maço 5683, S/D.

- c) na *faixa média* de fortuna, os senhores tinham de 16 a 25 escravos. Entre os proprietários, encontramos Felipe Machado da Silva²³⁹. Apesar de ter o mesmo nome e sobrenome do citado acima, este proprietário é mais novo, tem 30 anos de idade, é branco, lavrador e casado com Antônia Bernadina, de 26 anos, branca, lavradora. Tem um filho de 3 anos de idade. A sua população escrava é composta de 19 escravos: dez homens, quatro mulheres e cinco crianças. Entre os adultos, temos cinco escravos de origem africana. Tanto nas faixas anteriores como nesta, os escravizados eram todos solteiros. No caso das mães escravizadas, também aparecem como solteiras. O perfil encontrado na população escrava de Felipe Machado da Silva exibe que este proprietário, além de possuir cativos oriundos do tráfico atlântico, igualmente para aumentar sua população escrava, fazia uso da reprodução natural de suas escravas;
- d) na *faixa média alta* de fortuna, os senhores possuíam de 25 a 55 escravos. Já no caso da família Falcão, grande proprietária de terras e escravos, a qual relatamos no capítulo anterior, o seu patriarca, Manoel Borges Falcão, 70 anos de idade, era proprietário de 29 escravos²⁴⁰, com nove escravos idosos de origem africana e 15 escravos jovens crioulos. Os dados obtidos pela análise da população escrava de Manoel Borges Falcão não descarta a reposição da população escrava ter sido adquirida através do tráfico transatlântico de pessoas, todavia, os escravizados de origem africana não representavam um grande contingente, bem como se tratava de uma população adulta/idosa. Já a população escrava dos filhos de Manoel Falcão tem um perfil jovem, composta por muitas crianças. A exemplo da população escrava de José Borges Falcão, 40 anos, composta por nove escravos, cinco jovens e quatro crianças²⁴¹, Manoel Borges, 30 anos, possuía 23 escravos, nove adultos e quatorze crianças²⁴². Os senhores idosos nem sempre se davam ao trabalho de comprar ou manter as escravas na idade reprodutiva entre seus bens, diferentemente dos jovens que estavam ávidos para aumentar suas fortunas. No fogo do lavrador José Carlinhos de Moreira, 38 anos, pardo, casado, a população escrava era composta por 48 cativos. Dez anos mais velho que Vicente Alves, José Carlinhos tinha uma percentagem bem maior de escravos. Aproximadamente a metade de sua população escrava, 21 escravos, era formada por crianças com idade de 1 a 15 anos. Vale

²³⁹ APEB, Relação de Número de Fogos e Moradores do Distrito da Freguesia de São Gonçalo dos Campos de Nossa Senhora da Cachoeira. Maço 5683, S/D.

²⁴⁰ APEB, Relação de Número de Fogos e Moradores do Distrito da Freguesia de São Gonçalo dos Campos de Nossa Senhora da Cachoeira. Maço 5683, S/D.

²⁴¹ APEB, Relação de Número de Fogos e Moradores do Distrito da Freguesia de São Gonçalo dos Campos de Nossa Senhora da Cachoeira. Maço 5683, S/D.

²⁴² APEB, Relação de Número de Fogos e Moradores do Distrito da Freguesia de São Gonçalo dos Campos de Nossa Senhora da Cachoeira. Maço 5683, S/D.

ratificar que as anotações do recenseador seguia uma lógica a qual seria possível observar as crianças e suas respectivas filiações: anotava o nome de uma escrava adulta, na idade reprodutiva, e logo em seguida nome de uma criança na mesma condição de cor da escrava adulta. Nesse registro não observamos tal critério para as anotações. O quadro desta população escrava oferece a hipótese que este proprietário investiu na montagem de sua unidade produtiva a partir da comercialização dos filhos das escravas²⁴³;

e) na *faixa alta* de fortuna, todos possuíam mais de 55 escravos. Por conta das lacunas na documentação, é necessário cruzar referências em diversos *corpus* documentais, considerando as particularidades de cada um deles. O lavrador José Ribeiro de Oliveira, que apareceu com 73 anos de idade entre os chefes de fogos em 1835, também aparecerá em 1857, no inventário por conta de seu falecimento. Dessa forma, é possível perceber os deslocamentos da população escrava desse proprietário. Na Relação de Fogos, José Ribeiro, branco era casado com Ana Joaquina de São José, 39 anos, pais de oito filhos entre 4 e 21 anos de idade. A população escrava era composta por 64 escravos, com três casais de escravos com uniões sacramentadas pela Igreja Católica, e outros que indicavam ter relações consensuais, tratado-se de famílias grandes com cinco filhos. Encontramos também dez escravos de nacionalidade africana e 29 crianças²⁴⁴.

No inventário de José Ribeiro, a população escrava era composta de 74 escravos, observamos o crescimento vegetativo da população escrava, a formação de família, pensando no sentido tradicional de mãe, pai e filhos e, de certa forma, o sucesso do proprietário em manter uma população escrava, sendo considerado entre os maiores proprietários de escravos da freguesia. Não é engano supor que tais arranjos se expressavam dentre as pretensões do senhor em aumentar sua população escrava, mas também das mães de formar família e não serem separadas de seus filhos, mesmo que custasse vê-los presos aos fios que os amarravam à escravidão.

Observamos um casal de escravos que aparece na população escrava de José Ribeiro, que é contado como chefe de fogo, o que torna possível sugerir que estas famílias, com anuência e acordo com o senhor, gozassem de alguma autonomia e tivessem suas roças onde acumulariam bens para que comprassem a alforria de todos da família, ou então, poderiam até

²⁴³ APEB, Relação de Número de Fogos e Moradores do Distrito da Freguesia de São Gonçalo dos Campos de Nossa Senhora da Cachoeira. Maço 5683, S/D.

²⁴⁴ APEB, Relação de Número de Fogos e Moradores do Distrito da Freguesia de São Gonçalo dos Campos de Nossa Senhora da Cachoeira. Maço 5683, S/D.

se submeter às relações escravistas para que a família não fosse separada. De todo modo, as crianças que nasceram sob o domínio da escravidão enfrentaram diversas vicissitudes.

3.5 Reprodução Endógena e os Limites do Cotidiano: Doenças e Morte de Crianças Escravas

Destarte, a criança escravizada que sobrevivia às incertezas da gestação e ao parto recebia do mundo um desafio ainda maior, que era continuar sobrevivendo. O que foi revelado na documentação referente aos registros de óbito deste grupo mostra um considerável número de mortes nos primeiros dias que se seguiam ao parto. De um modo geral, pode-se considerar que essa fase crítica abrangia todo o período da lactação, pois, nos registros de óbito, verifica-se um número significativo de crianças escravizadas que faleciam nessa etapa, em comparação às crianças escravizadas de outras faixas etárias. É o que demonstra a tabela abaixo:

Quadro 3 - Óbitos por condição e idade da criança escrava a partir de 200 registros analisados

Idade	Quantidade	Porcentagem
Menores de 1 ano	30	15%
De 1 a 5 anos	20	10%
De 6 a 10 anos	10	2,5%
De 11 a 15 anos	5	0,5%
Total	65	28%

Fonte: AAFS. Livro de Óbito (1850-1871)

Dos óbitos ocorridos nos Campos da Cachoeira, podemos auferir alguns indicadores: 80% da morte de escravos ocorria entre as crianças de até 10 anos; um alto índice de mortalidade no período da lactação; uma alta expectativa de vida da população escrava adulta, uma vez que a maioria dos registros de óbitos da população escrava adulta ocorreram entre os 60 e 70 anos de idade; os óbitos ocorridos entre os anos de 1855 e 1856 refletia a epidemia de cólera que assolou a Bahia²⁴⁵.

Os livros de óbitos são reveladores dos aspectos cotidianos inexistentes, em outros documentos oficiais, pois possuem informações que proporcionam a elaboração de taxas de

²⁴⁵ DAVID, Onildo Reis. **O inimigo invisível**. Epidemia na Bahia no século XIX, Salvador. EDUFBA/ Sarah Letras, 1996.

mortalidade e a *causa mortis*, permitindo-nos inferir sobre os locais onde eram sepultados, bem como sobre aspectos pessoais e sociais relacionados à sequência horizontal de dias, meses e anos em que ocorreram os sepultamentos²⁴⁶. De acordo com Marcílio²⁴⁷,

os estudos sobre as doenças, a saúde e a morte não são muito frequentes na área da demografia histórica brasileira, em que pese a riqueza de temáticas que os envolve e o pouco conhecimento que temos dos diferenciais da mortalidade do passado. A morte é um fenômeno demográfico, carregado de influências socioeconômicas e culturais que precisariam ser conhecidas.

Nesse sentido, os estudos sobre mortes e doenças entre as crianças escravizadas traz à tona as influências socioeconômicas e culturais daquela região. As diferenças mais elevadas nos dados percentuais referentes à mortalidade se dão nos primeiros anos de vida²⁴⁸, especialmente com crianças com até 1 ano de idade. Durante essa fase, as crianças carecem de cuidados específicos quanto à higiene, alimentação e tratamento²⁴⁹. Assim, esse número de óbitos pode ser explicado pelas condições de vida as quais as crianças e suas mães eram submetidas, estando vulneráveis a várias doenças e infecções. De acordo com a amostra pesquisada, 70% das mortes das crianças ocorreram entre 0 e 2 anos. Não é possível afirmar se viviam em precárias condições de saúde, mas é possível que estivessem expostas às condições adversas no trabalho de suas mães e/ou junto às escravas que lhes acolhiam, ainda que significasse a perda do investimento dos seus senhores já que muitas delas nessa idade eram comercializadas. Na classificação estabelecida pelo pároco, a proporção de morte crianças de 0 a 10 anos é de 57,2% do total de registros. Em relação ao número de óbitos por sexo, não existiram grandes variações.

O que ocorre muitas vezes é que a causa da mortalidade não é apresentada pelo pároco nos óbitos. O que se verifica é que eles registram, muitas vezes, somente o falecimento, sem ao menos dizer quais as causas terminais. Nos anos de 1870 os registros começam apresentar detalhes de morte, apresentando a causa, assim é possível notar que as crianças, igualmente à população adulta, estavam expostas a diferentes tipos de doenças, entretanto, a moléstia

²⁴⁶ FALCI, M. B. K. História e cultura médica: uma abordagem para o estudo de escravos. In: SANTOS, C. A.; BARROS, J. D.; FALCI, M. B. (Org.). **Espacialidades: espaço e cultura na história**. Vassouras: Universidade Severino Sombra, 2004. p. 193-204.

²⁴⁷ MARCÍLIO, M. L. A demografia histórica brasileira nesse final de milênio. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 14, n. 1/2, p. 125-143, Brasília. DF, 1997, p. 135.

²⁴⁸ AAFS. Livros de Batismo n. 9, 10, 11, 12 e 14. Ano 1841-1871.

²⁴⁹ MARQUES, Rachel dos Santos. Febres e moléstias internas: mortandade de inocentes escravos em Pelotas (1812-1834). **Revista Latino-Americana de História**. v. 3, n. 10, Ago. 2014, p. 144. Ver também: MOTT, Maria Lucia de Barros. Ser mãe: a escrava em face do aborto e do infanticídio. **R. História**. São Paulo. n. 120, p.85-96, jan./jul.1989.

interna acometia com maior frequência. De acordo com Rachel dos Santos Marques, que estudou a mortalidade de inocentes escravos na Freguesia de São Francisco de Paula, entre os anos de 1812 e 1834, o termo *moléstia interna* usado pelos párocos “trata-se de uma generalização que faz referência à impossibilidade de se estabelecer com precisão a causa do falecimento”²⁵⁰. Assim os registros que traziam como causa de falecimento a moléstia interna não tinham identificado o que causou de fato a morte das crianças.

A comparação da *causa mortis* em vários locais ou espacialidades, e numa mesma época, aponta para uma identidade da nomenclatura. Dessa forma, identifiquei as doenças em comum, como sarampo, disenteria, tuberculose, gastroenterite, peritonite, pneumonia e apoplexia. A morte mais comum era devido a moléstias internas, somando 85%. Outras doenças, *causa mortis* declaradas, apresentam um baixo índice de incidência.

Em se tratando de doenças, deve ser considerado o contexto em que se inserem os registros. Uma região rural era sujeita a menores taxas de epidemias que as urbanas²⁵¹, isso se explica porque os registros destacam o maior índice de moléstia interna.

O rol de *causa mortis* nos inventários enfatiza, no tocante à população escrava adulta, razões laborais, como marco cego entre outras moléstias atribuídas às questões de trabalho. Para as crianças, nos inventários não aparecem se sofriam de doenças, indicando que doenças de trabalho em crianças neste período não eram frequentes, sobretudo causadas pelos castigos físicos, maus-tratos, dieta inadequada e más condições de moradia. Conforme Rômulo Garcia de Andrade,

A nosologia da morte traduz a má qualidade de vida, decorrente de alimentação inapropriada, atendimento médico incipiente e falta de infraestrutura da senzala, que fazia repercutir mais facilmente as doenças contagiosas e agudizava os problemas gastrointestinais, tornando os cativos, notadamente os inocentes, muito vulneráveis às enfermidades endêmicas e epidêmicas. Deve-se lembrar que suicídios, assassinatos e lesões provocadas no parto, realizado em geral por parteiras e curiosas com algum conhecimento prático, faziam aumentar essa sinistra estatística. O impacto das doenças infectocontagiosas na redução do tempo de vida das crianças, por condições insalubres das senzalas e falta de tratamento adequado, pode ser percebido na confluência das mortes ocasionadas por doenças disseminadas entre infantes do mesmo plantel²⁵².

²⁵⁰ MARQUES, Rachel dos Santos. Febres e moléstias internas:...

²⁵¹ FALCI, M. B. K. História e cultura médica: uma abordagem para o estudo de escravos. In: SANTOS, C. A.; BARROS, J. D.; FALCI, M. B. (Org.). **Espacialidades: espaço e cultura na história**. Vassouras: Universidade Severino Sombra, p. 193-204, 2004, p. 201.

²⁵² ANDRADE, Rômulo Garcia de. Uma leitura das condições de vida dos escravos através dos registros de óbitos: a Mata Mineira e o Litoral Sul Fluminense nos anos 1847-1888. **Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada**. V. 6, n. 11, p. 98-110, jul.-dez. 2011, p. 99-100.

Os registros de óbitos de crianças escravizadas revelam inúmeras vidas ceifadas precocemente, vítimas, especialmente, de moléstias internas. Esses registros apresentaram uma curva ascendente nas décadas de 1860 a 70, exprimindo o aumento da reprodução endógena, como mencionamos, condizente á intensidade que atravessava o tráfico interno de escravos. Revelando a configuração externada nos batismos, os óbitos eram compostos de crianças escravizadas crioulas, porém, no que diz respeito aos registros de óbitos de escravos adultos, desabrocha a prevalência africana, ou seja, morriam aqueles mais velhos.

A respeito do sepultamento, não havia, distinção entre crianças escravizadas e a população livre, eram enterradas “grade abaixo da Matriz” ou ainda na redondeza ou corredores da Matriz, ou genericamente na Matriz. Como foi o caso de Sérgio, crioulinho, filho da escrava Mônica, que havia recebido o sacramento do batismo ao completar 1 mês de seu nascimento, e morreu aos 5 meses, sendo sepultado na Matriz²⁵³. Nesse registro, como em inúmeros outros, o pároco lança anotações sem especificar o tipo de moléstia que acometia a criança. Outras foram enterradas em capelas próximas, como Horácio, crioulo com apenas 1 ano de idade, filho natural de Lúcia, escrava do Major Paulino, cujo falecimento se deu por males da bexiga, e foi sepultado na Capela de Coração de Maria, pertencente a Feira de Santana²⁵⁴. Todavia, os sepultamentos em outras capelas não eram regra, sendo comum serem sepultados na Matriz de São Gonçalo dos Campos.

Tantas foram as mortes de crianças nessa faixa etária que histórias surgiram e foram difundidas entre os antepassados e seus descendentes até o século XIX. Nas histórias, até símbolos foram erigidos, marcados por muitas gerações, lendas sobre locais, árvores e pedras. Como pode ser percebido no relato de Expedito Pinheiro de Carvalho: “Mamãe contava que ali, naquela pedra, chorava um menino. Toda vez que alguém passava perto dela, a pedra chorava, e daí a pessoa que passava tinha que tirar galhos de mato e jogar em cima da pedra para que ela deixasse de chorar”²⁵⁵. Esse fragmento trata de uma “lenda” contada de geração em geração por mulheres e homens do Recôncavo produtor de fumo. Tal história se espalhou no cotidiano de trabalhadores rurais, que eram indivíduos de cor, descendentes de escravos, livres e libertos, que se tornaram agregados e/ou rendeiros em torno do trabalho agrícola nas fazendas fumageiras e engenhos no tempo da escravidão e no pós-abolição, alcançando os saberes e viveres populares. Nessa história o que nos interessa é o fato da memória sobre a

²⁵³ AAFS. Livro n. 8, Óbito 1862-1866. p. 6.

²⁵⁴ AAFS. Livro n. 8, Óbito 1862-1866. p. 23.

²⁵⁵ ENTREVISTA, Expedito Pinheiro de Carvalho, nascido em 1 de maio de 1940, entrevista concedida em 25 de março de 2011.

fonte de crianças em terna idade, deixando evidente que não só havia um alto índice de óbito de crianças, mas crenças populares sobre o evento.

Ao mesmo tempo, observamos que na problemática da morte de crianças devem ser somados os óbitos que não foram registrados, e cujas causas básicas que levaram essas crianças à morte são, conseqüentemente, desconhecidas, porém é provável que a ocorrência se deva às mas condições de alimentação e moradia de suas mães.

Cleusa Machado de Carvalho²⁵⁶, 73 anos de idade, moradora da Fazenda Ingá, casada com Expedito Pinheiro de Carvalho. Filha de pequenos proprietários de terras. Estas heranças de sua mãe Isabel Rodrigues da Cruz. Seu pai, Ismael Gomes Machado, seus familiares eram da região denominada Ladeira do Feijão, pertencente a Conceição da Feira, as margens do Rio Paraguaçu. Conforme as memórias essas terras foram repartidas entre os irmãos, Artur Barreiros, Aprígio Barreiros, Pomba Barreiros e Cecilia Barreiros. Pomba, avó de Cleusa Machado de Carvalho, proprietária das terras que foram herdadas por sua mãe Isabel Rodrigues. Portanto, Cleusa faz parte da quarta geração das moradoras daquela localidade, destarte, acumula e preserva as histórias e lendas que lhes foram transmitidas pelas gerações anteriores. Ao falar sobre a morte de crianças destacou que a “pedra do chora menino” sempre existiu. Ficava localizada em frente à porteira da casa de seu pai, numa região de passagem, e que era comum ao passar pelo local e ouvir o choro de uma ‘criança’”. Complementa sua narrativa contando que esse fato é dos tempos antigos, tempos dos escravos, que quando ela nasceu só escutava falar que naquela pedra havia sido enterrado um menino. Acrescenta, ainda, que isso acontecia porque mulheres pobres tinham seus filhos em casa, e sem cuidados necessários morriam. Por falta de dinheiro para enterrar, faziam o funeral nos quintais de casa ou nas imediações. Para garantir que o corpo da pequena criança não fosse devorado por animais famintos, colocavam uma pedra²⁵⁷. A partir desta narrativa, pode-se sugerir que várias crianças, particularmente escravas, faleceram e foram enterradas sem o conhecimento dos párocos, portanto, trata-se de subnotificação de registros²⁵⁸.

Os óbitos de crianças estavam presentes nas memórias e histórias, e os lugares, pedras e estradas da região vão adquirido suas histórias acerca de acontecimentos que, possivelmente, ocorreram no tempo da escravidão. As memórias de Djanira testemunharam as histórias sobre as “pedras que choravam”, “locais mal-assombrados” e sobre as experiências

²⁵⁶ ENTREVISTA, Cleusa Machado de Carvalho, nascida em 22 de agosto de 1947, entrevista concedida em 15 de junho de 2011.

²⁵⁷ ENTREVISTA, Cleusa Machado de Carvalho, nascida em 22 de agosto de 1947, entrevista concedida em 15 de junho de 2011.

²⁵⁸ FARIA, Sheila de Castro. A morte de livres e escravos em registros católicos – séculos XVIII e XIX. **População e Família**. São Paulo, n. 3, p. 181-206, jan./jun. 2000, p. 181-189.

das parteiras que atendiam a todas as mulheres da região que eram parturientes. Assim, escutando atentamente as narrativas dos mais velhos contou que,

há muito tempo atrás ali na estrada do chora menino, você sabe? Na Ingá, tinha uma pedra que toda vez que uma pessoa passava na estrada a pedra chorava. Mamãe dizia que no tempo antigo as mulheres pobres, que os filhos nasciam mortos, enterravam os bebês na beira da estrada ou em algum local, e colocava uma pedra sobre o corpo do bebê morto, para que animais não devorasse. Só que os bebês não eram batizados, e por não ter recebido o batismo, eles não eram salvos, e por isso toda vez que passava alguém o bebê chorava. Assim, as pessoas, para o bebê não continuar chorando, eles colocavam galhos de plantas sobre a pedra. Olha, minha filha, muitas pedras por aqui choravam. Antigamente não existia hospital e quem faziam o parto eram as parteiras, uma bem famosa aqui era finada Arteria. Arteria era disputada por ricos e pobres. Se a parteria demorasse, o bebê podia morrer, e por isso mesmo muitos nasciam mortos, a pessoa pobre não tinha dinheiro para enterrar, enterrava o bebê perto de casa mesmo²⁵⁹.

Nessa tradição, as crenças estão intimamente ligadas às experiências das pessoas que habitavam as fazendas fumageiras do Recôncavo da Bahia no tempo da escravidão, ou na primeira metade do século XX. Muitas histórias guardadas na memória das segunda e terceira gerações pressupõem não haver separação entre o físico e o espiritual. Dessa forma, compreendemos que as representações e os significados contidos nas práticas sociais faziam parte do contexto que o sujeito mantinha em suas memórias.

Podemos sugerir a alusão a crianças saudáveis, aptas para a execução de atividades laborais, ou quem sabe, que participavam do mercado de escravos e eram negociadas por maiores preços. De outro lado, existem outras experiências de mães escravizadas que se preocupavam como destino que seus filhos tomariam. Lembremos das condições sanitárias, as condições físicas, as habitações, vestuário, alimentação, jornada de trabalho, repouso, castigos, importantes para uma boa gestação e manter a saúde depois que chegavam ao mundo.

A moradia dos escravos, quer nas residências dos senhores, quer nas senzalas, geralmente eram úmidas, desprovidas de ventilação, luz solar e higiene²⁶⁰. Nesses espaços insalubres e desconfortáveis, coabitavam escravos, escravas e crianças. Nessas condições, inúmeras crianças, após nascerem, passavam a conviver em condições difíceis, caso conseguissem vencer a morte, já que nem todos tiveram essa sorte, vindo a óbito, como sucedeu com Thomas, crioulo, filho de Luísa, escrava do Major Paulino Pereira d'Araújo, que

²⁵⁹ ENTREVISTA, Expedito Pinheiro de Carvalho, nascido em 01 de maio de 1940, entrevista concedida em 25 de março de 2011.

²⁶⁰ ENTREVISTA, Cleusa Machado de Carvalho, nascida em 22 de agosto de 1947, entrevista concedida em 15 de junho de 2011.

faleceu ao completar 4 anos de idade, em 1863²⁶¹. Ao que parece, o Major Paulino teve muitos prejuízos nos anos de 1860. Os registros sublinham a ocorrência de 4 óbitos de crianças escravas pertencentes ao Major Paulino, no período de março a maio. A morte de Josefa África, com 90 anos de idade, em junho, e por fim, o falecimento de Faustina, 3 anos de idade, escrava de sua filha menor, Celina, em 1 de setembro de 1863. Esses óbitos podem ter relação com as condições de moradia e alimentação em que a população escrava era submetida. Apenas em um registro aparece a causa do óbito, no caso de Faustina, que morreu de moléstia de agnoro²⁶².

Embora não relacionadas nos registros ou anotadas de forma genérica, muitas crianças provavelmente faleceram vítimas de doenças como diarreia, vermes, “bixas” (lombrigas), “bixas e febre”, convulsões, sarampo, queimadura, caxumba, coqueluche, poliomelite, varíola, difteria, “catarro sufocante” (broncoaspiração), “idropesia” (hidropisia ou inchaço) e tétano²⁶³, e ainda lesões provocadas no parto. A exemplo de Manoel, de oito dias, filho de Vicência, escrava de Antônio Ribeiro de Paiva, o qual morreu acometido pela moléstia de umbigo²⁶⁴.

Sem evidências suficientes para propor as causas das mortes das crianças, recorreremos aos relatos de viajantes que apontam para questões relacionadas às condições sanitárias e aos cuidados para garantir a saúde das parturientes. De acordo com tais relatos, as escravas voltavam ao trabalho dentro de dois dias após o parto. De igual modo, o francês Saint- Hilaire relata a brevidade do período em que as escravas ficavam com seus filhos no pós-parto²⁶⁵. No relato, o francês destacou que “logo após os partos essas mulheres eram obrigadas a trabalhar nas plantações sob o sol abrasador, e, quando lhes era permitido voltar para junto [dos filhos], elas levavam um aleitamento defeituoso”.

Há relatos, ainda, de que essas crianças eram levadas às costas de suas mães para lide. Em ambos os casos, nota-se a exposição das crianças da população escrava a situações precárias de cuidado, portanto, a proeminência de morte. Barickman assinala que para manter os corpos dos escravos sadios e fortes, as refeições deveriam ser repletas de farinha e carne seca²⁶⁶. As escravas que amamentavam, antes de serem encaminhadas ao trabalho do “eito”²⁶⁷,

²⁶¹ AAFS. Livro n. 8. Óbito 1862-1866. p. 4 verso.

²⁶² Não encontramos que defina o significado dessa palavra, todavia, a população do Recôncavo tinha o costume de dizer que alguém ou algo estava “agorando”, ou seja que estava desejando a morte do outro.

²⁶³ AAFS. Livros de Óbito 1850-1871.

²⁶⁴ AAFS. Livro n. 8. Óbito 1862 – 1866. folha 17.

²⁶⁵ SAINT- HILAIRE, Augusto. **Viagem pelo Distrito dos Diamantes e Litoral do Brasil**. Tradução: Leonam de Azevedo Penna. Belo horizonte. Ed. Itatiaia. São Paulo. EDUSP, 1974.

²⁶⁶ BARICKMAN. **Um Contraponto....**

²⁶⁷ Significa trabalhando em jornadas que poderiam alcançar dezoito horas diárias.

deveriam se alimentar o suficientemente para garantir a produtividade e a saúde de seus filhos.

A questão que fazemos é: como a morte de seus filhos era sentida pela mãe escrava? Conjecturamos como seria o cotidiano de Dominga, escrava de José Cerqueira da Costa, que acabara de enterrar, no dia 18 de agosto de 1863, seu filho Manoel, 5 meses, acometido de moléstia interna. Ou o que se passava na mente de Camila, escrava de Firmino Borges Falcão, ao enterrar sua filha Flora, de 1 ano de idade, falecida decorrente da moléstia interna, no dia 30 de setembro de 1863²⁶⁸. Os viajantes indicam algumas reações de mães escravizadas que, pensando no sofrimento que seus filhos passariam por causa da escravidão, chegavam a demonstrar felicidade:

Em uma das ocasiões foi ouvida uma mãe, que assim se exprimia: “Ó como estou feliz! Ó como estou feliz, pois que morreu o último dos meus filhos. Que feliz estou. Quando eu morrer e chegar diante dos portões do céu, nada me impedirá de entrar, pois que ali estarão cinco criancinhas a me rodear e a puxar-me pela saia exclamando: “Entra Mamãe, entra!” Ó que feliz que sou!”, repetiu ainda, rindo a grande. Se isso fosse um exemplo isolado de sentimentos maternais estranhos, poderia ser considerado efeito de um desvio mental passageiro; o caso, porém, é que a satisfação em tais momentos é geral demais, e por demais ostensiva, para que deixe lugar à desculpa dessa espécie²⁶⁹.

Luccock destaca que as mães escravizadas se sentiam felizes pela morte de seus filhos, uma vez que só a morte colocaria fim ao ciclo “natural” da escravidão de seus rebentos. A consideração de Luccock é mais uma imagem da falta de sentimento pelas mães, criada por muitos estudiosos a respeito das famílias escravas. Slenes, em “Lares negros olhares brancos”, destaca que a narrativa sobre a família escrava foi constituída a partir da ideia de devassidão sexual, que marca a vida dos escravos e suas famílias na maioria dos livros de história²⁷⁰. Neste sentido, argumenta que a morte de uma criança pela mãe, que demonstrava felicidade, pode ser mais uma imagem que os autores procuraram imprimir sobre a vida da população escravizada. Não há dúvida que as mães escravizadas sofriam ao perder seus filhos, fosse pela morte ou pela separação provocada pelo sistema escravagista.

A influência das regiões fumageiras para o Recôncavo é inegável, e ao longo da segunda metade do século XIX, não obstante, não sofreu, de igual modo, com as eventuais

²⁶⁸ AAFS. Livro n. 8. Óbito 1862-1866. folha 12.

²⁶⁹ LUCCOCK, 1975, p. 80 In: Civiletti, Maria Vittoria Pardal. **O Cuidado às Crianças Pequenas no Brasil Escravista**. In: <http://200.144.182.150/neinb/files/o%20cuidado%20%C3%A1s%20crian%C3%A7as%20negras%20no%20brasil%20escravista.pdf>. Acesso em 3 de mar. 2017.

²⁷⁰ SLENES, R. W. Lares negros olhares brancos: histórias da família escrava no séc. XIX. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 8, n. 16, p. 189-203, 1988.

crises macroeconômicas que afetou especialmente a economia açucareira. Essa conjuntura contribuiu para a reprodução natural e a comercialização de escravos, com significados bastante diferentes para o início do século, em que a reprodução era voltada para manutenção da população escrava local. O elevado número de procuração vai destacar a importância das mulheres escravas o longo da segunda metade do século XIX. Esse contexto estabeleceu uma curiosa relação entre o serviço da lavoura e as conjunturas econômicas de tráfico interprovincial. Essa leitura é interessante, conquanto esteja lidando com o momento histórico marcado pela extinção do tráfico transatlântico, o enfurecimento da campanha abolicionista e a Lei do Ventre Livre.

CAPÍTULO IV O COMPADRIO E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A REPRODUÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA ESCRAVAGISTA EM SÃO GONÇALO DOS CAMPOS

“Bênça, dindinho!”; “Bênça, dindinha!”; “Bênça, seu Justino”; “Bênça, dona Fia!”. Estas expressões são comuns aos nossos ouvidos, especialmente por que foram frases proferidas por nós enquanto crianças, como reverência ao padrinho e à madrinha, bem como aos mais velhos.

Essa tradição de cumprimentar, através da bênção, foi herdada por nossos ancestrais, sendo transmitida de geração em geração. Lembramo-nos de que existiam diversos tipos de teias espirituais guardadas por nossos familiares, mas o batismo católico recebia maior notoriedade. Era considerado pecado o ato do afilhado não pedir a bênção, igualmente, julgava-se pecado sua negação pelo padrinho e pela madrinha. A bênção era como uma dádiva espiritual, que se personificava por meio das relações materiais do cotidiano, tanto nas regiões rurais como nas urbanas, o sentido era o mesmo.

Na convivência cotidiana nosso pai, Expedito Pinheiro de Carvalho, relatava a relação sagrada que representava o ritual do batismo para nossos avós e bisavós. Batizar e dar a bênção era parte de uma tradição que se mantinha desde o período “antigo” (período da escravidão), era a “tradição dos mais velhos”²⁷¹. Conforme as tradições eram mantidas por nossos ancestrais, até mesmo depois do nosso nascimento, ainda participamos do ato de batismo em nossa família, ajudando a constituir essa relação de parentesco espiritual, participando de um ritual estabelecido na sociedade de São Gonçalo dos Campos, como uma cultura de longa duração.

No batismo existia uma relação de parentesco, proteção, apoio e respeito, que constituíam espaços de sociabilidade e solidariedade que não podiam ser quebrados, pois se formavam por um ato abençoado pela Igreja, uma tradição dos antigos que exercia força na mentalidade das gerações mais velhas. Desse modo, os compadres e afilhados estavam ligados por laços equivalentes aos consanguíneos: os laços espirituais.

A relação não se fazia apenas entre padrinhos e afilhados, mas, especialmente, em entre compadres e comadres que, de acordo com os preceitos religiosos, tinham por obrigação

²⁷¹ENTREVISTA, Expedito Pinheiro de Carvalho, nascido em 01 de maio de 1940, entrevista concedida em 07 de agosto de 2019.

respeitar o parentesco constituído ou reforçado a partir da Pia Batismal. Desde então, seria pecado qualquer discussão, conflito ou relação íntima (amorosa ou sexual) entre os compadres.

O batismo e o apadrinhamento estiveram presentes no cotidiano das pessoas do Recôncavo baiano, ampliando e reforçando as redes de parentela, conforme se percebe através da tradição oral e dos assentos eclesiásticos.

Lembro ainda, que meu pai, Expedito Pinheiro de Carvalho, para adquirir a aposentadoria, ao completar a idade legalizada para o trabalhador rural, foi obrigado a buscar entre os registros eclesiásticos seu batistério. Em suas narrativas vêm as lembranças que seu registro civil foi feito mais de 10 anos depois de seu nascimento e batismo. Na época em que seu pai, Otávio Barreiros, foi registrá-lo, havia um abono salarial para as famílias pobres que tinham muitos filhos menores. Então, para receber o abono e não pagar a multa pela demora da confecção do registro cartorial, Otávio Barreiros omitiu a idade de três filhos, diminuindo cinco anos de cada um²⁷². Por exemplo, Expedito Pinheiro de Carvalho, que nasceu em 1940, foi registrado como se tivesse nascido em 1945. Em sua narrativa, nosso pai ainda destacava alguns detalhes que atestam erros ou falta de atenção do pároco da época. Conforme suas lembranças, na primeira certidão a qual teve acesso, constava como sua mãe Dionísia Pinheiro de Queirós. Dionísia era, na verdade, irmã de Djanira Pinheiro de Queirós, mãe biológica. O tal abono nunca receberam, e na idade que deveria se aposentar, Expedito Pinheiro de Carvalho teve que fazer a correção da idade a partir do batistério, para conseguir a aposentadoria conforme a data verídica de seu nascimento, em 1940.

Por que estas memórias vieram à tona na introdução deste capítulo? Por que empreender uma análise dos laços de compadrio e parentesco espiritual constituído pelas mães escravizadas? Qual o papel do compadrio para a reprodução e manutenção da escravidão? Por que falamos sobre os assentos batismais como documentos importantes na vida de trabalhadores rurais residentes em São Gonçalo dos Campos, no século XX?

Essas memórias tratam de um período pós-abolição, trazendo à tona a importância dos registros eclesiásticos como documentos que tinham valor civil, o que fazia com que as pessoas recorressem a eles para atestar idade ou filiação. Nossos questionamentos a eles direcionados os transformam em fontes históricas.

Recordamos, igualmente, o pedido de Libânia e de seus filhos para que o juiz de Órfão consultasse os registros de batismo, para que a partir deles fossem atestadas as datas de

²⁷² ENTREVISTA, Expedito Pinheiro de Carvalho: nascido em 01 de maio de 1940, entrevista concedida em 07 de agosto de 2019.

nascimento, confirmando, com isso, que já haviam adquirido a maioria e recebessem a parte da herança que lhes equivalia²⁷³.

Diferentemente das narrativas orais que destacam o sucesso de comprovação da idade, através dos registros de batismo, os filhos de Libânia tiveram seus registros extraviados, possivelmente pelo tutor, para impedir ou retardar a comprovação da maioria, como vimos no primeiro capítulo.

As recordações transmitidas por nossos ancestrais, em diferentes momentos da vida, aguçaram nosso olhar investigativo ao contemplar a riqueza dos registros batismais, especialmente aqueles que faziam parte deste recorte temporal de investigação no século XIX. As histórias que ouvimos ressoavam, enquanto líamos os registros de batismos pertencentes às crianças escravizadas. O primeiro livro paroquial ao qual tivemos acesso continha registros de batismos dos anos de 1862 a 1866, e entre eles havia muitas mães escravizadas levando seus filhos e filhas para serem batizados aos Santos Óleos.

Muitos desses batismos aconteciam na própria capela da fazenda em que elas eram escravizadas, outros eram realizados logo depois das missas, comumente na Igreja Matriz. Nossa primeira inquietação quanto aos batismos fora a quantidade de crianças filhas de escravas que nasciam na Freguesia de São Gonçalo dos Campos. A partir desses registros, foi possível inferir que os proprietários de terras e escravos incentivavam que suas escravas tivessem filhos, os quais seguiriam a mesma condição jurídica de suas mães.

O índice de 38,8% de crianças escravizadas sendo batizadas exibe que existia um elevado índice de reprodução endógena na Freguesia, na segunda metade do século XIX, como já teria sido sinalizado por Barickman²⁷⁴, quando revela que a população escravizada da economia fumageira na região de São Gonçalo dos Campos era formada majoritariamente por crioulos, fator levado em consideração para compreender a proporção equivalente entre homens e mulheres adultos escravizados, desde 1835.

Vimos, no capítulo anterior, que a opção pela reposição e manutenção da população escrava dentro de seu próprio plantel era um costume estabelecido na região desde os primeiros anos da escravidão. Existiam diversas gerações de escravizados na condição de cor/naturalidade crioula. Estamos de acordo com os diferentes pesquisadores²⁷⁵, que destacam essa opção de reposição facilitada pelo tipo de atividade econômica desenvolvida na região.

²⁷³ AFJMSG. Inventário de Joaquim Simões de Araújo (1872-1889). Caixas Avulsas.

²⁷⁴ BARICKMAN. **Um Contraponto...**

²⁷⁵ Sobre esse assunto podemos consultar: BARICKMAN. **Um Contraponto...**; PARÉS, Nicolau. A crioulação...; MATTOSO, Kátia S. de Queirós. **Bahia, século XIX...**; SANTANA, Clissio Santos. **Ele queria viver como se fosse homem livre:...**; SILVA, Ana Paula de Albuquerque. **Produção fumageira:...**

Não só formar, aumentar e manter uma população escrava de cada fogo, as fontes exibem que os senhores da Freguesia, além da reposição interna da população escrava, tinham por costume comercializar as crianças escravizadas desde seus primeiros anos de vida, constituindo um forte comércio de escravos na Vila. Ainda, muitas crianças foram levadas para as cidades de Feira de Santana, Cachoeira, Salvador e, até mesmo, autorizados pelos seus proprietários aos negociantes, foram levadas para a Capital do Império, para que fossem vendidas a quem pudesse pagar, como veremos mais adiante.

No contexto de reprodução endógena e negociação das crianças escravizadas, percebe-se a ambiguidade do compadrio: caracterizava-se como mecanismo de criação de vínculos espirituais e sociais entre pessoas oriundas de diferentes grupos, de modo a reforçar as redes de relações de parentesco, proteção, apoio, respeito e, ao mesmo tempo, também contribuíram para o fortalecimento das redes de reprodução e manutenção do sistema escravagista em São Gonçalo dos Campos. Todavia, por que contribuiu? Como afirmar que o compadrio na Freguesia teve como principal objetivo manter as estruturas escravagistas inalteradas?

A criança escravizada, enquanto sujeito desta tese, é evidenciada nos diversos contextos do seu viver. Ao chegar ao mundo, sua primeira luta é manter-se vivo; depois, é ser inserida na comunidade religiosa e social local. Fazendo o cruzamento nominativo dos senhores, das mães das crianças e das crianças, pudemos observar que alguns nomes de crianças encontradas nos documentos cartoriais não aparecem sendo batizadas. As crianças cujos vestígios aparecem nos registros de batismos permitem seguir as redes construídas por suas mães e a influência ou não desses laços ao longo de sua vida.

Assim, a coleta dos dados possibilitou a exploração de séries quantitativas, a partir de diferentes variáveis, como: estado conjugal das escravas e os nomes de seus proprietários; sexo, cor/etnia, condição social e idade das crianças batizadas, bem como os nomes dos padrinhos e a condição social deles. Para a exploração de séries usamos as variáveis de identificação individual: data da celebração do sacramento, local de sua celebração, nome do padre oficiante, nome dos senhores dos escravos, condição de filiação das crianças (se eram filhos naturais ou legítimos), nome da mãe, nome da criança, condição social, cor, idade em que estão sendo batizadas, padrinhos, situação social dos padrinhos, se escravos ou não, e a quem pertenciam os padrinhos escravizados.

A análise dessas fontes teve papel fundamental para o desenvolvimento deste capítulo, contribuindo para um conhecimento mais aprofundado sobre como aqueles homens e mulheres, que viveram na Freguesia de São Gonçalo dos Campos, construíam suas redes de integração social. Também, os assentos de batismos receberam o tratamento microanalítico e

nominativo, seguindo assim os distintos atores sociais: a mãe e seu , para saber o desdobramento que tiveram depois daquele ato. Neste capítulo, nosso enfoque se vale, na maioria dos casos, dos registros paroquiais de batismos, os quais na análise privilegiamos a identificação individual dos atores sociais.

Recordemos que Libânia deixou seu registro de batismo em 1848. No momento de seu batismo, de acordo com as declarações prestadas por sua mãe Felícia, ou então, pelo seu proprietário, Joaquim Simões d'Araújo, ela tinha a idade de 9 meses. O pároco que celebrou o batismo foi o Reverendo João Crisóstomo Gomes, na Capela do Engenho São Luiz, localizado na região de Afligidos, local em que era o padre interino. Nesse batismo teve a presença apenas do padrinho Joaquim José Santana²⁷⁶.

O registro de batismo da escrava Libânia, dentre os 432 registros de batismos de crianças filhas de escravas, no período de 1846 a 1852, encontra-se no livro nº 10 de batismo da Paróquia São Gonçalo dos Campos. Nos livros pesquisados, período que vai de 1841 a 1871, encontramos 1.881, ou seja, 38,8% registros de batismos de crianças escravizadas. Em cada livro, percebemos que a quantidade de registros por período era semelhante, por exemplo, no livro nº 11, de 1862 a 1866, foram registrados 1224 batismos, entre eles, 350 de crianças escravizadas.

Os livros analisados são os de número 09, 10, 11, 12 e 14, o livro de número 13, dos anos de 1866 a 1869, não foi encontrado no Arquivo da Arquidiocese de Feira de Santana. Nesse período ficou um vácuo nos dados batismais em nossa análise, todavia, essa lacuna não acarreta prejuízo à pesquisa. De acordo com os indícios presentes no inventário de Joaquim Simões de Araújo, o livro de batismo de 1866 teria sido extraviado pelo tutor das crianças, para que elas não pudessem comprovar a maioridade, e assim receber a herança deixada pelo pai, Joaquim Simões. Não sabemos ao certo o destino do referido livro, apenas que ele não compõe a série de livros em estudo – e a porcentagem de crianças escravas batizadas por período foi analisada no capítulo anterior.

Sintetizando essa primeira parte da investigação, pudemos perceber, a partir do batismo de Libânia, que o espaço da Freguesia de São Gonçalo dos Campos foi gestado pela lógica do sistema escravagista. O batismo se estabelecia como um princípio da religiosidade católica, na maioria dos casos, sem alterar a vida das crianças que viviam no cativeiro. De acordo com Gian Carlo de Melo Silva²⁷⁷, uma das principais importâncias dos padrinhos para a sociedade

²⁷⁶ AAFS, Livro de Batismo, n. 10, 1846-1852, p. 367.

²⁷⁷ SILVA, Gian Carlo de Melo. Os Filhos da Escravidão e o Primeiro Sacramento: batismo, compadrio e sociedade escravista na freguesia de Santo Antônio do Recife, Capitania de Pernambuco, no fim do século XVIII. **Dossiê Escravidão e Liberdade na Diáspora Atlântica**. História (São Paulo) v. 37, 2018. In: <http://www.sci->

colonial pernambucana, no sentido religioso, seria suprir a repentina ausência dos pais biológicos. De modo geral, o batismo – compadrio – proporcionava a inserção dos cativos numa comunidade de pais, padrinhos e afilhados.

Seguindo os fios da história da vida de Libânia, que abordamos no primeiro capítulo desta tese, buscaremos reconstruir as experiências de crianças que receberam o sacramento do batismo, e como se estabeleceram as relações de compadrio entre as mães escravas e seus filhos, buscando compreender como, ao longo do ciclo de vida familiar, o compadrio segmentava os laços sociais e criava redes entre escravizados, livres e proprietários de escravos.

4.1 O Significado Espiritual e Social do Batismo

As tradições das memórias geracionais deixam bastante evidente que o compadrio e o apadrinhamento geravam novas práticas e redes entre aqueles que participavam do voto batismal. Conforme os estudos a respeito do assunto, as escolhas dos padrinhos e o ato batismo devem ser analisados a partir do contexto socioeconômico da escravidão e das relações de poder na sociedade. Schwartz sustenta que:

A vida vivida, as escolhas feitas e as estratégias adotadas pelos que sofriam com a escravidão eram continuamente moldadas e restringidas pela penetração e pelo poder do sistema social e econômico predominante, e não podem ser entendidas sem menção a ele.²⁷⁸

Schwartz nos adverte que os laços estabelecidos entre aqueles que sofriam a escravidão devem ser entendidos a partir da configuração do cativo, ou seja, da conjuntura social e das relações de poder constituídas na região em estudo. No caso desta pesquisa, o tamanho das fazendas, as características regionais definidas pela economia fumageira e de subsistência norteiam o campo de possibilidades que influenciaram as escolhas das mulheres escravizadas e de seus senhores dentro do sistema do compadrio.

Todavia, antes mesmo de trazermos à tona as representações sociais do batismo, não devemos esquecer a lógica religiosa dos moradores da Freguesia de São Gonçalo dos Campos. Conforme discutimos anteriormente, o povoamento da região se deu dentro do projeto de colonização portuguesa e a utilização da mão de obra escravizada. Apesar de ser comprovada a conformação territorial da Freguesia, pelos tamanhos diversificados das

elo.br/pdf/his/v37/1980-4369-his-37-e2018024.pdf. Acesso: 3 abr. 2019.

²⁷⁸ SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru. EDUSC, 2001, p. 292.

propriedades, entre todos níveis de fortuna, prevalecia o uso da mão de obra escravizada e sua reposição e manutenção através da reposição endógena.

Dentro desse contexto escravagista da região em estudo, consideramos a tendência dos senhores levarem as crianças escravizadas recém-nascidas ao batismo, como uma justificativa para a exploração de sua mão de obra. Como observou Jonis Freire, o batismo era uma das principais justificativas para a escravidão, pois representava a salvação das almas, sendo incentivado pela Igreja Católica como responsabilidade dos senhores, para a conversão de seus escravos à fé católica²⁷⁹. Jonis Freire explica que com a instituição do padroado, o Estado português delegou à Igreja Católica diversas funções, fazendo do batismo um ato religioso mesclado à esfera civil²⁸⁰.

Desse modo, o papel dos senhores era levar seus escravos à salvação, retirando as heranças consideradas pagãs a qual os cativos estavam submetidos. Com esse pretexto, justificava-se o trabalho forçado de crianças em terna idade e de adultos também. Para isso, os senhores tinham em suas fazendas capelas e oratórios, que demonstravam sua fé católica, bem como rezavam a missa e celebravam o batismo de crianças, como notamos no batismo de Libânia²⁸¹. Em outras palavras, as capelas localizadas nas fazendas tinham por finalidade mostrar aos escravos pagãos os preceitos religiosos católicos, e assim levá-los à salvação. Como foi observado igualmente por Gian Carlo de Melo Silva²⁸², que aos senhores foi delegado o papel primordial na tarefa de salvação dos escravizados.

Do ponto de vista religioso, o batismo representava, no imaginário do século XIX, a purificação do pecado original, tornando os sujeitos aptos para as cerimônias da Igreja Católica, saíam do mundo “pagão” para o mundo “cristão”. Segundo Sílvia Brugger, “o batismo constituiu-se no principal sacramento da religião católica, na medida em que marcava o ingresso do indivíduo na comunidade cristã e a remissão do pecado original”²⁸³.

De acordo com Vitória Schettini de Andrade, o batismo tinha uma função espiritual maior do que na atualidade, e seus registros são fontes importantes para a reconstituição das redes estabelecidas na sociedade²⁸⁴. A Igreja Católica responsabilizava os senhores pelo

²⁷⁹ FREIRE, Jonis. Compadrio em uma freguesia escravista: Senhor Bom Jesus do Rio Pardo (MG) (1838-1888). XIV ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, ABEP. Caxambu-MG-Brasil, de 20 a 24 de Setembro de 2004. In:

²⁸⁰ *Op. Cit.*

²⁸¹ AFMJM. Inventário de Joaquim Simões de Araújo, 1872-1881. AAFS. Livro de Batismo, nº 10. 1846- 1852.

²⁸² SILVA, Gian Carlo de Melo. Os Filhos da Escravidão....

²⁸³ BRUGGER, Sílvia Maria Jardim. **Minas patriarcal: família e sociedade** (São João del Rei - séculos XVIII e XIX). São Paulo. Annablume, 2007, p. 283.

²⁸⁴ ANDRADE, Vitória Schetti de. Batismo de escravos em São Paulo do Muriaé entre meados à final do século XIX: algumas variáveis. XII CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA & 13ª CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS. 2017. In: <http://www.abphe.org.br/uploads/ABPHE%202017/14%20Batismo%20de%20escravos%20em%20S%C3%A3o%20Paulo%20do%20Muriaé>

batismo dos seus escravos, já que justificava a escravidão como um meio para a conversão dos pagãos e dos infiéis para a salvação das almas. Segundo Vitória Schettini de Andrade, nas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia era estabelecido que o pároco na cerimônia batismal deveria instruir aos pais e aos padrinhos os comportamentos sociais esperados deles depois de celebrado o laço batismal. Aos padrinhos cabia a formação moral e religiosa dos afilhados, ensinando-lhes a doutrina cristã e os bons costumes²⁸⁵, responsabilidade que ultrapassou o âmbito religioso e passou a significar proteção e troca de favores no cotidiano dos sujeitos envolvidos. Delfino afirma que:

Aos padrinhos, eram atribuídas obrigações de servirem como tutores morais e espirituais do afilhado, bem como a assistência de recursos materiais ao longo da vida e a responsabilidade de criação, quando na ausência dos pais. [...] Já aos afilhados, eram-lhes exigidos sentimentos de respeito e deferência aos padrinhos. Eram suas obrigações tomar-lhes as bênçãos, a cada encontro efetuado, aceitar conselhos e intervenções, sem repúdio ou contravenção, visitar-lhes, quando se achavam em estado de saúde debilitado, prestar-lhes assistência e reverência, como um filho prestaria a seu pai e mãe biológicos.²⁸⁶

Embora estabelecido como parentesco espiritual, através dessa instituição religiosa foram constituídas redes sociais que visavam ajuda pessoal, através de uma relação de dependência e solidariedade mantida entre mães, afilhados, compadres e comadres²⁸⁷.

John Monteiro²⁸⁸, sobre a escravidão indígena, lembra que a religião serviu como baliza entre o estado que viviam os índios e o lugar que ocupariam na cristandade católica depois da celebração do batismo. Os laços de compadrio eram formados pelos índios cativos, convertidos e moradores da mesma propriedade do afilhado, o qual exercia a responsabilidade pela transformação do índio capturado. Assim, advertiu que os índios cativos, ao batizarem os novos escravizados, criavam “os primeiros laços entre os novos cativos e a sociedade escravista”²⁸⁹.

[%C3%A9%20entre%20meados%20%C3%A0%20final%20do%20s%C3%A9culo%20XIX%20algumas%20vari%C3%A1veis.pdf](#) <<< Acesso em 26 jan. 2018.

²⁸⁵ FREIRE, Jonis. Compadrio em uma freguesia escravista:... p. 5.

²⁸⁶ DELFINO, Leonara Lacerda. O Rosário dos Irmãos Escravos e Libertos:... p. 3.

²⁸⁷ BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. **Famílias e escravarias: demografia e família escrava no norte de Minas Gerais no século XIX.** Dissertação de Mestrado em História - Universidade de São Paulo. São Paulo, 1994; SCHWARTZ, Stuart. **Escravos, roceiros e rebeldes...**

²⁸⁸ MONTEIRO, Jonh Manuel. **Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo.** São Paulo: companhia das Letras, 1994.

²⁸⁹ *Op. Cit.* p. 160

Luciano Figueiredo²⁹⁰, em sua pesquisa sobre a vida familiar em Minas Gerais no Século XVIII, advertiu que o compadrio e o batismo exibiam funções distintas para a Igreja, o Estado português e a população. Conforme o autor, o batismo garantia para as crianças ilegítimas de Ouro Preto a entrada na comunidade cristã. Já que a ilegitimidade era combatida pela Igreja e o batismo, nesse cenário, diminuía a culpa do pecado original, assim como a culpa que carregaria criança, de sua concepção.

Para a população, Figueiredo destaca que no batismo havia a chance de se construir novas redes de proteção e ajuda mútua, por meio do compadrio entre as famílias dos padrinhos e dos apadrinhados. Conclui que, “ao lado dos quilombos, dos batuques e das pequenas vendas, o compadrio parece sustentar uma solidariedade forjada pelo cotidiano”²⁹¹.

Por outro lado, não devemos esquecer que o ato do batismo formalizado instituíam um registro que, no caso da Freguesia, era provavelmente o único registro oficial que dispunha o proprietário como garantia de posse. Nessa perspectiva, muitos senhores utilizavam o batismo como um ato civil de que lhe garantia a posse efetiva dos escravizados. No caso do batismo de Libânia, antes mesmo do papel religioso que exercia na vida de seu proprietário Joaquim Simões de Araújo, tinha um propósito civil, que era de garantir uma comprovação por escrito em forma pública de que sua escrava Felícia teria lhe dado uma “cria” de nome Libânia.

Ao fazer uma busca pelo nome do padrinho de Libânia, Joaquim José Santana, encontramos o sobrenome de Maria Joaquina de Santana, o que sugere o possível parentesco entre o padrinho e os proprietários da escrava. O fato é que nenhum indício aparece entre as fontes que conste que o padrinho contribuiu de algum modo para que Libânia adquirisse a liberdade, ou mesmo para que vivesse melhor sob a condição de escrava. Nessa perspectiva, é possível dizer que o ato de batismo de Libânia teria um sentido civil, confirmando a condição de escrava e a formação de uma rede social entre o proprietário e o padrinho, já que eles compartilhavam a mesma condição social. Conforme Maria de Fátima Neves:

Quando um escravo era comprado, havia uma matrícula que servia como ‘comprovante’ da posse. Porém o inocente nascido de uma escrava não era matriculado, já que não tinha ocorrido uma transação comercial. Dessa maneira o registro de batismo era a única forma de que dispunha o proprietário para comprovar que alguns, dos escravos, nascidos em seus plantéis, eram efetivamente seus.²⁹²

²⁹⁰ FIGUEIREDO, Luciano. **Barrocas Famílias: vida familiar em Minas Gerais no Século XVIII**. Rio de Janeiro. Hucitec, 1997, p. 119-130.

²⁹¹ FIGUEIREDO, Luciano. **Barrocas Famílias: ... Op. Cit.** p. 130.

²⁹² NEVES, M. de F. R. das. Ampliando a família escrava: o compadrio de escravos em São Paulo no século XI. In: NADALIN, S. O., MARCÍLIO, M. L. (orgs.). **História e população: estudos sobre a América Latina**, São Paulo. ABEP, IUSSP, CELADE, Fundação SEADE, 1990, p. 238.

Portanto, além de formalizar um parentesco espiritual, não consanguíneo, o batismo também era usado com valor de registro público, não apenas pelos proprietários, mas também pelos escravizados, a exemplo dos filhos de Libânia, para comprovarem a maioria e conseguirem o recebimento da herança. Para as mães, as possibilidades de conquistar a liberdade de seus filhos através do apadrinhamento, constituição e fortalecimento das relações afetivas e de solidariedade mútua se consubstanciavam no interior das senzalas e no cotidiano do trabalho nas roças fumageiras e de subsistência. Nesse sentido, Robert Slenes enfatiza que:

[...] não há razão para pensar que os laços de amizade estáveis com compadres ou outros ‘companheiros da escravidão’ tenham constituído uma raridade [...] Suspeito que são generalizáveis para outras províncias e períodos em que o setor de grande lavoura apresentava condições de estabilidade ou expansão econômica.²⁹³

Como as relações constituídas a partir do batismo, seguiam-se funções sociais. É possível entrever as intenções das mães dos batizados e até mesmo de seus proprietários, quando escolhiam os padrinhos para seus filhos e seus escravos. Eles estabeleciam relações verticais e horizontais quanto à condição social e o tamanho da população escrava quando se tratava de padrinhos e madrinha na condição de livres. Conforme Sheila Faria²⁹⁴, nos batismos em que os padrinhos e madrinhas eram escravos, foram construídas redes horizontais. Os escravos faziam parte do mesmo plantel e o filho era legítimo. Conquanto os filhos naturais, os padrinhos cativos faziam parte de plantéis diferentes²⁹⁵.

As relações verticais se constituíam quando as mães preferiam padrinhos e madrinhas livres. Para Sheila Faria, nas experiências da escravidão, a escolha dos compadres era feita pelos escravos, conforme as condições dos senhores, estimulando a formação de laços de

²⁹³ SLENES, Robert. **Na senzala uma flor...** p. 70.

²⁹⁴ FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

²⁹⁵ Consultar também: GUDEMAN, Stephen. “The Compadrazgo as a Reflection of the Natural and Spiritual Person”. In: *Proceedings of the Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland* vol. 0. 1971. Royal Anthropological Institute of Great Britain, 1971; GUDEMAN, Stephen. “Spiritual Relationship and Selecting Godparent”. In: *Man, New Series* vol. 10. (2). Jun. 1975. Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland, 1975; GUDEMAN, Stephen & SCHWARTZ, Stuart. “Purgando o Pecado Original: compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVIII”. In: REIS, João José. *Escravidão e Invenção da Liberdade. Estudos Sobre o Negro no Brasil.* São Paulo: Brasiliense, 1988; FERREIRA, Roberto Guedes. **Na Pia Batismal: família e compadrio entre escravos na Freguesia de São José no Rio de Janeiro (primeira metade do século XIX).** Niterói: IFCS, UFF, 2000; RIOS, Ana Maria Lugão. *Família e compadrio entre escravos das Fazendas de Café: Paraíba do Sul, 1871-1888.* In: **Cadernos do ICHF.** n. 23. Ago. 1990; RIOS, Ana Maria Lugão. *The politics of kinship: Compadrio Among Slaves in Nineteenth-Century Brazil.* In: *The History of the Family*, v. 5, n. 3, 2000/11; BRÜGGER, Sílvia Maria Jardim. **Minas Patriarcal - Família e Sociedade (São João del Rei, séculos XVIII e XIX).** 2002. Tese de doutoramento. Niterói: PPG-HIS/UFF, UFF, 2002; BRÜGGER, Sílvia Maria Jardim & KJERFE, T.M.G.N. *Compadrio, Relação Social e Libertação Espiritual em Sociedade Escravistas.* In: **Estudos Afro-asiáticos.** n. 20, Jun/1991.

compadrio entre seus cativos e entre escravos de outros plantéis.²⁹⁶ Nesses casos, a preferência pode ter sido originária dos fatores oriundos da reprodução endógena, no propósito de unir escravos que não residiam na mesma propriedade e manter vínculos familiares mesmo quando separados mães e filhos na ocasião das partilhas e das negociações realizadas na Freguesia. De acordo com Marcia Cristina de Vasconcellos, o batismo de inocentes criava laços de compadrio, que envolvia os pais e os padrinhos, e laços de apadrinhamento, relação formada entre batizados e padrinhos²⁹⁷.

Conforme Donald Ramos²⁹⁸, na sociedade de Vila Rica, durante o século XVIII, o batismo e o compadrio ocupavam lugar central na vida espiritual da comunidade, sendo um rito de renascimento que, com efeito, além das relações espirituais, criava laços sociais. Donald Ramos aponta o batismo como um divisor de águas na vida das crianças. O primeiro momento é marcado pelo nascimento biológico, que a criança situava no mundo dominado por mulheres: mães, parteiras e santas. O segundo momento, marcado pelo batismo – o renascimento –, representava a entrada na comunidade religiosa e moral e no mundo dominado por homens, sendo a primeira teia social que a criança entrava depois de seu nascimento. Como aponta Donald Ramos, em seus estudos sobre Minas Gerais:

É muito importante salientar esta função espiritual. A nossa vida moderna é uma vida secular em que valores espirituais são tidos como valores pessoais. O vilarriquenho, do século XVIII, vivia num mundo de teias sagradas. Estas teias o cercavam desde o seu nascimento até o seu enterro e continuavam depois da morte física. No entanto, a primeira teia, depois daquela formada pelo nascimento biológico, foi criada pelo batismo e se comprovaria uma das mais fortes.²⁹⁹

Donald Ramos, em sua discussão, vai apontando como o batismo, dentre os rituais que têm uma função espiritual católica, cumpria a função social, conectando grupos diferentes e reforçando outros laços existentes. Os aspectos de socialização das crianças podiam funcionar em termos horizontais e verticais, ligando indivíduos de diferentes condições sociais e de cor. Stephen Gudeman contempla essa discussão afirmando que as funções sociais existem paralelas à função sagrada³⁰⁰. Na perspectiva Jonis Freire:

²⁹⁶VASCONCELLOS, Marcia Cristina de. Pais, Filhos e Padrinhos no Sul Fluminense, Século XIX. *Afro - Ásia*. n. 49, p. 135-158, 2014.

²⁹⁷*Op. Cit.*

²⁹⁸RAMOS, Donald. **Teias Sagradas e Profanas** – O lugar do batismo e compadrio na sociedade de Vila Rica durante o século do ouro. *Varia História*. Belo Horizonte, nº 31 p. 13-20, janeiro 2004.

²⁹⁹RAMOS, Donald. **Teias Sagradas e Profanas** – O lugar do batismo e compadrio na sociedade de Vila Rica durante o século do ouro. *Varia História*. Belo Horizonte, nº 31 p.13-20, janeiro 2004. p. 51.

³⁰⁰GUDEMAN, Stephen. Spiritual Relationship and Selecting a Godparent. *Man New*. Series 10, n. 2, Jun. 1975, p. 221.

Talvez as novas condições do sistema escravista tenham influenciado os cativos levando-os a se reproduzirem, conseqüentemente levando-os a procurar cada vez mais o sacramento do batismo buscado pela comunidade escrava, e possivelmente também pelos senhores destes cativos durante todo o século XIX. Para os cativos objetivava-se a inserção no mundo católico, bem como o alargamento por meio do compadrio proveniente do sacramento do batismo. Aos senhores, além de ser um dever “moral”, o mesmo lhes garantia a posse efetiva das crias de suas escravas.³⁰¹

Ao ser batizada, a criança, que apenas tinha documentado e reconhecido sua mãe escravizada, ganha padrinho e madrinha que podia se localizar em diferentes condições sociais. Mais do que uma função espiritual, através do batismo é possível ler a história sociocultural da região fumageira, pois serve como canal que expressa os laços de convívio estabelecidos pelos sujeitos envolvidos ou, pelo menos, é um vislumbre de como seria o convívio depois da celebração, constituindo ou reafirmando um vínculo de uma nova possibilidade na vida das crianças e de suas mães.

Jonis Freire ainda observa duas tendências historiográficas que tentam explicar a instituição do compadrio pelo ato do batismo: o autor denomina a primeira como “funcionalista”, onde está presente uma relação de poder e sujeição, reforçando a instituição da escravidão³⁰²; na segunda tendência, o compadrio tem seu ponto de partida no batismo, que em si carrega um sistema de relações costumeiras que se relaciona com condições históricas e estruturais determinadas, ou seja, através do batismo as pessoas passam a vivenciar relações já estabelecidas no contexto social, ampliando as redes, todavia, ele afirma que essas relações não justificam a razão da utilidade do compadrio. Jonis Freire adverte que, para os adeptos desta segunda tendência, o compadrio carrega um significado individual, e não coletivo.

Na perspectiva social, portanto, o batismo criava uma rede de relações de interesses que podia trazer algum benefício para criança batizada, como sua alforria, ou enrijecer as redes verticais e hierárquicas constituídas sob a experiência da escravidão.

4.2 A História do Batismo de Sérgio, Filho da Escrava Mônica

O registro de batistério de Sérgio, de apenas trinta dias de vida, filho da escrava Mônica, batizado no dia 8 de dezembro de 1862, na Igreja Matriz da Freguesia de São Gonçalo dos Campos do Termo da Cachoeira, coloca-nos diante de uma família escrava e

³⁰¹FREIRE, Jonis. Compadrio em uma freguesia escravista:..., p. 10.

³⁰²FREIRE, Jonis. Compadrio em uma freguesia escravista:..., p. 6.

oferece muitos elementos sobre sua vida e as relações advindas a partir desse sacramento. O primeiro deles é que Sérgio era filho natural da escrava Mônica, pertencente a Pedro João dos Santos. Em 1857 Pedro João dos Santos aparece dentre os proprietários de terras da Freguesia, declarando-se proprietário das fazendas Itaquari e Bicudo. Pedro João dos Santos não aparece declarando grandes dimensões de terras, mas os indícios detectados nas fontes eclesiásticas permitem afirmar que Santos era um proprietário posicionado na faixa média de fortuna.

Em uma dessas fazendas, Mônica teria, possivelmente, com auxílio de uma parteira, dado a luz a Sérgio, em 1862. Apesar de Sérgio ser o único constante nos assentos eclesiásticos como escravo nascido naquela propriedade, naquele ano, supostamente Pedro João dos Santos possuía outras crianças escravizadas no seu rol de escravos. Entretanto, porque apenas Sérgio foi levado ao batismo? Provavelmente o motivo foi porque a criança estava acometida por uma moléstia, como detectamos no registro de óbito de 2 de fevereiro de 1863³⁰³, sendo assim, com risco de morte. Esta possibilidade pode ser ainda argumentada conforme as memórias geracionais que relatam que as crianças que morriam sem receber o batismo eram consideradas pagãs e não obtinham a salvação. Desse modo, as mães escravizadas que levavam seus filhos adoentados para receber o sacramento do batismo tinham como um dos principais motivos a preocupação com a salvação da alma. É possível que o significado do batismo para mãe de Sérgio representasse a salvação da alma de seu filho, ou até mesmo a possibilidade da cura da moléstia que estava acometido.

Seguindo a tradição católica, sua mãe, a escrava Mônica, preocupava-se que em algum momento seu filho fosse a óbito sem receber o sacramento batismal e a purificação do pecado original. No contexto de adoecimento de Sérgio e do sofrimento de Mônica, quanto à salvação da vida ou da alma de seu filho, em 8 de dezembro de 1862 convida como padrinho Victor Pereira Soares e sua companheira de trabalho, a escrava Clementina, para serem padrinho e madrinha de seu filho³⁰⁴. É importante destacar que o cruzamento dos registros de batismos com os inventários e registros de terras possibilita perceber que os senhores localizados nas faixas médias e altas de fortunas, em geral, não batizavam os filhos das escravas.

Os laços de compadrio formalizado por Mônica gerou algumas conclusões sobre a escolha e as expectativas dos padrinhos e madrinhas das crianças escravizadas. Sobre o padrinho, Victor Pereira Soares, sujeito livre, não encontramos outros documentos que apresentassem vestígios sobre sua trajetória. Posso sugerir que os laços tenham nascidos em

³⁰³AAFS. Livro n. 8, Óbito, 1862- 1866. p. 6f.

³⁰⁴APEB. Registros Eclesiásticos de Terras de São Gonçalo dos Campos. Livro nº4807 (1857-1863)

decorrência das relações amistosas e a familiaridade existente entre padrinho e escrava, ou talvez se deva a pressa e em batizá-lo antes que morresse. Os registros analisados até aqui, mesmo incompletos, tornaram possível identificar os participantes dos laços e dos tipos de compadrio estabelecidos por aqueles indivíduos. O convívio entre os sujeitos escravizados e livres facilitou o contato e a formação de laços de parentescos consanguíneos e espirituais. Portanto, é provável que as escolhas dos padrinhos e madrinhas, por parte das mães escravizadas, sejam motivadas por critérios como o acesso ao universo da condição dos livres e das relações de amizade. Isso não fica explícito nos documentos, mas através das interpretações dos sinais é possível influir.

Mais uma vez chamo a atenção para os indícios esparsos nas fontes. Com o uso de abordagens microanalíticas e nominativas que apostam na metodologia do cruzamento de fontes, busquei seguir os indícios do padrinho e da madrinha, na tentativa de entender a lógica da formação desse laço de parentesco espiritual entre uma mãe escravizada, um padrinho livre e uma madrinha escravizada.

De acordo com pesquisas como a de Cacilda Machado³⁰⁵, eram costumeiras as relações de compadrio entre escravos e livres pobres, em São José dos Pinhais (PR), que podem, segundo a autora, ser compreendidas como um elemento para a criação e manutenção de uma comunidade de negros e pardos e figurar uma estratégia de proteção social e/ou controle senhorial. Para Machado, a instituição do compadrio era tanto estratégia de consolidação de uma comunidade entre os escravos, como um instrumento de ligação entre sujeitos de diferentes condições e estratos sociais.

Voltando à escravizada Mônica, a razão que a levou a escolher Victor Pereira Soares como padrinho não é possível ser desvendada, mas obviamente esse laço batismal formalizou uma rede social que ajustava interesses entre comadre e compadre de diferentes condições sociais. O ato batismal muitas vezes era utilizado, como vimos, como instrumento pacificador das senzalas, e também de ampliação dos laços de solidariedade da comunidade, unindo cativas a homens e mulheres livres, através do conjunto de símbolos sociais definidos nessa relação de parentesco. Por outro lado, a atitude de Mônica em relação à doença de Sérgio e o batismo sugere que seus interesses foram ditados pelos valores morais e religiosos que moviam a sociedade da época.

³⁰⁵ MACHADO, Cacilda. **A trama das vontades**: negros, pardos e brancos na produção da hierarquia social do Brasil escravista. Rio de Janeiro. Apicuri, 2008.

Uma importante constatação é que o quadro demográfico de 1841 a 1871 demonstra que as mães escravizadas preferiam compadres livres, muitos deles proprietários de terras e escravos, supostamente próximos aos plantéis das mães e de seus filhos.

A madrinha Clementina compartilhava com sua comadre Mônica o amargo cotidiano da escravidão, trabalhando nas roças de tabaco e de mandioca, local em que construíram laços de amizades e onde criaram expectativas de liberdade para elas e para a criança que viria ao mundo. Portanto, entender a escolha de Mônica sobre quem seria o/a padrinho/madrinha de Sérgio seria o mesmo que compreender, como destacaram Gudeman e Schwartz, o significado de compadrio naquele tempo, pois os atores sociais “agem com base em informações, influências aconselhamentos, pressões, expectativas e regras”³⁰⁶.

Ao convidar Clementina para amadrinhar seu filho, Mônica pensava nos jogos de interesses cotidianos e de longo prazo, em lealdade e compromissos firmados entre ela e a madrinha, formando redes verticais e horizontais, especialmente em torno da senzala. Certamente, Mônica objetivava com os batismos confirmar os laços de amizades, as trocas de experiências, e a proteção para si e seu filho, caso algo ocorresse.

Além de estabelecer vínculos espirituais entre os envolvidos, o ato do apadrinhamento criava ou reforçava relações sociais, que se constituíam em importantes alianças, ampliando os laços familiares para além da consanguinidade. Para as escravas, a escolha dos padrinhos parecia oscilar, preferencialmente, entre os dois extremos sociais: padrinhos livres, visando provavelmente possibilidades de ganhos para seus filhos ou para si, ou cativos, para reforçar as teias sociais estabelecidas na própria comunidade escrava. Deve-se considerar a própria compreensão de compadrio como uma aliança para cima, ou seja, com segmentos sociais, de algum modo, situados, na hierarquia social, em patamares mais elevados que o da mãe da criança.³⁰⁷

Mônica e Clementina, ambas escravas de Pedro João dos Santos, reforçavam relações sociais horizontais através do batismo de Sérgio, estendendo os arranjos familiares para além da consanguinidade. Conforme Ortiz³⁰⁸, os arranjos de vida familiar, fossem eles consanguíneos e/ou espirituais, entre negros livres, libertos e cativos, no Alto Sertão de Caetité, entre 1830-1860, foram pilares fundamentais para a sobrevivência desses sujeitos. A madrinha, Clementina, fortalecia a amizade em meio às adversidades da senzala e a esperança de liberdade que compartilhavam, outrora, foram fortalecidas com o parentesco espiritual.

³⁰⁶ GUDEMAN, Stephen e SCHWARTZ, Stuart. **Purgando o pecado original**:..., p. 41.

³⁰⁷ GUDEMAN, Stephen. *Spiritual Relationship and Selecting a Godparent*..., p. 284-285.

³⁰⁸ ORTIZ, Ivanice Teixeira Silva. *Família, escravidão e liberdade no Alto Sertão: Caetité, 1830-1860*. XXVIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. LUGARES DOS HISTORIADORES: VELHOS E NOVOS DESAFIOS. Florianópolis: SC. 21 a 31 de julho de 2015.

Para esta família, o estabelecimento desses laços, a partir do batismo, servia para construir uma ampla rede de solidariedade entre proprietário, mãe escravizada, filho, padrinho livre e madrinha escravizada, forjando condições para manter sua família estável no tempo.

Mônica, ao traçar com quem formaria o parentesco espiritual, ansiava salvar seu filho da morte. Livre da ameaça da morte, vislumbrava seu filho correndo entre outras crianças em condições melhores de vida, quiçá, em liberdade, sem ter que ser obrigado a trabalhar, em vez de dar as cambalhotas próprias da vida de uma criança.

Essa criança escravizada vivenciou as experiências e teias sociais estabelecidas pelo sistema escravista, junto com sua mãe, nas práticas do batismo. Todavia, a prática do compadrio entre os escravos, segundo Kátia Mattoso, possibilitava o estabelecimento de laços de “solidariedades individuais, de eleição homem a homem, fruto da vontade individual”³⁰⁹. Entretanto, adverte a autora, o compadrio tendeu à formação de laços de solidariedade na própria comunidade escrava. Do mesmo modo, Ana Lugão Rios constatou o significativo apadrinhamento por cativos na região de Paraíba do Sul (Rio de Janeiro), concluindo que, nas maiores propriedades rurais, esses laços formaram comunidades escravas³¹⁰.

Já segundo Ivanice Ortiz:

Os arranjos de vida familiar, consanguíneos e espirituais, foram pilares fundamentais para a sobrevivência dos negros livres, libertos e cativos. No caso dos livres e libertos subsidiou parcerias capazes de permitir que sobrevivessem materialmente e afetivamente em uma sociedade marcada pela latente desigualdade social. Para os cativos, a composição familiar, mesmo com sua estabilidade e unidade suscetíveis ao poder senhorial e do tráfico interno, aumentou as chances da liberdade, prorrogou ou evitou a venda de entes queridos, permitiu certa autonomia espacial e econômica, bem como a continuidade das heranças culturais e sanguíneas por gerações³¹¹.

Na citação acima, Ortiz aponta os benefícios sociais que os laços formados pelo compadrio podiam levar para livres e cativos, especialmente para os cativos, mesmo em um ambiente marcado pela estabilidade e unidade da família suscetíveis ao poder senhorial e do tráfico interno, o compadrio aumentou as chances da liberdade.

Para encerrar esta parte da história de Sérgio, a estabilidade e unidade da família foram quebradas pelo maior temor de sua mãe: a morte. Passaram-se quatro meses do batismo até que Mônica retornasse a Matriz para celebrar o sepultamento, com o invólucro no pano

³⁰⁹ MATTOSO, K. *Bahia, século XIX...*, p. 131.

³¹⁰ RIOS, Ana Maria Lugão. *Família e Transição: famílias negras em Paraíba do Sul, 1872 - 1920*. Dissertação de Mestrado em História – Universidade Federal Fluminense, Niterói. RJ, 1990, p. 9.

³¹¹ ORTIZ, Ivanice Teixeira Silva. *Família, escravidão e liberdade no Alto Sertão...*, p. 3.

branco, de seu filho Sérgio. Em 2 de fevereiro de 1863, o Reverendo José Marcelino Brandão fez o registro no livro de óbito da Freguesia, o fim da triste história dessa família³¹².

4.3 O Batismo de Escravos das Propriedades de Faixas Altas de Fortunas: Edivirges e seu Filho Policarpo

Diferentemente de Sérgio, que encerrou as pistas sobre os desdobramentos quatro meses depois do ato batismal, com seu falecimento, é possível acompanhar as experiências de Policarpo até os doze anos de idade, deixando seu último sinal de vida em uma procuração assinada por seu terceiro senhor, na autorização para vendê-lo em qualquer local do Império.

Primeiramente conto o desfecho da história de Policarpo, porque a partir dele podemos levantar alguns questionamentos sobre os desdobramentos do batismo. Policarpo era filho de Edivirges, escrava de Antônio Gonçalves de Oliveira. Tal como a maioria dos proprietários localizados nas faixas médias de fortuna, Antônio Gonçalves de Oliveira possuía várias fazendas localizadas ao oeste da Freguesia, no local denominado Cruz.³¹³ Pelo sobrenome que foi possível rastrear em outros documentos da época, os Gonçalves de Oliveira, proprietários de diversas posses de terras e de escravos. Nos registros de batismos aparecem, não para apadrinhar os escravos, mas permitindo que seus escravos firmassem alianças com escravos de outros plantéis e com indivíduos livres/“libertos”³¹⁴, ou levando suas escravas com seus filhos para a Igreja Matriz, a fim de receberem o primeiro sacramento religioso. Nessas idas e vindas, Edivirges aparece primeiramente em 1862, levando seu filho Policarpo para ser batizado e, em 1865, sua filha Maria.

Policarpo foi batizado na Paróquia Matriz, em 21 de dezembro de 1862, com um ano de idade, sendo os padrinhos Antônio Ferreira de Brito e Luciana Francisca de Paula³¹⁵. Desses vestígios em que as escolhas são aparentemente aleatórias, multiplicavam as redes fora do cativeiro, e me leva a questionar qual lógica aqui escia a escolha de Edivirges?

Para tentar entender essa lógica, fui em busca de respostas no registro de Maria. Três anos depois do batismo de Policarpo, em 19 de fevereiro de 1865, Maria, com dois meses de idade, igualmente foi batizada aos Santos Óleos, sendo o padrinho José Maria Freitas³¹⁶. Na cerimônia de batismo de Maria estava presente apenas o padrinho. Ao que tudo indica,

³¹² AAFS. Livro n. 8, Óbito, 1862- 1866. p. 6f.

³¹³ CARVALHO, Maria Cristina Machado de. **A Família Cazumbá...**

³¹⁴ *Op. Cit.*

³¹⁵ AAFS, Livro de Batismo n. 12, 1862-1866.

³¹⁶ AAFS, Livro de Batismo, n. 12, 1862-1866.

Edivirges não escolheu uma madrinha para esta sua filha. Nesse batismo, Edivirges não deixou transparecer a lógica que anuía a escolha dos padrinhos.

Embora não disponha de dados que possam dar maior nitidez à situação, tenho que levar em consideração as múltiplas relações de trabalho e a configuração do cativo na Freguesia, como alertou Schwartz, referindo-se ao espaço do Recôncavo³¹⁷. Assim, nos interessa pensar em como se consorciava o uso da mão de obra livre com a mão de obra escravizada, conforme foi observado por Barickman que “[...] Entre os lavradores de fumo e mandioca que empregavam mão de obra livre de origem não familiar, era muito mais comum recorrer a ‘agregados’ domésticos [...] do que contratar ‘jornaleiros’”³¹⁸.

Desta forma, a escolha de Edivirges pode ser compreendida pelo fato de libertos e pessoas de cor, na Freguesia de São Gonçalo dos Campos, estarem inseridas nos diversos espaços de trabalho em torno das fazendas de fumo e de subsistência. Ou seja, as mães escravizadas, no seu cotidiano de trabalho na lavoura, compartilhavam com pessoas das diversas categorias sociais os espaços e as experiências do serviço nas roças de fumo e nas plantação e cuidado da mandioca. Possivelmente, nesses espaços, muitos padrinhos livres, muitos deles agregados, constituíam amizade com as mulheres escravizadas, sendo este um dos possíveis motivos para que as cativas preferencialmente optassem por padrinhos livres, como observamos no caso de Edivirges, assim como encontramos em outros registros de batismos de crianças escravizadas. Desse modo, é pertinente considerar que os padrinhos escolhidos por Edivirges se enquadravam na faixa baixa de fortuna.

O anonimato e silenciamento desses nomes em outros documentos do período também são indicativos de que esses padrinhos não faziam parte da rede dos indivíduos abastados da Freguesia. Embora livres, não gozavam de grandes privilégios. Supostamente seriam proprietários de escravos, mas que igualmente utilizavam a mão de obra familiar e de agregados. Assim, na instituição dos laços de compadrio se formava uma comunidade de livres (provavelmente libertos) e escravas e seus filhos. Na pesquisa sobre as relações constituídas pelos escravizados em Campinas, no século XIX, Robert Slenes constatou que os laços de compadrio eram formados entre escravos e livres³¹⁹. Em suas investigações verificou que quanto mais próximo do trabalho doméstico, o escravo teria chances de formar o laço de compadrio com alguém que tivesse melhor condição social, até mesmo poderia ser o próprio senhor.

³¹⁷ SCHWARTZ, Stuart. **Escravos, roceiros e rebeldes...**, p. 292.

³¹⁸ BARICKMAN. **Um Contraponto...**, p. 219.

³¹⁹ SLENES, Robert W. Senhores e subalternos no oeste paulista. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de. (org.). **História da vida privada no Brasil: Império**. São Paulo. Companhia das Letras, 1997, p. 234-290.

Slenes indicou que os escravizados escolhiam seus compadres a partir da perspectiva de liberdade, não obstante, esses envolvimento com alguém de outra condição social trariam, presumivelmente, consequências negativas nas relações cotidianas dos escravizados. Como poderia existir para os compadres cativos “a renúncia à solidariedade com os cativos de seu senhor, ou um constante esforço de dirimir dúvidas dos parceiros a respeito do lado em que estava, de fato, sua lealdade”³²⁰.

É importante atentamos para o contexto paulista, das fazendas de café, em que as vivências dos cativos estava configurada nas senzalas superlotadas, condição que pleiteava dos escravizados mais proximidade através de redes horizontais de compadrio. No caso da Freguesia de São Gonçalo dos Campos, no século XIX, o cenário é outro. Em vez de grandes populações escravas, a região era formada por pequenas, médias e grandes comunidades escravas, distribuídas nas diversas estruturas fundiárias. Essa conjuntura, diferente da encontrada por Robert Slenes, possibilitou que as mães escravizadas formassem redes de compadrio entre homens e mulheres livres e com escravos de outros plantéis, especialmente os posicionados nas faixas médias de fortunas, com os quais compartilhavam as experiências nos afazeres domésticos, nas roças fumageiras ou mandioqueiras.

No caso da região analisada por Cacilda Machado, a Freguesia de São José dos Pinhais, Comarca do Paraná, cuja economia era de pequena lavoura e de criação de gado, o compadrio serviu para reforçar ou criar o componente de dominação/submissão da relação cotidiana, como está escrito por suas palavras,

(...) ainda que o estabelecimento de relações de compadrio com pessoas de status superior pudesse funcionar bem na busca de proteção social e mesmo como mecanismo de manutenção e de ampliação de uma comunidade de negros e pardos, o fato é que aquele privilegiamento [...] acabou por reforçar, senão criar, o componente de dominação/submissão da relação, bem como ajudou a debilitar o caráter igualitário que o parentesco espiritual tridentino pressupunha.³²¹

As conclusões de Machado nos levam a refletir sobre a dominação e submissão que o apadrinhamento e os laços de compadrio poderiam gerar. Desse modo, se os padrinhos tivessem em posição social diferente, quem tivesse o padrinho com melhores condições, teria maiores vantagens. A relação de dominação/submissão, conforme Machado, funcionaria como uma via de mão dupla, beneficiando compadres, comadres, afilhados e afilhadas, fortalecendo ou criando redes verticais e horizontais. No caso da região de São Gonçalo, as escolhas foram

³²⁰ SLENES, Robert W. Senhores e subalternos no oeste paulista..., p. 268.

³²¹ MACHADO, Cacilda. **A trama das vontades**..., p. 199.

facilitadas pelos perfis e tamanhos dos plantéis, porém, o caso da escolha de Edivirges parece que não foi acertada, ao que parece, o sentido daquele batismo tinha um caráter moral, religioso, sem nada mudar o destino de Policarpo.

Vale resgatar, para melhor arguir, as experiências de Rita, que no registro civil de perfilhação feito por João Cardozo Cazumbá, em 9 de abril de 1888, aparece identificada como escrava de Antônio Gonçalvez de Oliveira³²². Essa documentação dava aos filhos nascidos, sem a realização do casamento sacramentado pela Igreja Católica, o *status* de naturais/ilegítimos, a condição de filhos legítimos. Determinava-se assim o parentesco, a hereditariedade e a herança. Nesta fonte não foi atribuída a condição social de João Cardozo Cazumbá, diversamente de Rita, que foi indicada sua condição de escrava, tendo oito filhos com um homem livre. A experiência de Rita³²³, que tivera filhos na condição de cativa, demonstra os laços familiares concebidos entre livres, libertos e escravas na Freguesia, confirmando que as relações de parentesco ultrapassavam a condição social da mãe escravizada.

No caso da escrava Rita, não foram encontrados registros de batismos de seus filhos. Mesmo assim, as fontes cartoriais indicam que Antônio Gonçalvez de Oliveira encorajava que suas escravas tivessem relações estáveis com homens livres. O foco desta análise não são os filhos de Rita, mas Policarpo, filho da escrava Edivirges. Os indícios detectados nas fontes evidenciam que as escravizadas mantinham redes sociais com a população livre, formando uma teia de parentesco. Apesar disso, as relações estabelecidas por Edivirges não alteraram sua condição social e nem sua vida e de seus filhos no cativeiro.

Parece, enfim, que Edivirges tinha diferentes expectativas em relação ao estabelecimento de laços sociais por ocasião do batismo dos filhos. Homens livres, por meio do batismo, ratificavam as alianças sociais, bem como poderiam assumir o papel de protetores daquelas crianças, como é desígnio dos padrinhos, mas esse não foi o caso. Ou talvez, Edivirges não mais se importasse com esses laços constituídos pelo batismo, pois ela própria teria vislumbrado uma nova possibilidade em sua vida, e teria testemunhado, em sua vivência, a repetição de histórias de mães e filhos que ao constituírem laços no cativeiro tendo como expectativa a liberdade, frustraram-se diante dos jogos de interesses financeiros de seus proprietários.

Pouco importava a condição social dos padrinhos e das madrinhas, na região da Freguesia a reposição e manutenção da escravidão era feita através da reprodução endógena.

³²² Perfilação de João Cardozo Cazumbá, 1888. AFMJM. Livro do Tabelação n. 8 (1887 a 1891). p. 29.

³²³ Para continuar acompanhando a experiência de Rita ler o *Capítulo 4: Os Cazumbá no Pós-Abolição*. In.: CARVALHO, Maria Cristina Machado de. **A Família Cazumbá...**

Os proprietários que participavam do comércio de escravos e das diversas negociações financeiras e materiais não respeitavam os laços consanguíneos, nem os espirituais. Quando bem entendiam, vendiam ou levavam seus escravos para serem penhorados, como ocorreu com Policarpo e Edivirges.

Em 12 de outubro de 1874, o proprietário desta família escravizada, Antônio Gonçalves de Oliveira, foi ao tabelionato de Feira de Santana para lavrar a escritura de penhora de seus escravos: Edivirges, de 36 anos, com valor estimado de 300 mil réis; Policarpo, 12 anos, por 800 mil réis; e Roberto, 6 anos, 300 mil réis, todos equivalendo 1.400,00 réis (hum conto e quatrocentos mil réis) para a segurança e garantia de 1:317\$ 600 réis (hum conto, trezentos e dezessete mil e seiscentos réis) durante quatro meses, tomados de empréstimo ao proprietário, negociante e morador da Freguesia de São José do Termo da Feira, Antônio Gonçalves Costa³²⁴. A Escritura de Penhora, documento que tinha valor civil, celebrava contrato onde era negociada somente a posse da família escravizada, e não a propriedade, durante o período que seu proprietário mantivesse a dívida.

Diante do registro, torna-se evidente que Edivirges tinha outros filhos além daqueles batizados nos anos anteriores. Todavia, Maria (uma das batizadas já citadas aqui) não aparece entre a família que estava sendo penhorada. O que teria acontecido com Maria? Teria ela sido separada de sua mãe e de seus irmãos anteriormente, nesse jogo de especulação econômica?

Em 8 de fevereiro de 1875, novamente, Edivirges e seus dois filhos seriam garantia de uma penhora, dessa vez feita por Antônio Gonçalves Costa a Manoel Pereira Borges, pelo mesmo empréstimo. Ao que parece, Antônio Gonçalves de Oliveira não conseguiu fazer o pagamento no período de quatro meses. Assim, o negociante Antônio Gonçalves Costa, sem muita delonga, transferiu a família escravizada a Manoel Pereira Borges³²⁵.

A situação de penhora desconstrói boa parte das afirmações que os padrinhos garantiriam que as famílias escravizadas não seriam separadas, bem como, essa história ilustra as incontáveis situações que envolveram crianças escravizadas e seus senhores dentro do microuniverso escravista. A partir dela é possível dizer que os laços de parentesco espiritual não davam conta de manter crianças escravizadas junto às suas mães. Embora essas mães travassem táticas, da mesma forma contavam com a sorte para continuarem unidas, ainda que fosse no cotidiano do trabalho, no âmbito doméstico ou nas roças das fazendas e em sítios daquela Freguesia.

³²⁴ CEDOC, Feira, 12/out/1874 - fls.135-v.135.

³²⁵ CEDOC, Feira, 8 de fevereiro de 1875 – fl. v. 176-v.177.

Em uma nova transação econômica, detectei indícios que Antônio Gonçalves de Oliveira pagou seu empréstimo; todavia, vendeu Policarpo, com 15 anos de idade, a Manoel Ferreira Borges. Nessa transação, Edivirges e Policarpo foram separados, e cada um seguiu seu destino. Assim, notamos que nada impedia que os interesses escravagistas se realizassem, nem mesmo o sacramento batismal deu conta de manter unidos no mesmo plantel ou, na pior das hipóteses, compartilhando o mesmo espaço da Freguesia.

Em 17 de novembro de 1877, o então proprietário de Policarpo, lavrou uma procuração dando poderes ao negociante Albino José Milhazes Moreira e outros, para vender aquele escravo “na cidade da Bahia” (Salvador), no Rio de Janeiro ou onde encontrasse um comprador³²⁶. Aos quinze anos de idade, não só já experimentara a árdua rotina da labuta diária nas roças, nas terras, como sabia que seu valor seria medido a partir dos bens do seu proprietário e as especulações escravagistas. Se prestasse bons serviços poderia “ganhar” sua liberdade, mas suas expectativas diante dos fatos não eram tão boas, e seu futuro seguiria outro rumo. Policarpo seguiria seu destino para um lugar bem mais distante de sua mãe e seus irmãos, sendo braço cativo de quem pudesse pagar.

Essas histórias demonstram que os laços de compadrio estabelecidos pelas mães escravizadas nem sempre dialogavam com as relações de poder do sistema social e econômico predominante. Se as crianças tivessem a sorte de nascer em uma propriedade com um maior número de escravos, seu senhor talvez permanecesse com suas fortunas durante toda sua existência.

Da vida de Policarpo restam especulações, constituídas a partir do registro da procuração citada acima³²⁷, que teria seguido junto aos negociantes para outros locais da província, ou possivelmente tenha sido embarcado em Salvador – rota percorrida pelos negociantes – para ser negociado junto aos proprietários de café do Rio de Janeiro, como veremos na análise do comércio de crianças escravizadas, no Capítulo VI. Os irmãos de Policarpo desapareceram das fontes, restando as suposições de que, também separados de sua mãe e, de igual modo, permaneceram presos as ardis experiências do cativo.

Infelizmente, as fontes trazem muitas limitações, além das repetições dos nomes das mães e das crianças na mesma propriedade, as fontes revelam lacunas ocasionadas pelos lapsos de informações ou mesmo a extinção de pistas sobre os aspectos do cotidiano desses personagens depois de participarem das experiências supracitadas. Por exemplo, ficamos instigadas a acompanhar em qual direção seguiu Edivirges depois da negociação com Manoel

³²⁶ AFMJM. Livro de Notas, n. 1. Procuração de Manoel Ferreira Borges, 17 nov. 1877.

³²⁷ AFMJM. Livro de Notas, n. 1. Procuração de Manoel Ferreira Borges, 17 nov. 1877.

Pereira Borges. Apesar das ressalvas a respeito das repetições dos nomes das escravas, Edivirges não era um nome tão corriqueiro entre as mulheres escravizadas, ao contrário dos nomes Maria, Teodora, Faustina e Benedita, que frequentemente apareciam nas fontes.

Destarte, em 1878, a carta de liberdade confeccionada por D. Joaquina Domiciana Rosa, moradora da Fazenda Tapera³²⁸, elevou nossos questionamentos sobre as experiências da escrava Edivirges. Será que teria sido ela que conquistou sua liberdade em 1878? Como acumulou a quantia de quinhentos mil réis para comprar sua alforria? Quando teria sido comercializada por Antônio Gonçalves de Oliveira? Será que a Edivirges que compra a liberdade é a mesma que viu seus filhos serem vendidos no comércio regional e interprovincial de escravos?

Não é de nosso interesse, neste capítulo, analisar as experiências das crianças escravizadas em torno do comércio de escravos. A história de Policarpo foi aqui tratada porque, através de sua experiência de batismo, trabalho e comercialização, podemos compor as diversas experiências em que estavam envolvidas as crianças na Freguesia. Bem como, as experiências de compadrio de Policarpo corroboram para sugerir que alguns dos batismos em São Gonçalo, especialmente, aqueles realizados por senhores localizados nas grandes faixas de fortunas, tinham um propósito simbólico e religioso. As crianças batizadas na fé católica, deveriam ser obedientes aos padrinhos, bem como aos senhores, realizando toda sorte de trabalho que o seu senhor lhe ordenasse para que, assim, alcançassem a salvação iniciada no ato batismal.

4.4 O Significado do Compadrio na Freguesia de São Gonçalo dos Campos

De maneira geral, definir as implicações do compadrio na vida das crianças escravizadas na Freguesia de São Gonçalo dos Campos não é uma verificação nada simples, visto que as escolhas tinham consequências individuais, assim como coletivas. Em outras palavras, não encontramos indicativos de contingentes expressivos de escravizados que, através do batismo, tenham conseguido cartas de alforrias. Os indícios encontrados sinalizam para processos individuais. Com relação ao compadrio favorecer melhores condições no cativeiro, julgamos, a partir de referências como Gudeman e Schwartz, os quais advertem que no contexto de fugas era comum que os fugitivos procurassem a mediação de um padrinho, que “devolvia o escravo ao senhor pedindo que nenhuma punição fosse dada ou que a

³²⁸AFMJM. Livro de Notas, n. 1. Ano 1878.

situação dada ou causadora da fuga fosse melhorada”³²⁹. Nesse caso, o compadrio favoreceu para manter relações de apoio e cumplicidade entre os escravizados e de troca de favores das mães escravizadas com os padrinhos e madrinhas livres.

Ademais, existe uma limitação nas fontes de batismos, visto que se encerram nos atos batismais e não dão pistas sobre seus desdobramentos. É preciso, portanto, utilizar a ligação nominativa para rastrear os nomes das crianças em outros registros, buscando elucidar as experiências que vivenciaram após o batismo, as redes em que possivelmente estariam envolvidos e se elas tinham significados para além do parentesco espiritual.

Recapitulando as histórias de Sérgio e Policarpo, os arranjos se expressavam, especialmente, nas pretensões sagradas do batismo, o ingresso do indivíduo na comunidade cristã e a remissão do pecado original.

É claro que a história das redes de compadrio para Sérgio se encerraram com seu falecimento, todavia, a escravizada Mônica continuaria mantendo com seu compadre e sua comadre as formalidades nas práticas convencionadas pelo batismo. Em síntese, a morte não extinguiu os laços, as trocas de favores, as hierarquias, as redes de solidariedades, entre outras práticas.

No caso de Policarpo, em que o fio condutor da história anterior está na ausência dos padrinhos nas relações de comércio em que essa criança escravizada fora submetida. Nenhum documento, por nós analisado, indica que os padrinhos tiveram qualquer tipo de participação para impedir que Policarpo fosse vendido. A explicação para isso é possível que esteja em torno do significado da posse de escravos para o proprietário Antônio Gonçalves de Oliveira. As pistas detectadas exibem que ele era um médio senhor de escravos e que tinha como costume incentivar a reposição interna de sua população escrava. Além do mais, em caso de dificuldade financeira, penhorava seus escravos como garantia para financiar seus empréstimos. Igualmente, o nome desse proprietário foi encontrado nas escrituras de compra e venda, como vendedor de crianças escravizadas.

Portanto, se Edivirges desejava, através do compadrio, impedir que seus filhos fossem vendidos e retirados de perto de si, nada contribuiu para que ela e a família ao menos não fossem separadas ou não tivessem uma vida menos ardis sob as condições do cativo. Os complexos arranjos forjados pelos proprietários de Policarpo, no contexto da reprodução endógena e do tráfico interno, não permitiram que essa família formasse uma rede de proteção ou mediação do padrinho e da madrinha, e que não fosse separada.

³²⁹ GUDEMAN, Stephen; SCHWARTZ, Stuart. Purgando o pecado original:..., p. 47.

Todavia, para alguns, o batismo seguiu o caminho da liberdade. As fontes comportam indícios que um escravo podia ser libertado em qualquer fase de sua vida. Os inventários, por exemplo, podem conter fragmentos de processos de libertação de crianças escravizadas. Como no caso do inventário *post mortem* de Ana Joaquina de São José, ao qual foi anexada a carta de liberdade de Trajana, crioulinha, filha de Balbina, paga por seu padrinho Pedro Santos Leal, em 1855, no valor de sua avaliação de 50,00 réis.³³⁰ Vale lembrar que Ana Joaquina de São José já foi mencionada no Capítulo III, fazendo parte do rol dos proprietários que restituía o braço escravo de suas propriedades através da reprodução endógena. A despeito de Trajana, de acordo com valor de sua avaliação, é presumível que essa criança era recém-nascida e se achava acometida por uma doença, denominada pelo inventariante como “rutura no umbigo”, ou seja, uma ulceração resultante do corte do cordão umbilical. Nessas circunstâncias, é factível argumentar que a história de libertação de Trajana, cujo nascimento se deu em consequência da reprodução endógena da escrava Balbina, foi facilitada pela idade e a doença que a tornava suscetível ao falecimento.

Já a carta de liberdade, conferida por João Pereira de Souza, a Joana, mulatinha, de 13 anos de idade, filha da escrava Dionízia, deixa transparecer o discurso de benevolência do gesto patronal. A conquista dessa carta foi por ocasião do falecimento da proprietária Antônia Francisca do Amor Divino. Na avaliação dos bens deixados, João Pereira de Souza, inventariante e marido da falecida, expõe a posse de cinco escravos, dentre eles três crianças. Joana aparece nessa avaliação na quantia de 200 mil réis³³¹. Por sua vez, a escrava Dionízia, mãe da referida, não é listada entre os escravos inventariados. Não podemos afirmar, entretanto, se os inventariantes omitiram ou se esqueceram de avaliar alguns bens, sendo acrescentados depois, já que faltam algumas páginas ao documento. Não sabemos, portanto, se Dionízia fora negociada, doada ou mantida entre os escravos do plantel.

A escolha do padrinho ilumina a agência escrava de Dionízia, para que sua filha Joana conquistasse a liberdade. Interpretando minuciosamente as poucas pistas que a carta de liberdade exhibe, é possível sugerir que Joana recebeu sua carta como concessão do seu patrono. Até mesmo o uso da palavra patrono deixa algumas ambiguidades a respeito de João Pereira Souza. Isto é, se o termo patrono foi usado como sinônimo de proprietário ou de padrinho, bem como poderia resumir as duas categorias. Na carta, apenas aparece que a liberdade de Joana foi uma concessão de seu patrono, mas essa liberdade pode ser

³³⁰ APMC. Inventário de Ana Joaquina de São José (1855-1857). 02/195/195/2150.

³³¹ APMC. Inventário de Antônia Francisca do Amor Divino (1855-1857).

compreendida, da mesma forma, pela prestação de serviços e favores por parte de Dionízia que não fica explícita na carta de liberdade.

A narrativa da carta de alforria de Joana é semelhante outras do mesmo período, com conteúdos que explicitam os protocolos daquele documento, os quais mostravam seus efeitos legais. O conteúdo não foi extenso, as poucas palavras nos leva a interpretar que o patrono concedeu a liberdade a Joana espontaneamente, por ocasião da morte de sua esposa, embora não consideramos como um ato benevolente do senhor, que também era padrinho de Joana.

Nossas críticas sobre a concepção de benevolência segue os caminhos argumentativos de João Reis & Eduardo Silva³³² e de Sidney Chalhoub³³³, os quais criticam as interpretações das relações escravistas alicerçadas na dominação absoluta dos cativos ou na benevolência dos senhores. Desse modo, nossas discussões seguem as concepções desses autores, que apresentam a benevolência senhorial sob a ótica do elemento mediador das relações senhor – escravo, num contexto de tensão inerente a sociedade legalmente desigual, no caso da alforria Joana, nas relações hierárquicas das redes de compadrio.

Uma interpretação semelhante fez Flaviane Ribeiro Nascimento³³⁴, sobre as alforrias conquistadas pelas mulheres escravizadas em Feira de Santana. A autora afirmou que a alforria não se tratava de doação, antes era um ato que pressupunha um vínculo permanente entre doador e recebedor, entre liberto e patrono. Ela alerta que a noção de doação das cartas de alforria compunha a gramática paternalista dos senhores e senhoras de escravos. Nascimento, analisando a carta de alforria da escravizada Maria, relata que,

(...) Sua “benfeitora”, Maria da Anunciação, deixou explícito que a manumissão significava a manutenção do domínio sobre a ex-cativa e não sua efetiva liberdade. E mais, lamentou não poder libertá-la imediatamente devido a sua penúria material. Em grande parte, nessas cartas se verifica apenas a condição para sua efetivação, com frequência a morte dos respectivos senhores ou de outros membros da família.³³⁵

Na carta de Joana não existe nenhuma condição explícita, mas implicitamente podemos sugerir que existia algum acordo na entrelinha da documentação. Supostamente um acordo antecedente à morte da senhora e ao inventário dos bens. Robert Slenes, afirma que a combinação de prêmios e castigos compunha a lógica da organização escravagista³³⁶.

³³² REIS, João José & SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito:...**

³³³ CHALHOUB, Sidney. **Visões da Liberdade**. São Paulo. Cia das Letras. 1990.

³³⁴ NASCIMENTO, Flaviane Ribeiro. **Viver por si: histórias de liberdade no agreste baiano oitocentista** (Feira de Santana, 1850-1888). 2012. 201 f. Dissertação de Mestrado em História - Salvador, BA: UFBA, 2012.

³³⁵ NASCIMENTO, Flaviane Ribeiro. **Viver por si: ...**

³³⁶ SLENES, Robert. Senhores e subalternos no Oeste Paulista. *In*: Fernando Novais & Luiz Felipe de Alencastro (orgs.). **História da vida privada no Brasil. Império, a Corte e a modernidade nacional**. v. 02, São Paulo,

Por certo, a política de domínio pautada em prêmios e incentivos permeou as relações escravagistas instituída nas redes de compadrios, de padrinhos e madrinhas livres. Nesse contexto, a carta de alforria de Joana pode ser analisada, em certa medida, como um recurso utilizado pelo padrinho para manter a hierarquia social e a ordem escravista. Os discursos de benevolência dos padrinhos e dos senhores deixavam subtendidos as possíveis trocas de favores que seriam mantidas a partir da alforria. Esses vínculos, embora raros, considerando a irregularidade de cartas de alforria entre as fontes cartoriais, foram semelhantemente observados entre os proprietários de São Gonçalo dos Campos. Em outras palavras, as cartas de alforrias conferidas às crianças escravizadas pelos padrinhos guardavam certo apelo de dependência e sujeição aquele que lhe facultou a liberdade. O compadrio, nesses casos, criava uma rede de clientelismo.

Joaquim, pardinho, filho natural da escrava Ricarda, conquistou sua carta de alforria, conferida por sua senhora, D. Elena Maria do Espírito Santo, pelo valor de 50 mil réis, pagos por seu padrinho Caetano Tavares dos Santos, em 1867³³⁷. Certamente, as relações de parentesco espiritual levaram ao universo das crianças escravizadas muitas expectativas de granjearem novas possibilidades de vida dentro e fora do cativo, todavia, o padrão reposição da mão de obra escravizada da Freguesia aponta para a predominância de crianças envolvidas em negociações, sendo separadas de suas famílias.

É de bom grado recordar que os escravos buscavam sua liberdade por meio de vários mecanismos, entretanto, as fontes disponíveis para a Freguesia de São Gonçalo dos Campos não permitem elencar quantitativamente as crianças que conquistaram suas liberdades a partir das diversas redes por elas ou por suas mães constituídas. Diferentes autores que estudaram os laços de parentescos espirituais evidenciaram as inúmeras negociações entre escravizados e senhores, na busca de liberdade, como observaram Barickman³³⁸ e Fátima Pires³³⁹. Esta autora sugeriu a possibilidade de autonomia nos cultivos de roças dos escravos do sertão, bem como de desenvolverem outras atividades no tempo de folga, conquistas facilitadas pelo parentesco fictício do compadrio. Não obstante, a significativa presença de crianças escravizadas sendo batizadas na Freguesia de São Gonçalo dos Campos expressa que, além da fé católica, este ritual transportava benesses sociais.

Esses benesses de cunho espiritual transportadas para a vida social foram observados por vários autores, nas mais diferentes regiões do Brasil. Ortiz, ao analisar o alto Caetité,

Cia das Letras, 1997. Ver também VOGT, Carlos; FRY, Peter e SLENES, Robert. **Cafundó: a África descoberta no Brasil: linguagem e sociedade**, São Paulo, Cia das Letas/ED. UNICAMP, 1996, cap. 2.

³³⁷ APMC. Livro de Notas, 1866-1868.

³³⁸ BARICKMAN, B. J. **Um contraponto baiano**..., p. 113-115.

³³⁹ PIRES, Maria de Fátima Novaes. **O crime na cor**...; PIRES, Maria de Fátima Novaes. **Fios da Vida**... p. 84.

afirma que os laços formados a partir do compadrio traziam inúmeras possibilidades, desde formar vínculos estáveis, passando por gerar filhos em liberdade, até ampliar as possibilidades de acúmulo de pecúlio e provocar melhoria dentro do cativeiro ou fora dele³⁴⁰. Afirma a autora que

(...) Encontramos entre as cartas de liberdade 6 compradas por mães dos escravos alforriados, 1 pelo pai, 6 pelos padrinhos, 12 por terceiros, 1 pelo marido, 9 adquiridas com o direito da terça na herança do finado proprietário, 1 pelo proprietário ter recebido outro escravo, 5 pagas por filhos dos proprietários e a maioria, 56, adquiridas pelos próprios escravos (...).³⁴¹

Muitas situações de apadrinhamento serviam para fortalecer o compromisso entre os senhores das escravas e os padrinhos supostamente escolhidos por elas. José Roberto Góes observou esse tipo de tática no estabelecimento do compadrio na Freguesia Rural de Inhaúma do Rio de Janeiro, durante a primeira metade do século XIX. Em sua perspectiva, muitos senhores tiravam proveito do compadrio de seus escravos para fixar pactos com outros proprietários³⁴².

Vale relembrar o apadrinhamento de Emílio, filho da escravizada Libânia. Apesar de a paternidade dele ser do próprio senhor da escravizada, o padrinho selecionado era cunhado da criança e a madrinha irmã por parte paterna. Ambos livres, gozavam de certa confiança do pai da criança, Joaquim Simões de Araújo, que no testamento nomeia o padrinho como inventariante e tutor das crianças³⁴³. Essa história torna factível que os padrinhos também articulavam redes, não apenas entre as mães escravizadas para formar uma teia de “dependentes” de seus favores, mas incluía construir laços de confiança e privilégios entre os proprietários.

A análise dos sobrenomes dos proprietários e suas aparições em diversos registros de negociação de crianças escravizadas demonstra que geralmente os padrinhos e madrinhas livres eram pessoas que mantinham relações próximas aos proprietários, ou então possuíam algum tipo de parentesco. Assim, ao apadrinhar Emiliana, filha natural da escravizada Maria Athamazia, Luiz Borges Falcão estreitaria os laços e firmaria compromissos com o senhor da escravizada, José Pedreira Daltro. Tanto os Borges Falcão como os Pedreira Daltro representavam duas famílias de médios proprietários de terras e escravos moradores da região

³⁴⁰ORTIZ, Ivanice Teixeira Silva. Família, escravidão e liberdade no Alto Sertão:..., p. 8.

³⁴¹ORTIZ, Ivanice Teixeira Silva. Família, escravidão e liberdade no Alto Sertão:..., p. 8.

³⁴²GÓES, José Roberto. **O Cativeiro Imperfeito**: um estudo sobre a escravidão no Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX. Linearte: Vitória, 1993.

³⁴³AFJMSG. Inventário de Joaquim Simões de Araújo (1872-1889). Caixas Avulsas.

da Capela de São Gonçalo. Ao batizar crianças escravizadas, esses padrinhos e madrinhas, estariam bem mais preocupados em aumentar suas populações escravas do que em fortalecer os laços de compadrios com suas escravas.

Conforme Stephen Gudeman & Stuart Schwartz, no Recôncavo da Bahia, no final do século XVIII e início do XIX, os senhores não serviram de padrinho para o próprio escravo. Desse modo, os escravos tiveram como seus protetores espirituais outras pessoas que não fossem seus proprietários, nessas situações, os parentes dos senhores ou os escravos dos parentes batizavam os escravos. Segundo esses autores, “o vínculo do apadrinhamento era uma relação espiritual de proteção, o vínculo senhor/escravo era uma relação assimétrica de propriedade. Onde um representava socorro, o outro significava subserviência”³⁴⁴. Felipe, de três meses de idade, filho de Felismina, escrava de Manoel Borges Falcão, foi batizado por Theófilo Borges Falcão e Maria Alexandrina³⁴⁵, filho do proprietário da escrava. Esse costume dos senhores não apadrinharem seus escravos, igualmente foi observado por Góes, no Rio de Janeiro, na primeira metade do século XIX. Góes³⁴⁶ aponta que cerca de 66,6% dos escravos estabeleceram vínculos de compadrio com cativos, ao batizarem seus filhos, formando uma intensa rede de parentesco, entre indivíduos de distintos plantéis. Por conseguinte, na Freguesia de São Gonçalo dos Campos, as mães cativas, igualmente, escolheram para serem padrinhos e madrinhas, pessoas pertencentes à comunidade escrava.

Outra admissível explicação para o movimento de batismo de escravizados entre a parentela dos proprietários se estende para a função religiosa e social do ritual do batismo. Isto é, além de ser um ritual que revelava a mentalidade religiosa dos senhores, tinha a função de garantir aos senhores a posse efetiva das crianças nascidas em suas propriedades, como relataram Jonis Freire³⁴⁷ e Maria de Fátima Neves³⁴⁸, sobre o caráter civil do registro de batismo.

Essa constatação se torna mais forte para o contexto aqui em estudo, pois na maioria dos casos o registro de batismo era o único documento que se serviam os senhores para atestarem a posse de seus escravos. Além disso, no começo deste capítulo, contextualizamos a relevância civil do batismo, revelada nas narrativas geracionais e nos processos que seguiram a vida e o reconhecimento da maioria aos filhos da escrava Libânia.

Nessa prerrogativa de composição de redes sociais, de jogos e de interesses verticais e horizontais, apareciam padrinhos que repetidas vezes levavam crianças escravizadas, de

³⁴⁴ GUEDEMAN, Stephen; SCHWARTZ, Stuart. **Purgando o pecado original**..., p. 42.

³⁴⁵ AAFS, Livro de Batismo, n. 11, 1853-1861.

³⁴⁶ GÓES, José Roberto. **O Cativo Imperfeito**..., p. 56.

³⁴⁷ FREIRE, Jonis. Compadrio em uma freguesia escravista:..., p. 5.

³⁴⁸ NEVES, M. de F. R. das. Ampliando a família escrava:..., p. 238.

diferentes proprietários, ao batismo. Essa repetição competia apenas os padrinhos, não as madrinhas. Por exemplo, Bernardino de Medeiros Borges se tornou padrinho de muitas crianças escravas: Antônio, filho de Romana, escravos de Belarmina de São Leão; Joaquina, filha de Libânia, escravas de Dr. Joaquim Tibúcio Ferreira Gomes, ambos em 1863; Manoel, filho de Antônia, escravos de Antônio Carlos da Silva; Manoel, filho de Hedurviges, escravos de Maria das Dores Borges, os dois em 1870³⁴⁹.

As evidências detectadas nas fontes exibem que Bernardino de Medeiros Borges não era um proprietário de grandes fortunas. Provavelmente o seu cabedal social estava se formando a partir da rede de clientelismo em torno da senzala, alguém inclinado a ter alta consideração dos afilhados e das mães, suas comadres. A mentalidade era de que aquele que tinha mais afilhados era possuidor de um cabedal social importante em São Gonçalo dos Campos, que permeou as expectativas de parentesco até segunda metade do século XX. Batizar muitas crianças representava para o padrinho, especificamente, que ele era considerado entre a comunidade como alguém que lhe representasse. Por outro, presumivelmente, as comadres e afilhados ansiavam que o padrinho pudesse oferecer alguma benesse para melhor viver no cativeiro e/ou galgar a tão intencionada liberdade. Kátia Mattoso reitera que os vínculos de compadrio formados entre a comunidade escrava e a livre “não prendem apenas padrinho e afilhado, ligam o padrinho, sua família e os pais da criança batizada, cujo grupo, em seu conjunto, ganha promoção excepcional”³⁵⁰.

Vitor Santos Gonçalves, em sua pesquisa sobre alforrias, compadrio e família escrava em São José do Ilhéus, no período de 1806 a 1888, igualmente notou que o compadrio exercia papel moral, político e de proteção aos compadres e afilhados, sendo assim, as escolhas estavam centradas em interesses e vantagens para si e para os seus³⁵¹. Desse modo, compadrio e apadrinhamento ampliavam as possibilidades dos envolvidos, na medida em que tornava possível que pessoas de diferentes condições sociais participassem de uma série de obrigações, de redes de apoio e laços de solidariedade dentro e/ou fora do cativeiro.

É possível, ainda, que essas redes poderiam ser acionadas para melhorar as relações em torno do trabalho doméstico e do trabalho nas roças de fumo e de subsistência. De acordo com Alves e Rocha³⁵², na pesquisa feita na região da Freguesia de Nossa Senhora das Neves,

³⁴⁹ AAFS, Livro de Batismo, n. 12, 1862-1866.

³⁵⁰ MATOSO, Kátia de Queirós. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo. Brasiliense, 1998. p. 132.

³⁵¹ GONÇALVES, Victor Santos. **Escravos e senhores na terra do cacau: alforrias, compadrio e família escrava (São Jorge dos Ilhéus, 1806-1888)** Ibicaraí/BA: Via Litterarum, 2017. p. 214.

³⁵² ALVES, Solange Mouzinho e ROCHA, Solange P. Batismo de Crianças Escravas na Freguesia de Nossa Senhora das Neves, 1833-1854. II SIMPÓSIO DE HISTÓRIA DO MARANHÃO OITOCENTISTA. DISPUTAS POLÍTICAS E PRÁTICAS DE PODER. Universidade Estadual do Maranhão. São Luis/ Maranhão, 2011. In: <http://www.outrostempos.uema.br/anais/pdf/alves.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2016.

pertencente à Província da Paraíba do Norte, entre o período de 1833 e 1854, independente da condição social dos padrinhos/madrinhas, as escolhas visavam estreitar os laços e constituir redes de solidariedade entre as pessoas escravizadas.

Ana Lugão Rios constatou que dos 2.668 registros batismos da Paraíba do Sul, analisados no período de 1872 a 1888, apenas 9 (0,32%) escravos tiveram seus senhores como padrinhos. Outros 40% tiveram padrinhos livres e mais de 57% foram padrinhos escravos³⁵³. Conforme Rios, a formação dos vínculos de compadrio se concebeu de acordo com o tamanho das comunidades escravas: nas maiores propriedades, os vínculos eram formados dentro das próprias comunidades escravas; nas menores propriedades, a escolha por pessoas livres ocorria em consequência de elas possuírem maior mobilidade, assim como maior convívio com indivíduos com *status* livre.

Enquanto Bernardino Medeiros chama atenção pelas repetidas vezes em que compareceu ao oratório da Matriz para apadrinhar crianças escravizadas, Dr. José Ricardo Gomes Carvalho, morador da Freguesia de São Gonçalo dos Campos, destacou-se por ser um dos proprietários que mais levou os filhos de suas escravas para que fossem batizados. As pistas descobertas nas fontes batismais, bem como os indícios da parentela de José Ricardo Gomes Carvalho, para além dos arranjos espirituais, evidenciam o costume do proprietário em relação à reposição de sua população escrava, através da reprodução endógena.

Seu poder se expressa igualmente na permissão dada às suas escravas, para que fossem madrinhas de filhos de escravas de outros plantéis. A exemplo de sua escrava Constância, que fora madrinha de Felipe, filho da escrava Algemira, escrava de João Borges Falcão³⁵⁴, concunhado de José Ricardo Gomes Carvalho. Na condição de proprietário, levando para ser batizado Euzébio, filho de sua escrava Virgínia, sendo o padrinho Orácio Benjamim Cândido de Oliveira³⁵⁵. Ironicamente, esse proprietário incentivador da reprodução endógena entre suas escravas era um homem praticante da fé católica. Sua participação na vida das crianças também foi evidenciada nos documentos cartoriais em procurações e escrituras de vendas, assunto que será tratado no Capítulo VI.

4.5 O Amadrinhamento das Crianças Escravizadas

³⁵³ RIOS, Ana Maria Lugão. **Família e Transição** (Famílias negras em Paraíba do Sul, 1872-1920). 1990. Dissertação de Mestrado em História – Universidade Fluminense. Niterói, 1990, p. 56-59.

³⁵⁴ AAFS, Livro de Batismo, n. 11, 1853-1861, 20/10/1855. p. 178.

³⁵⁵ AAFS, Livro de Batismo, n. 12, 1862-1866, 27/01/1863.

Referente às madrinhas escravizadas, apesar deste assunto ter sido abordado com a história de Sérgio, as repetidas vezes em que aparecem nos registros batismais merecem um pouco mais de atenção. Nesse caso, observa-se a preleção para madrinhas escravas, ou então a escolha de Nossa Senhora como madrinha.

Os amadrinhamentos entre as escravas de José Ricardo Gomes Carvalho crivam em torno daquela senzala uma comunidade que buscava relações mútuas de proteção e solidariedade. Essa relação era formada entre as escravas e, mesmo a Santa que elas escolhiam para madrinha de seus filhos. Essa rede de solidariedade e proteção se estendia aos diferentes plantéis localizados na mesma região, nas fazendas situadas na Capela da Matriz.

Em 1854, o escravo Macário, pertencente a Pedro d'Oliveira e Felipa, escrava de Dona Maria Joaquina, foram à Igreja Matriz para batizar a criança escravizada por nome Libânia, de três meses de idade, crioula, filha de Brigida, escrava de João Borges Falcão³⁵⁶. Nesse batismo é possível observar que os escravos eram de proprietários diferentes da mãe da criança, característica importante para supor que havia contato entre a população escrava local e a formação de uma comunidade escrava na região. Essa construção de laços de parentesco e solidariedade se deu, de igual modo, através da constituição de laços consanguíneos, como destacou Isabel Reis a respeito das famílias escravas³⁵⁷.

Em nossas fontes prevaleceu o amadrinhamento entre escravas de plantéis diferentes. É incontestável que a configuração da economia da Freguesia favoreceu a formação de redes de compadrio entre escravas e escravos de diversos plantéis. As mães escravizadas utilizaram tais relações a fim de articular alianças, acordos e solidariedade que lhes proporcionassem maior amparo, especialmente se lembrarmos que a família sanguínea (mãe e filhos), estava sob permanente ameaça de desagregação.

De igual modo, é possível delinear o cenário onde ocorreu os laços de compadrio, através dos indícios retirados dos inventários da família Borges Falcão, nos quais identificamos o parentesco entre os proprietários envolvidos, através de suas escravas e escravos, na cerimônia de batismo. A ampliação das redes tornava possível que as crianças fossem acolhidas pelos padrinhos e madrinhas, nas diferentes propriedades. Sobre a formação de redes de compadrio entre escravas do mesmo plantel, Góes afirma que tinha o objetivo de que as madrinhas fossem responsáveis pela criação dos seus afilhados, no caso da morte da mãe, bem como uma separação por venda, partilha ou qualquer meio que rompesse os laços entre mãe e filho³⁵⁸.

³⁵⁶ AAFS, Livro de Batismo, n. 11, 1853-1861.

³⁵⁷ REIS, Isabel Cristina Ferreira dos, **A Família negra no tempo da escravidão:...**

³⁵⁸ GÓES, José Roberto. **O cativo imperfeito:...**, p. 57.

O compadrio fazia parte do jogo de interesses e comportamentos numa ordem em que aqueles que não tirassem vantagem das trocas para obter certos ganhos poderiam estar condenados ao enfrentamento de incertezas e riscos maiores. Contudo, a obtenção de ganhos não se dava apenas no jogo das trocas econômicas, mas, sobretudo, através de lealdades e compromissos firmados entre indivíduos que compunham diferentes redes hierárquicas. Comadres e compadres formavam uma teia social em que as relações de poder expressavam-se nas solidariedades, no conflito, nas disputas, trocas e negociações que mobilizavam uma sociedade de dominantes e subalternos. Assim, os indivíduos interpretavam o mundo a partir de códigos culturais vigentes, movimentando, portanto, o jogo das alianças, dos acordos e das afetividades verticais e solidariedades horizontais.³⁵⁹

Na citação acima, o autor ratifica que nas redes de compadrio estavam incutidas vantagens e ganhos firmados entre indivíduos que compunham diferentes redes hierárquicas. Assim, supostamente foi constituído o laço de compadrio de Fadila, crioulinha, 6 meses, filha natural de Teodora, escrava de Policarpo Machado da Silva. Esta mãe escravizada escolheu como padrinhos de sua filha: Alberto, escravo de Luísa Machado da Silva e Joana, escrava do Tenente Coronel José Pedreira da Silva Daltro, e o batismo ocorreu em 2 de fevereiro de 1863³⁶⁰.

Já a escolha de Nossa Senhora como madrinha pode ser compreendida através da busca de proteção no momento do parto, como sugeriu Venâncio³⁶¹, ao perceber que as pessoas livres escolhiam como madrinha de seus filhos Nossa Senhora, no lugar de uma madrinha física. Por sua vez, Andrade, tomando as considerações de Venâncio, sugere que para população escrava e para a população livre a escolha de Nossa Senhora como madrinha representava a desvalorização das mulheres, a relação de poder, prestígio e riqueza, que era menor para elas³⁶².

Não obstante, a opção por Nossa Senhora trazia o conforto da proteção na hora do parto, livrando da morte, uma vez que na época muitas mulheres morriam no parto por conta das técnicas de higiene e obstetrícia. Todavia, observando a escolha das mulheres e de Nossa

³⁵⁹ SOUZA, Edinelia Maria O. O pós-abolição na Bahia: hierarquias, lealdades e tensões sociais em trajetórias de negros e mestiços de Nazaré das Farinhas e Santo Antonio de Jesus - 1888/1930. Tese de Doutorado em História - Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro, 2012, p.161.

³⁶⁰ AAFS, Livro de Batismo, n. 12, 1862-1866.

³⁶¹ VENÂNCIO, Renato Pinto. A madrinha ausente: condição feminina no Rio de Janeiro – 1750-1800. In: COSTA, Iraci del Nero da (org.). **Brasil: História Econômica e Demográfica**. São Paulo. IPE-USP, 1986, p. 97.

³⁶² ANDRADE, Rômulo. Legitimidade, Compêndio e Mortalidade de Escravos: Freguesias de Minas Gerais e Rio de Janeiro, Século XIX. Anais do XIII Seminário. Rio sobre a Economia Mineira [ANAIS DO 13º SEMINÁRIO DE ECONOMIA DE MINAS GERAIS]. 2008. In: **Anais do XIII Seminário sobre Economia Mineira [Anais do 13º Seminário de Economia de Minas Gerais]**. Cedeplar. Universidade Federal de Minas Gerais. In.: <https://ideas.repec.org/h/cdp/diam08/022.html>. Acesso em 22 mar. 2017.

Senhora, pelas escravas da Freguesia, nos aproximamos da lembrança de cuidado, reciprocidade e afetividade, que provavelmente a figura masculina não representava. Vale ainda lembrar as promessas e pedidos feitos à Santa e/ou as promessas e laços de amizades feitos às escravas, portanto, esses batismos eram constituídos pelo espaço de sociabilidade e convivência. Antes das cerimônias batismais, no entanto, é presumível que os laços de amizades fossem estabelecidos antes das cerimônias batismais, sendo fortalecido pela consumação do evento religioso.

No batismo, muitas dessas redes se solidificam e se concretizam, uma vez que os laços de sociabilidades seriam estabelecidos, negociados e firmados anteriormente. De acordo com Denise Vieira Demétrio:

A escolha de um padrinho/madrinha pode ultrapassar alianças entre escravos dentro ou fora do cativeiro e estar ligada também à posição social dos proprietários, dos futuros compadres e comadres; e que essas alianças podem ser explicadas em função do grau de reciprocidade/solidariedade entre os proprietários dos compadres/comadres (...) o compadrio escravo era importante componente da construção das alianças no interior da elite local, cujas redes clientelares ultrapassavam suas propriedades e se ampliavam numa intrincada malha que em muito contribuía para a construção da legitimidade social do grupo. Através dessa estratégia, ampliavam-se a um só tempo o espaço social de senhores e escravos, assim como os benefícios e privilégios que cada um deles podia obter conectando senhores e escravos e, em menor grau, pessoas livres não proprietárias de terras e escravos.³⁶³

A citação aponta que as alianças entre escravos e livres, ampliava os benefícios, conectando senhores e escravos, destacando as construções de alianças entre a elite local, que ultrapassavam os limites das propriedades, formando uma intrincada malha que legitimava o grupo.

Desse modo, as crianças escravizadas, na Freguesia de São Gonçalo dos Campos, participavam de várias experiências sociais, formadas a partir do contexto escravagista. Essas experiências seguiram em diferentes direções. Não podemos afirmar que simplesmente as escolhas dos padrinhos fossem suficientes para os anseios de liberdade de suas mães e de melhores condições de vida dentro do cativeiro fossem alcançados. A conjuntura escravocrata da Freguesia tem muito a revelar sobre as relações constituídas pelas mães cativas. A proximidade das fazendas, as pequenas e médias propriedades, assim como a busca de

³⁶³ DEMÉTRIO, Denise Vieira. **Famílias escravas no Recôncavo da Guanabara: séculos XVII e XVIII**. 2008. 179 f. Dissertação de Mestrado em História - Universidade Federal Fluminense. Niterói. RJ, 2008, p. 126-127.

alianças e acordos entre as escravas e escravos, de diferentes proprietários, motivaram as escolhas dos padrinhos e madrinhas.

As experiências das crianças escravizadas expostas neste capítulo revelaram os possíveis mosaicos de expectativas e situações em torno das redes de compadrio. Possibilidades de liberdade, proteção, acordo, amparo e permanência da família consanguínea unida. Ao mesmo tempo, a opção por padrinhos e madrinhas livres poderia estar alicerçada nas expectativas de proteção e aquisição de benefícios e privilégios frente aos senhores, mesmo que fosse a tentativa de melhorar as condições de trabalho das crianças que começavam suas primeiras atividades nas roças com 7 anos de idade, em média, como veremos no capítulo a seguir.

CAPÍTULO V O COTIDIANO DAS CRIANÇAS ESCRAVIZADAS NO MUNDO DO TRABALHO

As crianças escravizadas, na Freguesia de São Gonçalo dos Campos, estiveram presentes em diversas situações do cotidiano escravagista. Elas atuavam como mão de obra especializada na agricultura fumageira e de subsistência, bem como contribuíram para a formação de uma economia escrava, como relatam os descendentes de famílias escravizadas. Na idade de 0 a 5 anos estavam sendo comercializadas nas vilas e centros comerciais das redondezas, como verificado nas escrituras de venda e compra de escravos, na década de 1860.

As experiências de trabalho das crianças escravizadas foram facilitadas pelo contexto econômico estabelecido na Freguesia – as crianças escravizadas compunham a mão de obra e os recursos financeiros das famílias proprietárias, nas diferentes faixas de riqueza. Então, através de diversas práticas escravagistas, os senhores conseguiram pensar em uma estrutura para aumentar o contingente de escravos, sem ter grandes prejuízos financeiros, utilizando a reprodução endógena como uma maneira fácil e lucrativa.

Os 50 inventários utilizados nesta pesquisa revelam que os senhores faziam uso da mão de obra escravizada de mulheres no período de fertilidade e também de crianças, geralmente filhas dessas mulheres escravizadas. Iniciamos esta tese trazendo a história de Libânia, através dela mostrando os possíveis caminhos que uma criança escravizada poderia percorrer na Freguesia de São Gonçalo, na segunda metade do século XIX.

No inventário de Maria Joaquina de Santana, Libânia aparece como moça, já não era uma criança em 1862. Entretanto, um terço dos escravos arrolados são crianças, a maioria identificada como filhas das mulheres escravizadas daquele Engenho. A alta taxa de fertilidade entre as crianças do Engenho São Luiz já teve sua discussão contemplada no terceiro capítulo desta tese, mas, mesmo assim, rememoro a análise deste inventário questionando as experiências laborais exercidas pelas crianças daquela propriedade. Desse modo, algumas crianças escravizadas que aparecem entre os escravos deixados por Maria Joaquina de Santana serão protagonistas de suas histórias na conjuntura do mundo do trabalho. Inventários de outros proprietários serão igualmente estudados neste capítulo.

Os inventários investigados são fontes riquíssimas, nos permitiram uma maior aproximação com o cotidiano das crianças escravizadas nas fazendas fumageiras,

mandioqueiras e nos poucos engenhos encontrados na Freguesia. A composição do espaço tratada no segundo capítulo, os tipos econômicos e os utensílios arrolados não só revelam as atividades econômicas exploradas pelos proprietários de terras e escravos, mas através deles é possível seguir as atividades diárias, desenvolvidas pelas crianças escravas, entre 1850 e 1871.

Além dos inventários, as memórias transgeracionais são fontes de investigação neste capítulo. Elas são fontes que despertaram meu interesse em analisá-las a respeito das experiências das crianças escravizadas na Freguesia de São Gonçalo dos Campos, especialmente por elas expressarem as representações da escravidão mantidas pelas famílias descendentes de populações escravas até o momento atual.

As memórias transgeracionais exibem sua notoriedade, pois transportam pistas que dificilmente encontraríamos nos inventários ou outro tipo de fonte oficial. Desse modo, cruzadas aos documentos oficiais do século XIX, ajudam a preencher as profundas lacunas e omissões a respeito das crianças escravizadas.

A natureza lacunar e opaca das fontes oficiais a respeito do trabalho das crianças foi um problema enfrentado por diversos pesquisadores que se dedicaram ao estudo das crianças no Brasil. Primeiramente Venâncio³⁶⁴, seguido por Marcílio³⁶⁵, ambos buscando responder ao problema social de abandono de crianças no Brasil do século XIX, enveredaram pelo campo da história demográfica e social da infância. Maria Cristina Luz Pinheiro³⁶⁶, em sua dissertação de mestrado, fez observação sobre a aparição das crianças escravas na documentação oficial de maneira secundária. Segundo a autora:

Estudar a infância no Brasil antigo não tem sido uma tarefa fácil, ainda mais quando esse estudo aborda a população escrava. Não afirmaria que as crianças escravas foram ignoradas pela documentação oficial ou mais formal, mas elas são mencionadas quase sempre de modo marginal, superficialmente, dificultando o estudo de aspectos cruciais da vida dessa população infantil. A inexistência de um corpus documental homogêneo voltado exclusivamente para a criança, embora dificulte uma análise mais completa e abrangente, não impossibilita o resgate da infância escrava no Brasil. Sua presença consubstancia-se, ainda que de forma secundária, em documentos diversos como: nos inventários post mortem, testamentos, escrituras de compra e venda de escravos, registros de batismos e óbitos, ações de tutela, correspondências policiais e de juízes de órfãos, nas listas de matrícula, cartas de alforria, na legislação, nos relatórios de presidentes de província, relatos de viajantes estrangeiros, cartas de particulares, nas

³⁶⁴ VENÂNCIO, Renato Pinto. **Famílias abandonadas:...**

³⁶⁵ MARCÍLIO, Maria Luíza. A roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil, 1726-1950. In: FREITAS, Marcos Cezar de. **História social da infância no Brasil**. 3. ed. São Paulo. Cortez, 1997. p. 53-79.

³⁶⁶ PINHEIRO, Maria Cristina Luz. **Das Cambalhotas ao Trabalho:.....**, p. 10.

denúncias, nos periódicos da imprensa, na literatura médica entre outros. [...]³⁶⁷

Conforme Maria Cristina Pinheiro, independentemente do modo secundário, as crianças escravizadas deixaram seus rastros em diversos documentos oficiais. Desse modo, para fazer o resgate das experiências de trabalho das crianças escravas na Freguesia de São Gonçalo dos Campos, optei em fazer o cruzamento dos dados em diferentes fontes, bem como usamos a abordagem da história social da infância.

Assim, a partir da análise microscópica, foi possível apontar caminhos de interpretação para os indícios detectados. Os inventários apontaram pistas a respeito da composição da população escrava, a idade das crianças e a ocupação a ela designada. As escrituras de venda, em seu cerne captam as negociações comerciais desenvolvidas pelos proprietários da Freguesia. Todavia, utilizamos 189 escrituras de venda de crianças menores de cinco anos de idade, na tentativa de compreender o cotidiano dessas crianças, ainda não propensas ao mundo de trabalho. Através delas, conhecemos o cotidiano das crianças menores de cinco anos de idade, avolumando as ruas da vila, participando das negociações que faziam os senhores.

As escrituras de compra e venda de escravos, são documentos públicos que celebram um contrato de compra e venda e de transferência da posse de um escravo entre os indivíduos, mediante pagamento de um preço combinado, feita em cartório³⁶⁸, perante testemunhas que certificam ou atestam a veracidade do ato, nos fornecem possíveis caminhos de interpretação sobre o crescimento e a inserção das crianças pequenas na senzala e na casa grande. Investigar as escrituras de compra e venda neste capítulo não é para refletir sobre como as crianças eram consideradas valiosas propriedades, mas sobre o cotidiano dessas crianças de terna idade, que não possuíam habilidades para a execução das atividades na lavoura.

Além das informações de praxe, que são os nomes dos proprietários, as pessoas envolvidas na negociação, o local de residência dos envolvidos e as escrituras de compra e venda fornecem indícios que respondem a questões sobre o cotidiano dessas crianças. Um ponto importante a ser considerado é que desde cedo essas crianças passavam pela especulação comercial escravagista, sendo separadas de suas mães sem qualquer ressentimento dos senhores.

³⁶⁷ *Op. Cit.*, p. 10.

³⁶⁸ Repartição onde funcionam os tabelionatos, os oficiais de notas, as escrivânias da justiça, os registros públicos.

Semelhantemente aos documentos oficiais, integram como fontes deste capítulo as memórias transgeracionais, mais conhecidas como tradições orais. A oralidade é uma ação significativa para a população africana, como afirma Ki-Zerbo³⁶⁹. Sendo assim, as tradições orais ou memórias transgeracionais são utilizadas, preservadas e difundidas pelos descendentes de escravos com um o legado da África, como uma tradição preservada e que mantém viva a memória dos antepassados. Ela é um instrumento preponderante no campo religioso de matriz africana, como no Candomblé e nas sociedades afro-brasileiras, como se observa nos estudos de Lisa Earl Castillo e Luis Nicolau Parés, no artigo *Marcelina da Silva e seu Mundo: Novos Dados para uma Historiografia do Candomblé Ketu*³⁷⁰.

O despertar para o uso das tradições orais na análise das experiências das crianças escravizadas na Freguesia de São Gonçalo dos Campos veio a partir das memórias transgeracionais preservadas e difundidas pelos meus ancestrais. Elas fazem parte das nossas recordações do tempo de infância, na região denominada Fazenda Ingá, aproximadamente 10 km ao oeste da cidade de São Gonçalo dos Campos.

A produção de mantimentos dependia do braço familiar, sendo as tarefas realizadas em meio às recordações e lembranças dos aspectos dramáticos do trabalho no tempo da escravidão, transmitidas pelas gerações que vivenciaram o cativeiro e agora recontadas pelos seus descendentes. Como pequenos proprietários rurais e meeiros³⁷¹, produzíamos em suas terras o fumo, o milho, o feijão e a mandioca, todavia, por se tratar de uma propriedade de oito tarefas de terras de solo arenoso e pedregulho, as roças feitas eram insuficientes para o sustento da família, restando a alternativa de cultivar a mandioca em terrenos de terceiros, através do sistema de meia.

Durante o trabalho na casa de farinha ou no quintal pendurando fumo, de meu pai Expedito Pinheiro de Carvalho, nascido em 1940, vinham as lembranças das histórias contadas por sua mãe Djanira, nascida em 1912. Raspando mandioca, meu pai contava as histórias do tempo da escravidão, fazendo analogia ao seu tempo de criança. Suas narrativas eram formadas especialmente pelas histórias que sua mãe sempre contava. O tempo da escravidão tinha um significado no qual encontramos referências a personagens familiares: a avó como escrava e o avó como senhor de escravo.

³⁶⁹ VANSINA, Jan. A tradição oral e sua metodologia. In: **História geral da África**, I: Metodologia e pré-história da África / editado por Joseph Ki-Zerbo – 2.ed. rev. – do tráfico de escravos entre o golfo do Benin e a baía. 2. ed. rev. – Brasília: UNESCO, 2010. (8 v.).

³⁷⁰ CASTILLO, Lisa Earl e PARÉS, Luis Nicolau. *Marcelina da Silva e seu Mundo: Novos Dados para uma Historiografia do Candomblé Ketu*. **Afro - Ásia**, n. 36, p. 111-151, 2007.

³⁷¹ Lavrador que trabalha nas terras que pertencem a outra pessoa e reparte a lavoura com os donos dessas terras. Exemplo: quando plantava 100 caminhos de mandioca, dividia em partes iguais, sendo todo o trabalho, da plantação ao cultivo, realizado pela família do lavrador.

Em minha memória de infância é comum as recordações das diversas infâncias, mantidas por pessoas de diferentes gerações, atualmente residentes no município de São Gonçalo dos Campos. Memórias que carregavam afetividades, lembranças e recordações contadas pelas mães, avós, bisavós. Mulheres que foram negadas o acesso à cultura letrada, mas que, através da oralidade, encontraram meios para que suas vivências continuassem vivas ao longo da história.

Os locais de trabalho não foram os únicos espaços usados pelos descendentes de escravos para transmitirem as histórias da escravidão. As visitas familiares tornaram momentos para que essas lembranças emergissem com toda sua carga de significado, sentimentos de pertencimento e recordações que permitem refazer os fios que ligam as gerações que viveram no tempo do cativeiro com os nascidos no pós-abolição.

As histórias rememoradas pelos descendentes de escravos mantêm vivas as histórias contadas pelos ancestrais, sendo transmitidas de geração em geração. Todavia, as memórias dos acontecimentos podem ter sido modificadas, considerando que se trata de um tempo não vivenciado por aqueles que ouviram falar. Tania Gandon³⁷², ao tratar sobre a história contada pelos pescadores de Itapuã, observa as multiplicidades dos tempos da memória. Destacando o “tempo dos antigos” ou “dos mais velhos”, relatos de acontecimentos que ouviram falar; “no meu tempo”, refere-se às temporalidades vividas pelos entrevistados; o “hoje”, é a história que dá conta do presente imediato e as transformações radicais que os entrevistados vivenciam no presente. Gandon estabelece essas periodizações da memória e afirma que medir a duração do tempo vivido não é uma tarefa fácil.

Na perspectiva de Jaques Le Goff³⁷³, a história, o tempo e a duração têm sido um dos grandes problemas dos historiadores, dada a dificuldade em estabelecer relações entre eles, sendo a cronologia o fio condutor da história. Por conseguinte, as referências do passado são fundamentais para a dinâmica das famílias, lembranças transmitidas como realidades cotidianas concretamente vividas pelos ancestrais se tornam uma revisão crítica da história da escravidão.

As memórias dos antepassados se tornam mais significativas à medida que atravessam gerações, sendo contadas e recontadas pelos sujeitos nos contextos de trabalho, nas rodas de

³⁷² GANDON, Tania Risério d’Almeida. Entre Memória e História: Tempos Múltiplos de um Discurso a Muitas Vozes. **Projeto História**. V. 21, jun de 2001. In: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/10733>. Acesso em 15 set. 2016. Sobre este assunto ver ainda: GANDON, Tania Riserio d’Almeida. Etnotexto e identidade cultural na construção da memória. **Revista da FAEEBA**, Salvador – BA, Universidade do Estado da Bahia – Departamento de Educação – Campus I, v. 14, n. 23, p. 227-233. jan./jun. de 2005.

³⁷³ LE GOFF, Jacques. História e memória. Tradução Bernardo Leitão [et al.]. Campinas. SP. Editora da UNICAMP, 1990.

conversas familiares, tendo o propósito de manter viva as experiências daqueles que foram escravizados e sobre os quais os documentos oficiais silenciam. Desse modo, “essas histórias pessoais, além de relevantes em sua singularidade, servem para melhor perceber experiências coletivas e iluminar contextos e processos históricos mais amplos e complexos”³⁷⁴.

As memórias dos antepassados figuram na rede de fontes para a história local, de modo a fornecer subsídios a futuras investigações sobre as histórias do período da escravidão. De igual modo, as memórias transgeracionais transmitidas pela oralidade identificam os descendentes de escravos na qualidade de agentes históricos e sociais. As narrativas geracionais permitem revelar algo do cotidiano do pretérito, a partir do olhar do presente, sanando as lacunas de informações sobre as crianças escravizadas dos registros documentais da época.

Assim, recebemos valiosas contribuições de pessoas que se autoidentificavam como descendentes de escravos e de antigos moradores das fazendas fumageiras de São Gonçalo dos Campos. Djanira Pinheiro de Queiroz, nascida em 1912, na fazenda Dendê, filha de Teodora Francisca Gomes (ingênuo, filha de uma escravizada – elas não rememoram o nome – nascida após a Lei do Ventre Livre) e do fazendeiro João Pinheiro de Queiroz (proprietário da Fazenda Dendê, esta que Teodora se tornara agregada/rendeira no pós-abolição); outra importante contribuição recebemos de Dona Diva Ramos da Silva, nascida em 1923, neta de Tibúrcio Barreiros, uns dos importantes fazendeiros de São Gonçalo dos Campos, e bisneta da escravizada Maximiliana. Além desses dois nomes de descendentes de mulheres escravizadas, Djanira, faleceu em 2016; Diva, atualmente com 97 anos, e outras seis pessoas aparecem neste capítulo contando as memórias vinculadas às “vivências nas Fazendas”, ao “tempo dos avós ou pais” e ao “tempo dos escravos” que um dia escutaram de seus ascendentes.

Os dados coletados entre os moradores da zona rural desta localidade tornaram possível estabelecer conexões entre as narrativas ancestrais e as informações contidas nas fontes cartoriais e eclesiásticas da época. Dessa forma, o eixo metodológico deste capítulo se desenvolveu partindo de fontes escritas, buscando suprir suas lacunas com as informações da memória dos antepassados mantidas e transmitidas pela tradição oral.

Os registros das narrativas e sua análise foram feitos de acordo com os métodos e procedimentos estabelecidos pela história oral³⁷⁵. Nesse sentido, seguindo esses,

³⁷⁴ REIS, João José. **Domingos Sodré, um sacerdote africano**: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p. 316.

³⁷⁵ SILVA, Joana Aparecida Fernandes; SILVA, Giovani José da. História indígena, antropologia e fontes orais: questões teóricas e metodológicas no diálogo com o tempo presente. **História Oral**, v. 13, n. 1, p. 33-51, jan.-jun. 2010. p. 42.

procedimentos deixei que as pessoas que poderiam contribuir com esta pesquisa falassem sobre as memórias transmitidas pelas diversas gerações. As narrativas das duas descendentes de mulheres escravizadas, mais idosas, especialmente correram de acordo com as memórias que elas guardavam. Essas memórias foram ainda mais reveladoras, porque elas falaram sobre o período da escravidão e sobre seus ancestrais, sem que houvesse qualquer intervenção da pesquisadora para que elas relembassem o assunto. Essas memórias voluntárias tornaram mais interessantes as questões tratadas neste capítulo. Não obstante, todos participantes falaram sobre as lembranças transmitidas de maneira voluntária. De modo especial, chamo a atenção para as recordações contadas por meus ancestrais desde meu tempo de infância, e que obviamente serão desvendadas através das narrativas históricas.

Desse modo, apesar das crianças escravizadas em alguns documentos aparecerem secundárias às suas mães, as memórias do cotidiano dos antepassados mantidos pelos descendentes revelam as entrelinhas de suas histórias. No entanto, devemos ter certos cuidados metodológicos na leitura e na interpretação das narrativas coletadas e registradas, pois mais do que “dar voz” à memória dos antepassados, essas narrativas devem permitir que os pesquisadores compreendam os significados e a lógica da transmissão de fatos não vividos em contextos diferentes do descritor da memória.

Os pesquisadores que trabalham com a interdisciplinaridade entre história e antropologia, como Costa³⁷⁶, entendem que as fontes orais carregam em si um importante instrumento de conhecimento, propondo a sua utilização a partir da abordagem etno-histórica, apoiada na interdependência entre a prática, a metodologia e a teoria. Para a autora, pelas fontes orais é possível compreender modos de pensar, desejar, experimentar, viver e sentir do tempo passado, síntese do cotidiano das histórias recordadas.

As memórias dos antepassados constituem objeto de reflexão e de busca das versões sobre a vida e a história de um tempo não vivido, mas mantido. Os detentores das narrativas do tempo não vivido atribuem significados aos acontecimentos, enfim, tecem narrativas – n histórica, mítica etc. – das histórias que ouviram contar sobre os antepassados. Dessas narrativas, investigo as formas de convivências entre as crianças escravizadas, suas mães e os senhores na labuta diária da roça e nas atividades da vida doméstica.

³⁷⁶ COSTA, A. M. R. F. M. da. **Senhores da memória**: uma história do Nambiquara do cerrado. Cuiabá: Unicen, 2002. (Tibanaré, 3); COSTA, A. M. R. F. M. da. Yalanewitisu: o espaço nambiquara da memória. **História Oral**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 61-80, jan./jun. 2005; COSTA, A. M. R. F. M. da. **Wanintesu**: um construtor do mundo Nambiquara. 2008. 494 f. Tese de Doutorado em História – Universidade Federal de Pernambuco, Recife. PE. 2008.

Diz a memória sobre a vida dos antepassados no cativeiro que desde cedo as crianças de ascendência escrava foram incorporadas ao mundo do trabalho, como braço cativo na agricultura fumageira e de subsistência. Assim, a primeira pergunta a ser feita é: como se operava a escravização das crianças na Freguesia de São Gonçalo dos Campos, no período de 1850 a 1871?

É importante saber qual a idade das crianças que estamos tratando, e assim lembrar a discussão sobre a estrutura etária dada ao escravo, considerando a questão produtiva, bem como advertiu Reis³⁷⁷, que a definição da idade dada aos escravos expressa apropriação do seu corpo, bem como está diretamente relacionada ao processo de produção escravista. Nessa perspectiva, em um dos raros estudos historiográficos que tratam sobre a infância escrava, Kátia Mattoso³⁷⁸ separa as experiências das crianças escravizadas em duas fases: uma começa de 0 a 7-8 anos, geralmente sem desempenho de atividades do tipo econômico; e dos 7-8 até os 12 anos de idade, quando entram no mundo do trabalho, na qualidade de aprendiz³⁷⁹.

Assim, como suas mães, essas crianças eram propriedades de homens e mulheres escravagistas, e usadas como braços nas lavouras de fumo e mandioca de São Gonçalo dos Campos do Termo da Cachoeira. No decorrer deste texto, veremos que a iniciação da criança no mundo do trabalho dependia exclusivamente da vontade do seu senhor. Ou seja, detectei indícios nas fontes que me deram segurança para dizer que não existia um critério etário para que as crianças fossem envolvidas nas especulações escravagistas.

As pistas dispersas nas fontes foram delineando um contexto em que a criança não só participava, antes de completar 1 ano de idade, das redes sociais constituídas entre livres e mães escravizadas, mas estavam participando das negociações comerciais e das atividades laborais, em companhia de suas mães ou de uma mulher escravizada considerada adulta, como veremos a seguir.

Desse modo, nossa definição de criança escrava, presente neste texto, baseia-se na idade descrita ou aproximada, atribuída pelos senhores na documentação oficial. Assim, as protagonistas são crianças menores de 14 anos, que em alguns documentos foram designadas como pardinho/pardinha, crioulinho/crioulinha, pretinho/pretinha e cabrinha.

5.1 As Possibilidades de Vida das Crianças Escravizadas de 0 a 6 anos de Idade

³⁷⁷ REIS, João José. **População e Rebelião...**

³⁷⁸ MATTOSO, Kátia. **O Filho da Escrava...**

³⁷⁹ MATTOSO, Kátia. **O Filho da Escrava...**, p. 41-42.

Senhoria, crioula, de boa idade, no período do falecimento de sua senhora, Maria Joaquina de Santana, tinha três filhos: Joemia, 4 anos, Possibruia, 7 anos e Profirio, 9 anos de idade. Esta mãe escravizada era defeituosa de um olho (assim exibem as descrições do inventário), o que não a impedia de fazer uma série de atividades nas lavouras no Engenho São Luiz, bem como de participar da procriação incentivada pelos seus senhores.

Senhoria não foi a única escravizada arrolada como mãe de três crianças escravizadas. Para se ter uma ideia, das 24 crianças escravizadas do Engenho São Luiz, nove delas tinham a idade de 1 a 4 anos. Isso significa que entre as nove escravizadas na idade fértil, três delas tinham mais de um filho. Senhoria tinha três filhos, em conformidade com as duas faixas de idade em que as crianças escravizadas eram classificadas.

Se separarmos por faixa etária, entre aqueles que executam alguma atividade laboral e aqueles que ainda eram considerados inaptos para atividades, teríamos dois filhos que acompanhavam Senhoria na lida na roça diariamente, e um que ainda não havia completado a idade de trabalho, posto que seu corpo pequeno não conseguiria executar as mais leves atividades na lavoura.

Visto a inaptidão da criança em terna idade, o que proprietário deveria fazer para que não tivesse prejuízos econômicos? Kátia Mattoso³⁸⁰, ao ver o elevado número de crianças escravizadas nos inventários de Salvador, nos últimos 30 anos anteriores à abolição, toma como ponto de questionamento quem cuidaria daquelas crianças menores de 12 anos na ausência de suas mães. A saída encontrada pela autora, a partir dos dados quantitativos, foi estabelecer um padrão entre a comunidade escravizada. No caso de comunidades escravizadas numerosas, Mattoso sugeriu que a mãe biológica seria substituída por uma mãe postiça, ou mesmo toda comunidade feminina. Nos inventários de sujeitos que tinham um menor número de escravos, como aqueles que não tinham empreendimentos agrícolas, uma mulher escravizada ou a senhora podia “preencher” a ausência da mãe biológica. Nas comunidades escravizadas que não dispunham da figura feminina, a criação de crianças de terna idade ficava sob a incumbência da figura masculina. Observando a substituição da mãe biológica por outras figuras, Mattoso adverte que,

[...] De qualquer maneira, o filho da escrava é uma criança cuja mãe biológica é frequentemente ausente, e que é criada sem referências parentais seguras: da mesma forma que todos os homens da comunidade podem simbolizar o papel do pai ausente, a comunidade feminina pode também simbolizar a mãe ausente, mas, em ambos os casos, a referência fica

³⁸⁰ MATTOSO, Kátia. **O Filho da Escrava...**

imprecisa. Assim, se no ato de seu nascimento o escravo é uma criança sem pai, a má sorte e má fortuna podem ainda torná-lo órfão, também, de mãe³⁸¹.

No caso do Engenho São Luiz, as crianças não foram separadas de suas mães, mas, certamente, não teriam a presença delas durante o dia inteiro, haja vista que essas mulheres, “de boa idade” e “moças”, teriam mais agilidade para a execução dos serviços agrícolas no engenho. De modo geral, a comunidade escrava daquele Engenho era formada por uma população com diferentes faixas etárias, sendo assim, as crianças estavam rodeadas de escravizadas idosas. Essas mulheres, por não suportarem a mesma carga de trabalho que as mais novas, poderiam ser alocadas pelos senhores para que criassem as crianças, ensinando a elas os serviços que desempenhariam. A exemplo de Margarida, escrava idosa, doente, que recebeu a avaliação de vinte réis³⁸². Pelo que parece, ela já não tinha o mesmo vigor que as mães escravizadas mais jovens, e ela poderia ser responsável por essas crianças enquanto as mães biológicas permaneciam durante o dia nos árduos trabalhos nas roças de cana-de-açúcar, fúmageira e mandiocueira. Embora Barickman³⁸³ não trate a respeito do trabalho de crianças escravizadas no Recôncavo da Bahia, apresenta dados importantes sobre esse cotidiano, em que os escravos velhos e feitores acompanhavam os trabalhos das crianças escravizadas, ensinando-lhes as diversas tarefas que deviam executar e aprender. De igual modo, Mattoso adverte que,

Ainda novo, o filho da escrava é olhado como escravo em redução. Somente diferente do escravo adulto que mais tarde será, pelo tamanho e pela força. É-lhe agora necessário adquirir todos os saberes, conhecer todas as artimanhas que vão lhe permitir, o mais rápido possível, tornar-se aquele escravo útil que dele se espera ser. Assim, o curto período na vida da criança que vai dos três aos sete para oito anos é um período de iniciação aos comportamentos sociais no seu relacionamento com a sociedade dos senhores, mas também no seu relacionamento com a comunidade escrava. É, sem dúvida, nessa terna idade que o seu senhor vai formar ideia sobre as capacidades e o caráter da criança. É nesta idade também, que a criança começará a perceber o que são os castigos corporais, que adentram pela idade adulta, porque indispensáveis à manutenção do sistema escravista.³⁸⁴

Não é o propósito voltar a discutir sobre as experiências da escrava Libânia e de seus filhos, mas há um trecho do inventário em que o tutor dos menores declara que o menor Emílio, filho de Libânia, estaria sob os cuidados da escrava Felipa³⁸⁵. E ainda que se trate de

³⁸¹ MATTOSO, Kátia. **O Filho da Escrava...**, p. 48

³⁸² APMC. Inventário de Maria Joaquina de Santana (1863-1865). 02/213/2437.

³⁸³ BARICKMAN, **Um Contraponto...**

³⁸⁴ MATTOSO, Kátia. **O Filho da Escrava...**, p. 52-53.

³⁸⁵ AFJMSG. Inventário de Joaquim Simões de Araújo (1872-1889). Caixas Avulsas.

uma criança sobre a qual não poderíamos inferir sua condição escrava, depois da morte de seu pai, o proprietário do Engenho São Luiz indica que existia entre os proprietários da Freguesia o costume de deixar sob os cuidados de escravas crianças de terna idade. Possivelmente, ficariam as escravas encarregadas de instruírem as crianças em todos saberes, que os tornassem escravos úteis e produtivos. Nesse sentido, essas são constatações controversas a pesquisas clássicas, como a de Jacob Goren³⁸⁶, a respeito do prejuízo que existia para os senhores de escravos, caso incentivassem a reprodução endógena em suas populações escravas. Frago e Florentino³⁸⁷ advertem que a falta de interesse dos senhores em incrementar a reprodução endógena se deu até a extinção do tráfico de africanos, em 1850, sendo o principal entreve a possibilidade de obterem escravos baratos e abundantes através do tráfico.

De maneira geral, a lógica seria a de que a criança escrava, em seus primeiros anos de vida, nos engenhos ou nas fazendas, aprenderia a viver em um mundo do escravo *versus* o mundo do senhor, dialogando com restrições e contradições do sistema escravagista. Segundo Mattoso, era um período de “iniciação aos comportamentos sociais no seu relacionamento com a sociedade dos senhores”³⁸⁸. Assim, seguem os exemplos da escravizada chamada Francisca, que com 1 mês de idade dividia os espaços da Fazenda Canabrava com seus irmãos Antônio, de 1 ano de idade, Cândido, 2 anos, e Antônia, 4 anos, todos considerados crioulinhas. De acordo as declarações contidas no inventário, sua mãe se chamava Maria, crioula, mais de 30 anos de idade, que trabalhava na lavoura. Em 1862 essas crianças foram arroladas entre os escravizados deixados por Maria Carolina do Amor Divino³⁸⁹.

Nesse inventário foram registradas crianças com a idade de 0 a 14 anos, aparecendo na lista dos bens semoventes da falecida; crianças de diferentes maternidades compunham a população escrava da fazenda. As informações das crianças menores, com até 6 anos, era basicamente sexo, idade, cor, filiação e valores. A partir dos sete anos, as crianças escravizadas tinham seus serviços arrolados.

Os indícios registrados nos inventários *post mortem* permitem aprofundar um pouco mais o cotidiano das crianças escravizadas. Todavia, não expõem informações pormenorizadas sobre a vida dessas crianças, a respeito das ocorrências dos ritos batismais,

³⁸⁶ GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. 5. ed. São Paulo: Ática, 1988.

³⁸⁷ FRAGOSO, João Luís Ribeiro e FLORENTINO, Manolo Garcia. *Marcelino, Filho de Inocência Crioula, Neto de Joana Cabinda: um Estudo sobre Famílias Escravas em Paraíba do Sul (1835 -1872)*. Estudos Econômicos, São Paulo, 17(2): 151-173, maio/ago. 1987.

³⁸⁸ MATTOSO, Kátia, *O filho da escrava (em torno da lei do ventre livre)*, **Revista Brasileira de História**. n. 8. v. 16. 1988. p. 52.

³⁸⁹ APMC, Inventário de Maria Carolina do Amor Divino, em 1869-1876.

das relações afetivas, das transações comerciais. O inventário *post mortem* exhibe dados sobre as propriedades de Maria Carolina do Amor Divino, as terras, os escravos, as atividades econômicas, as benfeitorias e os utensílios utilizados, o que torna possível decifrar características sociais, culturais e familiares que crianças cativas experienciavam.

Mesmo sendo volumosos os registros de batismos encontrados no ano de 1862, não encontrei entre eles qualquer alusão às crianças dessa propriedade. Isso sugere que a proprietária, embora católica, como atestam as imagens de santos, não levava as crianças de seu plantel para receberem o sacramento batismal.

Na Fazenda Canabrava, cresceram em um ambiente cercado pelas construções das casas de moradias, casas de farinha, senzalas, armazém, sobrados, curral, trabalhando nas plantações fumageiras e mandioqueiras, bem como se dedicaram a correr atrás de gado nos vastos campos da fazenda. O cenário do entorno desta propriedade marcou as experiências das crianças nos diversos aspectos de sua vida, especialmente nas relações de trabalho, como será detalhado adiante.

Ao se tornarem adultos, estabeleceram laços afetivos e consensuais, já que não era comum aparecer, entre os documentos, escravos na condição de casados. Os trabalhos e atividades da fazenda não se centravam apenas na economia fumageira, mas também na produção de subsistência e criação de gado. Os indícios contidos no inventário indicam que é uma Fazenda caracterizada na faixa média de fortuna. Pela quantidade de crianças escravizadas e escravos na condição racial/nacional de crioulos, fica evidente que esta proprietária também incentivava a reprodução natural entre suas escravas, a fim de aumentar sua população escravizada.

Seguindo as discussões ensejadas em algumas pesquisas que tratam sobre crianças escravizadas, como Mott³⁹⁰, é possível sugerir que a esfera doméstica portava o sentido de adestramento, aprendizado e incorporação de práticas, padrões, atitudes e serviços necessários ao lugar que ela ocupava como uma escrava que futuramente substituiria/reporia a mão de obra escrava adulta. Neste sentido, a criança não apenas era um passatempo de suas senhoras como foi interpretada pelos viajantes europeus do século XIX, no cotidiano do Rio de Janeiro³⁹¹, também experimentava o encargo de algumas tarefas leves, como auxiliar na cozinha, abanar as moscas, balançar a rede, buscar água, servir a mesa, lavava os pés dos

³⁹⁰ MOTT, Maria Lucia de Barros. Ser mãe: a escrava em face do aborto e do infanticídio. **R. História**, São Paulo. 120. p. 85-96, jan/jul. 1989. p. 87.

³⁹¹ DEBRET, Jean Baptiste. **Viagem pitoresca e histórica ao Brasil**. v. 1. São Paulo. Martins. 1954.

senhores e de visitantes, carregar pequenos pacotes, engraxar os sapatos, escovar as roupas, levar recados, olhar galinhas, entre outras³⁹².

Carlos Eugênio Marcondes de Moura, sobre a vida cotidiana em São Paulo no século XIX, relata que um corte de “crioulinhas” fazia os serviços leves e, pela tarde, em turmas, areava as bacias, utilizando-se da cinza de guararema e de limões ao meio partidos³⁹³. Portanto, é no círculo doméstico que as crianças menores aprendiam comportamentos sociais condizentes com os fins dos escravocratas e a cumprir suas primeiras tarefas nos serviços domésticos.

Logo, essas crianças menores de 7 anos se dedicavam às atividades domésticas e agrícolas, ou seja, iniciavam desde cedo o aprendizado de alguma ocupação. Como já mencionado, as escrituras de compra e venda não destacavam ocupações para crianças menores de 7 anos. Em alguns casos, nem mesmo as crianças maiores recebiam ocupações dos negociadores, nesse sentido, a partir de estudos que focaram outros locais, inferindo o cotidiano das crianças na faixa etária de 0 a 7 anos de idade. De acordo Pinheiro:

Todavia, há que se ter precaução com as fontes. As informações disponíveis nas escrituras, por exemplo, apontam crianças de um, dois e três anos registradas como do serviço doméstico ou da lavoura. É claro que essa situação merece uma análise mais cuidadosa e requer de nossa parte cautela em aceitar, de pronto, a ideia de elas realizarem tais tarefas, ainda que irregularmente. Identificamos 59 delas, e, por várias razões, decidimos não incluí-las no cômputo daquelas exercendo algum trabalho. De antemão, é necessário salientar que as escrituras pareciam seguir um modelo padrão, o que levava o escrivão a não observar detalhes importantes no seu registro, por falta de atenção e negligência no ato de redigi-los. A maioria daqueles 59 casos foi observado no cartório da freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Praia, totalizando 46 escrituras. Possivelmente, além de desatenção do escrivão, havia também por parte do senhor o desejo de valorizar seu escravo na hora da transação comercial, por isso a atribuição de ocupações para crianças tão pequenas. Ademais, boa parte desses menores foi vendida com as mães ou outros escravos, sendo que o registro do ofício dos adultos passou a ser o mesmo das crianças, não havendo por parte do escrivão o cuidado de registrá-las separadamente³⁹⁴.

³⁹² MOTT, Maria Lúcia. A criança escrava na literatura de viagens. **Cadernos de Pesquisa**. n. 31. Rio de Janeiro. Fundação Carlos Chagas, dez. 1972; FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sobre o regime da economia patriarcal**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1952; PINHEIRO, Maria Cristina Luz. **Das Cambalhotas ao Trabalho:...**

³⁹³ MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de (org.). **Vida cotidiana em São Paulo no século XIX**. Memórias, depoimentos, evocações. 1ª Edição. Ateliê Editorial. Editora Unesp, 1998, p. 190.

³⁹⁴ PINHEIRO, Maria Cristina Luz. O Trabalho de Crianças Escravas na Cidade de Salvador 1850-1888. **Afro-Ásia**, n. 32, p. 159-183, 2005. p. 173.

Seguindo esse raciocínio, às crianças nas idades de 0 a 5 anos, acompanhando suas mães ou suas cuidadoras, eram ensinados os mesmos serviços que os demais escravos exerciam. Em ínfimas idades, depois de serem vendidas, seriam incluídas às novas comunidades escravas como aprendizes dos ofícios da lavoura. Os documentos cartoriais exprimem um contexto político, econômico e social da Freguesia de São Gonçalo dos Campos, em que a criança escravizada era classificada como uma abreviação de um escravo adulto, em versão melhor, já que na idade adulta teria uma mão de obra especializada e não seria rebelde, sendo desde cedo ensinada a obedecer aos padrões senhoriais.

Além das fontes oficiais que exibem a participação das crianças em terna idade no rol de escravos de médias e grandes propriedades, a tradição oral, igualmente, não deixa perder essas informações. As narrativas orais remontam o cenário da região leste da Freguesia, como local em que prevaleciam grandes propriedades e elevados números de escravizados. Não só o tamanho das propriedades e o uso da mão de obra escrava, mas o incentivo à reprodução natural e à realização do comércio de crianças escravizadas ainda recém-nascidas, conforme recorda Robson Silva Torres³⁹⁵, com base nas narrativas e documentos oficiais do final do século XVIII e início do século XIX por ele encontrados.

Conforme as declarações de Robson Torres, sua genealogia desponta em proprietários de terras que residiam em um local denominado Limoeiro, região adjacente à Capela de Humildes, nas proximidades de Feira de Santana. Relata, não só com base na memória, mas que existem registros escritos que exibem a formação da região de grandes fazendeiros e proprietários de terras, dentre os quais identificou seu tetravô, nona geração da família Torres, como um dos grandes proprietários de terras e negociante de escravo. Em suas narrativas, esse tronco familiar migrou para a região da Matriz, onde se tornara proprietário das fazendas Murin, Preguiça, Tabuleiro, Gravatá e Dendê, que foram propriedades de ascendentes da família Torres. Sabe-se que, igualmente aos demais proprietários de terras e escravos, eles também eram senhores de escravos, e mantinham crianças escravizadas que participavam do processo produtivo na agricultura fumageira.

Embora essa narrativa não traga relatos minuciosos sobre as experiências das crianças escravizadas, nela aparecem as informações sobre a presença de crianças escravizadas entre os escravos da família. Essas crianças pequenas participavam do cotidiano de trabalho no âmbito da agricultura fumageira, sendo que muitas delas ficavam aos cuidados de uma ama de leite, segundo o narrador, uma escrava que teve alta expectativa de vida.

³⁹⁵ENTREVISTA, Robson Silva Torres, nascido em 7 de dezembro de 1976, entrevista concedida em 11 de setembro de 2019.

Outra importante questão apontada nesse depoimento é o fato dos proprietários, não só manterem entre si uma significativa quantidade de braços escravos, mas igualmente se dedicarem à sua comercialização.

As pistas da comercialização não foram encontradas exclusivamente entre as narrativas orais, foram também detectadas nas fontes oficiais. Por sua vez, as taxas de procriação estariam particularmente comprometidas com a negociação de recém-nascidos e infantes em geral, que por possuírem valor econômico, seriam levados às vilas e regiões comerciais na redondeza para que fossem vendidos, sendo separados de suas mães.

Por exemplo, as irmãs Maria e Maria dos Anjos, ambas com a mesma idade, filhas de escrava, foram comercializadas antes de completarem 1 ano de vida. O senhor Feliciano de Bastos Pitanga, em 2 de julho de 1866, decidiu lavrar no cartório da Freguesia o documento que concebe a posse de sua escrava, Maria, mulatinha, com 8 meses de idade, a compradora Dionizia Pedreira. Dois meses depois, foi a vez de Maria dos Anjos, mulatinha, vendida a Manoel Pedreira Lapa, em 1º de setembro de 1866, com 11 meses³⁹⁶.

O vendedor e os compradores acima citados não aparecem em outros documentos, desse modo, não pude seguir as experiências dessas crianças nas novas propriedades que seriam escravizadas. Todavia, antes mesmo de pensar sobre a experiência que seguiram suas vidas, as fontes evidenciam a separação prematura que sofrera a família, por causa da especulação comercial. Assim, considerando os indícios das escrituras de venda e compra, uma das mais fortes experiências na vida de uma criança escravizada foi a separação de sua mãe.

Contudo, apesar de trazer certo espanto, a separação das famílias escravizadas não é uma experiência nova. Conforme Flausino, a separação da família escravizada, através da venda de um dos entes, é um tema bastante discutido pela história da escravidão, pois teve um forte impacto sobre a família escravizada, esfacelando-as, como foi visto pela autora na região de Mariana, depois de 1850³⁹⁷. Motta & Marcondes, com maior profundidade, advertem que as separações entre as famílias devem ser consideradas no elenco dos tios, avós, sogros, cunhados etc., que até mesmo os laços de compadrio não conseguiam manter³⁹⁸. A estranheza em relação à separação da família gira em torno das crianças, que são menores de 1 ano de

³⁹⁶ APMC. Livro de Notas, n. 1, 1866 – 1868, p. 33 e p. 50.

³⁹⁷ FLAUSINO, Camila Carolina. **Negócios da Escravidão: tráfico interno de escravos em Mariana, 1850-1886**. 2006. 203 f. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF. Juiz de Fora-MG. 2006.

³⁹⁸ MOTTA, José Flávio & MARCONDES, Renato Leite. O comércio de escravos no Vale do Paraíba paulista: Guaratinguetá e Silveiras na década de 1870. **Estudos Econômicos**. v. 30, n. 2, p. 267-299, abr./jun. 2000, p. 293.

idade. Nenhum laço que a mãe formasse, na tentativa de manter perto de si suas filhas teve êxito, diante das especulações comerciais desenvolvidas na Freguesia.

No contexto da formação das propriedades e da cultura escrava, é possível que Feliciano de Bastos Pitanga fosse um proprietário de escravos que investia na reprodução natural de suas escravas. Seu objetivo não era apenas repor a mão de obra de sua propriedade, mas usá-la nas suas negociações comerciais. Assim, com base nas 80 escrituras de compra e venda, no período de 1862 a 1866, foi possível perceber que era comum a venda crianças antes de completarem o primeiro ano de vida. As escrituras indicam que as crianças, que ainda não teriam sido aproveitadas como mão de obra, contribuía em grande medida para o acúmulo de fortuna aos proprietários em São Gonçalo dos Campos.

Sobre a importância das escrituras de compra e venda, na análise do universo da escravidão de crianças deixam lacunas sobre o crescimento e a inserção na comunidade nos primeiros anos de vida das crianças escravizadas. Essas crianças eram comercializadas sozinhas, sem a companhia de suas mães, denotando, à primeira vista, a ruptura dos vínculos familiares e a participação no comércio local de escravos. Alguns casos em que mais de uma criança passava por mais de uma transação em curto espaço de tempo, indicando que o movimento era constante, antes mesmo de se adaptarem a uma comunidade escrava, era conduzida para outra comunidade.

Participavam de várias situações e transações, por exemplo, em partilhas, heranças, doações, entre outras. Embora pouco sejam evidenciadas as experiências dos filhos das escravas em relação ao cotidiano de trabalho, quando trazemos os indícios de suas existências no cotidiano da Freguesia de São Gonçalo, observamos que todo seu contexto de vida está ligado às relações que os formavam para o mundo do trabalho escravizado. Silva³⁹⁹ adverte que a transição para a vida adulta na escravidão se dava por uma série de adversidades, exteriorizada na vida produtiva do trabalho.

Em 1863, a escrava Rita, crioula, de 25 anos de idade, e seu filho Manoel, cabrinha, de 1 ano de idade, foram vendidos a Manoel Antônio de Cerqueira, pela quantia de um conto e cem mil réis. O proprietário e vendedor Sérgio Ribeiro Pedreira, na ocasião da venda, declarou que recebera esses escravos depois do falecimento de sua mulher, Antônia Umbelina. No ato de partilha, bem como no contrato de compra e venda, o menino Manoel teve a sorte que outras crianças na mesma situação que a sua não tiveram: permanecer com sua mãe depois da negociação comercial.

³⁹⁹ SILVA, Rafael Domingos Oliveira da. “Negrinhas” e “negrinhos”: visões sobre a criança escrava nas narrativas de viajantes (Brasil, século XIX). *Revista de História*, v. 5, n. 1-2, p. 107-13, 2013. p. 123. In.: http://www.revistahistoria.ufba.br/2013_1/a07.pdf. Acesso em 18 set. 2016.

A escrava Emiliana tivera dois filhos: Luíza, com mais ou menos 2 anos de idade, e Plácido, 14 meses de idade, mais ou menos. A proprietária Maria Francisca da Conceição, em outra ocasião, havia comprado aquela escrava, e provavelmente pensava que uma boa maneira em aumentar seus bens seria possuir uma escrava. Outros casos em que os irmãos permaneceram juntos, contudo foram separados de suas mães. Assim, ocorreu com a escrava Emiliana, cabra, pertencente a Maria Francisca Conceição. Enquanto não completavam a idade para exercer as atividades laborais, as experiências destas crianças se confundiam entre a separação e a permanência junto a suas famílias, a na fazenda em que nasceram. Depois dos 8 anos, idade aproximada para o início do aprendizado, para exercer as primeiras atividades nos serviços da lavoura ou no espaço doméstico, essas crianças continuavam repartindo as mesmas experiências.

5.1.1 Adoção de crianças escravizadas por outras escravas

O cotidiano dessas crianças era marcado pela separação de suas mães a partir das transações comerciais, do tráfico de escravos, das doações, das partilhas ou dos dotes. Essas relações dão espaço para perguntar como viviam as crianças em seus novos espaços de experiência? Esse é outro ponto importante para conhecer as experiências das crianças menores de 5 anos de idade. Separadas das mães biológicas, eram acolhidas por mulheres escravizadas que tinham o papel de criá-las, como se fosse seus filhos. Telles, em sua análise, não deixa escapar as prováveis direções que tomariam os filhos dessas escravas: continuariam na casa dos senhores, seriam vendidos, entre outros, poderiam ser entregues a amas⁴⁰⁰ de criação, doados, abandonados na rua, praças, igrejas ou na roda dos expostos⁴⁰¹. Desse modo, as amas de leite, as mães cativas, entregaram seus bebês aos cuidados de outras escravas, meninas ou mulheres mais velhas, e dessa forma ficariam livres para darem atenção e suprirem de leite e cuidados os bebês brancos. O outro lado da história é o caso das mães escravas que conseguiram manter seus bebês junto a si, sabotando o fadigoso cotidiano de acudir e priorizar o filho de sua senhora⁴⁰².

Partindo da direção de Telles, é possível presumir que as crianças escravizadas, as que foram separadas de suas mães, ainda bebês, através das transações comerciais, encontraram

⁴⁰⁰ Seriam mulheres livres e pobres que cuidariam em sua casa, em troca de uma remuneração mensal.

⁴⁰¹ TELLES, Lorena Féres da Silva. “Amas de Leite” In: **Dicionário da Escravidão e Liberdade: 50 textos críticos**. Lilia Moritz Schwartz e Flávio dos Santos Gomes (Orgs.). São Paulo. Companhia das Letras, 2018, p. 103.

⁴⁰² TELLES, Lorena Féres da Silva. “Amas de Leite”..., p. 101.

cuidados e amparo de escravas que teriam assumido a maternidade, já que as crianças afastadas de suas mães necessitavam de maior atenção, por ainda serem muito pequenas.

Também, as tradições orais recuperam histórias perdidas de crianças e suas experiências traumáticas no período da escravidão, que constituem um importante capital simbólico para os descendentes de escravos. Histórias que narram fugas de crianças, lembranças dos trabalhos nas fazendas e do acolhimento das mães de leite ou de criação, as cativas que se dedicavam ao cuidado das crianças recobram as reminiscências da infância seus ancestrais no cativeiro: enquanto suas mães de sangue ou de leite cuidavam da plantação, colheita e beneficiamento do fumo ou de outras atividades domésticas e/ou agrícolas, seus filhos menores as seguiam atados a seus corpos ou andando atrás delas.

Dona Diva⁴⁰³ expôs, em suas memórias transmitidas pelas ancestrais, que muitas famílias escravizadas moravam nas terras da Fazenda Arengas, de seu avô Tibúrcio Barreiros. Entre as diversas famílias de escravos que residiam e trabalham para Tibúrcio Barreiros, encontra-se a sua bisavó, a escrava Maximiliana. Em suas narrativas, Dona Diva, evoca as lembranças de seu tempo de infância, contando que apesar do “privilégio de sido neta do proprietário da fazenda, as recordações do tempo da escravidão que teria passado as matriarcas de sua família, da vida de trabalho na roça, das atividades em torna da casa eram muito exaustivas”.

As crianças acompanhavam suas mães no trabalho, no campo ou na vida doméstica. Às vezes, as crianças maiores cuidavam das menores, ajudando as mães escravizadas no cuidado com filhos pequenos nos momentos da lida na roça. Um ponto que Dona Diva fez questão de tratar foi referente às relações sexuais ilícitas que Tibúrcio Barreiros tinha com suas escravas na idade de 12 a 14 anos⁴⁰⁴. Sem entrar de maneira minuciosa nesse assunto, chamo a atenção para a idade das escravas com quem o proprietário, idoso, segundo consta nas narrativas, constituía relações sexuais. Na perspectiva historiográfica eram crianças, mas a mentalidade patriarcal do senhor de escravos, representante da faixa de média fortuna da Freguesia, eram moças as quais ele tinha o direito sobre seus corpos, para manter relações sexuais ilícitas.

Dona Diva relatou que sua mãe, Agostinha, nasceu a partir da relação sexual ilícita que tivera Tibúrcio Barreiros com a filha da escrava Maximiliana, chamada de Maria, com apenas 13 anos de idade.

⁴⁰³ENTREVISTA com Diva Ramos da Silva, concedida em 7 de outubro de 2012.

⁴⁰⁴ ENTREVISTA com Diva Ramos da Silva, concedida em 7 de outubro de 2012. Ver o assunto em CARVALHO, M. C. M. de. **A Família Cazumbá...**

Outras narrativas vão igualmente favorecer as histórias das crianças em torno das fazendas, cumprindo pequenas tarefas junto a suas mães, como recordou Expedito.⁴⁰⁵ Cleusa, também conta as histórias que ouvira de sua sogra Djanira, fala sobre as mães escravizadas que iam aos poços buscar água para abastecer a casa na companhia de crianças atadas aos seus corpos⁴⁰⁶. As mães, geralmente, faziam algum tipo de atividade na roça, fosse na capina de mandioca, fumo, milho ou feijão e, ao final da tarde (também poderia ser no início da manhã), buscavam água. Nas narrativas, as mães escravizadas faziam os trabalhos na lavoura ou domésticos, acompanhadas de seus filhos menores.

Retornando as narrativas de Dona Diva, essas mães com apenas 12-14 anos, eram igualmente consideradas crianças, e além do trabalho que deveriam executar, participavam da reposição da mão de obra escrava, através da reprodução endógena. Essas crianças contavam com a ajuda de outras crianças para o cuidado de seus filhos em terna idade. Ou então contavam com a ajuda de uma escrava idosa, como narrei no início deste texto.

As narrativas orais são recheadas de histórias de pessoas que viveram no período da escravidão. Enquanto os documentos escritos omitem esses detalhes, as narrativas dão contam. Mesmo assim, através do cruzamento de dados nominais, detectei indícios que endossam as memórias geracionais. Com a ausência do sobrenome da criança nos assentos de batismo, a existência de Tibúrcio Barreiros foi inicialmente comprovada a partir da lápide no cemitério de São Gonçalo dos Campos, sendo seu nascimento em 1855⁴⁰⁷. Através dos relatos orais, descobri que a localização das terras da Fazenda Arengas, a propriedade rural de Tibúrcio, ficava nas proximidades das Fazendas Tabuleiro, Dendê, Terra Dura, Boa vista e Murin, todas tratadas neste texto. Com mais detalhes Carvalho diz que,

Tibúrcio aparece em diferentes períodos da história. Nasceu em 1855, ano ulterior ao tráfico transatlântico de escravos e à promulgação da Lei de Terras; vê serem estabelecidas a Lei do Ventre Livre, a Lei do Sexagenário e, por fim, a abolição da escravatura. Nos anos subsequentes à Proclamação da República, Tibúrcio surge como conselheiro da Câmara e como um grande proprietário latifundiário na cidade, com consideráveis números de reдеiros em suas propriedades⁴⁰⁸.

⁴⁰⁵ ENTREVISTA, Expedito Pinheiro de Carvalho, nascido em 1 de maio de 1940, entrevista concedida em 25 de março de 2011.

⁴⁰⁶ ENTREVISTA, Cleusa Machado de Carvalho, nascida em 22 de agosto de 1947, entrevista concedida em 15 de junho de 2011.

⁴⁰⁷ Lápide no cemitério de São Gonçalo dos Campos, 05 set. 2012.

⁴⁰⁸ CARVALHO, M. C. M. de. **A Família Cazumbá...**, p. 115.

Tibúrcio não é o personagem principal desta pesquisa, mas as crianças escravizadas que eram sua propriedade. A citação acima sobre a vida deste proprietário serve apenas para definir o período que abrangem as narrativas geracionais.

A lápide do cemitério foi utilizada como fonte para a reconstituição da história, pois não encontrei registro de nascimento de Tibúrcio. Como foi relatado, os registros batismais apresentam a cor e a filiação da criança, porém, como não tinha informações a respeito das ancestrais de Tibúrcio, tentei resolver essa lacuna buscando as informações nas lápides do cemitério de São Gonçalo dos Campos.

As memórias e as fontes documentais vão desenhando as experiências das crianças no cotidiano de trabalho nas roças. A partir dos indícios, foi detectado que muito cedo as meninas tinham seus primeiros filhos e, desde então, eram acostumadas a viver longe deles ou a contar com a ajuda e a solidariedade das companheiras de labuta, para terem uma vida menos penosa no cativeiro.

As escrituras de compra e venda exibem o contexto das transações econômicas em que as crianças, na idade de 0 a 5 anos, estavam expostas. Essas fontes revelam, mesmo nas entrelinhas, que as crianças separadas de suas mães recebiam acolhimento de outras escravas nas fazendas para onde elas eram direcionadas. Por exemplo, Germina, de 10 meses de idade, em 1866, foi retirada por José Ricardo Gomes de Carvalho da convivência de sua mãe, a escrava Brasida⁴⁰⁹. Seu novo proprietário, José d'Almeida, era morador na Freguesia de Conceição da Feira. À primeira vista, Germina não só fora separada de sua mãe, mas teria indo para outra Freguesia. Todavia, fazendo o cruzamento dos nomes dos proprietários, foi possível identificar que ambos possuíam terras localizadas nas regiões adjacentes às duas freguesias: São Gonçalo dos Campos e Conceição da Feira.

A fazenda estava localizava a oeste da Freguesia, e partindo dos pontos cardeais e referências dadas no período, é possível definir as demarcações que suas terras limitavam com terras da fazenda Tabuleiro, de João Borges Falcão; e as terras das fazendas Murim e Boa Vista, de D. Inês de Oliveira⁴¹⁰. Portanto, mesmo identificado como morador da Freguesia de Conceição da Feira, José d'Almeida era proprietário de terras próximas à Freguesia de São Gonçalo dos campos, o que permitia a comunicação entre os proprietários, bem como, entre as mães escravizadas.

⁴⁰⁹APMC. Livro de Notas, n. 1, 1866-1868.

⁴¹⁰ APEB. Registros Eclesiásticos de Terras de São Gonçalo dos Campos. Livro nº 4807 (1857-1863)

Igualmente, observa-se a presença de José Ricardo Gomes de Carvalho em outras redes de transação escravagista. Recordando, este proprietário e negociante estava entre a parentela da falecida Ana Joaquina de São José Oliveira, sendo, portanto concunhado do comprador⁴¹¹.

Voltando à personagem principal desta história, Germina, reaparece em uma escritura de doação feita pelo comprador e sua mulher, D. Ignez Maria d'Oliveira, a sua escrava Eliza d'Oliveira Almeida, pela quantia de oitenta mil réis⁴¹², o mesmo valor pelo qual foi comprada.

O que levaria o casal de proprietários a comprarem uma criança escravizada para doar a uma escrava? Teria relação de parentesco, amizade entre as escravas Eliza e Brasida, mãe de Germina? Onde estaria Brasida? Qual a idade dessas escravas? Esses foram os primeiros questionamentos que vieram à minha mente. Entretanto, as relações de parentesco entre os proprietários me fizeram sugerir como a principal possibilidade para que a escrava Eliza ganhasse de seus senhores uma criança escravizada como doação.

Recordando as formações de redes de compadrio entre as escravizadas, notei que era costume entre as escravas de José Ricardo Gomes de Carvalho escolherem para batizarem seus filhos escravizados de outros plantéis. A constatação de relação de compadrio entre as duas escravas não pode ser confirmada, uma vez que o livro de batismo dos anos de 1866 a 1869 não foi encontrado. De todo modo, é possível que Eliza e Brasida tivessem algum tipo de parentela, e a compra de Germina pode ter sido decorrência de algum acordo estabelecido entre elas.

Por outro lado, os dados nos levam a sugerir que Eliza d'Oliveira Almeida usufruía de algum privilégio no âmbito da família senhorial. Sua trajetória, enquanto escrava que recebe a doação de uma criança escrava, revela mais uma dimensão singular do cotidiano da escravidão. Tendo em vista que era muito mais comum para as mulheres escravizadas ter filhos para serem retirados dos seus braços maternos, Eliza receberia uma filha nascida do ventre de outra mulher, na mesma condição social que a sua.

Quem seria Eliza para Germina: mãe ou senhora? Eliza empreendeu um importante papel na rede social dos seus senhores, inclusive adotou o sobrenome de sua senhora. Certamente, na medida em que atuava nos serviços prestados, conquistara a confiança e a satisfação de seus proprietários. No lugar da carta de alforria, talvez o modo mais comum de os senhores retribuírem serviços prestados e garantir fidelidade foi lhe doar uma escrava.

Assim, estou a tratar de uma mulher escravizada que “gozava de prerrogativas senhoriais”, pois se tornaria, ainda na condição de escrava, ambigualmente cuidadora de uma

⁴¹¹ APMC, Inventário de Ana Joaquina de São José Oliveira (1855-1857). 02/195195/2150.

⁴¹² APMC. Livro de Notas, n. 1, 1866-1868, 03 de abril de 1866. p. 28 v.

criança escrava que lhe fora doada. Os dados são esparsos para ousar dizer as razões que moviam a escrava Eliza. Todavia, é plausível que tenham criado arranjos familiares, unindo-se pelos laços de maternidade e solidariedade constituída no cativeiro. Florentino e Machado⁴¹³, através dos fragmentos das histórias de vida de mulheres escravizadas, revelam que davam acolhida às crianças que perdiam suas mães. Diversas pesquisas desvendam as estratégias e arranjos familiares, de compadrios e redes religiosas estabelecidas entre escravos e libertos, formando comunidades unidas, seja por laços de parentesco, amizade, afeto e/ou religiosidade⁴¹⁴.

Ao acompanhar aquela que iria ser responsável pelo seu cuidado nos primeiros momentos da sua vida, a criança escravizada, agora em uma nova propriedade, criará laços afetivos que transcendem as questões biológicas. Afirmam Góes e Florentino⁴¹⁵, que as crianças retiradas prematuramente de suas mães não cresciam sozinhas, sendo amparadas por outras escravas e escravos, mães/mestres que lhe ensinavam as primeiras palavras e as primeiras atividades laborais. Provavelmente, na comunidade escrava dos novos proprietários as crianças aprenderiam os comportamentos sociais de obediência aos seus senhores e igualmente aprendiam a criar laços de solidariedade, a lutar pela liberdade e sobreviver no cativeiro. Muitas meninas cresciam e se tornavam mães, que, de algum modo, tentaram agenciar para si e para seus filhos melhores condições de vida no cativeiro e a própria liberdade, como vimos na experiência da escrava Libânia.

5.2 O Trabalho da Criança Escrava nas Lavouras

Além dos filhos de Senhoria, de 2 e 4 anos de idade, outros dois tinham mais de 7 anos de idade. As demais crianças arroladas, com mais de 7 anos de idade, totalizavam 13 crianças. Nas declarações do inventariante Joaquim Simões de Araújo não estão presentes as especialidades de trabalho de seus escravos. A omissão foi detectada tanto com relação às crianças, como com os adultos. O inventariante só teve preocupação em expor os nomes, a faixa etária e a cor/origem/nacionalidade da população escrava.

⁴¹³ FLORENTINO, Manolo e MACHADO, Cacilda. Famílias e mercado: tipologias parentais de acordo ao grau de afastamento do mercado de cativos (século XIX). *Afro-Ásia*, n. 24, p. 51-70. 2000.

⁴¹⁴ REIS, João José. **Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835**. Edição revista e ampliada. 3 ed. São Paulo. Companhia das Letras, 2012; SLENES, Robert W. **Na senzala uma flor...**; MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. **Mulher, corpo e maternidade**. 50 textos críticos. Lilia Moritz Schwartz e Flávio dos Santos Gomes (Orgs.). São Paulo. Companhia das Letras, 2018.

⁴¹⁵ GOÊS, José Roberto; FLORENTINO, Manolo. Crianças escravas, crianças dos escravos. In: PRIORE, Mary Del. (Org.), **História das crianças no Brasil**. São Paulo. Contexto, 1999.

Parte dos inventários por mim consultados omitem os dados concernentes às atividades laborais dos escravos. Para resolver essa lacuna, busquei nos inventários que constam esses dados, fazendo aproximações dessas especializações a partir das instalações, utensílios de trabalho e atividades econômicas desenvolvidas nas propriedades.

Nos inventários da família Simões de Araújo estavam arrolados as terras que serviam para criar gados bovinos, equinos e ovinos. Bem como eram usadas para a plantação de cana-de-açúcar, fumo e mandioca⁴¹⁶. É convincente afirmar que o preparo do solo, a plantação das sementes, o cuidado, a limpeza das ervas daninhas e o cultivo eram realizados com a participação ativa das crianças maiores de 7 anos. De igual modo, os animais, especialmente de pequeno porte, eram cuidados com o auxílio das crianças escravas, muitas delas (possivelmente com idade entre 12 e 14 anos), as quais poderiam ser consideradas como vaqueiro⁴¹⁷, independentemente de receberem essa qualificação. Como no engenho, também foram arrolados os acessórios do fabrico da farinha, assim preconizo a participação nas tarefas da raspar a mandioca até a sua torragem. Assim, o trabalho das crianças escravizadas nesse engenho pode ser mensurado a partir das atividades econômicas relacionadas nos inventários.

A preparação dos campos para a produção fumageira compreendia a limpeza das florestas densas, a coivara e a queimada. Esse tipo de serviço era feito geralmente por homens. A outra etapa consistia em cavar as covas onde seriam plantadas as mudas de fumo. Nos locais que eram considerados menos férteis, os senhores utilizavam o esterco de gado para adubar a terra. Os escravos retiravam os estrumes de gado dos currais e levavam até onde fariam as roças fumageiras, espalhavam na roça para que outros escravos arrumassem nas covas onde as plantinhas seriam colocadas. Esses serviços eram considerados mais pesados, sendo executado pelos escravos adultos.

Os serviços da lavoura eram muito complexos, não obstante, os escravos adultos e crianças, a partir dos 8 anos de idade, recebiam esta modalidade de trabalho escravo. Como na maioria das fazendas de fumo, a tradição oral e as fontes escritas têm insistido que o serviço da lavoura era feito por homens e mulheres, que labutavam em companhia das crianças, muitas delas filhas das escravas do mesmo domicílio, ou adquiridas através das diversas transações a que estavam submetidas.

Na disposição no inventário de Manoel Rodrigues de Almeida, proprietário da fazenda Tabua, as crianças escravas inventariadas, Jerônima, 11 anos; Maria, 11 anos; José, 7 anos;

⁴¹⁶APMC. Inventário de Joaquina de Santana (1863-1865). 02/213/2437. Fl.18-24.

⁴¹⁷ Dos 273 escravos listados nos 35 inventários, apenas um escravo foi declarado vaqueiro na Fazenda Limoeiro, de Maria Jerônima da Trindade. APMC, Inventário de Maria Jerônima de Trindade, (1829/ 1862). 02/218/2383.

Uicencia, 6 anos; João, 5 anos; e Antônio, 3 anos, apareceram como escravos do serviço da lavoura⁴¹⁸. Desse modo, em 22 de abril de 1864, período em que os lavradores de fumo cuidavam das roças de milho, feijão e amendoim, esses cativos eram alocados para trabalharem na limpeza das roças e no cuidado, para que a plantação crescesse viçosa e desse bons frutos. Nesse período, as sementes do fumo eram semeadas em locais apropriados, para que alguns meses depois fossem retiradas e plantadas separadamente.

Nos campos arenosos, as crianças, junto aos demais escravos arrolados no inventário, cuidavam do solo para receber as mudinhas de fumo. As rotinas de trabalho seguiam as estações, sendo a plantação de milho, feijão e amendoim nos meses de março, abril e maio e a plantação de fumo e mandioca nos meses de junho e julho. A preparação do solo e a plantação do fumo e dos demais produtos de subsistência, de acordo com Nardi⁴¹⁹, seguia o princípio da alternância do mesmo solo.

A grande extensão de terras da Fazenda Tábua, que partia da Estada Real ao Rio Jacuípe, fornece informações importantes sobre o ambiente cotidiano que Jerônima, Maria, José, Uicencia, João e Antônio vivenciaram, enquanto eram cativos. O serviço da lavoura designado às crianças escravizadas significava trabalho usual no campo, deveria tratar das atividades próprias das roças fumageiras e do cuidado com os animais.

Os detalhes dos serviços executados por crianças são incertos, porque nem os vestígios documentais, nem as tradições orais trazem as ocupações específicas de cada criança cativa. Desse modo, o escravo lotado no serviço da lavoura poderia fazer um gama de tarefa, as mais diversificadas possíveis. “Serviços da lavoura” é uma categorização genérica que abrangia os trabalhos de cavar, plantar e capinar, o que significa dizer que os chamados “negros mestres”⁴²⁰ que, de acordo com Antonil, realizavam tarefas de “torcer” ou “enrolar”, “juntar” e “passar” as cordas de tabaco e colocá-las em hastes de madeira⁴²¹, eram os mesmos que faziam o plantio e a colheita do gênero. Serviços feitos entre homens e mulheres, sem nenhuma distinção de sexo. Os escravos mais velhos, incapacitados pela idade ou alguma doença, e os mais jovens, que ainda não tinham completado a idade para o trabalho, não recebiam designação de trabalho específico.

⁴¹⁸ APMC, Inventário de Manoel Rodrigues de Almeida – 22 de abril de 1864.

⁴¹⁹ NARDI, Jean Baptiste. **O Fumo Brasileiro no Período Colonial: ...**

⁴²⁰ ANTONIL, André João. **Cultura e Opulência do Brasil**. São Paulo. Nacional, 1948, p. 151-4.

⁴²¹ LOPES, Gustavo Acioli. Caminhos e descaminhos do tabaco na economia colonial. DOSSIÊ CULTURA E SOCIEDADE NA AMÉRICA PORTUGUESA COLONIAL. **Revista MNEME** v. 5, n. 12, out./nov.2004. Disponível em [http://www.seol.com.br/mneme..p. 6](http://www.seol.com.br/mneme..p.6). MARQUEZE, Rafael de Bivar. **Administração e escravidão: ideias sobre a gestão da agricultura escravista brasileira**. São Paulo. Hucitec, 1999.

Os descendentes de escravos relatam que o trabalho nas roças era feito, de igual modo, entre homens e mulheres, porém as crianças recebiam tarefas mais leves. Em termos práticos, os serviços da lavoura poderiam ser os de preparação dos solos, coivara, queimada, cavar cova, semeadura, adubação, plantar a mudinha nas covas e o cuidado durante todo o processo de germinação para não deixar a plantinha “melar”⁴²². Cuidava-se para o sol não queimar as folhas, para lagartas não danificarem ou animais entrarem na roça e destruírem a plantação. Ao tratar do trabalho nas lavouras fumageiras durante o século XIX, Barickman⁴²³ destaca a relação entre o escravo e o senhor, que nas pequenas propriedades iam trabalhar sol a sol, e que as atividades eram menos pesadas que aquelas executadas nas lavouras açucareiras, relatando algumas tarefas básicas realizadas pelos escravos.

No período da colheita, feita semanalmente – corte do fumo para secagem –, os escravos equilibravam em suas cabeças cestos de fumo que eram levados para o estaleiro (local ao sol, ou nas paredes da casa) para secar. Depois de ficar pendurado no estaleiro, o trabalho consistia em despencar as folhas secas dos caules para serem enroladas ou transformadas em manocas. A maioria das mulheres escravizadas trabalhava na separação do caule das folhas secas e no cuidado das folhas para serem armazenadas até a época que fossem comercializadas. As crianças tinham suas tarefas próprias, ajudando as escravas na separação das folhas e no descarte dos caules. Os homens se dedicavam ao trabalho nas roças, à limpeza da plantação e à retirada dos “olhos” – desolhar era retirar a parte da planta que nascia entre a folha e o caule, com intuito de manter a planta viçosa e crescendo, sendo possível cultivar por mais vezes.

Evidentemente, o tipo de atividade econômica que realizavam determinava as condições de trabalho e de vida dos cativos. Desse modo, os escravos de uma fazenda fumageira obedeciam às características próprias dessa produção: na região de Sergi, localizava-se a Fazenda Taquaris, de Antônio José de Souza, inventariado em 1823, que utilizava a mão de obra de 58 escravos, seis dedicados ao serviço da casa, dois carreiros, dois mestres fumeiros, um mestre enrolador, um fumeiro e os demais do serviço da enxada. A partir do inventário, que lista as atividades realizadas por escravo e os utensílios e construções da fazenda, é possível sugerir que esse proprietário igualmente se dedicava ao cultivo do fumo, lavoura de subsistência e criação de gado. Chama atenção entre as benfeitorias 18 senzalas e um armazém de fabricar tabaco, que demonstram o porte significativo do local⁴²⁴,

⁴²² Para não causar a morte da planta ainda no estado de germinação.

⁴²³ BARICKMAN, **Um Contraponto...**

⁴²⁴ APMC. Inventário Antônio José de Souza. 1823.

Na fazenda Itaquari, como na maioria das fazendas fumageiras, as crianças experimentavam as etapas do plantio com suas mães biológicas ou na presença de outras escravas e escravos adultos, trabalhando na preparação das sementeiras e do solo, do plantio, da colheita, acompanha as etapas do corte, secagem e enfardamento nos armazéns das fazendas para serem transportados para os centros urbanos (vilas) mais próximos ou conduzidos ao trapiche.

Pinheiro⁴²⁵, ao discutir a experiência de trabalho de crianças em Salvador, a partir da leitura de inventários, constatou que na região urbana as crianças tinham variadas especialidades. Tendo em vista o campo deste estudo, reputada região rural, em que as economias de exportação e subsistência caminhavam consorciadas, as escravas e os escravos ocupados nessas atividades apareciam nas documentações exercendo trabalho doméstico e serviço de lavoura.

Nas diversas atividades econômicas desenvolvidas na Freguesia, as crianças escravizadas estavam presentes: nas roças de subsistência, especificamente na produção de mandioca, trabalhavam semeando as manivas e capinando a plantação de mandioca; no período da colheita juntavam as mandiocas que seriam levadas para raspar no carro de boi até a casa de farinha; na casa de farinha se ocupavam na tarefa de raspar a mandioca, em seguida ajudavam a colocá-la para ralar e, por fim, lidavam com a massa e a farinha.

Do mesmo modo, participavam ativamente em todo o processo de plantio do fumo. As crianças cativas executavam as diferentes atividades da produção da farinha de mandioca. Não obstante, Silva⁴²⁶, na sua pesquisa sobre as mulheres charuteiras no Recôncavo da Bahia, destaca o papel das mulheres (escravas, libertas e livres) na disseminação da cultura fumageira, através de seus filhos:

As mulheres, de todas as idades, estavam presentes na lida agrícola, elas que, culturalmente, eram as únicas responsáveis por todo o serviço doméstico e o cuidado com as crianças. Estas últimas já cresciam na lida, lado a lado a seus irmãos e irmãs, pais, mães e avós, aprendiam, desde cedo, a trabalhar nas várias etapas que envolvia a fumicultura.⁴²⁷

As mulheres charuteiras, de acordo com Silva, combinavam as atividades domésticas e o cuidado com as crianças com as etapas de trabalho na fumicultura. Esse fragmento que trata

⁴²⁵ PINHEIRO, Maria Cristina Luz. **Das Cambalhotas ao Trabalho:..**

⁴²⁶SILVA, Elizabete Rodrigues da. **As mulheres no trabalho e o trabalho das mulheres:** um estudo sobre as mulheres fumageiras do Recôncavo baiano. 2011. 254 f. Tese de Doutorado. Universidade Federal da Bahia-UFBA. Salvador. 2011.

⁴²⁷SILVA, Elizabete Rodrigues da. **As mulheres no trabalho e o trabalho das mulheres:....**, p. 69.

das mulheres no contexto de liberdade direciona nosso olhar para as mulheres cativas, que além das atividades domésticas (em alguns inventários não apareciam mulheres com essa categoria de serviço), eram da especialidade do serviço da lavoura e na hora livre cuidavam de seus filhos, caso não fossem retirados de seus braços com alguns meses de idade para serem doados ou vendidos.

Contribuiu com esta pesquisa José Vicente Pereira⁴²⁸, morador do bairro periférico, denominado de Lagartixa. Suas narrativas transgeracionais, remontam a formação do bairro a partir do povoamento por ex-escravos e descendentes que trabalhavam nas lavouras de fumo e mandioca, na Fazenda Cruz. Parte dessa Fazenda foram adquiridas por seus ancestrais, os Cazumbá, entretanto, os grandes proprietários, circunvizinhos as terras da família, expropriaram-vos⁴²⁹. Sua mãe, Maria José Cazumbá Pereira, filha de Joana Cazumbá, nasceu e cresceu nesta região. Sua introdução no mundo do trabalho se deu a partir de atividades na roça. Igualmente realizou trabalhos como lavadeira na Associação de Proteção a Maternidade Inês Correia⁴³⁰, atualmente extinta. O trabalho de lavadeira era realizado paralelamente ao trabalho na roça familiar. Além dessas atividades Maria José Cazumbá Pereira, também exercia o ofício de rezadeira, atividade que faz atualmente. Como rezadeira, rememorou os seus descendentes as experiências de seus ancestrais, nas atividades nas roças fumageiras e mandioqueiras localizadas nas imediações.

Nas memórias transgeracionais transportadas por José Vicente as crianças não tiveram vida fácil, mas que não eram submissas aos proprietários. Eram tratadas como adultos fazendo as mesmas atividades nos diversos serviços da lavoura fumageira, e por isso muitas vezes se rebelavam, reclamando do trabalho que faziam. Uma criança, que foi criada por um escravizado de origem iorubá, aprendeu com ele a língua de origem africana, e os ensinamentos não se restringiram apenas à língua, mas a resistir ao trabalho forçado. Nessa memória, José Vicente conta as narrativas que escutou de suas tias, que lembram um dos mais importantes levantes escravos acontecido na Bahia do século XIX, o Levante dos Malês, objeto de investigação de João José Reis⁴³¹. De acordo com o autor, o levante teve grande sucesso devido à adaptação cultural dos africanos na realização das alianças interétnicas e o aprendizado do nagô, língua desconhecida no Brasil, pelos escravizados, libertos e livres

⁴²⁸ ENTREVISTA, José Vicente Pereira, nascido em 19 de julho de 1960, entrevista concedida em 18 de agosto de 2019.

⁴²⁹ Sobre a expropriação das terras da família Cazumbá ver: CARVALHO, Maria Cristina Machado. **A Família Cazumbá...**

⁴³⁰ Fundada e construída por doação feita pela comunidade sangonçalenses no anseio de melhor assistir as futuras mães, por volta da década de 1960, a Maternidade Inês Correia, pela Igreja Católica.

⁴³¹ REIS, João José. **Rebelião escrava no Brasil...**

africanos. De acordo com o pesquisador, a etnia da maioria dos envolvidos no Levante dos Malês era de origem iorubana (grupo étnico linguístico africano).

Na interpretação para esta narrativa oral, vemos a capacidade da aquisição de uma língua imbricada a vivências no mundo cativo, incluindo a resistência aos abusos praticados pelos senhores. O aprendizado de uma língua africana implica diretamente na aquisição e no uso de um código que se adequava aos valores e às necessidades dos cativos e às circunstâncias da escravidão e se transformava em elemento de resistência e mudança da condição social. A memória geracional dos descendentes de escravos na Freguesia de São Gonçalo dos Campos acrescenta as experiências de trabalho das crianças escravizadas e o contato com escravizados de origem africana, que se dedicaram a ensinar a essas crianças crioulas a língua iorubá, como ato de resistência ao cativo, o que motivou a rebelião de escravizados adultos e crianças, e a fuga de muitas crianças, tendo o africano adulto como líder⁴³².

Ainda, os descendentes de escravos recordam, com muita facilidade, o ambiente das fazendas em que seus ancestrais trabalhavam como escravos. Em suas memórias podem ser avistadas as árvores frutíferas, bem como aparecem nos inventários. As jaqueiras e cajueiros copiosos, onde embaixo eram avistados pés de café.

Na maioria dos inventários os pés de café não foram declarados, talvez porque não existia quantidade significativa para que ocupassem as linhas de um registro cartorial. Todavia, no inventário de Maria Jerônima de Trindade, por exemplo, a produção agrícola estava relacionada ao cultivo de fumo, farinha e café⁴³³, nesta fazenda que possuía um solo mais argiloso, no quintal, embaixo dos cajueiros, foram plantados muitos pés de café. Em quantidade menos abundante, era coletada pelas crianças, que depois de colhido colocava-o para secar e era torrado em seguida. As crianças colhiam o café e as mulheres torravam e moíam. Esse café servia para a sobrevivência da família, no caso de excedente era vendido em vendas próximas⁴³⁴.

Não só com relação ao café as famílias escravas colhiam para si. As memórias desvendam a colheita e o uso do refúgio entre crianças e mulheres escravas para formar uma economia própria. Os escravos adultos utilizavam desse refúgio comercializando nas vendas

⁴³² ENTREVISTA, José Vicente Pereira, nascido em 19 de julho de 1960, entrevista concedida em 18 de agosto de 2019.

⁴³³ APMC. Série. Provincial. Inventários. Caixa 218.

⁴³⁴ ENTREVISTA, Expedito Pinheiro de Carvalho, nascido em 1 de maio de 1940, entrevista concedida em 25 de março de 2011.

próximas às fazendas. O apelido *lavoura de pobre* dado por Nardi⁴³⁵ para refletir sobre a expansão da lavoura fumageira do quintal para a roça, dá conta de justificar as experiências das crianças e mães escravizadas que colhiam os refugos para vender e formar sua economia. Portanto, a economia fumageira e de subsistência criaram dinamicidade e redes em torno de sua produção e comércio – cultivado até mesmo em jardins e quintais, através do trabalho realizado por crianças, abrindo uma nova expectativa de liberdade.

Assim, as crianças catavam o “baixeiro” ou refugo – folhas de fumo estragadas que ficavam na parte de baixo do caule desta planta. Sempre bem cedo, ao amanhecer, quando as folhas de fumo ainda estavam úmidas pelo sereno da noite e, portanto, macias, além de mais pesadas, visto que o fumo era vendido a peso, eram apanhadas na roça e amarradas em fardos que pesavam, aproximadamente, de meio a 1 quilo, e levados à venda para serem trocados por mercadorias ou vendidos por alguns réis⁴³⁶. Barickman, evidencia como essas atividades agrícolas dão aos escravos possibilidade de cultivarem suas próprias roças e, através delas, sustentarem a si e aos seus. Não resta dúvida de que as não tão expressivas alforrias foram adquiridas mediante a quantia que os escravos conseguiam juntar a partir de suas roças. Nesse contexto, Clíssio Silva⁴³⁷ observou o movimento de escravos que formavam famílias escravas e livres de outras regiões, bem como tinham sua economia, até mesmo através da criação de gado bovino. Sobre isso, Fraga afirma que,

estudos recentes ressaltam que as atividades agrícolas independentes eram vantajosas para os senhores, pois diminuía gastos com a subsistência e mantinham os cativos ligados às propriedades. Mostram ainda, que o cultivo de roças conferiu aos escravos espaços de independência pessoal na produção da própria subsistência e na comercialização do que era cultivado.⁴³⁸

As crianças escravizadas cresciam no cenário natural e social da produção de fumo, formado por um conjunto de situações e apetrechos específicos da lavoura fumageira e de subsistência. Assim, suas experiências são marcadas pelas mãos e os aventais sujos de cerol de fumo, sentido o aroma forte da planta, verde ou seca. Ao olharem para os telhados das casas e/ou dos armazéns, avistavam-nos cheios de fumo. Do lado de fora eram percebidos os fardos de fumo sobre os animais, transitando entre as casas/fazendas, os armazéns nas

⁴³⁵ SCHWARTZ, Stuart **Segredos Internos:...**, p. 84-85; NARDI, Jean Baptiste. **O fumo brasileiro no período colonial...**

⁴³⁶ ENTREVISTA, Cleusa Machado de Carvalho, nascida em 22 de agosto de 1947, entrevista concedida em 15 de junho de 2011.

⁴³⁷ SANTANA, Clíssio Santos. **Ele queria viver como se fosse homem livre:...**

⁴³⁸ FRAGA, Walter. **Encruzilhadas da liberdade:...**, p. 42.

fazendas e os armazéns nos centros urbanos. Além do fabrico da farinha como economia associada ao fumo, todos são elementos peculiares que definiram e caracterizaram não só a região, como as experiências dessas crianças e os tipos de relações que teciam no seu cotidiano.

5.3 O Trabalho Doméstico

Os registros comprovam as referências bibliográficas evidenciando que as crianças cativas desempenhavam funções ligadas à lavoura, ou como genericamente se tornava visível nos documentos: serviço da lavoura, mesmo que muitas delas exercessem duplo ofício, neste caso, acrescenta-se o serviço doméstico.

O trabalho doméstico era uma parte importante das atividades de crianças escravizadas na Freguesia. Os escravos e escravas dos serviços domésticos exerciam atividades de: mucamas, lavadeiras, engomadeiras, costureiras, amas de leite, pajens, copeiros e cozinheiros. Supriam as residências de água, retiravam o lixo doméstico e os dejetos humanos eram transportados e despejados em cursos d'água ou em matos mais próximos à residência de seus senhores. Trabalhavam na cozinha, no preparo dos alimentos, na limpeza da casa, no lavar e engomar a roupa, no corte da lenha, na matança e no trato dos animais domésticos. À noite, recolhiam-se às senzalas, quartinhos no fundo do quintal, às cozinhas ou corredores das residências para descansarem da faina e se prepararem para o dia seguinte⁴³⁹. Ao tratar sobre o trabalho doméstico nos centros urbanos, Pinheiro⁴⁴⁰ destacou que os escravos trabalhavam dia e noite, incessantemente, nas diversificadas atividades do serviço doméstico, desde o preparo dos alimentos, a limpeza da casa, o lavar e engomar a roupa, o corte da lenha, a matança e o trato dos animais domésticos até o abastecimento da residência com água.

Conforme as narrativas de José Vicente Pereira, os trabalhos domésticos feitos pelas crianças que moravam na região eram: descartar urinas e fezes dos senhores; coletar lenha nas matas para cozimento dos alimentos e fazer a farinha de mandioca.

Quanto à alimentação, o depoente lembra que suas avós contavam que eram os restos dos alimentos rejeitados pelos senhores. Remonta a histórias que demonstram que as crianças atuaram como protagonistas de suas vidas. Apesar de estarem inseridas no pesado trabalho das fazendas policultoras, conseguiram no tempo de folga um espaço para inserirem em sua dieta a caça. Desse modo, José Vicente relembra que, através das capturas das caças, as

⁴³⁹ SCHWARTZ, Stuart. **Segredos Internos...**

⁴⁴⁰ PINHEIRO, Maria Cristina Luz. **Das Cambalhotas ao Trabalho:...**

crianças escravizadas faziam uma alimentação mais saudável e nutritiva, e ressalva que se os senhores tivessem conhecimento que as caças eram boas, tomavam para si.

José Vicente Pereira, finaliza seu depoimento dizendo que a “alimentação era basicamente em folha, frutos silvestres e escrava e vísceras de animais”⁴⁴¹. Contradizendo as narrativas orais sobre a alimentação do Recôncavo, Barickman, ao tratar sobre a produção da farinha de mandioca, adverte a respeito de sua importância alimentícia. Segundo o autor, além do seu valor comercial e o abastecimento das embarcações para suprir os escravos durante a travessia Brasil-África, esse gênero alimentício era indispensável na dieta diária dos escravos, dos pobres e ricos moradores do Recôncavo ou da Capital da Província⁴⁴².

Bem, a pesquisa de Barickman se esforça para dar conta das atividades econômicas desenvolvidas na região do Recôncavo. Sua observação a respeito da farinha, como sendo considerada um rico alimento para nutrição dos escravizados, exibem o interesse dos proprietários de terras, nas diferentes faixas de fortunas, não abrirem mão de sua produção. Além do mais, o autor destaca que era permitido aos escravizados fazerem suas roças no tempo de folga, pois a produção da alimentação pelo próprio escravizado diminuía os custos para seus proprietários. Desse modo, a tradição oral acrescenta que não só a farinha de mandioca era usada como alimentação dos escravizados, bem como a caça e as folhas coletadas pelas crianças escravas, quando não estavam fazendo algum tipo de atividade compulsória.

Nas memórias contadas por José Vicente, as crianças, com suas atividades diárias, conseguiam até alimentar os escravos mais velhos, inaptos ao trabalho. Diz que especialmente através da coleta de folhas “bredo, língua de vaca, quioiô, que também servia de tempero, alfavaca”⁴⁴³. Em suas narrativas, José Vicente vai deixando evidente que as crianças eram espertas e não faziam as atividades designadas sem esperar um retorno para si. Fosse esse retorno em forma de compadrio, de melhor alimentação ou de liberdade do cativeiro.

Muitos conseguiam se infiltrar na casa da fazenda, para a realização de algum trabalho, ganhando com isso a simpatia das negras mais velhas e de muitos senhores, porque essas crianças serviam como uma espécie de brinquedo para seus filhos. Muitas crianças filhas dos senhores usavam as crianças escravizadas como cavalos, montando em suas costas. A narrativa diz que “às vezes, com muita perversidade, amarrava-lhes cordas ao pescoço e

⁴⁴¹ ENTREVISTA, José Vicente Pereira, nascido em 19 de julho de 1960, entrevista concedida em 18 de agosto de 2019.

⁴⁴² BARICKMAN, J. B. **Um Contraponto...**, p. 53, 76, 96 e 101.

⁴⁴³ ENTREVISTA, José Vicente Pereira, nascido em 19 de julho de 1960, entrevista concedida em 18 de agosto de 2019.

saiam andando pelo terreiro, como se fosse cavalo, às vezes coloca-lhes corda pela boca imitando bride⁴⁴⁴. Essas narrativas expõem que no cotidiano as crianças escravas, na Freguesia de São Gonçalo dos Campos, bem como advertiu Mattoso⁴⁴⁵, aprendiam a viver em um mundo do senhor *versus* do escravo, dialogando com restrições e contradições do sistema escravagista.

Igualmente, as narrativas lembram as constatações de Gilberto Freyre sobre a perversidade com que as crianças brancas tratavam as escravas: “Beliscão medroso por parte das crias; doloroso e forte quando dado pelos meninos brancos”⁴⁴⁶. As crianças escravas “eram bois de carro, eram cavalos de montaria, eram bestas de almanjarras, eram burros de liteiras e cargas as mais pesadas”⁴⁴⁷. Dessa forma, na infância os filhos dos senhores e das escravas cresciam juntos, sendo companheiros de brincadeiras e travessuras, todavia a relação era mediada pelos sentimentos de posse, perversidade, agressividade e caprichos dos meninos brancos, e subserviência e obediência dos escravos. Assim, estes últimos adquiriam comportamentos, saberes e artimanhas, tornando-os úteis e produtivos.

5.4 O Trabalho nos Armazéns de Fabricar Tabaco

Nos armazéns de fabricar tabaco – casa coberta de palha ou telha, com uma porta e duas janelas, localizados nas terras das próprias fazendas fumageiras, onde eram armazenados os fumos retirados das roças depois da secagem – as atividades dos escravos estavam relacionadas ao beneficiamento do fumo. Não é possível traçar a especialidade de uma criança na execução desta tarefa, já as categorias para os escravos mais jovens são gerais, mas por meio dos diversos utensílios de trabalho é possível sugerir as atividades necessárias para o beneficiamento do fumo. Nos armazéns se encontram as gamelas de enrolar fumo, engenho ou gangorra de torcer, prensa, assentos com engenhos, tachos para cozinhar o tabaco com melaço de cana-de-açúcar e balanças. O beneficiamento significava a produção de fumo em folha, que segundo Nardi⁴⁴⁸ começou a ser produzindo por volta de 1750. Segundo

⁴⁴⁴ ENTREVISTA, José Vicente Pereira, nascido em 19 de julho de 1960, entrevista concedida em 18 de agosto de 2019.

⁴⁴⁵ MATTOSO, Kátia. *O Filho da Escrava...*, p. 52.

⁴⁴⁶ FREYRE, Gilberto. *Casa - grande & senzala:...*, p. 617.

⁴⁴⁷ *Op. Cit.*, p. 658.

⁴⁴⁸ NARDI, Jean Baptiste. *O Fumo Brasileiro no Período Colonial:...*

Almeida⁴⁴⁹, só a partir de 1840, o Recôncavo passou a investir na produção do fumo em folha, sustentando o crescimento econômico da região fumageira até meados do século XX.

Os armazéns de fumo dos centros urbanos, diferente dos localizados nas fazendas, eram estabelecimentos comerciais de compra e venda do fumo, onde se fazia a compra do fumo diretamente do produtor, muitas das vezes a partir do financiamento da produção, bem como do beneficiamento do fumo através do processo de escolha, destalação e separação dos fumos. Em seguida, o enfardamento, pesagem e distribuição dos fumos para as fábricas de charutos e distribuição para importação e exportação, atividades essas que fizeram parte das experiências das crianças escravizadas.

Desse modo, ao longo deste capítulo, tentei expor indícios que mostrassem as experiências das crianças escravas como mão de obra nas propriedades fumageiras da Freguesia de São Gonçalo dos Campos da Cachoeira, entre 1850-1871. Tratava-se de um período de mudanças no sistema escravocrata no Brasil, que se verificou com a extinção do tráfico transatlântico de África e o caminho do tráfico interprovincial. Assim, a substituição da mão de obra escrava se daria pela reprodução endógena, cultura disseminada entre os senhores de escravos da Freguesia.

Nesse contexto, as crianças – a partir dos oito anos de idade, especialmente – passaram a ser o principal alvo dos proprietários rurais interessados em aumentar suas populações escravas, já que com 8 anos as crianças escravizadas se iniciavam no mundo de trabalho. Antes disso, vivenciavam as relações sociais em torno da fazenda, sendo companhias do senhor, da senhora e/ou dos filhos, sendo moldados seus comportamentos e atitudes para quando escravo adulto se tornasse obediente e produtivo. Na lida nas roças de fumo e mandioca, essas crianças realizavam as mais diferentes atividades que a idade possibilitasse. Desse modo, os fragmentos das experiências das pequenas e pequenos cativos, tratados neste capítulo, contribuem para a compreensão de alguns aspectos do escravismo na Freguesia de São Gonçalo dos Campos do Termo da Cachoeira.

Sintetizando as análises feitas neste capítulo, podemos perceber que as crianças escravizadas na Freguesia de São Gonçalo dos Campos, de 0 a 5 anos ocupavam os espaços da casa dos senhores ou ficavam com escravas menores ou idosas, aprendendo os comportamentos de como ser um escravo bom e produtivo, sendo iniciadas no mundo do trabalho, em alguns casos, aos 5-6 anos de idade, fazendo atividades mais leves.

⁴⁴⁹ALMEIDA, Paulo Henrique de. **A manufatura do fumo na Bahia**. Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual de Campinas. São Paulo, 1983. p. 15.

Elas, desde tenra idade, estavam envolvidas nas especulações comerciais feitas pelos senhores nas vilas ou nas redondezas da Freguesia. Sua vida era medida pelo valor econômico, sendo separadas de suas mães biológicas, recebiam acolhimento nas comunidades escravas em que eram inseridas.

CAPÍTULO VI DA REPRODUÇÃO ENDÓGENA PARA O COMÉRCIO INTERPROVINCIAL: COMPRA E VENDA DE CRIANÇAS ESCRAVIZADAS NA FREGUESIA DE SÃO GONÇALO DOS CAMPOS (1860-1888)

Não há muito atravessava eu, ao calor do meio dia, uma dessas regiões desertas de minha província; o sol abrazava: de repente ouvi um clamor confuso de vozes que se aproximavam, era uma immensa caravana de escravos com destino aos campos de São Paulo. Entre alguns homens de gargalheira ao pescoço, caminhavam outras tantas mulheres, levando sobre os hombros seus filhos, entre os quais se viam crianças de todas as idades, sendo toda essa marcha a pé, ensanguentando a areia quente dos caminhos.

[...]

E se acontece que durante a noite algumas dessas míseras escravas torna-se mãe, no dia seguinte a marcha da caravana não se interrompe, e o fructo querido de suas entranhas é condemnado a morrer no primeiro ou segundo dia da jornada si antes não é lançado em algum canto, ignorado a expirar pelo abandono... É o tráfico na sua mais horrenda forma...⁴⁵⁰

A epígrafe é o relato do deputado baiano Marcolino Moura, em 1880, testemunha ocular de um comboio de escravos traficados de Caetité para o oeste Paulista. Seu relato revela que um viajante podia se deparar com a terrível cena, embora corriqueira, de um grupo de escravos sendo conduzido para os locais de venda. Incluindo-se, entre eles, grávidas que se tornavam mães durante a viagem, mães escravizadas e seus filhos.

Parte importante da história das crianças escravizadas do Engenho São Luiz se conecta às experiências de crianças escravizadas nas demais fazendas policultoras da região, que se insere na história das negociações e do comércio e tráfico de escravos. Este capítulo visa discutir as possibilidades comerciais de crianças cativas, através das análises de escrituras de compra e venda e procurações, para compreender a lógica do uso da mão de obra de crianças escravizadas e como ocorria sua distribuição.

Profício, Possibruio e Joemia, retomamos aqui as histórias dessas crianças escravizadas, filhas da escrava Senhoria, tempos depois do falecimento da proprietária Maria Joaquina de Santana. Essa família permaneceu junta depois da partilha da herança, que ficou com o inventariante e herdeiro Joaquim Simões de Araújo⁴⁵¹. A ligação nominativa, através

⁴⁵⁰ ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS (1880). v. 38. Apud Robert Conrad (1975, p.70). In: SILVA, Ricardo Tadeu Caíres. A participação da Bahia no tráfico interprovincial de escravos (1851-1881). 3º ENCONTRO DE ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL. In: <http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos3/ricardo%20tadeu.pdf>. Acesso em 22 mar. 2017.

⁴⁵¹ APMC. Inventário de Maria Joaquina de Santana (1863-1865). 02/213/2437.

dos inventários de Maria Joaquina de Santana e de Joaquim Simões de Araújo, tornou possível seguir a escrava Senhora e seus filhos. Ali, acompanhando as declarações a respeito dos bens partilhados, foi possível perceber que os laços familiares matrilineares permaneceram intocados, como mostraremos adiante.

Maria Joaquina de Santana, na ocasião do seu falecimento, deixou para seus herdeiros 80 escravos. Destes, 57 escravos pertenciam ao Engenho São Luiz; dois foram declarados como escravos da Fazenda Macaco, localizada em Santo Amaro⁴⁵²; os outros 21 escravos foram repartidos entre os demais herdeiros. Assim, Joaquim Simões herdou 59 escravos, dentre os quais encontramos a escrava Senhora e seus filhos.

No inventário de 1873, de Joaquim Simões de Araújo, a população escrava quantitativamente dá a impressão que não teve grandes alterações naquela comunidade. Dez anos depois da repartição dos bens de Maria Joaquina de Santana (1863-1865), Joaquim Simões de Araújo (1873-1875) possuía 37 escravos. Deste total, nove não apareciam entre aqueles que ficaram como herança para Joaquim Simões de Araújo. Outros 29 escravizados que estavam presentes no rol de escravos de Joaquim Simões já não apareciam em 1875.

A partir desses indícios surgem os seguintes questionamentos: O que aconteceu com os 29 escravos que não aparecem no inventário de 1875? Será que conquistaram a alforria? Será que teriam falecido? Ou então foram comercializados? Bem, as pistas nos levam para diversos caminhos. O primeiro deles é o falecimento. Duas escravas, Francisca e Marcela, foram declaradas como falecidas. Não aparece o motivo do falecimento, porém é importante apontar que Marcela estava entre os escravos deixados por Maria Joaquina de Santana, já Francisca não. Possivelmente, Francisca, com 30 anos de idade, fora adquirida por Joaquim Simões através de algum tipo de negociação (compra, troca, permuta, doação, entre outros). Nossa conhecida, Libânia, não aparece entre os escravos em 1875. O que teria acontecido com Libânia? No Capítulo I, analisamos as experiências de Libânia. Como vimos, em 1888, sua filha Francisca fez um requerimento ao Juiz de Órfão solicitando o reconhecimento de sua maioridade. Na ocasião, identificou-se como filha da escrava Libânia e de Joaquim Simões de Araújo.

O conteúdo deste requerimento, bem como a ascendência escrava de Francisca, já foram mostrados muitas vezes ao longo desta tese, todavia, faz-se necessário voltarmos a expor a condição de Libânia às vésperas da abolição da escravatura. Conforme os indícios no requerimento, Libânia permanecia na condição de cativa. Tudo indica que, após ter dois filhos de seu senhor, Joaquim Simões de Araújo vendeu, não sabemos a quem, pois não

⁴⁵² APMC. Inventário de Maria Joaquina de Santana (1863-1865). 02/213/2437.

encontramos escrituras de compra e venda, porém, por permanecer na condição de escrava e por se manter em uma suposta inexistência, de 1873 a 1888, aparecendo primeiramente no requerimento de sua filha Francisca, como escrava, e, em seguida, a própria Libânia solicita ao Juiz de Órfão o reconhecimento da maioria de seu filho Emílio, em 1889, já na condição de livre, leva-nos supor que sua liberdade foi concedida posterior à Lei Áurea. Assim como, sugerimos que de alguma forma ela teria participado da vida de seus filhos, no período em que ainda se encontrava como cativa.

Bem, além da experiência de Libânia, a qual julgamos, tinha sido vendida, outras histórias de pessoas escravizadas são igualmente instigantes ao nosso olhar, levando-nos a supor que Joaquim Simões de Araújo optou não apenas por repor sua população escrava, através da reprodução endógena, como desenvolveu o comércio de escravos. No intervalo entre os inventários de Maria Joaquina de Santana e Joaquim Simões muita coisa aconteceu para aquela comunidade escrava. Senhorita, com 50 anos de idade, trabalhando no serviço da lavoura, avaliada por 350.00 réis, teria sido separada de seu filho Possibruio – este que não foi encontrado entre o rol de escravos em 1875. Desse modo, a pergunta que fica é: o que aconteceu a Possibruio? Qual teria sido seu destino nesse intervalo de um pouco mais de dez anos? E o que significa isso para nosso estudo?

Bem, Senhorita continuava convivendo com outros dois filhos: Profício, com 24 anos de idade, do serviço da lavoura, avaliado por 1.100.00 réis, e Joemia, 15 anos de idade, do serviço da lavoura, avaliada por 700.00 réis⁴⁵³. Além deles, ela teria mais duas crianças: Hermínia, crioulinha de 10 anos de idade, avaliada por 400.00 réis; e Nicolau, crioulinha, de 5 anos de idade, avaliado por 200.00 réis. Outros três escravizados, adultos, não identificados nos bens herdados por Joaquim Simões de Araújo, aparecem no inventário deste proprietário em 1875, mas não constam suas procedências.

Esses indícios sobre a vida de Libânia, Possibruio e mesmo de Senhorita exibem que no Engenho São Luiz existia uma intrigante movimentação de escravizados. Podemos supor que este senhor se envolveu em copiosas transações efetuadas entre os proprietários daquela região, como comercialização, penhora, doação e alforria. Da mesma sorte, estava suscetível à morte de seus escravizados.

Outro indício sobre o decréscimo da comunidade escrava do Engenho São Luiz pode ser explicado através da omissão de parte dos escravos pelo inventariante Ernesto de Carvalho⁴⁵⁴. Como vimos nas denúncias apresentadas no primeiro capítulo⁴⁵⁵, o inventariante

⁴⁵³ AFJMSG. Inventário de Jerônimo Francisco da Silva (1841-1865). Caixas Avulsas.

⁴⁵⁴ AFJMSG. Inventário de Jerônimo Francisco da Silva (1841-1865). Caixas Avulsas.

⁴⁵⁵ Ver o primeiro capítulo desta tese, p. 35-45.

teria levado alguns escravizados para serem negociados em Salvador. Assim, consideramos bastante provável que Libânia tenha sido vendida pelo seu proprietário, logo após ela ter gerado dois filhos dele. Bem como, Possibruio certamente fora comercializado, sendo esta a preposição aceita para compreendermos o seu desaparecimento do inventário de Joaquim Simões de Araújo (de 1873 a 1888).

A investigação deste caso e das redes mobilizadas através dele nos coloca diante da movimentação da comunidade escrava deste Engenho, assim como diante do contexto socioeconômico em torno do comércio de cativos na Freguesia de São Gonçalo dos Campos, na segunda metade do século XIX. Este estudo foi feito através da análise de escrituras de compra e venda e de procurações com finalidades comerciais de crianças cativas.

6.1 Fontes Esparsas, mas Confirmam Negociações

A investigação das escrituras de compra e venda, documentos de caráter oficial, contribui para o entendimento de como era praticado o mercado de crianças escravizadas na segunda metade do século XIX, na Freguesia de São Gonçalo dos Campos. Através deste documento, os escravos, considerados propriedades, eram formalmente comercializados por seus senhores por meio desse instrumento público, e lavrado em cartório.

Conforme Rafael da Cunha Scheffer⁴⁵⁶, o Decreto n. 2.699, promulgado em 28 de novembro de 1860, tornou obrigatória a realização da escritura pública no ato da transferência de escravos e da arrecadação do imposto da meia siza, ou seja, a cobrança de 5% sobre a transferência da propriedade cativa, por compra, venda, doação ou outra forma de transferência. A cobrança de meia siza foi instituída originalmente no Brasil em 1808, com a chegada da família real, para obter mais recursos⁴⁵⁷, através do Alvará publicado em 3 de junho de 1809. No Decreto n. 2.699 está disposto:

Art.1º O imposto da meia siza estabelecida pelo Alvará de 3 de Junho de 1809 § 2º será arrecadado na razão de quarenta mil réis por cada escravo que por qualquer modo fôr vendido, permutado, adjudicado, arrematado, dado ou cedido em solução de dívida, ou alienado em virtude de renúncia, e qualquer outra transacção equivalente á compra e venda, ou troca. (Lei nº 1.114 de 27

⁴⁵⁶ SCHEFFER, Rafael da Cunha. Comércio de cativos através das fontes cartoriais: possibilidades e seus limites. XXVII. SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. CONHECIMENTO HISTÓRICO E DIÁLOGO SOCIAL. Natal- RN. 22 a 26 de julho de 2013. In.: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364739513_ARQUIVO_ArtigoRafaeldaCunhaScheffer.pdf. Acesso em 22 mai. 2018.

⁴⁵⁷ SCHEFFER, Rafael da Cunha. **Comércio de escravos do Sul para o Sudeste, 1850-1888**: economias micro-regionais, redes de negociantes e experiência cativa. 2012. 342 f. Tese de doutorado em História – Universidade Estadual de Campinas. Campinas. SP, 2012. p. 29.

de Setembro de 1860 art. 12 § 7º e art. 15 do Regulamento nº 151 de 11 de Abril de 1842).

Art. 3º A escriptura publica he da substancia de todo e qualquer contracto de compra e venda, troca e dação in solutum de escravos, cujo valor ou preço exceder de 200\$000, qualquer que fôr o lugar em que taes contractos se celebrarem ou effectuarem.

§ 1º As escripturas serão lavradas por ordem chronologica em livro especial de notas, aberto, numerado, rubricado e encerrado na fôrma da Legislação em vigor, por Tabellião de notas legitimamente constituído, ou por Escrivão de Paz nos lugares designados pelo art. 1º da Lei de 30 de Outubro de 1830, e conterão, além das declarações exigidas pela Ordenação Liv. 4º, Tit. 78, §§ 4º, 5º e 6º e Tit. 80, § 7º, os nomes e moradas dos contrahentes, o nome, sexo, côr, officio, ou profissão, estado, idade e naturalidade do escravo e quaesquer outras qualidades ou signaes que o possuem distinguir.⁴⁵⁸

Conforme Carlos Roberto Antunes dos Santos⁴⁵⁹, o imposto referente à meia siza recebeu, em aproximadamente 50 anos, diversas reformulações, tendo por finalidade enquadrar o comércio interno de cativos como parte dos orçamentos e arrecadações estatais. Não obstante, o Decreto n. 2.699 é o mais completo das diversas reformulações, traçando as normas para a execução do tributo.

Antes disso, outra importante reformulação na regulamentação desse imposto foi em Lei de 30 de outubro de 1830:

Art. 1º Os Escrivães dos Juizes de Paz das freguezias ou capellas fóra das cidades, ou villas, serão ao mesmo tempo Tabelliães de Notas nos seus respectivos districtos, e cumulativamente com os Tabelliães do Termo, sem dependerem de distribuição as escripturas lavradas por aquelles.

Art. 2º Terão para esse fim os livros necessarios rubricados por um dos Vereadores; os quaes, depois de findos, serão entregues aos Secretarios das Camaras, para serem guardados nos Archivos.⁴⁶⁰

O Decreto de 1830 autorizava os escrivães dos juizes de Paz das freguesias ou capelas fora das cidades ou vilas que confeccionassem as escrituras de transferência dos escravos. O que se entende dessas regulamentações é que as transferências de escravos eram realizadas em vários locais das freguesias. É possível conceber muitas negociações e trocas de escravizados feitas nas fazendas e engenhos, sem necessariamente a obrigatoriedade dos registros em

⁴⁵⁸Decreto nº 2.699, de 28 de Novembro de 1860. Coleção de Leis do Império do Brasil - 1860, Página 1097, vol. 1 pt II (Publicação Original). <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-2699-28-novembro-1860-556854-publicacaooriginal-77023-pe.html>. Acesso em 06/06/2017.

⁴⁵⁹ SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. **Preços de Escravos na Província do Paraná: 1861-1887 (Estudos sobre as Escrituras de Compra e Venda de Escravos)**. 1974. 134 f. Mestrado em História Econômica. Universidade Federal do Paraná. Curitiba. Paraná. 1974. p. 64.

⁴⁶⁰ Lei de 30 de outubro de 1830. Coleção de Leis do Império do Brasil - 1830, Página 50 Vol. 1 pt I (Publicação Original). https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37989-30-outubro-1830-565658-publicacaooriginal-89404-pl.html. Acesso em 22 mai. 2018.

Cartório. É provável que a não obrigatoriedade de registro público das transferências dos escravos, até a década de 1860, tenha suscitado as lacunas nas periodizações dos registros. Com o decreto, as transações passaram a ser lavradas nas cidades e nas vilas pelos tabeliães de notas, bem como nas freguesias e capelas fora das cidades e nas vilas, por um Juiz de Paz.

De acordo com Rafael da Cunha Scheffer⁴⁶¹, com a obrigatoriedade do registro de pagamento da meia sisa nos cartórios, sendo um elemento fundamental para a oficialização das transferências de cativos, tanto por venda quanto por doação, tornou-se maior o número de inscrições em tabelionato de registros de transferências de escravos nos valores superiores a 200 mil réis⁴⁶². Portanto, as escrituras públicas se tornaram ricas fontes para o estudo do comércio interno de escravos⁴⁶³.

Essa descentralização da confecção das escrituras certamente possibilitou que muitas tramitações fossem extraviadas e desaparecessem. Além disso, várias questões devem ser observadas. Na década de 1870, alguns moradores São Gonçalo dos Campos registraram escrituras públicas de transferência de escravos na comarca da Vila de Feira de Santana, porém a data da venda ou doação teria sido realizada anos antes, especificamente nas décadas de 1840 e 1850.

Nessa perspectiva, apenas encontramos livros cartoriais que continham esses registros a partir da década de 1860, e que vão até a data da abolição da escravidão, em 1888. Um desses livros, o primeiro da série, encontra-se no Arquivo Público Municipal de Cachoeira, e os demais estão sob a guarda do Cartório de Notas e Imóveis, de São Gonçalo dos Campos. Algumas escrituras estão guardadas no Centro de Documentação da Universidade de Feira de Santana (CEDOC). Minha análise das negociações feitas com as crianças escravizadas, portanto, seguiu esse recorte, abarcando o período entre 1860 e 1888.

⁴⁶¹ SCHEFFER, Rafael da Cunha. Comércio de cativos através das fontes cartoriais:....

⁴⁶² Para Scheffer, esse valor era baixo para a época, pois equivalia à quantia paga por uma criança, adolescente, um idoso, enfermo e/ou com limitações ao trabalho. SCHEFFER, Rafael da Cunha. Comércio de cativos através das fontes cartoriais:...

⁴⁶³ Sobre o uso das escrituras, podemos ver ainda em diversas pesquisas como: CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade:** uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis:** historiador. São Paulo: Cia das Letras, 2003. NEVES, Erivaldo Fagundes. “*Sampauleiros traficantes: comércio de escravos do alto sertão da Bahia para o Oeste cafeeiro paulista*”. *Afro-Ásia*, 24 (2000). FLAUSINO, Camila Carolina. **Negócios da Escravidão:** tráfico interno de escravos em Mariana, 1850-1888. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora, 2006. MOTTA, José Flávio. **Escravos daqui, dali e de mais além:** o tráfico interno de cativos na expansão cafeeira paulista (Areias, Guaratinguetá, Constituição/Piracicaba e Casa Branca, 1961-1887). Tese de Livre docência (Dep. de Economia). São Paulo: USP, 2010. NASCIMENTO, Jarbas Vargas; SIQUEIRA, João Hilton Sayeg de; NARDOCCI, Izilda Maria. *Compra e venda de homens negros: uma prática cartorial no século XIX. Coleção Mestrado em Linguística. Nos caminhos do Texto: Atos de Leitura*. In.: publicacoes.unifran.br>index.php>article>download. p. 64. Acesso em 22 nov. 2018.

Porém, a análise das escrituras de vendas das crianças escravizadas das comarcas de Feira e de São Gonçalo não totaliza os negócios envolvendo as crianças da Freguesia, visto que as procurações, igualmente registradas nos cartórios – que autorizavam a venda de cativos por intermediários – exibem que muitas crianças escravas foram vendidas em outros locais do Império, tendo sua transferência registrada nas localidades de sua aquisição, por um comprador.

As escrituras públicas trazem informações como: nome e residência dos compradores e vendedores, a existência ou não de procuradores (alguns eram negociantes), o nome da criança escravizada, idade, cor, sexo, origem (naturalidade de qual freguesia), nome da mãe (se fosse a primeira negociação na qual estivesse envolvido), a especialidade de trabalho e também o preço e a forma de pagamento da transação.

Em algumas escrituras foi possível observar que o desenvolvimento econômico na Freguesia de São Gonçalo dos Campos, na segunda metade do século XIX, não dependia apenas da reprodução endógena. Paralelamente, existia um forte comércio praticado entre os proprietários, compradores – muitos deles moradores das freguesias próximas – e negociantes que compravam as crianças escravizadas para renegociarem naquela freguesia ou em qualquer parte do Império. As transferências dos cativos eram feitas por proprietários residentes em localidades próximas, que registraram as tramitações no Cartório da Freguesia de São Gonçalo dos Campos ou na Vila de Feira. O cruzamento nominativo entre os dados dos vendedores e dos compradores, através desses documentos, permitiu que observássemos a entrada de crianças escravizadas a partir de outras freguesias em São Gonçalo, assim como a saída delas para outras regiões do Recôncavo ou Sertão.

Os livros cartoriais, nos quais foram registradas as escrituras públicas, eram destinados ao lançamento de diversos tipos de registros civis: escrituras com diversas finalidades (doação, hipoteca, compra e venda – de escravos, terras, outros bens), perfilhação, carta de alforria, registro de recenseamento para fins eleitorais e procurações.

Entre 1872 e 1873, acrescentava-se à composição dos dados das escrituras públicas a numeração dos Registros de Matrícula de Escravos, porém as matrículas de escravos na Freguesia só foram encontradas quando anexadas aos inventários *post mortem*. A inserção traz dados sobre os locais em que ocorreram as matrículas das crianças escravizadas. Scheffer adverte que,

Além disso, temos o registro do número do cativo na ordem de matrícula do município e na relação de escravos de um senhor, ou seja, sua posição na

lista geral do município e no conjunto de escravos possuídos por um determinado senhor, o que aponta indiretamente (e de maneira incompleta) o tamanho do plantel ou grupo de onde saiu o escravo.⁴⁶⁴

Um exemplo de uma escritura pública de compra e venda de escravos, registrada no livro de notas encontrado no Tabelionato do Fórum Ministro João Mendes, em São Gonçalo dos Campos (1877-1879):

Escritura de venda, compra, paga e quitação que fazem João Venceslau Ferreira, Manoel Panceliano Ferreira e Libertato José dos Santos, da escrava Marcellina preta, pela quantia de quinhentos mil reis, a Norberto Alves Rodrigues, como tudo abaixo se declara. Saibão quanto este publico instrumento de escritura de venda, compra, paga e quitação servem, que sendo o anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo, de mil oitocentos setenta e sete, nesta, digo e sete, aos onze dias do mês de Agosto do dito anno, nesta Freguesia de São Gonçalo dos Campos termo da Cidade da Caxoeira em meo Cartório comparecerão presentes partes juntas e contratadas, d'uma como vendedores, João Venceslau Ferreira, Manoel Panceliano Ferreira e Libertato José dos Santos, moradores n'esta Freguesia, e doutra como comprador Norberto Alves Rodrigues, morador na Cidade da Feira de Sant'Anna, e bem conhecidos de mim Escrivão de Paes, de que dou fé. E logo pelos referidos vendedores, me foi ditto, em presença das testemunhas no fim declaradas, e assignadas, que erão senhores, possuidores da escrava Marcellina prêta, de idade de treze annos, solteira, da lavoura, natural d'esra Freguesia, filha natural da escrava Ritta, já fallecida, matriculada na Collectoria Geral d'esta Freguesia, em vinte de julho de mil oitocentos setenta e dois, sob numeros, sete da ordem na matrícula, conforme a relação numero cento e trinta e oito, que foi apresentada, que a possui livre e desembargada, a qual escrava vendem, e vendido tinhão de hoje em diante a Norberto Alves Rodrigues, pela quantia de quinhentos mil reis, que receberão em moeda legal ao fazer d'esta de que davar pura, e geral quitação, em que jamais, em tempo algum elles vendedores, nem seos herdeiros, possão reclamar esta venda, antes se abrigarão ate de tempo fazêla boa pertencendo ao primeiro vendedor por herança de seus filhos Maria Jeronima, José, Marcellino, Joana, Maria e Joamã, e os quais são todos fallecidos, e aos segundos vendedores pertencea escrava por legitima de sua mãe e sogra Clementina Julia do Espirito Santo. E pelo referido comprador que pagou a real cisa, e sello, foi ditto, que acceitava a presente escritura a elle feita, como n'ella se contém e declara, e por ambas as partes e cada um, depor si, na parte que lhe tocão quanto se acha estipulado, e me requereirão lavrasse a presente escritura n'este livro lados necessarios ao que satisfiz, como pessoa publica, estipulante, e acceitante a estipulei e a acceitei, em nome das pessoas ausentes, a quem seos favores tocar possão o pagamento da cisa e sello, e do theor seguinte. Estava as armas do Imperio. Receita Provincial Numero cento e vinte oito. Anno financeiro de mil oitocentos setenta e sete, a mil oitocentos setenta e oito. Reis trinta e cinco mil. Tres por cento addicionay mil e cincoenta reis. A folha uma seiro do livro d receita, fica lançada em debito ao actual collector a quantia de trinta e cinco mil reis, que pagou Noberto Alves Rodrigues proveniente de meia cisa d sete por cento, correspondente a quinhentos mil reis por quanto comprou ,

⁴⁶⁴ SCHEFFER, Rafael da Cunha. Comércio de cativos através das fontes cartoriais:... p. 4.

a João Venceslau Ferreira, Manoel Panceliano Ferreira e Libertato José dos Santos, a escrava Marcellina, prêta, de idade de treze annos, solteira, da lavoura, natural d'esta Freguesia, filha de Rita, já fallecida, conforme a guisa. E de como receber e recebeu ao cofre a referida quantia assignado presente conhecimento. Collectoria d São Gonçalo dos Campos, onze de agosto de mil oitocentos setenta e sete. O Colletor Costa Carvalho. Escrivão Pedreira Daltro. Numero sete, reis seiscentos. Pagou seiscentos reis por falta de estam folha. São Gonçalo, onze de agosto de mil oitocentos setenta e sete. Assis Freitas. Pedreira Cerqueira. E nada mais se continha no pagamento dos impostos. E de como assim outorgarão abaixo assignarão, com as testemunhas Amancio José Dias e Antonio Vicente da Silva, a rogo dos vendedores ultimos por não saber em ler nem escrever assigna, Severiano Pedreira de Cerqueira, e Pedro Claudiano d'Araujo as testemunhas affirmão de baixo de responsabilidade ser a escrava dos mesmos vendedores que todos assignarão, depois de lida, perante todos, por mim, Hermognes Pedreira Daltro, Escrivão de Paes que escrevi e assignei.⁴⁶⁵

A escritura aponta pistas para acompanhar o perfil da criança cativa e a direção de sua venda. A escrava Marcelina, de 13 anos de idade, estava sendo vendida por seus proprietários moradores na Freguesia de São Gonçalo para um comprador que residia em Feira de Santana. O preço e a especialidade para o trabalho igualmente eram apontados nas informações de abertura da escritura e com o registro do pagamento da meia siza. Além disso, observamos as informações de matrícula obrigatórias ao reconhecimento da comercialização e da propriedade do senhor da criança escrava, como vimos no trecho: “Collectoria Geral d'esta Freguesia, em vinte de julho de mil oitocentos setenta e dois, sob numeros, sete da ordem na matrícula, conforme a rellação numero cento e trinta e oito, que foi apresentada, que a possui livre e desembargada”⁴⁶⁶. Desse modo, além de atestar que era proprietário da criança escravizada, nos permitiu perceber que esta criança era o sétimo escravo a ser matriculado pelo senhor. O que significa dizer, pela matrícula daquela criança, que o número de escravos deste senhor era sete. Bem como foi possível identificar nesse registro que 138 escravizados já teriam sido matriculados na Coletoria Geral da Freguesia até 20 de julho de 1872.

Para análise do comércio de crianças escravizadas estamos utilizando procurações, que também é um documento cartorial fundamental para a compreensão das transferências comerciais das crianças escravizadas para um negociante. Tanto nas escrituras como nas procurações podem ser encontrados indícios sobre as condições “do mercado escravo” da Freguesia, no momento em que as transações foram efetivadas.

As procurações, além de trazerem os dados dos negociantes e escravizados comercializados, como os comportados nas escrituras de compra e venda, agregam os indícios

⁴⁶⁵ AFMJM. Tabela de Notas. Livro n. 1, ano 1877 a 1879 p. 6fv e 7fv.

⁴⁶⁶ AFMJM. Tabela de Notas. Livro n. 1, ano 1877 a 1879 p. 6fv e 7fv.

a respeito da existência do tráfico interprovincial. Nelas detectamos os possíveis destinos das crianças escravizadas.

Em seu caráter legal, as procurações transferiam a terceiros poderes para realizar ações, em nosso caso, as vendas e compras de crianças escravas, na Freguesia de São Gonçalo dos Campos, em Cachoeira, na Cidade da Bahia e na Capital do Império. Sobre a confecção desse documento, Scheffer constatou que, na segunda metade do século XIX, era feito por seus outorgantes e registrados em cartório, então eram produzidas diretamente nos cartórios⁴⁶⁷. O autor ainda aponta que o procurador poderia ser o advogado, membro da família, mas no caso da venda de escravos, geralmente era um comerciante. Semelhantemente encontrado por Scheffer, nas procurações analisadas por nós, geralmente quando expunham a identificação do procurador, constava o membro da família (marido ou irmão), advogado. Na época, mulheres não apareciam como procuradoras, geralmente elas constituíam procuradores para lhes representar. As procurações que não traziam a identificação dos procuradores eram formadas por mais de um representante legal, os quais, suspeitamos, eram negociantes, até porque os nomes se repetiram em mais de uma procuração, como no exemplo abaixo:

Procuração bastante que faz Antônio Pedreira Autro aos procuradores abaixo declarados. Saibão quantos esta publica instrumento de procuração bastante mesmo que sendo no anno do nascimento do Nosso Senhor Jesus Chisto de mil oitocentos setenta e sete aos vinte oito dias do mês de agosto do dito ano, neste Arraial da Freguesia do São Gonçalo dos Campos termo da Cidade de Caxoeira, em meo cartorio, compareceo Antonio Pedreira de Cerqueira Austro, morador n'esta Freguesia e bem conhecido de mim Escrivão de Paes e das testemunhas abaixo nomeadas e assignadas do que dou fé, perante as quais disse que nomeava por seos procuradores no Imperio do Brasil a José Francisco Casimiro, Marcio de Filho, Antonio Jose Dias Junior, Domingos José Fernando d'Aguiar, José Moreira Villudo, Delfim Val de Andrade e Belem de Almeida e Bastos de Lima a quem dava poderes especialmente para vender seo escravo, Fortunato, preto, de idade de deseceis annos e meio, solteiro, da lavoura, e natural d'esta Freguesia, filho de sua escrava Reginalda, podendo embarcar o mesmo escravo para qualquer Posto do Imperio, assignar escriptura, receber seo producto, e dar quitação. E de como a mim autor como abaixo assigno com testemunhas, Hygnio Casimiro Ferreira, e Antonio Manoel do Faustto o que assignarao, depois de lida por mim Hernognio Pedreira Daltro. Escrivão de Paes que escrevo e assigno.⁴⁶⁸

Na procuração encontramos dados sobre as crianças escravizadas, semelhantes aos dados detectados nas escrituras de compra e venda. Além desses dados que podem ser achados nas escrituras, as procurações exibem indícios de crianças escravizadas nas transações interprovinciais. O escravo Fortunato, com 16 anos de idade, foi o motivo da

⁴⁶⁷ SCHEFFER, Rafael da Cunha. Comércio de cativos através das fontes cartoriais:...

⁴⁶⁸ AFMJM. Tabela de Notas. Livro n. 1, ano 1877 a 1879, p. 11v e 12f.

procuração feita, pois estava sendo vendido por Antônio Pedreira de Cerqueira Austro, morador na Freguesia de São Gonçalo. Nesta procuração foram constituídos sete procuradores, quantidade que indica que se tratava de negociantes que, através deste documento público, tinham autorização legal para receber o produto do trabalho de Fortunato, vendê-lo e quitar as dívidas referentes à negociação em qualquer parte do Império. Não existia uma estimativa de tempo de validade da procuração. Notamos apenas a finalidade, a qual seria a venda de um escravo. A partir dos indícios analisados na procuração, percebemos as especulações e movimentos que crianças escravizadas e escravos adultos experienciavam.

Robert Slenes adverte que a utilização das procurações pode ser explicada diante da opção de negociantes que preferencialmente escolhiam que os proprietários os concedessem poderes para transportar e negociar o escravo, do que fazer pagamento das taxas de transferência de propriedade escrava. Segundo o autor, na prática isso funcionava da seguinte maneira: o senhor vendia o escravo ao negociante, recebendo o dinheiro adiantado. Não confeccionavam a escritura para não fazer o pagamento das taxas (registrando-a no cartório), no lugar eram feitas as procurações e um recibo de pagamento do senhor. Na venda do escravo, o procurador poderia assinar a escritura ou então nomeava um substituto para negociar o escravo em seu lugar⁴⁶⁹. Tadeu também adverte sobre o uso das procurações para burlar o pagamento da meia siza:

Por meio delas, evitava-se o pagamento de sucessivas taxas de transferência de propriedade (meia siza) entre os diversos negociantes que intermediavam a aquisição dos escravos, desde as pequenas localidades do interior até as casas de negócios da capital da província.⁴⁷⁰

No caso de nossa pesquisa, o exemplo não foi o único caso em que o proprietário constituiu mais de um procurador para fazer a transação de seu escravo. Não encontramos o substabelecimento de procuração a outros negociantes transferindo poderes para a venda das crianças escravizadas, mas era habitual a existência de diversos procuradores em uma só procuração. Na procuração feita por Bernardino Alves Barreiras, vimos que ele constituiu como seus procuradores, na cidade da Cachoeira, na Cidade da Bahia e na Capital do Império: Silva Moreira de Sousa Miranda, Leone H. Costa, Delfim Val de Andrade, João Maria Miranda Leone, Antônio Gomes de Mendonça e José Moreira Vilúdo, para vender sua escrava

⁴⁶⁹ SLENES, Robert W. “**The demography and economics of Brazilian slavery: 1850- 1888**”. Tese de doutorado em História, Stanford, Sanford University, 1976. p. 150-158.

⁴⁷⁰ SILVA, Ricardo Tadeu Caíres. **Caminhos e descaminhos da abolição**. Escravos, senhores e direitos nas últimas décadas da escravidão (Bahia, 1850-1888). Tese de doutorado em História - Universidade Federal do Paraná. Curitiba: UFPR/SCHLA, 2007, p. 114.

Geralda, preta, 16 anos mais ou menos, solteira, da lavoura, natural da Freguesia dos Remédios, filha da escrava Maria⁴⁷¹.

Portanto, além de sinalizar a dinâmica no comércio de escravos, o documento de procuração, segundo Scheffer, torna possível conjecturar sobre as negociações feitas fora das localidades de moradia de proprietários e escravizados. Do mesmo modo, o autor indica as limitações desta fonte para a pesquisa histórica:

Assim, as procurações foram usadas para permitir a negociação de escravos fora das localidades de residência dos seus senhores ou mesmo nelas quando a transferência ficava a cargo de um intermediário. Através desses documentos conseguimos perceber a disponibilização de escravos para o comércio interno, pois muitos desses documentos indicavam a localidade para onde o cativo poderia ser negociado, apontando assim para os circuitos nacionais de negociação de escravos. Como limitação clara, entretanto, temos o problema de geralmente não podermos observar a conclusão do negócio, tendo conosco, através da procuração, somente a intenção dessa transferência, um caminho e um encarregado pela possível negociação futura. Em alguns momentos, por exemplo, encarregados poderiam ser substituídos e novos planos traçados sem que essa nova documentação fosse lavrada na mesma região. Mas quando examinamos a chegada de escravos a uma determinada região, muitas vezes temos essas procurações sendo transcritas junto a escritura de venda dos escravos, o que nos permite contornar esse problema (para esses casos) e perceber todo o caminho ou rede de transferência que trouxe o cativo de sua cidade de origem até o novo cativoiro.⁴⁷²

Apesar das limitações – já que teremos as procurações e saberemos da intenção de venda, mas não buscaremos as escrituras no local de chegada, apontadas acima –, o uso das procurações neste capítulo permite acompanharmos as especulações comerciais e a redistribuição regional do braço escravizado de crianças, a partir do tráfico interprovincial, nos anos de 1860 a 1888. Além das possibilidades apresentadas nesta pesquisa, Scheffer aponta outras séries⁴⁷³.

As escrituras de compra e venda e as procurações são as principais fontes neste capítulo utilizadas, um total de 287 escrituras e 120 procurações, as quais serviram de base para a análise quantitativa. Algumas delas serão utilizadas na análise qualitativa, focando assim no perfil dos compradores e vendedores de crianças escravas para buscar compreender as experiências das crianças escravizadas frente às especulações comerciais.

Ainda que não seja uma fonte usada neste capítulo é importante recordar que nas narrativas orais de um dos nossos contribuintes, Robson Silva Torres, descendente de

⁴⁷¹ AFMJM. Tabela de Notas. Livro n. 1, ano 1877 a 1879.

⁴⁷² SCHEFFER, Rafael da Cunha. Comércio de cativos através das fontes cartoriais:... p. 8.

⁴⁷³ SCHEFFER, Rafael da Cunha. **Comércio de escravos do Sul para o Sudeste, 1850- 1888**:..., p. 100- 101.

lavradores de fumo e mandioca, proprietários de terras na região denominada Cruz, oeste da Freguesia de São Gonçalo dos Campos, na entrevista concedida em 11 de setembro de 2019, fala sobre o comércio de escravos, lembrando as histórias que seus antepassados transmitiam oralmente aos descendentes. Em suas memórias, os principais negociantes de escravos foram o capitão Joaquim de Oliveira Torres e Antônio Lopes de Oliveira, que teriam comercializado muitos escravos. Em uma de suas pesquisas sobre a genealogia da família Torres, encontrou no período de um ano oito registros de óbitos de escravos de Antônio Lopes de Oliveira Torres. Essa quantidade de óbitos de escravos em um ano permite afirmar que passava pelas mãos desse negociante um elevado número de escravos⁴⁷⁴. Em que pesem as memórias relatadas por esse descendente, resta-nos a confirmação desse volume de negociação sendo realizado nas últimas décadas da escravidão, comprovadas pelos registros cartoriais que serão a partir de agora analisados.

6.2 Crianças de 0 a 6 Anos

Uma das primeiras percepções identificadas nas escrituras de compra e venda são as filiações das crianças negociadas. O perfil matrilinear das famílias escravizadas na Freguesia se fez presente nas diferentes fontes por nós investigadas. A exemplo do crioulinho Eusébio, filho da escrava Alexandrina, que com apenas 1 ano de idade foi entregue pelo proprietário de sua mãe, João Pedreira de Souza, ao comprador Manoel Alves Ribeiro⁴⁷⁵. Toda vez que se tratava de uma criança oriunda da capacidade procriadora das escravas do vendedor, os nomes das mães eram revelados, e existiam casos em que as crianças eram vendidas sem identificação das respectivas mães, indicando que tais crianças não faziam parte da reprodução do vendedor. Como por exemplo, Manoel, cabrinha de 10 anos de idade, foi vendido por Maria Felismina Encarnação, pela quantia de 400 mil réis, com a finalidade de pagar os impostos derivados do inventário⁴⁷⁶. Não existem informações adicionais de quem seria a vendedora, Maria Felismina Encarnação, do mesmo modo que não informa de quem seria o inventário. As interpretações desses indícios indicam que Manoel não fazia parte da reprodução endógena empreendida por Maria Felismina Encarnação, mas que fazia parte da herança deixada por algum de seus parentes.

⁴⁷⁴ ENTREVISTA, Robson Silva Torres, nascido em 7 de dezembro de 1976, entrevista concedida em 11 de setembro de 2019.

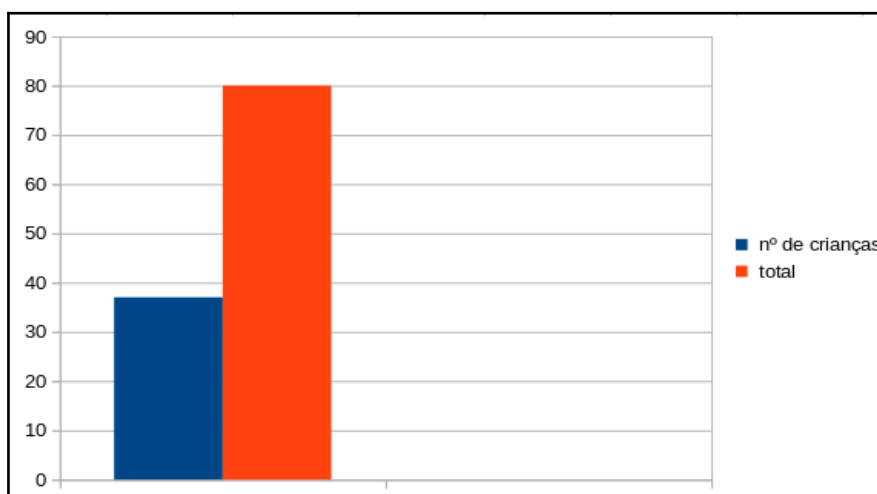
⁴⁷⁵ APMC. Escritura de compra e venda de João Pedreira Souza de 10/02/1866.

⁴⁷⁶ APMC. Escritura de compra e venda de Maria Felismina Encarnação de 20/02/1866.

Portanto, essas crianças, além de entrarem muito cedo no roteiro da escravidão, enfrentavam o impacto de serem retiradas dos braços de suas mães, como foi o caso de Jacintho, crioulinho de 7 anos de idade, Eusébio, de 1 ano de idade e Militão, crioulinho de 4 meses⁴⁷⁷. Ambos vendidos por seus proprietários, em 1866. Em 12 de março de 1866, Maria Theolina de Jesus vendeu a Manoel Alves Gomes o crioulinho por nome Marcos, de 4 anos de idade, filho de sua escrava Maria, que pertencia a sua filha Ermiliana, pelo valor de 300 réis⁴⁷⁸.

A cada dez crianças comercializadas, sete foram geradas por uma escrava do próprio vendedor. Um índice bastante expressivo, 70% das crianças nascidas nas propriedades fumageiras da Freguesia estavam presentes nas transações comerciais na Freguesia e na região. Isso demonstra que na década de 1860, exatamente em 1866, os proprietários estavam ávidos em explorar a reprodução endógena com finalidade comercial, especialmente de crianças recém-nascidas e de terna idade. O gráfico a seguir é um demonstrativo do total de 80 escrituras de compra e venda no período de 1866 a 1867, demonstrando quantas crianças menores de sete anos foram comercializadas na própria Freguesia.

Gráfico 6 - Crianças com menos de 7 anos de idade nas escrituras públicas (1866 a 1867)



Fonte: APMC. Livro de Notas 1866/1867.

Levando em consideração o período de um ano, o índice de crianças pequenas sendo comercializadas é muito alto em relação ao total de vendas realizadas na Freguesia. A idade

⁴⁷⁷ APMC. Escritura de compra e venda de Manoel Lourenço de Souza de 03/03/1866.

⁴⁷⁸ APMC. Escritura de compra e venda de Maria Theolina de Jesus de 12/03/1866.

que aparece na documentação analisada se inicia aos 3 indo até os 6 anos, e a maioria delas são filhas de escravas do vendedor e foram separadas de suas mães quando da partilha dos bens inventariados.

Na década de 1860, em comparação aos anos posteriores, foi negociado um maior contingente de crianças menores de 5 anos de idade. Com relação ao tráfico interno de escravizados na idade adulta, em Mariana, Camila Carolina Flausino constatou que o período que se concentrou o maior número de negociações foi entre as décadas de 1860 e 1870. Nesses anos o percentual chegou a 88,4% do total dos escravos negociados. Na década de 1860 houve uma concentração de negociações, representando 46,3% do total, envolvendo escravos crioulos e africanos. Segundo a autora, na década de 1860 foi observado um percentual maior de negociações do que na década anterior, isto é, 4,8%, e na década de 1880 o percentual encontrado pela autora foi de 6,8%⁴⁷⁹.

Na década de 1860 as mudanças decorrentes do fim do tráfico transatlântico se consolidaram, havendo a necessidade da comercialização interna. Uma significativa parcela de proprietários decidiu não só formar uma comunidade escrava para alimentar a mão de obra em sua propriedade, mas manter um fluxo interno de cativos. Essa comercialização e fluxo de cativos serviram, dessa forma, para que o sistema escravista ganhasse corpo, bem como prolongasse os seus anos de vida.

A participação de crianças pequenas na econômica do México, no período colonial, também foi observada por Cristina V. Masferrer León⁴⁸⁰. A autora destaca que é equivocado esquecer a contribuição econômica das crianças menores de 4 anos, pois desempenhavam atividades no mundo do trabalho. Porém, aqui havia bebês que dependiam exclusivamente de outro indivíduo para suprir suas necessidades básicas, como se alimentar. No entanto, mesmo em meio às necessidades apresentadas por essas crianças pequeninas, a procura e venda foi algo que chamou a atenção na década de 1860. O que teria levado os senhores a adquirirem crianças em tão terna idade nesse período?

Pensando nesse movimento e na compra de crianças ainda sendo amamentadas, é possível seguir os argumentos de Mott⁴⁸¹ com relação ao intuito comercial e mercadológico infantil. Segundo a autora:

⁴⁷⁹ FLAUSINO, Camila Carolina. **Negócios da Escravidão**: tráfico interno de escravos em Mariana, 1850-1886. 2006. 203 f. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Juiz de Fora- UFJF. Juiz de Fora/MG. 2006. p. 80.

⁴⁸⁰ MASFERRER LEÓN, Cristina V. **Mulatillas y negritos**. Una mirada a la vida cotidiana de los niños esclavizados durante el periodo virreinal. Antropología, vol. 98, 2014, pp. 3-15. In. <https://www.academica.org/cristina.masferrer/5>. >> Acesso em 18/6/2018. p. 12.

⁴⁸¹ MOTT, Maria Lucia de Barros. Ser mãe: a escrava em face do aborto e do infanticídio. **R. História**. São Paulo. 120. p. 85-96, jan./jul.1989.

A criança escrava tem sido vista, em geral, como um futuro trabalhador. Aquele ou aquela que vai substituir, repor a mão de obra adulta. Gostaria de chamar, aqui a atenção para a especificidade da situação da criança escrava, seja como mercadoria, seja como trabalhador e tentar desvincular um pouco a criança da sua imagem de trabalhador-do-futuro.⁴⁸²

A idade mais terna possibilitava que os pequenos proprietários adquirissem a mercadoria – criança escrava – por menor preço. Ao mesmo tempo, as transações de crianças menores permitiam que novas negociações fossem feitas por aqueles proprietários em idade que pudessem trabalhar na lavoura ou em outro serviço. Nesse sentido, podemos levantar a hipótese de que os negociantes e proprietários da Freguesia de São Gonçalo dos Campos tinham interesses em manter uma comercialização de escravos, como sugerimos em relação à experiência de Possibruio, um dos três filhos da escrava Senhora, estes que faziam parte do rol de escravos de Joaquim Simões de Araújo. O decréscimo da população escrava de Joaquim Simões de Araújo pode ser compreendido a partir da reprodução endógena voltada para alimentar o comércio de escravos mantido entre os proprietários da Freguesia.

Por que eram retiradas tão prematuramente dos braços de suas mães? Uma explicação plausível é o seu potencial produtivo. É possível observar nessas negociações o olhar visionário do comprador, bem como o vislumbre especulativo dos vendedores. Maria Inês Côrtes de Oliveira advertiu que ser proprietário de pelo menos um escravo, mesmo que fosse criança ou idoso, representava investimento ambicionado por todos, até por libertos e outros escravos⁴⁸³. Maria Cristina Pinheiro observa a diversidade de especialidades das crianças escravizadas na cidade de Salvador, desfazendo a ideia que as crianças seriam um fardo para seus proprietários. Segundo a autora,

Por fim, cabe-nos salientar que as fontes consultadas (escrituras) nos apontam 797 crianças cativas exercendo diversas atividades, o que significa, em números relativos, 36% de um universo de 2216 crianças. Se somarmos as três últimas faixas etárias da tabela 7, ou seja, 10, 11 e 12, vamos encontrar 423 menores ocupados em alguma atividade, o que corresponde a 53,1% do total daquelas crianças escravas. Ao se proceder à análise da outra fonte (inventários), vamos encontrar, nos 47 inventários contendo o registro de ofícios para as crianças escravas, um total de 140 crianças. Desse contingente, 54 (38,6%) menores tinham uma ocupação e a concentração estava voltada para as faixas etárias acima de 10 anos, perfazendo um total de 45 (83,3%) de crianças. Esses dados vão de encontro à ideia da criança

⁴⁸² MOTT, Maria Lucia de Barros. Ser mãe..., p. 87.

⁴⁸³ OLIVEIRA, Maria Inês Côrtes de. **O Liberto: o seu mundo e os outros**. Salvador, 1790/1890. São Paulo: Corrupio. Brasília. CNPq, 1988. p. 35.

escrava como improdutiva ou como um fardo pesado para os senhores, que não lhe dispensavam proteção e cuidado.⁴⁸⁴

Pensando nas questões comerciais, podemos sugerir que as crianças vivenciaram as especulações do mercado escravocrata. Contando com os altos riscos de morte, para um proprietário era mais interessante adquirir crianças em terna idade, pagando menos por isso, do que comprar escravos adultos ou crianças maiores de 8 anos, que já apareciam no mercado com designação de especialidade de trabalho.

“Essas crianças escravas estavam sendo preparadas para um mercado em crescimento”⁴⁸⁵, como advertiu Pinheiro, ao observar que os senhores, ao ensinar ofícios aos seus escravos, preparava-os para executarem atividades laborais. Conforme a autora, a qualificação de ofício das crianças, para disputar com a mão de obra livre e fazer trabalhos urbanos, poderia trazer aos senhores lucros maiores e imediatos. De acordo com Barickman, a Freguesia não era considerada uma região de grandes propriedades, como a região açucareira do Iguape⁴⁸⁶, mas a reposição da população escrava se dava, desde o século XVIII, pela reprodução endógena, onde crianças desde cedo participavam do processo produtivo nas roças policultoras. Desse modo, a concentração de crianças recém-nascidas e em terna idade, sendo negociadas, exibe como elas tinham não só valor comercial, bem como traziam considerável retorno financeiro às futuras negociações. Claro estava que os proprietários – vendedores e compradores – vislumbravam o seu potencial na execução de tarefas no serviço da lavoura.

6.3 Crianças de 8 a 14 Anos

Não apenas crianças menores de 7 anos participaram das comercializações desenvolvidas na Freguesia de São Gonçalo dos Campos. Das 287 escrituras analisadas, 54,23% do total eram de crianças entre 8 e 14 anos de idade⁴⁸⁷.

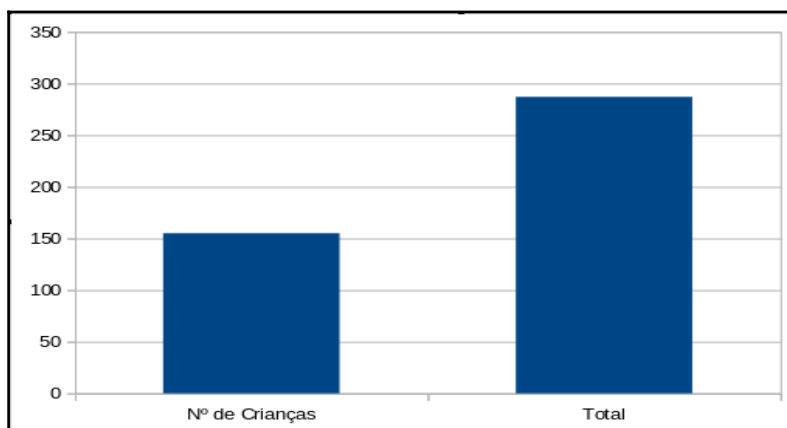
Gráfico 7 - Crianças de 8 aos 14 anos de idade nas escrituras públicas (1866 a 1867; 1877 a 1881)

⁴⁸⁴PINHEIRO, Maria Cristina Luz. **Das Cambalhotas ao Trabalho:...**, p. 129.

⁴⁸⁵PINHEIRO, Maria Cristina Luz. **Das Cambalhotas ao Trabalho:...**, p. 128.

⁴⁸⁶BARICKMAN, **Um Contraponto...**

⁴⁸⁷AFMJM. Tabela de Notas. Livros de Notas n. 1 e n. 2, 1877-1881.



Fonte: Livros de Notas 1866/1867; 1877/1881

No conjunto destas fontes sobressai a experiência de Luísa, cabrinha de 7 anos e meio de idade, que primeiramente foi registrada no dia 5 de setembro de 1877, na procuração feita por João Alves da Silva, que dava plenos poderes ao Capitão Antônio Cerqueira d’Araújo e a Manoel Pedreira de Carvalho para vendê-la. A negociação se efetuou em 13 de dezembro de 1877, ocasião em que o procurador nomeado por Joaquim da Silva Ruas, Manoel Pedreira de Couto Ferraz, assinou em cartório a escritura de compra e venda de Luísa. Dadas as referidas limitações das fontes, não foi possível acompanhar o destino de Luísa, já que os nomes citados não foram identificados em outros documentos que nos dê sinais da localização das propriedades, nem mesmo constando se eram moradores da Freguesia de São Gonçalo dos Campos.

Sobre a procedência de Luísa, sabemos que sua mãe se chamava Florzinha e era liberta. Existe um limite na fonte, e não é possível afirmar como se deu o processo de libertação de Florzinha, apenas sabemos que na época da comercialização de sua filha ela se encontrava liberta, como consta na escritura de compra e venda. De acordo com a evidência na escritura, ambas eram escravas de Manoel Alves Ferreira e sua mulher. Quem teria sido Manoel Alves Ferreira? Por que Florzinha conseguiu sua liberdade e não a de sua filha Luísa? Será que Luísa teria seguido rumo às negociações, como as crianças recém-nascidas, ou será que se tratava de uma doação ou herança recebida por João Alves da Silva na partilha de bens?

Antônia Florinda, cabra, de 7 anos de idade, escrava natural da Freguesia de São Gonçalo, foi vendida pelo negociante (proprietário) João Ferreira de Oliveira a Jozé Joaquim de Santa Anna por 600 mil réis⁴⁸⁸, na Vila de Feira de Santana, em 24 de outubro de 1863. Na

⁴⁸⁸ CEDOC, Villa da Feira, 24/out./1863 – fls. 58v.-59.

época da negociação de Florinda, outras crianças e escravos na idade adulta foram comercializados. Nesta negociação, a naturalidade dos negociantes é um fator diferencial: ambos eram moradores da Vila de Feira. A interpretação mais contundente para esses indícios é que não seria a primeira negociação na qual Antônia Florinda se envolvera. Através desta escritura, comprova-se que a comercialização de crianças era empreendida em diferentes regiões do Recôncavo, mantendo com isso um fluxo e movimentação de crianças naturais de diversas freguesias da redondeza: Conceição da Feira, Humildes, Nossa Senhora da Olivença⁴⁸⁹, Iguape, Camisão⁴⁹⁰ e Feira de Santana. Outro exemplo, para melhor ilustrar esse fluxo de crianças, é visto na escritura de doação feita por Francisco Gomes Vieira, morador da Fazenda Lagoa, na Freguesia de São Gonçalo dos Campos, a Dona Guilhermina Maria de Jesus, filha legítima de Manoel José Marque, moradores da Freguesia de São Gonçalo dos Campos. A doação se referia à pardinha Zeferina, de 10 anos de idade, filha da escrava Ana, crioula, no valor 100 mil réis⁴⁹¹.

Esse fluxo de comercialização de crianças maiores de 8 anos, em diferentes freguesias, pode ser compreendido a partir das atividades laborais que elas já desempenhavam nessa idade. Já as de terna idade necessitavam de maior cuidado e estrutura, por parte daqueles que as compravam, além de significarem investimento sem retorno até o momento em que começassem a desempenhar os serviços designados. Maria Cristina Luz Pinheiro adverte que após 1850 muitos proprietários perceberam que qualificar as crianças escravizadas era mais lucrativo, assim lançaram mão dessa possibilidade:

O período em tela, os últimos 38 anos da escravidão, foi caracterizado por intenso debate sobre a escassez de mão de obra no país. Essa condição trazia como consequência, a necessidade de treinar não somente a população livre, mas também a escrava e, depois da Lei do Ventre Livre (1871), os ingênuos. Os proprietários de escravos perceberam que qualificar essas crianças escravas, em um momento de transição do trabalho escravo para o livre, poderia lhes render mais lucros que deixá-los no exercício de atividades sem qualificação.⁴⁹²

Como vimos no quinto capítulo, a partir dos 7 anos de idade as crianças executavam diversas atividades laborais. Em terna idade, criulinhas, pardinhas, moleques e negrinhos eram iniciados aos comportamentos sociais voltados para o mundo do trabalho. Nas fazendas fumageiras as crianças assimilavam atividades direcionadas aos serviços da lavoura. Seguindo

⁴⁸⁹ Pertencente a Santo Amaro, ficava nas proximidades do Engenho São Luiz.

⁴⁹⁰ Atualmente Ipirá.

⁴⁹¹ CEDOC, Vila da Feira, 20/ago/1866 – fls. 246-247.

⁴⁹² PINHEIRO, Maria Cristina Luz. **Das Cambalhotas ao Trabalho:...**, p. 129.

os relatos do comerciante francês Expilly, que esteve no Rio de Janeiro em 1853, Mott propõe “que os moleques e os negrinhos eram muitas vezes enviados a aprender algum ofício, segundo a sua aptidão, o que posteriormente trazia um bom lucro ao senhor”⁴⁹³. Por conseguinte, as crianças cativas, na idade de 8 a 14 anos, eram designadas para os diversos serviços na lavoura, participando de variadas transações comerciais, constituíam-se em riquezas e rendimentos para os proprietários.

Seguindo os vestígios deixados na documentação, posso sugerir que as crianças comercializadas em São Gonçalo dos Campos traziam retorno financeiro para os negociantes e proprietários. Prova disso é o elevado número de procurações legando poderes aos outorgados para vender seus escravos e escravas em diversos locais do Império. Do ponto de vista de Flausino, “Também o investimento em mão de obra escrava infantil significava a garantia de acesso ao trabalho escravo a longo prazo, e ainda possibilitaria um maior equilíbrio entre os sexos”⁴⁹⁴.

6.4 Os Preços e os Sexos das Crianças Comercializadas

Sob a perspectiva dos preços, observa-se nas escrituras de compra e venda e nas procurações, meninas e meninos recebiam diferentes preços, ora tendiam para valorização das meninas, ora para a dos meninos. Por exemplo, o Major Paulino d’Araújo vendeu, em 19 de novembro de 1866, sua escrava Maria crioula, 7 anos, e Belizário, cabra, 9 anos, a Joaquim Pedro de Araújo, respectivamente por 400 e 500 mil réis⁴⁹⁵. O quadro demonstra que prevalecia a diferença de 100 mil réis nos valores, também devido à idade, distinta, o que certamente reincidia na redução do valor da mais nova. Uma criança de 9 anos tinha mais habilidades para execução de atividades da lavoura do que uma de 7 anos.

Outro exemplo contemplamos nas experiências de Catão, 7 anos mais ou menos, crioulinha, filho da escrava Militana, vendido em 19 de fevereiro de 1867, por Joaquim Ribeiro d’Oliveira a José Antônio Ribeiro⁴⁹⁶. A partir dos indícios, é possível afirmar que o comprador e o vendedor são naturais da Freguesia, bem como Catão e sua mãe. O valor da comercialização foi de 300 mil réis. Do mesmo modo, três meses depois da venda de Catão foram vendidas as crianças escravizadas: Romana e Luíza, ambas com 7 anos de idade, em 15 de maio de 1867. A vendedora de Romana foi D. Guilhermina Souza Ribeiro e comprador

⁴⁹³MOTT, Maria Lúcia. A criança escrava na literatura de viagens..., p. 88.

⁴⁹⁴FLAUSINO, Camila Carolina. **Negócios da Escravidão**:..., p. 84.

⁴⁹⁵APMC. Livro de notas n. 1, 1866 – 1868, p. 75.

⁴⁹⁶APMC. Livro de notas n. 1, 1866 – 1868, p. 111.

Justino Tibério de Miranda, no valor de 400 réis. Já Luíza, o vendedor foi Manoel Joaquim de Cerqueira e a compradora Antônia Maria de Cerqueira, pelo valor de 500 mil réis. Conforme os dados, Luíza era filha da escrava Maria, naturais da Freguesia de Humildes. Enquanto Romana se tornou propriedade de D. Guilhermina Souza Ribeiro por ser herança de seu marido falecido. Observemos que as três crianças – Catão, Romana e Luíza – tinham a mesma idade e foram vendidos por valores diferenciados.

A negociação das crianças com valores variados abre precedentes para questionarmos quais seriam os critérios de vendas adotados pelos proprietários e negociantes da Freguesia de São Gonçalo dos Campos? Será que existia um critério definido? Como compreender os princípios que orientavam o comércio de crianças escravizadas na Freguesia?

Os dados demográficos servem de indícios para fazermos algumas afirmações sobre os critérios de distribuição dos preços de crianças cativas. Nas 287 escrituras de compra e venda analisadas por nós, encontramos 65% das crianças na faixa etária dos 8 aos 14 anos, do sexo masculino e feminino, sendo vendidas no mesmo valor. Verificamos que as crianças menores de 5 anos também não apresentavam distinção por sexo nos valores de comercialização. Os preços das crianças de 6 meses a 5 anos de idade variavam de 100 a 300 mil réis. Já as maiores de 6 até os 14 anos, tiveram os preços estimados entre 400 e 800 mil réis, conforme a idade de cada criança comercializada. A partir desses dados, é possível propor que não existia um critério de sexo estabelecido entre os negociantes. Talvez, a razão para as crianças serem negociadas em preços equivalentes repouse na aptidão para o trabalho, ainda que não tenha sido definida. Tanto meninas como meninos eram dotados para o trabalho na lavoura.

Além disso, existem algumas outras possibilidades para a compreensão das especulações dos preços das crianças escravizadas. A primeira transita pela composição demográfica da Freguesia no século XIX e a equivalência entre os sexos na comunidade escrava; a segunda suposição está relacionada ao incentivo da reprodução endógena, pelos proprietários de escravos; e a terceira pode ser percebida nos serviços executados por homens, mulheres e crianças. As mulheres escravizadas, além da responsabilidade em fazer o trabalho nas lavouras fumageiras, igualmente, trabalhavam nos serviços domésticos, como foi apontado pelos descendentes das escravizadas e, de igual modo, seriam elas as responsáveis pela reposição e aumento do braço escravizado na Freguesia.

Conforme Kátia Mattoso, os critérios para a distribuição dos preços dos cativos eram: sexo, idade, estado físico, ocupação, concorrência e conjuntura econômicas⁴⁹⁷. Não obstante, algumas escrituras exibiram negociações de escravos na idade adulta em que tais critérios

⁴⁹⁷ MATTOSO, Kátia de Queirós. **Ser escravo no Brasil...**

eram observados pelos negociantes, todavia, como apresentamos nos exemplos acima, as crianças não exibiam esses critérios. Jacob Gorender, de igual modo chama a atenção sobre a constituição dos critérios para o estabelecimento dos cativos adultos. De acordo ao autor,

idade, sexo e robustez constituíram fatores de influência permanente na determinação do preço de compra do escravo. [...] A par das qualidades intrínsecas, ou, em outras palavras, do valor de uso, influíam no preço do escravo fatores propriamente mercantis, atuantes no lado da oferta e no lado da demanda em sua oscilante correlação.⁴⁹⁸

Decerto, o valor de uso influía no preço dos escravizados, pois uma criança na idade de 10 anos não teria força e aptidão para desempenhar as mesmas atividades que um adulto. Dessa forma, a explicação para entender o preço de Cândida e Jorge não está na idade e nem no critério de sexo, mas na aptidão para o trabalho. Na idade de 10 anos, conforme Venâncio⁴⁹⁹, Marcílio⁵⁰⁰ e Pinheiro⁵⁰¹, as crianças aprendiam algum tipo de ofício. O aprendizado de uma especialização traria retorno financeiro ao senhor. Os lapsos de tempo nas escrituras não permitem acompanhar a progressiva elevação dos preços dos cativos nos anos de 1868 a 1877. Apesar disso, não encontramos um perfil estabelecido nas escrituras que determinassem diferenças de preços, mesmo diante das variáveis de sexo, idade, serviço, porte físico (quando os vendedores atribuíam aptidões para o trabalho). Vejamos o caso de Raimunda, crioula de 10 anos de idade, natural da Freguesia de Conceição da Feira, filha da falecida escrava Maria, avaliada em 800 mil réis para venda em 1866⁵⁰². Esse geralmente era o valor de um escravo com maior idade. O vendedor Joaquim Ferreira Gomes e o comprador Joaquim Gonçalves de Oliveira provavelmente faziam parte das famílias de médios proprietários que aparecem no segundo capítulo. Outro exemplo de comercialização de crianças foi o caso de Nicodemos, preto, de 10 anos de idade, do serviço da lavoura, filho da escrava Benedita, falecida, pelo preço de 800 mil réis, em 1877. A negociação foi feita pela vendedora Maria Madalena de Jesus, através de procuração outorgada ao Capitão José Lopes de Menezes e como comprador David Pereira Lacerda⁵⁰³.

Não foi encontrado outro indício que sugira em qual faixa de fortuna se localizam esses proprietários, todavia, ao compararmos os valores dos escravos em 1866 e 1877, observamos que não houve elevação de preços das crianças escravizadas. Ainda assim, é provável que esta

⁴⁹⁸ GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**., p. 186-187.

⁴⁹⁹ VENÂNCIO, Renato Pinto. **Famílias abandonadas:...**

⁵⁰⁰ MARCÍLIO, Maria Luiza. **História social da criança abandonada**. São Paulo. Hucitec, 1998.

⁵⁰¹ PINHEIRO, Maria Cristina Luz. **Das Cambalhotas ao Trabalho:...**

⁵⁰² APMC. Livro de Notas, n. 1, 1866-1867.

⁵⁰³ AFMJM. Livro de Notas, n. 1, ano 1877-1879.

elevação de preços tenha ocorrido no período anterior aos anos sinalizados pelos pesquisadores acima citados. Recordemos a destacada comercialização de crianças nas idades entre 0 e 7 anos, estas sem nenhuma aptidão física para o trabalho na lavoura (especialização encontrada nas escrituras dos escravos negociados), nem outro tipo de atribuição.

Além das variáveis sexo e idade, Marcílio *et alii* verificaram que na Freguesia do Pilar da cidade de Salvador, na província da Bahia, de 1838 a 1882, a atividade produtiva por eles desempenhada poderia eventualmente modificar os preços dos escravizados, afirmando que, “para a ocupação ‘lavoura’, conquanto o preço médio dos homens – 685\$710 – fosse maior do que o das mulheres – 615\$319 –, esta diferença não se revelou estatisticamente significativa (...). Este resultado sugere que uma vez presente a ocupação lavoura o sexo deixa de ser relevante”⁵⁰⁴.

Embora os resultados encontrados não sejam generalizáveis, é evidente que a ocupação não tinha grande relevância na estipulação dos preços das crianças comercializadas, já que mormente as escrituras exibiam a ocupação na lavoura como a especialidade de todas crianças escravas. Portanto, nas escrituras analisadas as variáveis do que influenciavam no preço estabelecido, como idade, sexo, ofício e condição física, foram estabelecidas de acordo com os indícios detectados nas escrituras.

Observamos também que alguns escravos foram objetos de mais de uma transação, o que não significa dizer que fossem sempre revendidos por preços superiores aquele pelo qual foram comprados. Justino Tibério de Miranda comprou a escravizada Romana, crioula, 7 anos de idade mais ou menos, filha de Herculana, natural desta Freguesia, da proprietária e vendedora Dona Guilhermina Souza Ribeiro, em 15 de maio de 1867, pelo valor de 400 mil réis. Três meses depois, em 20 de agosto de 1867, Justino faz uma nova escritura de venda de sua escrava Romana, dessa vez pela quantia de 380 mil réis, ao comprador Francisco Bartolomeu de Souza. Observa-se que nessa transação, Justino perdeu 20 réis do valor da escrava. Não se sabe o motivo pelo qual Justino adquiriu a crioulinha e a levou à venda 3 meses depois. O que é relevante neste episódio é o feito da negociação em pouco tempo, com perda de valor. Sendo assim, nota-se a dinamicidade da conjuntura de negociação de crianças escravas. Os compradores poderiam adquirir vultosos ganhos, como estavam expostos a sérios prejuízos que se davam desde a queda de preços, assim como a ocasião de doença ou morte de sua possessão.

⁵⁰⁴ MARCÍLIO, Maria Luíza *et alii*. Considerações sobre o preço do escravo no período imperial: uma análise quantitativa (baseada nos registro de escritura de compra e venda de escravos na Bahia). **Anais de História**. Assis: FFCL de Assis, n. 5, p. 179-194, 1973.

Os relatos orais lembram que os preços entre um bem variava de acordo com a condição social do proprietário. No caso, quando uma criança escrava era comercializada, além as variáveis que os especialistas do assunto já atentaram, e que do mesmo modo observamos nas escrituras de compra e venda, o preço variava de acordo com a condição social do vendedor também, ou seja, se o vendedor fosse um senhor abastado, o preço da comercialização era mais elevado. Esta era, portanto, mais uma variável a se considerar. Havia casos em que crianças mais novas, do sexo feminino, eram negociadas com valores mais elevados do que crianças do sexo masculino, mesmo mais velhas.

Os relatos orais são mais consistentes em relação à venda do fumo. As narrativas apresentam as figuras de atravessadores que compravam o fumo das famílias de libertos, ou no caso das escravizadas, que quando tinham economia própria vendiam aos senhores que compravam fumo de qualidade por preços bem abaixo do preço de mercado. De acordo com essas memórias, as diferenças de preços podem ser explicadas seguindo o nível social daqueles que vendiam o bem.

As memórias trazem experiências com a comercialização de propriedades territoriais, farinha de mandioca, feijão e os mais diversos gêneros agrícolas produzidos pelos pequenos proprietários libertos e pelos escravos, quando tinham economia própria. A informante Cleusa Carvalho⁵⁰⁵, 72 anos, moradora da zona rural de São Gonçalo dos Campos, explica que existia muita diferença entre o valor de um bem de um grande e de pequeno proprietário. Foi assim que muitos atravessadores enriqueceram, isto é, comprando por preços menores os produtos dos trabalhadores e camponeses pobres, livres ou escravos, para revendê-los por preços exorbitantes. Provavelmente essa também seja uma boa explicação para as diversas procurações feitas na segunda metade da década de 1870. Não só houve uma elevação dos preços dos escravos, adultos e crianças, como apareceu uma nova demanda, procurações que autorizavam a comercialização das crianças na Capital da Província, região que no período mais absorvia mão de obra escravizada e recebeu considerável quantidade de escravos de todos os locais do Brasil, como veremos no tópico seguinte.

6.5 O Tráfico Interprovincial em São Gonçalo dos Campos

Em julho de 1879, por exemplo, observamos que Leonardo Lourenço Borges, residente na Freguesia de São Gonçalo, fez a procuração legitimando poderes a Bernadino da

⁵⁰⁵ENTREVISTA, Cleusa Machado de Carvalho, nascida em 22 de agosto de 1947, entrevista concedida em 15 de outubro de 2019.

Silva Capella, João Motta Bastos de Lima e a outros para venderem seu escravo Cornélio, crioulo, de 14 anos de idade incompletos, da lavoura, natural da mesma freguesia que o proprietário. Na procuração, Leonardo Lourenço Borges identifica os locais em que Cornélio poderia ser comercializado: na Cidade de Cachoeira, na Cidade da Bahia e na província do Rio de Janeiro⁵⁰⁶. É possível dizer que os diferentes procuradores assinalam um conjunto de procurações e substabelecimentos em apenas um documento. Desse modo, as procurações assinadas por um ou mais procuradores criavam possibilidades de diversas redes comerciais que circundavam as experiências das crianças escravizadas naturais da Freguesia de São Gonçalo dos Campos. Conforme Scheffer, [...] as procurações permitia colocar os escravos no mercado nacional de cativos sem que o negociante/comprador nas províncias exportadoras de mão de obra precisasse se preocupar com as atividades quotidianas do negociante/vendedor nas regiões importadoras⁵⁰⁷. Sobre o tráfico de escravos interprovincial de Caetité, Erivaldo Fagundes Neves, afirma ter aumentado a partir da década de 1850, depois da oficialização no Brasil do tráfico atlântico de pessoas:

O comércio intra-regional de cativos e a demanda crescente da expansão cafeeira no Sudeste brasileiro despertaram o tráfico interprovincial, revelando seu potencial mercantil e dinamizando essa atividade em Caetité e sertão da Serra Geral, como em todo Nordeste brasileiro. No decênio 1850-1859, sob efeito do fim do tráfico externo, o número de escrituras de compra e venda de escravos declinou 23'35, em relação aos 10 anos anteriores, enquanto nas duas décadas seguintes, estimulado pelo tráfico interno, expandiu respectivamente 40 e 52% em relação aos períodos precedentes. Entretanto, em meados da década de 1870, para burlar o fisco imperial, não pagando a meia cisa das transações comerciais determinada pela legislação, os traficantes transferiram escravos apenas com procurações dos vendedores, lhes outorgando poderes para comercializá-los, podendo substabelecerem em sucessivos negócios.⁵⁰⁸

As procurações constituem como a principal fonte de estudo do comércio interprovincial na Freguesia de São Gonçalo dos Campos, informam sobre os possíveis locais em que as crianças escravizadas poderiam ser comercializadas, mas não indicam onde ocorreu a comercialização. Diferente do estudo feito por Neves, como foi demonstrado acima, em São Gonçalo não encontramos documentos cartoriais anteriores ao fim do tráfico atlântico, o que torna difícil fazermos uma comparação entre os períodos. Apenas podemos comparar as

⁵⁰⁶ AFMJM. Livro de notas, n. 2, 1879 -1881.

⁵⁰⁷ SCHEFFER, Rafael da Cunha. **Comércio de escravos do Sul para o Sudeste, 1850- 1888:....**, p. 84.

⁵⁰⁸ NEVES, Erivaldo Fagundes. Sampauleiros Traficantes: comércio de escravos do alto sertão da Bahia para o oeste cafeeiro paulista. In: **Afro -Ásia**, n. 24. 2000. p. 99.

décadas de 1860 e 1870. Nesta última década, observamos a elevada incidência de procurações (29%), em comparação a 1860, que não teve uma procuração registrada.

Esses documentos demonstram que os senhores de escravos da Freguesia de São Gonçalo dos Campos não se contentaram em manter o comércio escravista a nível local e regional, em efervescência, mas impulsionaram o tráfico interprovincial. Na escritura de compra e venda confeccionada pela coletoria de Feira de Santana, encontra-se a experiência de Laurintina, parda, de 13 anos de idade, natural de São Gonçalo, filha da escrava Maria da Conceição, vendida pelo preço de 400 mil réis⁵⁰⁹. A escritura de compra e venda, feita em 1878, evidencia as negociações e o deslocamento de crianças escravizadas para outros locais da região. Os negociantes, Capitão João Pedreira de Cerqueira e Salustiano José de Faria, eram ambos moradores na Cidade de Feira de Santana. Como Laurintina tem sua naturalidade diferente de ambos os negociantes, torna possível sugerir que esta não deve ter sido a primeira negociação que participaram os negociantes.

As escrituras e procurações confeccionadas na Freguesia e em Feira de Santana atestam que os proprietários de escravos se dedicaram à venda de crianças escravas, gerando circulação de mão de obra através do comércio intra e interprovincial de escravos. Provavelmente muitos proprietários aumentaram suas riquezas e adquiriram prestígio e respeito social por serem os responsáveis, entres seus pares, pela sustentação da mão de obra escrava através da reprodução endógena. Por exemplo, a proprietária Dona Maria Madalena de Jesus, em 6 de junho de 1879, confeccionou uma procuração dando poderes a José Lopes de Menezes para vender, João Ribeiro de Lacerda, na Bahia em geral ou em qualquer parte do Império os escravos Marciana, preta, solteira, da lavoura, com 27 anos; Nicomedes, preto, solteiro, da lavoura, 10 anos incompletos, filho natural de Benedita, falecida; Joaquim, preto, solteiro, serviço da lavoura, 11 anos de idade incompletos, filho de Marciana, todos naturais deste Freguesia⁵¹⁰.

A procuração feita por Dona Maria Madalena de Jesus, cedendo poderes aos procuradores José Lopes de Menezes e João Ribeiro de Lacerda para que vendessem uma família escravizada e em companhia de mais uma criança com mãe falecida, demonstra que a proprietária praticava a reprodução endógena em sua população escrava e que cumpria o dispositivo legal que proibia a separação dos cônjuges e dos filhos menores de 12 anos do pai ou mãe, sob pena de nulidade da transmissão, da venda⁵¹¹. Todavia, em relação a Nicodemos,

⁵⁰⁹ CEDOC. Feira, 10/ago/1878 – fl. 82 v.

⁵¹⁰ AFMJM. Livro de notas, n. 2, 1879 - 1881.

⁵¹¹ COLEÇÃO DAS LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL DE 1871, Primeira Parte. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1875, p.147-151.

cabe maiores investigações para detectar se sua mãe realmente era Benedita e se estava falecida no momento da confecção da procuração. Erivaldo Fagundes Neves⁵¹² lembra que muitos senhores de escravos, com finalidades comerciais, depois da lei que proibia a depredação da família escrava, usavam a justificativa que a mãe era falecida, ou então com maternidade desconhecida.

Não foi possível seguir os nomes de todos os proprietários em outros documentos. Entretanto, alguns negociantes eram abastados proprietários de escravos e terras. A exemplo do Tenente Coronel Antônio Carlos da Silva, que assinou muitas procurações e escrituras de compra e venda de crianças escravizadas, bem como seu nome aparece em documentos de terras e registro de batismos de crianças escravizadas. No segundo capítulo desta tese, apresentamos algumas das famílias de médios proprietários de terras e de escravos que levam o sobrenome Machado da Silva.

Nesse caso, além do Tenente Coronel Antônio Carlos da Silva pertencer uma família que tradicionalmente fazia parte dos lavradores de fumo, que utilizavam o braço escravo nas roças fumageiras, também estava no rol dos proprietários que incentivavam a reprodução endógena de suas escravas, bem como comercializava as “crias de suas escravas”, ou então, apareciam como procurador, sendo ele responsável pela negociação de crianças cativas, na Freguesia e em qualquer lugar da Província, como assim designavam as procurações.

No dia 7 de maio de 1878, o Tenente Coronel Antônio Carlos da Silva, redigiu a escritura de doação a Antônio Evangelista do Nascimento, de Severino, preto, 12 anos de idade, solteiro, do serviço da lavoura, filho natural de Severina, natural desta Freguesia⁵¹³. Em 1879, o Tenente Coronel comprou o escravo Januário, preto, de 22 anos de idade, solteiro, da lavoura, natural da Freguesia de São Gonçalo, pelo preço de hum conto de réis,⁵¹⁴ Como o Tenente Coronel, entre os compradores e vendedores podemos encontrar os proprietários de médias e pequenas faixas de fortunas.

A prevalência de médios e pequenos proprietários entre os negociantes de escravos na Freguesia pode ser explicada, conforme sugerido por Bert Barickman, já os grandes proprietários de engenhos do Recôncavo da Bahia utilizavam da mão de obra escrava até a véspera da abolição⁵¹⁵. Para tanto, a reposição e manutenção das grandes propriedades

⁵¹² NEVES, Erivaldo Fagundes. Sampauleiros Traficantes:....

⁵¹³ AFMJM. Livro de Notas, n. 1, 1877-1878.

⁵¹⁴ AFMJM. Livro de Notas, n. 2, 1879-1881.

⁵¹⁵ BARICKMAN, Bert. “Até a véspera”, o trabalho escravo e a produção de açúcar nos engenhos do Recôncavo baiano (1850-1881). In: **Afro-Ásia**, n. 21-22. p. 177-238, Salvador. BA. 1998-1999.

escravas eram feitas junto aos pequenos roceiros e aos fazendeiros menos abastados, tal como adquiriam nas vilas e cidades vizinhas⁵¹⁶. Sobre este assunto, Richard Graham relata que

pelo fato de que a exportação nordestina de açúcar não estava mais em expansão, há a falsa convicção de que eram os senhores de engenho que vendiam seus escravos para o Sul, mas não foi usualmente este o caso. A mais importante fonte, a longo prazo, para o novo tráfico de escravos foram as pequenas e médias propriedades agrícolas⁵¹⁷.

Embora eu não tenha indícios suficientes para sugerir que as negociações na Freguesia de São Gonçalo dos Campos eram feitas especialmente por pequenos e médios proprietários, é possível que houvesse essa mesma situação, ainda mais em se tratando de crianças que para os grandes proprietários poderiam representar prejuízos.

Além de tudo isso, o principal gênero econômico da Freguesia era o fumo, que na década de 1850 revelava sua crescente importância na pauta das exportações baianas. Seu cultivo, diferente daquele praticado na zona açucareira, não necessitava de grandes investimentos, nem de um elevado número de mão de obra escravizada, e assim o fumo era largamente produzido por pequenos e médios proprietários e até mesmo pelos considerados “pobres”.

De acordo com Kátia Mattoso, no século XIX “o fumo continuou sendo uma cultura de homens livres, o que evitava o dispêndio na compra de escravos, cujos preços elevaram-se constantemente ao logo do século. Muitas vezes plantava-se em terra alugada e, entre os empregados, havia escravos alforriados”⁵¹⁸. Por conseguinte, os lavradores de fumos tinham a vantagem de não necessitarem grandes números de escravos para o trabalho na lavoura, além disso, consorciavam a mão de obra livre com a mão de obra escravizada, tanto familiar, de agregados, tal como adjutórios, fator que favoreceu a comercialização e o tráfico interprovincial de crianças escravizadas.

De acordo com Neves, ao estudar o tráfico estabelecido na cidade de Caetité, Alto Sertão da Serra Geral da Bahia, os lavradores e fazendeiros de pequenas propriedades nos períodos de seca vendiam seus escravos para pagar dívidas⁵¹⁹. Portanto, nas diferentes regiões, o Tráfico Interprovincial de escravos foi alimentado pelos médios e pequenos proprietários, o que pode ter ocorrido também em São Gonçalo.

⁵¹⁶ Isso é confirmado pelo estudo recente de Walter Fraga, quando adverte sobre a utilização em larga escala do braço escravo e sua libertação às vésperas da abolição, como uma tentativa dos senhores de engenhos do Recôncavo manterem em seus domínios os ex-escravos. FRAGA, Walter. **Encruzilhada da Liberdade...**

⁵¹⁷ GRAHAM, Richard. Nos tumbeiros mais uma vez?..., p.130-131.

⁵¹⁸ MATTOSO, Kátia S. de Queirós. **Bahia, século XIX...**, p. 464.

⁵¹⁹ NEVES, Eivaldo Fagundes. Sampauleiros Traficantes:..., p. 109.

Mas a reflexão aqui levada a cabo possui, ademais, uma outra dimensão. Ao apontar para a constituição de um modelo demográfico dos escravos, o fazemos com a intenção de mostrar seu movimento no tempo, nesse caso numa conjuntura específica como a do fim do tráfico atlântico. Golpe mortal na ordem escravista, sua abolição não se seguiu, porém, a automática destruição das formas escravistas de produção. Estas ainda perduraram por mais de 30 anos, quando sua reprodução passou a repousar única e exclusivamente na redistribuição regional, no tráfico interprovincial e na capacidade procriadora dos plantéis constituídos⁵²⁰.

Como esperado, por ser uma região com uma diversidade de propriedades, a reposição escrava via tráfico Atlântico, nunca foi a primeira opção dos proprietários de escravos. A principal forma de reposição de mão de obra escolhida pelos proprietários desta Freguesia foi a reprodução endógena. Com o passar dos anos, a reprodução endógena não apenas alimentava a estrutura escravagista da Freguesia, como os proprietários viram vantagens nas negociações, enviando as crianças escravizadas para diversas partes do Brasil.

Não nos foi possível sugerir com exatidão a data de início das negociações interprovinciais na Freguesia, porém, podemos sugerir que, como nas demais localidades do Brasil, o boom se deu a partir da extinção do tráfico atlântico. A partir de 1850, os proprietários das regiões de economia de subsistência do Recôncavo encontraram mais uma opção para aumentar seus recursos financeiros. As procurações dão conta de expor as possibilidades de negociações de crianças escravizadas, especialmente na década de 1870, sendo levadas para o Rio de Janeiro pelos procuradores eleitos pelos proprietários.

Na segunda metade do século XIX, tal reprodução não só seria direcionada para a manutenção da mão de obra local, como também serviria ao tráfico intraprovincial e interprovincial.

Os dados também apontam que praticamente durante toda a vigência do tráfico interno foi comum a venda de crianças, tendo-se em vista, como observamos, o seu futuro potencial produtivo. Muito valorizadas pelos traficantes, algumas chegaram a ser vítimas de indivíduos inescrupulosos, como o foi o caso de Sérgio, trazido roubado, pelo suplente de subdelegado Ângelo da Rocha Campos, do distrito de Bom Jardim, comarca de Urubu, no Oeste da província, para o termo de Cachoeira, distante cerca de 120 léguas, onde foi vendido para negociantes que o levaram para o Rio de Janeiro⁵²¹.

⁵²⁰ FRAGOSO, José L. R. & FLORENTINO, M. G. Marcelino, filho de Inocência Crioula, neto de Joana Cabina: um estudo sobre famílias escravas em Paraíba do Sul (1835-1872). **Estudos Econômicos**. Demografia da Escravidão. São Paulo: IPE/USP. v. 17. n. 2. p. 151-173. maio/agosto 1987, p. 153.

⁵²¹ SILVA, Ricardo Tadeu Caíres. **Caminhos e descaminhos da abolição...**, p. 117.

Apesar de não termos maiores detalhes sobre as transações envolvendo essas crianças e realizadas em partes do Império, especialmente as que podem ter sido realizadas no Rio de Janeiro, como aparece em uma série de procurações de senhores da Freguesia de São Gonçalo dos Campos, que autorizavam negociantes a vender crianças e adultos escravizados. Provavelmente, senhores e senhoras buscavam preços mais vantajosos ao confeccionarem as procurações. Em 1854, o futuro Barão de Cotegipe, João Maurício Wanderley, informou que “os agentes das Companhias compradoras de escravos percorrem o interior oferecendo altos preços, exercendo uma verdadeira sedução sobre o ânimo dos possuidores”⁵²². Conforme Robert Conrad, o tráfico interprovincial de escravos foi estimulado por haver

total disponibilidade de escravos para os plantadores que tivessem dinheiro para comprá-los, não só em lugares remotos do império mas também nas cidades e áreas rurais vizinhas, onde os residentes da cidade, fazendeiros obres, plantadores empobrecidos, e outros que obtinham um lucro relativamente pequeno com seus trabalhadores podiam vendê-los com algum proveito.⁵²³

Robert Conrad adverte ainda que o tráfico interno criou as companhias de negociação de escravos e a profissão “de comprador de escravos viajantes, que percorria as províncias, convencendo os fazendeiros mais pobres ou os residentes das cidades a venderem um ou dois escravos por metal sonante”⁵²⁴.

Segundo Reis, com a proibição e a perseguição inglesa ao comércio atlântico de africanos, os engenhos do Recôncavo da Bahia passaram pela carestia da mão de obra escravizada e o aumento do preço dos escravos. Tal como, a partir de 1830, o desenvolvimento da agricultura cafeeira no sudeste do Brasil, fez com que a região se transformasse “no voraz mercado negreiro”⁵²⁵. Ricardo Tadeu Caíres Silva, sobre o tráfico interprovincial da Bahia para o sul do Brasil, indica que a cessação do tráfico atlântico aumentou os preços das escravas, assim como o interesse senhorial pela reprodução da força escrava. Silva adverte que, entre 1850 e 1880, foram traficadas 2.445 escravas. Destas, 763 só foram vendidas após 1871, quando se desvalorizaram no mercado baiano⁵²⁶.

Na perspectiva da valorização das mulheres escravas pelos senhores da Bahia, Kátia Mattoso argumentou que o preço mínimo das escravas se torna inalterável por volta de 1870,

⁵²² VIANA FILHO, Luís. **O negro na Bahia**. 2 ed. São Paulo. Martins. Brasília. INL, 1976, p.78.

⁵²³ CONRAD, Robert. **Tumbeiros. O tráfico de escravos para o Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1985, p.189.

⁵²⁴ CONRAD, Robert E. **Os últimos anos da escravatura no Brasil**. Tradução de Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1975, p. 68.

⁵²⁵ REIS, João José. **Rebelião escrava no Brasil...**, p. 35 e 36.

⁵²⁶ SILVA, Ricardo Tadeu Caíres. **Caminhos e descaminhos da abolição...**, p. 123.

em 50 mil réis (1871-1888), em comparação aos preços dos homens escravizados que quadruplica neste período⁵²⁷.

Somente pela análise das procurações, não é possível afirmar que o destino final destas crianças escravizadas foi o Rio de Janeiro, como era a pretensão dos senhores das crianças cativas. Nem podemos assegurar que os proprietários as vendessem por preços mais altos, pois nelas não constam os preços. Por conseguinte, seguimos as premissas dos pesquisadores que afirmam a elevação das transferências de escravos para a região sudeste, especialmente depois da extinção do comércio atlântico de africanos. Analisando a escravidão no Rio de Janeiro, Sidney Chalhoub anuncia que “Dos 24 que prestaram depoimento no inquérito policial, (...) 21 eram provenientes de províncias do norte e nordeste, destes 14 eram baianos⁵²⁸. De acordo com Vasconcelos⁵²⁹, desde 1856, o Rio de Janeiro recebeu cerca de 6043 ou 62,6% de escravos de diversas localidades do Brasil, e em 1872 esse número era de 3768, ou seja, 82,9% de escravos traficados eram de outras regiões. Robert Slenes constatou, entre 1853 e 1871, a saída, por vias portuárias da Bahia, de aproximadamente 18.000 escravos para outras províncias⁵³⁰.

De igual modo, Reis expôs o cenário do Recôncavo, na conjuntura das revoltas que ocorreram na Bahia de 1820 a 1830, demonstrando as transformações e carestias enfrentadas pelos proprietários desde a primeira metade do século XIX, incluindo nesse cenário o movimentado mercado de escravos. Esses dados desvendados pelos pesquisadores supracitados contribuem para sugerir que os proprietários de São Gonçalo participavam ativamente das negociações e mercados de escravos intra e interprovincial. Um indício importante, que em alguma medida confirma nossa hipótese, é a constante presença de Manoel Pedreira do Couto Ferraz, como procurador de diferentes proprietários, que o constituíram de poderes para vender seus escravos na Capital da Bahia e no Rio de Janeiro. Manoel Pedreira do Couto Ferraz, igualmente, foi ao cartório para confeccionar procurações para negociar escravizados de senhores e senhoras residentes nas Freguesias de Iguape, Humildes, Bom Jardim⁵³¹, Conceição da Feira, entre outras.

⁵²⁷ MATTOSO, Kátia S. de Queirós. **Ser escravo no Brasil...**, p. 95-96.

⁵²⁸ CHALHOUB. **Visões da liberdade...**, p. 43.

⁵²⁹ VASCONCELLOS, Marcia Cristina de, **Famílias escravas em Angra dos Reis, 1801-1888**. 2006. 273 f. Tese de Doutorado História Econômica, Universidade de São Paulo- USP, São Paulo, 2006.

⁵³⁰ SLENES, Robert W. **The demography and economics of the brazilian slavery, 1850-1888**. Tese de Ph. D.: Stanford University, 1976. p. 602-603. Citado por SILVA, Ricardo Tadeu Caíres. A participação da Bahia no tráfico interprovincial de escravos (1851-1881). 3º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. p. 18. In: <http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos3/ricardo%20tadeu.pdf>. Acesso em 13 jul. 2016.

⁵³¹ O distrito de Bom Jardim, comarca de Urubu, no Oeste da província, distante cerca de 120 léguas para o termo de Cachoeira. Ver SILVA, Ricardo Tadeu Caíres. **Caminhos e descaminhos da abolição...**, p.117.

Outro fator que impulsionou o tráfico interprovincial, segundo Silva⁵³², foi a tentativa dos senhores de se livrarem dos maus escravos. Sua premissa parte da história de “crioula Faustina, de propriedade de José Ezequiel de Santana, residente na Freguesia de São Pedro de Muritiba, pertencente à cidade de Cachoeira, no Recôncavo”⁵³³, que “[...] Encarregada de cuidar da convalescença de Francisca Maria de Jesus, a escrava a teria então envenenado, bem como a suas filhas Simplícia e Mariana, servindo-lhes galinha com pirão. [...]”⁵³⁴. Somente combinando a leitura dessas procurações às discussões historiográficas sobre as experiências dos escravos transportados da província da Bahia para o Rio de Janeiro, é possível termos uma visão mais clara do contexto de transferência na Freguesia de São Gonçalo dos Campos. Hebe Mattos⁵³⁵ traz a experiência do escravo baiano José Maria, traficado para o Rio de Janeiro, na década de 1840, que depôs “aquele não era o seu primeiro crime” e que “por bom é que não fora vendido para esta terra”⁵³⁶. Estas experiências contribuem para afirmar que o tráfico interprovincial, além de ser uma prática lucrativa, era um instrumento de controle senhorial como medida para abrandar as rebeldias dos escravos insurgentes, como bem foi observado por Silva⁵³⁷.

As experiências dos escravizados enviados ao Rio de Janeiro, através do tráfico interprovincial, foram também discutidas por Sidney Chalhoub⁵³⁸, apresentando as situações em que esses escravos causaram transtornos a seus senhores no Rio de Janeiro.

Conforme Ricardo Tadeu Caíres Silva, a Bahia passou de importadora para exportadora, a partir de 1850, depois da extinção do tráfico transatlântico. Até 1885 – data em que o tráfico interprovincial foi abolido oficialmente pelo 9º parágrafo do artigo 3º da Lei dos Sexagenários, de 28 de setembro de 1885 –, o tráfico movimentou 200 mil escravos das províncias do norte para as do sul e 400 mil dentro das próprias províncias⁵³⁹. Desta forma, Silva relata que:

⁵³² SILVA, Ricardo Tadeu Caíres. **Caminhos e descaminhos da abolição...**

⁵³³ *Op. Cit.* p. 121.

⁵³⁴ *Op. Cit.*, p. 121.

⁵³⁵ MATTOS, Hebe. **Das cores do silêncio.** Os significados da liberdade no sudeste escravista. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

⁵³⁶ MATTOS, Hebe M. **Das cores do silêncio...**, p. 134.

⁵³⁷ SILVA, Ricardo Tadeu Caíres. **Caminhos e descaminhos da abolição...**

⁵³⁸ CHALHOUB, Sidney. **Visões da Liberdade...**, p. 29-35.

⁵³⁹ SILVA, Ricardo Tadeu Caíres. A participação da Bahia no tráfico interprovincial de escravos (1851-1881). 3º ENCONTRO DE ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL. In: <http://www.escravidaoliberdade.com.br/site/images/Textos3/ricardo%20tadeu.pdf>. Acesso em 13 nov. 2017. Sobre as estatísticas do tráfico interprovincial consultar ainda os trabalhos de Slenes, Robert W. **The demography and economics of the brazilian slavery, 1850-1888.** Tese de Ph.D.: Stanford University, 1976; GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial.** São Paulo: Ática, 1978, p. 325.

Desumanos ou não, o fato é que após a compra dos escravos os agentes tratavam de organizar os comboios e marchar rumo à Capital, onde novas ações se dariam até a exportação. Em Salvador, os cativos chegados das vilas interioranas logo se juntavam aos escravos provenientes dos centros urbanos. Muitos destes, por sinal, eram diretamente oferecidos aos donos destes estabelecimentos por seus senhores a fim de serem consignados ou vendidos. Como veremos mais adiante, alguns desses cativos eram previamente recolhidos à Casa de Correção, como medida preventiva à rebeldia, para só então serem negociados.⁵⁴⁰

Se os senhores estavam cientes da valorização econômica do escravo e o forte comércio, como esses escravos, e no nosso caso de interesse aqui, essas crianças comercializadas, foram recebidas em seu novo destino? Como já comentamos, não foi possível seguir as pistas das crianças que saíam da Freguesia de São Gonçalo dos Campos, por sua vez, posso sugerir que tiveram diferentes rumos. Um grupo foi comprado pelos cafeicultores para trabalhar no serviço da lavoura, de acordo com a documentação que aponta para a especialidade, e outros podem ter sido comprados por proprietários moradores dos centros urbanos, para executar atividades diversas. As experiências das crianças escravizadas que foram traficadas para o Rio de Janeiro foram diversas e variadas, sendo tema registrado por muitos pesquisadores:

Honorata foi trazida por sua senhora, uma lavadeira, da Bahia no início da década de 1860 e foi forçada à prostituição com 12 anos. Quando tinha cerca de 19 anos, por vezes teve que se virar por conta própria, pagando semanalmente uma determinada soma para sua senhora, providenciando sua própria casa, roupas, comida e encontrando seus clientes⁵⁴¹.

A história de Honorata, contada por Richard Graham, constitui uma dessas experiências de escravos ainda crianças transportados para o Rio de Janeiro, através do comércio interprovincial. Comercializadas na região ou em outra província, seu destino estava subordinado às experiências do cativo.

A escravidão de crianças na Freguesia de São Gonçalo dos Campos foi marcada pelo tráfico violento e cruel, na medida em que eram retirados do convívio de suas mães e seus parentes, sendo obrigadas a criarem laços familiares em outras paragens. A maioria delas foi negociada sozinha, outras, em companhia de suas mães, irmãos e com outros escravizados: Brigida, cabra, 14 anos, solteira, da lavoura, filha natural da escrava Francisca, já falecida, foi vendida só⁵⁴²; já Sofia, preta, 7 anos e meio, solteira, em 8 de abril de 1879, junto a sua mãe,

⁵⁴⁰ SILVA, Ricardo Tadeu Caíres. **Caminhos e descaminhos da abolição...**, p. 110.

⁵⁴¹ GRAHAM, Richard. Nos tumbeiros mais uma vez? O comércio interprovincial de escravos no Brasil. **Afro-Ásia**, n. 27, pp. 121-160, 2002. In. <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=77002704>. Acesso em 26 jun. 2017. p. 146.

⁵⁴² AFMJM, Livro de notas, n. 1, 1877-1878.

Justiniana, preta, 25 anos incompletos, solteira, da lavoura, foram colocadas para serem vendidas na cidade da Bahia ou em qualquer parte do Império⁵⁴³. Quanto a essa questão, Fragoso & Florentino advertem que na Paraíba do Sul, “dos 1171 escravos comprados até 1872, nada menos que 33,6% estavam unidos por laços de parentesco de primeiro grau (casais com filhos e mães solteiras e seus rebentos), dando que aponta na direção da existência de um mercado de famílias na região”⁵⁴⁴.

Em 1872, as procurações exibem o aumento da comercialização das crianças escravizadas em companhia de suas mães, e algumas delas com seus irmãos ingênuos. Supomos que a permanência da família nas transações comerciais decorreu com a promulgação da Lei de 1869, que no artigo 4º, parágrafo 7º, afirmava que “em qualquer caso de alienação em transmissão de escravos é proibido, sob pena de nulidade, separar os cônjuges, e os filhos menores de 12 anos do pai ou mãe”⁵⁴⁵. E depois, em 1871, a Lei do Ventre Livre⁵⁴⁶ reafirma a proibição de que a família escrava fosse depredada pelo comércio de escravos, além disso, libertava, a partir de então, toda criança filha de escrava.

Na prática, o ingênuo tinha a mãe escrava, e possivelmente irmãos escravos, mas ele não seria escravo, nem tão pouco livre⁵⁴⁷. A Lei n. 2040 de 28 de setembro de 1871, no seu artigo 1º rezava que:

Art. 1º Os filhos da mulher escrava, que nascerem no Império desde a data desta lei, serão considerados de condição livre.

§ 1º Os ditos filhos menores ficarão em poder e sob a autoridade dos senhores de suas mães, os quaes terão obrigação de criá-los e tratá-los até a idade de oito annos completos.

Chegando o filho da escrava a esta idade, o senhor da mãe terá a opção, ou de receber do Estado a indenização de 600\$000, ou de utilizar-se dos serviços do menor até a idade de 21 annos completos.

No primeiro caso o Governo receberá o menor, e lhe dará destino, em conformidade da presente lei.

A indenização pecuniaria acima fixada será paga em títulos de renda com o juro annual de 6%, os quaes se considerarão extinctos no fim de 30 annos.⁵⁴⁸

⁵⁴³ AFMJM. Livro de notas, n. 2, 1879-1881.

⁵⁴⁴ FRAGOSO, José L. R. & FLORENTINO, M. G. Marcelino, filho de Inocência Crioula, neto de Joana Cabina: ..., p. 164.

⁵⁴⁵ COLEÇÃO DAS LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL DE 1871, Primeira Parte. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1875, p.147-151.

⁵⁴⁶ NEVES, Erivaldo Fagundes. Sampauleiros Traficantes:...,

⁵⁴⁷ SOUSA, Ione Celeste Jesus de. **Escolas ao povo:....**; CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis:....**; TEIXEIRA, Heloisa Maria. **A não-infância:....**

⁵⁴⁸ COLEÇÃO DAS LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL DE 1871, Primeira Parte. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1875.

A lei vetava a venda, mas a criança poderia acompanhar a mãe e o comprador usufruir do seu trabalho até os 8 anos, quando poderia receber uma indenização do estado e deixá-lo livre ou continuar como seu tutor, para instruir, educar, ensinar uma profissão. Em contrapartida, os compradores de suas mães e irmãos poderiam utilizar sua força de trabalho na produção até os 21 anos, quando teria a maioridade e assim a liberdade para seguir sozinho.

Assim, crianças escravizadas com suas irmãs ingênuas, menores de 5 anos de idade, seguiam em companhia de suas mães para serem negociadas em diversas regiões do Império. A exemplo de Justiniana, preta, de “25 anos incompletos”, solteira, do serviço da lavoura, a filha Sofia, preta, de 7 anos e meio, e Mariana, preta, de “16 anos e meio” de idade, do serviço da lavoura, todas naturais da Freguesia de Iguape. Acompanhava as escravizadas, as crianças ingênuas, filhos de Justiniana: Antônio e Damiana, matriculados na Coletoria em 1873 e 1877⁵⁴⁹, respectivamente. Essas escravas aparecem pela primeira vez na procuração feita por Manoel Martírio de Souza. Embora este proprietário fosse morador de Iguape, a procuração foi confeccionada no Cartório de São Gonçalo e a transferência de poderes foi para o negociante e morador da Freguesia de São Gonçalo, Manoel Pedreira do Couto Ferraz, a Joaquim da Silva Ruas e outros, para comercializar as escravas na Cidade da Bahia ou em qualquer outra parte do Império.

Possivelmente, esses negociantes eram agentes das Companhias compradoras, haja vista que seus nomes se repetem em outras procurações. Além do mais, a maioria das procurações que eles assinam tem mais de um escravizado para ser comercializado. Os indícios detectados nas procurações torna possível pressupor que os negociantes tomaram como principal rota o Porto de Cachoeira, seguindo de lá até Salvador, local, que segundo Silva, as comitivas dos escravizados ficavam aguardando para embarcarem para outras províncias⁵⁵⁰.

As crianças ingênuas, Antônio e Damiana, não são os personagens principais desta discussão, mas são importantes para apontar as experiências daquelas que seguiram o ventre materno, depois de 1871. Ainda, é significativo refletir sobre as ambiguidades do cativo, em que crianças nascidas depois de 28 de setembro de 1871, pessoas que nasceram livres, sofreram tentativas de reescravização, como é o caso dos filhos de Justiniana, “ficando o comprador subrogado em seu lugar com todos os direitos e obrigações, dos ditos ingênuos pelo referido comprador que pagou os devidos impostos”⁵⁵¹, seguindo o § 5º do artigo 1º da

⁵⁴⁹ AMJM. Livro de nota, n. 2, 1879-1881.

⁵⁵⁰ SILVA, Ricardo Tadeu Caíres. **Caminhos e descaminhos da abolição...**

⁵⁵¹ AFMJM. Livro de notas, n. 2, 1879-1881.

Lei 2040, que afirmava que “No caso de alienação da mulher escrava, seus filhos livres, menores de 12 anos, a acompanharão, ficando o novo senhor da mesma escrava subrogado nos direitos e obrigações do antecessor”⁵⁵².

Mariana, não sabemos que rumo teve. Já as experiências de Justiniana e seus três filhos se findam neste momento, pois as fontes se afastam das histórias dessas personagens. O último documento encontrado foi a escritura de compra e venda, de 10 de setembro de 1879, feita por Manoel Martins de Souza, registrando a venda a José Libânio Marinho Brandão, pelo preço de hum conto de réis, pago em moeda corrente. Sofia, com 8 anos de idade, aparece como escravizada, fato que deixa no ar o questionamento sobre a real data de nascimento desta criança. Todavia, ela não foi a única criança que nasceu possivelmente um ou dois anos depois da Lei do Ventre Livre, que sofreu a tentativa de reescravização, questão importante para futuras investigações.

Portanto, os dados acima demonstram que os senhores de escravos, na Freguesia de São Gonçalo dos Campos, na segunda metade do século XIX, optaram em manter um comércio bastante movimentado de escravos. Entre os cativos que participaram das negociações, foi possível serem encontradas crianças em terna idade. A presença destas crianças, levando em consideração os altos riscos de morte, era bastante vantajoso para os proprietários e negociantes. Além de pagarem menos, até a idade de 8 anos, elas eram levadas para serem renegociadas, nesta idade, com a especialidade de trabalho na lavoura.

Por outro lado, a falta de estudos do comércio de escravos em São Gonçalo dos Campos, no século XIX, ou em outras regiões do Recôncavo, além do comércio disperso em diferentes freguesias e cidades, não permite estimativas seguras sobre a quantidade de crianças que saíram da Freguesia de São Gonçalo pelo comércio interprovincial de escravos. Contudo, não podemos afirmar que, relativamente existiu um fluxo de mão de obra escravizada de São Gonçalo dos Campos para São Paulo. Somente de crianças escravizadas, no período de 1870 a 1881, foram confeccionadas 200 procurações, tendo como destino as cidades de Cachoeira, Salvador e Rio de Janeiro.

⁵⁵² COLEÇÃO DAS LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL DE 1871, Primeira Parte. Rio de Janeiro. Typographia Nacional, 1875.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No estudo a respeito das experiências das crianças escravizadas na Freguesia de São Gonçalo dos Campos, entre 1835 e 1871, foi possível traçar alguns pontos, os quais trazem novas interpretações sobre o estudo da criança e da escravidão no Brasil.

Inicialmente nosso interesse estava voltado para as relações estabelecidas entre libertos, livres e escravizados. Não obstante, logo nos primeiros contatos com as fontes fomos percebendo que existia um rico contexto ainda não explorado. Entre os diversos sujeitos detectados, crianças na condição social de escravas estavam ali presentes, participando das mesmas relações que escravizados na idade adulta.

Nesta tese verificamos que na região do Recôncavo da Bahia, especificamente na Freguesia de São Gonçalo dos Campos da Cachoeira, desenvolveu-se uma agricultura de exportação, através do cultivo do fumo, associado à produção de subsistência, ou seja, o cultivo de gêneros alimentícios voltado para mercado interno, utilizando como força de trabalho a mão de obra escrava adulta e de crianças.

A diversificada agricultura se desenvolveu num ambiente formado por uma variedade propriedades e diferentes proprietários. Nos documentos foi possível perceber proprietários de terras sem escravos, proprietários de escravos sem terras e proprietários de escravos e terras dos mais diversos números e tamanhos.

A região, chamada de fumageira, foi muitas vezes considerada pobre e com um menor potencial de riqueza, visto que a produção de açúcar não era a principal economia desenvolvida no local. Esta tese apresentou novos dados, tonando possível afirmar que não apenas a região do Recôncavo onde economia açucareira se expandiu pode ser considerada de importância para economia na Bahia do século XIX.

Nesta Freguesia, onde à primeira vista não tinha um mercado importante para a Bahia, instalou-se uma sociedade centrada no uso da mão de obra escravizada. A conformação demográfica da comunidade escrava é bastante peculiar. Não obstante, os indícios nos levaram à constatação de um crescimento endógeno entre os escravizados da Freguesia, posto em algumas gerações, como vimos no recenseamento de 1835.

Os caminhos percorridos por nós denunciam que a comunidade escrava estava centrada em dois polos: um grupo na faixa etária adulta e outro representando a faixa etária formada

por crianças. Esses dados permitiram analisarmos a conjuntura social das comunidades escravizadas nas fazendas fumageiras, levando-nos a tecer algumas sugestões, entre as quais concluímos que os senhores preferiam adquirir escravos do sexo feminino, pois através dessas mulheres, logravam controlar a reposição de suas populações escravizadas.

A preocupação com a reprodução endógena, expressada na presença significativa de batismos de crianças cativas, denotava mais uma estratégia adotada pelos lavradores de fumo para superar a crise de braços ocasionada pelo fim do tráfico atlântico de escravos, após a Lei Eusébio de Queirós, especialmente ao participar ativamente do tráfico interprovincial. O pequeno decréscimo dos registros de batismo nos anos de 1870 a 1871 pode ter sido ocasionado pelas Leis de 1869 e de 1871. A primeira determinava que as crianças escravizadas não fossem separadas de suas mães nos comércios escravagistas; e a Lei do Ventre Livre, de 1871, determinava que toda criança nascida escrava seria considerada livre.

Deste modo, observamos que o crescimento endógeno da população escrava na Freguesia se fez pelos proprietários, para aumentar e repor o braço escravo em seus plantéis. Por outro lado, sob as lentes das mães e das crianças escravizadas, observamos as estratégias usadas por elas para vivenciar o cativeiro de maneira menos pesada possível. Ou então, tentavam, através de laços com seus próprios senhores ou com sujeitos livres, conquistar a sua liberdade e de seus filhos. A experiência de Libânia aponta para as diversas situações que dinamizavam a vida de uma criança no cativeiro. Outras experiências individuais, igualmente, foram utilizadas na análise para que seja possível vislumbrar as nuances enfrentadas pelas crianças.

Diferentemente de Libânia, que continuou como mão de obra escravizada no engenho em que nasceu, até a idade adulta, outras crianças em terna idade foram retiradas dos braços de suas mães, separadas por interesses dos senhores, nos mais diferentes momentos de suas vidas.

A separação era um fantasma enfrentado pelas mães cativas. No comércio de escravos, essas mães não tinham nem tempo para recorrer ao socorro dos padrinhos e madrinhas. Desse modo, nos anos de 1860, verificamos um crescente comércio de crianças entre os proprietários da Freguesia.

É importante destacar que o compadrio foi observado por nós como um costume, entre os moradores da Freguesia. Os dados encontrados tornou possível sugerir que o compadrio, além de seu caráter religioso, foi uma estratégia das mães para que pudessem conquistar melhores condições de vida no cativeiro e, quiçá, granjear recursos para alforriar a si e aos

seus filhos. Assim, mesmo sendo poucas exceções, crianças cativas conquistaram suas alforrias através das relações de compadrio engendradas por suas mães.

As memórias orais contribuíram com mais informações, compartilhadas pelas famílias de descendentes de escravos, sobre alguns aspectos das experiências de vida das crianças escravizadas. Através dessas memórias, conseguimos compreender quais eram os serviços da lavoura desempenhados pelas crianças escravizadas. Nessas narrativas, não só as crianças escravizadas estavam presentes, mas suas mães, senhores e outros sujeitos que participavam direta ou indiretamente de suas vidas. As crianças, por vez, não eram inocentes na sua condição de escravas, bem como resistiram a essa condição que lhe era imposta.

Bem, ao passo nos aprofundarmos na análise das fontes e na compreensão sobre as crianças escravas, constatamos que não existia uma noção de infância para essas crianças. Visto que, ao nascer, deveriam se subordinar às crianças brancas, ocupando na estrutura social da fazenda um espaço diferenciado e inferiorizado. Aprendiam a ser obedientes e deveriam adquirir as habilidades para compor a mão de obra no trabalho compulsório da lavoura agroexportadora e de subsistência, na Freguesia e em outras regiões. Logo bem cedo percebiam que, apesar de ter estatura e força física inferior a de um adulto, eram forçadas a executarem serviços e atividades iguais ou semelhantes aos de um adulto.

À vista disso, concluímos a ausência do sentimento de infância para a criança escravizada. Com suas mães iniciavam a vida de trabalho nas roças nas fazendas, cuidavam de animais e exerciam atividades domésticas. Igualmente foram vendidas, trocadas e doadas, sendo separadas das mães. Aquelas que tinham 8 anos de idade completos, vivenciaram as amargas experiências do mercado interprovincial de escravos, seguindo diferentes destinos, dentre os quais, o Rio de Janeiro.

Todavia, as negociações envolvendo crianças menores tenderam a ser decrescentes ao longo da década de 1870, o que pode ser explicado conforme os efeitos da Lei do Ventre Livre. Até mesmo nos registros batismais, essas filhas de escravas, depois de 1871, desapareceram, isso porque seu valor como mercadoria para o mercado comercial deixaria de existir. Não obstante, é bom lembrar que as crianças ingênuas foram desejadas de outra maneira, inaugurando novas experiências em suas vidas, tal qual na vida de suas mães, oriundas da vida em cativeiro. Embora o limite temporal da pesquisa seja 1871, é importante lembrar as pesquisas sobre as crianças filhas das escravas posterior à Lei do Ventre Livre, e as táticas dos senhores e senhoras com as tutelas e soldadas.

As crianças escravas não tiveram nenhuma regalia do mundo infantil. Atualmente, presenciando as discussões que dizem respeito à formulação e implementação de políticas

públicas com cunho social, sobre a maioria legal, assim como o quadro de exclusão social, o direito à educação, as questões raciais, a proteção à infância e as diversas violências a que estão expostas as crianças e adolescentes no Brasil, é possível constatarmos a carência do debate e conhecimento sobre a temática, especificamente pensando nas experiências das crianças no contexto da escravidão e, posteriormente, suas atuações na sociedade pós-abolição. Do mesmo modo, as discussões sobre as questões raciais, o racismo e os assassinatos de crianças pelos representantes da segurança pública revelam a carência de estudos sobre a história da escravidão de crianças no Brasil.

Portanto, apesar os problemas de ordem metodológicas enfrentados no decorrer da pesquisa, nesta tese, torna sólida a contribuição científica para o estudo da história da escravidão e da infância no Brasil.

Enfatizamos que, através do passado escravocrata, podemos compreender as ações do presente, ou seja, é importante conhecer esta parte da história do Brasil e o modo como as crianças escravas e descendentes de escravos seguiram caminhos diferentes das crianças brancas – filhas dos proprietários de escravos. Nesta tese, as crianças ocupam um espaço de protagonismo, desencadeando a discussão em torno da escravidão, na qual ela também servia de base da reposição e manutenção da população escrava nas propriedades fumageiras no Recôncavo da Bahia.

REFERÊNCIAS

FONTES ORAIS

ENTREVISTA, Cleusa Machado de Carvalho, nascida em 22 de agosto de 1947, entrevista concedida em 15 de outubro de 2019.

ENTREVISTA, Cleusa Machado de Carvalho, nascida em 22 de agosto de 1947, entrevista concedida em 15 de junho de 2011.

ENTREVISTA, Expedito Pinheiro de Carvalho, nascido em 01 de maio de 1940, entrevista concedida em 25 de março de 2011.

ENTREVISTA, Expedito Pinheiro de Carvalho, nascido em 01 de maio de 1940, entrevista concedida em 07 de agosto de 2019.

ENTREVISTA, José Vicente Pereira, nascido em 19 de julho de 1960, entrevista concedida em 18 de agosto de 2019.

ENTREVISTA, Robson Silva Torres, nascido em 07 de dezembro de 1976, entrevista concedida em 11 de setembro de 2019.

ENTREVISTA, Diva Ramos da Silva, concedida em 7 de outubro de 2012.

ENTREVISTA, Geraldo Alves Pereira, 92 anos, em 17 fevereiro de 2005. (Falecido).

ENTREVISTA, Djanira Pinheiro de Queiroz, nascida em 1912, entrevista concedida em 21 de março de 2011.

ENTREVISTA, Djanira Pinheiro de Queiroz, nascida em 1912, entrevista concedida em 07 de junho de 2011.

ENTREVISTA, Justiniano Ferreira, nascido em 1932, entrevista concedida em 21 de março de 2011.

ESCRITAS

FONTES CARTORIAIS

AFMJM. Perfilhação de João Cardozo Cazumbá, 1888. Livro do Tabelionato n. 8 (1887 a 1891).

AFJMSG. Inventário de Jerônimo Francisco da Silva (1841-1865). Caixas Avulsas.

- AFJMSG. Inventário de Joaquim Simões de Araújo (1872-1889). Caixas Avulsas.
- AFMJM, Livro de notas, n. 1, 1877-1878.
- AFMJM. Livro de notas, n. 2, 1879-1881.
- APEB, Relação de Número de Fogos e Moradores do Distrito da Freguesia de São Gonçalo dos Campos de Nossa Senhora da Cachoeira. Maço 5683, S/D.
- APEB. Inventário de Romão Gramacho Falcão (1882). 04/1820/2291/18.
- APEB. Registros Eclesiásticos de Terras de São Gonçalo dos Campos. Livro nº4807 (1857-1863).
- APMC, Inventário de Ana Joaquina de São José Oliveira, (1855-1857). 02/195195/2150.
- APMC, Inventário de Bernardino Moreira de Almeida, (1856 -1869) 02/198/2383.
- APMC, Inventário de José Ribeiro de Oliveira (1857) 02/210/2383. fl. 88.
- APMC, Inventário de Luis Alves Adorno (1862) 02/210/2383.
- APMC, Inventário de Manoel Rodrigues de Almeida – 22 de abril de 1864.
- APMC, Inventário de Maria Carolina do Amor Divino, em 1869-1876.
- APMC. Escritura de compra e venda de João Pedreira Souza de 10/02/1866.
- APMC. Escritura de compra e venda de Manoel Lourenço de Souza de 03/ 03/1866.
- APMC. Escritura de compra e venda de Maria Felismina Encarnação de 20/02/1866.
- APMC. Escritura de compra e venda de Maria Theolina de Jesus de 12/03/1866.
- APMC. Inventário Antônio José de Souza. 1823.
- APMC. Inventário de Ana Joaquina de São José (1855-1857). 02/195/195/2150.
- APMC. Inventário de Antônia Francisca do Amor Divino. (1855-1857).
- APMC. Inventário de Maria Joaquina de Santana (1863-1865). 02/213/2437.
- APMC. Livro de notas n. 1, 1866-1868.
- CEDOC, Feira, 12/out/1874.
- CEDOC, Feira, 8 de fevereiro de 1875.
- CEDOC, Vila da Feira, 20/ago/1866.
- CEDOC, Villa da Feira, 24/out./1863.

CEDOC. Feira, 10/ago/1878.
FONTES ECLESIÁSTICAS

AAFS. Livros de Batismo n. 09, 10, 11, 12 e 14, anos 1841 – 1871.

AAFS. Livros de Óbito, n. 7, 8, 9, 10, anos 1850-1871.

FONTES JURÍDICAS

COLEÇÃO DAS LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL DE 1871, Primeira Parte. Rio de Janeiro. Typographia Nacional, 1875.

Ordenações Filipinas, Livro I, Títulos 88 e 89.

Decreto nº 2.699, de 28 de Novembro de 1860. Coleção de Leis do Império do Brasil - 1860, Página 1097 Vol. 1 pt II (Publicação Original). <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-2699-28-novembro-1860-556854-publicacaooriginal-77023-pe.html>. Acesso em 06 jun. 2017.

Lei de 30 de outubro de 1830. Coleção de Leis do Império do Brasil - 1830, Página 50 Vol. 1 pt I (Publicação Original). https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37989-30-outubro-1830-565658-publicacaooriginal-89404-pl.html. Acesso em 22 mai. 2018.

OUTRAS FONTES

Lápide no cemitério de São Gonçalo dos Campos, 05 set. 2012.

LINKS

Sete cascas - *Samanea tubulosa*. In.: <https://www.arvores.brasil.nom.br/new/setecascas/index.htm>. Acesso em 22 set. 2019.

Dicionário Aulete Digital, In: <http://www.aulete.com.br/brocha>. Acesso em 22 dez. 2018.

GASPAR, Lúcia. Carro de Boi. In: http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=533 Acesso em 22 dez. 2018.

Wikipedia. Carro de Boi. In https://pt.wikipedia.org/wiki/Carro_de_boi. Acesso em 22 dez. 2018.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Martha. Slave Mothers and Freed Children: Emancipation and Female Space in Debates on the 'Free Womb' Law, Rio de Janeiro, 1871. **Journal of Latin American Studies**, vol. 28, n. 3, p. 567-80, Oct. 1996. DOI: <https://doi.org/10.1017/S0022216X00023890>. Acesso em 03 mar. 2019.

ALMEIDA, Cândido Mendes de. *Apud*. CHAMON, Carla Simone. O Bem da Alma: a terça e a tercinha do defunto nos inventários do séc. XVIII da Comarca do Rio das Velhas. **Varia História**. Belo Horizonte. n. 12. p. 58-65. Dez. de 1993.

ALMEIDA, Kátia Lorena Novais. **Alforrias em Rio de Contas, século XIX**. 2006. 174f. Dissertação de Mestrado em História Social - Universidade Federal da Bahia. Salvador. 2006.

ALMEIDA, Kátia Lorena Novais. **Escravos e libertos nas Minas do Rio das Contas - Bahia, Século XVIII**. 2012. 255f. Tese de Doutorado em História - Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2012.

ALMEIDA, Paulo Henrique de. **A manufatura do fumo na Bahia**. Dissertação de Mestrado - Universidade Estadual de Campinas. São Paulo, 1983.

ALVES, Isaías de Almeida. **Matas do Sertão de Baixo**. Bahia. Reper, 1967.

ALVES, Solange Mouzinho e ROCHA, Solange P. Batismo de Crianças Escravas na Freguesia de Nossa Senhora das Neves, 1833-1854. II SIMPÓSIO DE HISTÓRIA DO MARANHÃO OITOCENTISTA. DISPUTAS POLÍTICAS E PRÁTICAS DE PODER. Universidade Estadual do Maranhão. São Luis/ Maranhão, 2011. *In.*: <http://www.outrostempos.uema.br/anais/pdf/alves.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2016.

AMARAL, Flávia Company do. Os negociantes de escravos e a pressão inglesa pela abolição do tráfico transatlântico (1830-1850). *In.*: LABORATÓRIO DE HISTÓRIA ECONÔMICO-SOCIAL. Texto de discussão n° 19, 2009.

ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS (1880). v. 38. *Apud* Robert Conrad (1975, p.70). *In.*: SILVA, Ricardo Tadeu Caíres. A participação da Bahia no tráfico interprovincial de escravos (1851-1881). 3° ENCONTRO DE ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL. *In.*: <http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos3/ricardo%20tadeu.pdf>. Acesso em 22 mar. 2017.

ANDRADE, Rômulo Garcia de. Uma leitura das condições de vida dos escravos através dos registros de óbitos: a Mata Mineira e o Litoral Sul Fluminense nos anos 1847-1888. **Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada**. V. 6, n. 11, p. 98-110, jul-dez 2011.

ANDRADE, Rômulo. Legitimidade, Compêndio e Mortalidade de Escravos: Freguesias de Minas Gerais e Rio de Janeiro, Século XIX. Anais do XIII Seminário. Rio sobre a Economia Mineira [ANAIS DO 13° SEMINÁRIO DE ECONOMIA DE MINAS GERAIS]. 2008. *In.*: **Anais do XIII Seminário sobre Economia Mineira [Anais do 13° Seminário de Economia de Minas Gerais]**. Cedeplar. Universidade Federal de Minas Gerais. *In.*: <https://ideas.repec.org/h/cdp/diam08/022.html>. Acesso em 22 mar. 2017.

ANDRADE, Vitória Schetti de. Batismo de escravos em São Paulo do Muriahé entre meados à final do século XIX: algumas variáveis. XII CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA & 13ª CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS. 2017. In.: <http://www.abphe.org.br/uploads/ABPHE%202017/14%20Batismo%20de%20escravos%20em%20S%C3%A3o%20Paulo%20do%20Muriah%C3%A9%20entre%20meados%20%C3%A0%20final%20do%20s%C3%A9culo%20XIX%20algumas%20vari%C3%A1veis.pdf>. Acesso em 26 jan. 2018.

ANTONIL, André João. **Cultura e Opulência do Brasil**. São Paulo. Nacional, 1948.

ARAÚJO, Nancy de Almeida. Filhos livres de mulheres escravas: Cuiabá 1871-1888. 2001. Dissertação de Mestrado em História – Universidade Federal de Mato Grosso. MG, 2001, p. 123-124.

ARIÈS, Philippe. **Histoire des populations françaises et de leur attitude devant la vie depuis le XVIIIe siècle**. Paris. Seuil, 1979.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro. Guanabara, 1981.

ARIZA, Marília B. A. Mães libertas, filhos escravos: desafios femininos nas últimas décadas da escravidão em São Paulo. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 38, nº 79, 2018. In: <http://dx.doi.org/10.1590/1806-93472018v38n79-08>. Acesso em 03 mar. 2019.

ARNIZÁU, José Joaquim de Almeida e, (1775 ou 1785?) “**Memória Topográfica, Histórica, Comercial e Política da Vila de Cachoeira**”. Salvador. Fundação Maria América da Cruz. Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 1998.

ARÓSTEGUI, J. **A pesquisa histórica: teoria e método**. Bauru: EdUSC, 2006.

BACELLAR, C. A. P.; BASSANEZI, M. S. C. B.; SCOTT, A. S. V. Quarenta anos de demografia histórica. **Revista Brasileira de Estudos de População**. v. 22, n. 2, São Paulo. p. 339-350, 2005.

BARICKMAN, B. J. As cores do escravismo: escravistas “pretos”, “pardos” e “cabras”. **População e Família**. n. 2, p. 7 – 59, São Paulo, 1999.

BARICKMAN, B. J. **Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no recôncavo, 1780-1860**. Trad. Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BARICKMAN, Bert. “Até a véspera”, o trabalho escravo e a produção de açúcar nos engenhos do Recôncavo baiano (1850-1881). In.: **Afro - Ásia**, n. 21-22. p. 177 – 238, Salvador. BA. 1998-1999.

BETHELL, Leslie. **A Abolição do comércio brasileiro de escravos**. Tradução de Luis A. P. Souto MAIOR. Brasília. Senado Federal. Conselho Editorial, 2002.

BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. **Famílias e escravarias: demografia e família escrava no norte de Minas Gerais no século XIX**. Dissertação de Mestrado em História - Universidade de São Paulo. São Paulo, 1994.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e abusos da história oral**. 8ª edição. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2006, p. 183-191.

BRÜGGER, Sílvia Maria Jardim & KJERFE, T.M.G.N. Compadrio, Relação Social e Libertação Espiritual em Sociedade Escravistas. *In.*: **Estudos Afro-asiáticos**. n. 20, Jun/1991.

BRUGGER, Sílvia Maria Jardim. **Minas patriarcal**: família e sociedade (São João del Rei - séculos XVIII e XIX). São Paulo. Annablume, 2007.

BURKE, P. Abertura: a nova história seu passado e seu futuro. *In.*: BURKE, P. **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992.

CAMPOS, Adriana Pereira. Escravidão, reprodução endógena e criouliização: o caso do Espírito Santo nos Oitocentos. **Topoi**, v. 12, n. 23, p. 84-96, jul.-dez. 2011. *In.*: <http://www.scielo.br/pdf/topoi/v12n23/1518-3319-topoi-12-23-00084.pdf>. Acesso em 02 fev. 2019.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro. Elsevier, 1997.

CARVALHO, José Pereira de. Primeiras linhas sobre o processo orfanológico. Rio de Janeiro. B. L. Gamier Livreiro-Editor, 1888. *In.*: PAPALI, M. A; ZANETTI, V; CASTILHO, M. H. O. Cenários do Pós-Abolição no Vale do Paraíba Paulista: tutela, trabalho infantil e violência sexual. **Afro - Ásia**, nº 56, p. 147-167, 2017.

CARVALHO, Maria Cristina Machado de. **A Família Cazumbá em São Gonçalo dos Campos/ 1870 – 1910**. 2013. 153f. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Cachoeira - BA. 2013.

CASTELLUCI, Wellington. **Pescadores e roceiros**: escravos e forros em Itaparica na segunda metade do século XIX (1860-1888). 1a. ed. Annablume: São Paulo. 2008.

CASTILLO, Lisa Earl e PARÉS, Luis Nicolau. Marcelina da Silva e seu Mundo: Novos Dados para uma Historiografia do Candomblé Ketu. **Afro - Ásia**, n. 36, p. 111-151, 2007.

CAVALCANTE, Eduardo de Queiroz. As Relações de Compadrio na Vila de Batalhão: um estudo dos escravizados forros e libertos - entre 1870 e 1872. XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. CONHECIMENTOS HISTÓRICOS E DIÁLOGOS SOCIAIS. Natal: RN. 22 a 26 de julho de 2013. *In.*: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371336743_ARQUIVO_artigoANPUHna_talfinal.pdf. Acesso em 26 jan. 2018.

CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis**: historiador. São Paulo: Cia das Letras, 2003.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho Bar e Botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. Brasiliense. São Paulo, 1986.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHAMON, Carla Simone. O Bem da Alma: a terça e a tercinha do defunto nos inventários do séc. XVIII da Comarca do Rio das Velhas. **Varia História**, Belo Horizonte. nº 12. p. 58-65. Dez. de 1993.

CHARLE, Christophe. A prosopografia ou biografia coletiva: balanço e perspectivas. *In.*: HEINZ, Flavio M. (org.) **Para uma outra história das elites**. Ensaios de prosopografia e política. Rio de Janeiro. FGV, 2006.

CONRAD, Robert E. **Os últimos anos da escravidão no Brasil**. Tradução de Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. Brasília. INL, 1975.

CONRAD, Robert. **Tumbeiros. O tráfico de escravos para o Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CORRÊA, André do Nascimento. Roceiros, campeiros e domadores: o ofício do trabalho escravo na Vila de Caçapava (1831-1839). *In.*: **Revista Latino-Americana de História (Edição Especial – Lugares da História do Trabalho)**. v. 1, n. 3, Mar. 2012.

COSTA, A. M. R. F. M. da. **Senhores da memória: uma história do Nambiquara do cerrado**. Cuiabá: Unicen, 2002. (Tibanaré, 3); COSTA, A. M. R. F. M. da. Yalanewitisu: o espaço nambiquara da memória. **História Oral**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 61-80, jan./jun. 2005.

COSTA, A. M. R. F. M. da. **Wanintesu: um construtor do mundo nambiquara**. 2008. 494f. Tese de Doutorado em História – Universidade Federal de Pernambuco, Recife. PE. 2008.

COSTA, Alex Andrade. **Arranjos de sobrevivência: autonomia e mobilidade escrava no Recôncavo Sul da Bahia (1850-1888)**. 2009. 199f. Dissertação de Mestrado em História – Universidade do Estado da Bahia. Santo Antônio de Jesus. BA, 2009.

COSTA, Carlos Eduardo C. da. “Raízes Negras Dispersas”: assenhoreamento no pós-abolição do antigo município de Iguassú (1888-1940). **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**. n.14, p.149-168, 2018.

COSTA, Iraci Del Nero da. Demografia Histórica: algumas observações. **SÆculum – Revista de História**, nº 24. João Pessoa, jan./ jun. 2011.

DAVID, Onildo Reis. **O inimigo invisível**. Epidemia na Bahia no século XIX, Salvador. EDUFBA/ Sarah Letras, 1996.

DEBRET, Jean Baptiste. **Viagem pitoresca e histórica ao Brasil**. v. 1. São Paulo. Martins. 1954.

DELFINO, Leonara Lacerda. **O Rosário dos Irmãos Escravos e Libertos: Fronteiras, Identidades e Representações do Viver e Morrer na Diáspora Atlântica**. Freguesia do Pilar de São João del-Rei (1782-1850). 2015. 526f. Tese de Doutorado em História Universidade Federal de Juiz de Fora, MG. 2015.

DEMÉTRIO, Denise Vieira. **Famílias escravas no Recôncavo da Guanabara: séculos XVII e XVIII**. 2008. 179f. Dissertação de Mestrado em História - Universidade Federal Fluminense. Niterói. RJ, 2008.

ECOSTEGUY FILHO, João Carlos. Concepções escravistas de Império: Saquaremas, tráfico de africanos e escravidão na formação do Estado imperial brasileiro (1837- 1850). *In.*: FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. PROGRAMA NACIONAL DE APOIO À PESQUISA – MINISTÉRIO DA CULTURA, 2008.

ENGEMANN, Carlos. **De Laços e de Nós**: constituição e dinâmica de comunidades escravas em grandes plantéis do sudeste brasileiro do Oitocentos. 2006. 241f. Dissertação de Mestrado em História – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2006.

ESPÍNOLA, Ariana Moreira. Papéis da Escravidão: a matrícula especial de escravos (Lei de 1871). 7º ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL. Curitiba (UFPR), de 13 a 16 de maio de 2015. **Anais**. *In.*: <http://www.escravidaoliberdade.com.br/>. Acesso em 02 abr. 2020.

ESPÍNOLA, Ariana Moreira. **Papéis da Escravidão**: a matrícula especial de escravos (1871). 2016. 251f. Dissertação de Mestrado em História - Universidade Federal de Santa Catarina. UFSC. Florianópolis. SC. 2016. p. 64.

FALCI, M. B. K. História e cultura médica: uma abordagem para o estudo de escravos. *In.*: SANTOS, C. A.; BARROS, J. D.; FALCI, M. B. (Org.). **Espacialidades: espaço e cultura na história**. Vassouras. Universidade Severino Sombra, p.193-204, 2004.

FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em movimento**: fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FARIA, Sheila de Castro. A morte de livres e escravos em registros católicos – séculos XVIII e XIX. **População e Família**. São Paulo, n. 3, p. 181-206, jan/jun 2000.

FERLINI, Vera Lucia Amaral. **Terra, Trabalho e Poder**. São Paulo. Brasiliense, 1988.

FERREIRA, Elisângela Oliveira. Os laços de uma família: da escravidão à liberdade nos São Francisco. **Afro-Ásia**, n. 32, p. 185-218, 2005.

FERREIRA, Roberto Guedes. **Na Pia Batismal**: família e compadrio entre escravos na Freguesia de São José no Rio de Janeiro (primeira metade do século XIX). Niterói. IFCS, UFF, 2000.

FIGUEIREDO, Luciano. **Barrocas Famílias**: vida familiar em Minas Gerais no Século XVI-II. Rio de Janeiro. Hucitec. p. 119-130, 1997.

FIGUEIREDO, Rosângela Miranda. **"Em Diligência de se Libertar"**: Alforria, Família Escrava e Tráfico Interprovincial no Alto Sertão da Bahia – Termo de Monte Alto (1810-1888). 2018. 243f. Tese de Doutorado em História - Universidade Federal da Bahia. Salvador. BA, 2018.

FLAUSINO, Camila Carolina. **Negócios da Escravidão**: tráfico interno de escravos em Mariana, 1850-1886. 2006. 203f. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF. Juiz de Fora/MG. 2006.

FLORENTINO, Manolo & GÓES, José Roberto. **A Paz nas Senzalas**: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c.1790 – c.1850. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1997.

FLORENTINO, Manolo e MACHADO, Cacilda. Famílias e mercado: tipologias parentais de acordo ao grau de afastamento do mercado de cativos (século XIX). **Afro - Ásia**, n. 24, p.51-70. 2000.

FLORENTINO, Manolo; e GÓES, Roberto. Morfologias da infância escrava: Rio de Janeiro, séculos XVIII e XIX. In: FLORENTINO, Manolo (Org.). **Tráfico, cativo e liberdade (Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FRAGA, W. **Mendigos e Vadios na Bahia do Século XIX**. 1994. 234f. Dissertação de Mestrado em História – Universidade Federal da Bahia, Salvador/BA, 1994.

FRAGA, Walter. **Encruzilhadas da Liberdade**: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910). Campinas, SP. Editora da UNICAMP, 2006.

FRAGOSO, José L. R. & FLORENTINO, M. G. Marcelino, filho de Inocência Crioula, neto de Joana Cabina: um estudo sobre famílias escravas em Paraíba do Sul (1835 – 1872). **Estudos Econômicos**. Demografia da Escravidão. São Paulo: IPE/USP. v. 17. n. 2. p. 151 -173. maio/agosto 1987.

FREIRE, Jonis. Compadrio em uma freguesia escravista: Senhor Bom Jesus do Rio Pardo (MG) (1838-1888). XIV ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, ABEP. Caxambu-MG – Brasil, de 20- 24 de Setembro de 2004. *In.*: www.abep.org.br/anais/aticle.download. Acesso em 30 mai. 2017.

FREIRE, Jonis. Crescimento da população cativa em uma economia agroexportadora: Juiz de Fora (Minas Gerais), Século XIX. **Almanack**, p. 245-283, 2013.

FREIRE, Jonis. **Escravidão e família escrava na Zona da Mata Mineira oitocentista**. 2009. 359f. Tese de doutorado em História – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 2009.

FREIRE, Jonis. Para além da partilha: divisão e manutenção de famílias escravas (Minas Gerais, século XIX). **História Unisinos**. v. 15, n.º 1, p. 23-30, janeiro/abril de 2011.

FREIRE, Luiz Cleber Moraes. **Nem Tanto ao Mar, Nem Tanto a Terra**: Pecuária, Escravidão e Riqueza em Feira de Santana, 1850-1888. 2007. 168f. Dissertação de Mestrado em História – Universidade Federal da Bahia. UFBA, Salvador. BA, 2007.

FREITAS, Dermeval Marins de. **Famílias escravas na Freguesia de Santo Antônio de Sá – RJ (c. 1750-1808)**. 2018. 189f. Dissertação de Mestrado em História – Universidade Federal Fluminense. Niterói. RJ, 2018.

FREITAS, Dermeval Marins de. Mulheres Chefes de Domicílio no Distrito da Vila de Santo Antônio de Sá (1797). SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTUDOS OITOCENTISTA. *In.*: www.seo.org.br/download/download. Acesso em 22 fev. 2017.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala**. formação da família brasileira sobre o regime da economia patriarcal. Rio de Janeiro: José Olympio, 1952.

FRIDMAN, Fania. Freguesias fluminenses ao final dos Setecentos. **Revista IEB**. n. 48, mar. 2009.

GANDON, Tania Risério D'Almeida. Entre Memória e História: Tempos Múltiplos de um Discurso a Muitas Vozes. **Projeto História**. V. 21, jun de 2001. In.: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/10733>. Acesso em 15 set. 2016.

GANDON, Tania Riserio d'Almeida. Enotexto e identidade cultural na construção da memória. **Revista da FAEEBA**, Salvador – BA, Universidade do Estado da Bahia – Departamento de Educação – Campus I, v. 14, n. 23, p. 227-233. jan./jun. de 2005.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo. Companhia das Letras, 1989.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**. São Paulo. Companhia das Letras, 2006.

GÓES, José Roberto e FLORENTINO, Manolo. Morfologias da infância escrava: Rio de Janeiro, séculos XVIII e XIX. In: FLORENTINO, Manolo (Org.). **Tráfico, cativo e liberdade (Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX)**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2005.

GÓES, José Roberto. **O Cativo Imperfeito: um estudo sobre a escravidão no Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX**. Linearte: Vitória, 1993.

GOÉS, José Roberto; FLORENTINO, Manolo. Crianças escravas, crianças dos escravos. In: PRIORE, Mary Del. (Org.), **História das crianças no Brasil**. São Paulo. Contexto, 1999.

GONÇALVES, Victor Santos. **Escravos e senhores na terra do cacau: alforrias, compadrio e família escrava (São Jorge dos Ilhéus, 1806 – 1888)** Ibicaraí/BA: Via Litterarum, 2017.

GONDRA, José e GARCIA, Inára. A arte de endurecer “miolos moles e cérebros brandos”: a racionalidade médico-higiênica e a construção social da infância. **Revista Brasileira de Educação**. n. 26, p. 69, Maio /Jun /Jul /Ago 2004. In.: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n26/n26a05.pdf>. Acesso em 20 jan. 2019.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. 5. ed. São Paulo: Ática, 1988.

GOURAUD, Clara. Uma infância que liberta? Estratégias de emancipación das mães de ingênuos nos tempos da Lei do Ventre Livre. São Paulo, 1871-1888. **Revista Arquivo**. São Paulo. Ano II. nº 7. p. 43-54, outubro de 2018.

GRAHAM, Richard. Nos tumbeiros mais uma vez? O comércio interprovincial de escravos no Brasil. **Afro-Ásia**, n. 27, pp. 121-160, 2002. In. <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=77002704>. Acesso em 26 jun. 2017.

GRAHAM, Sandra L. **Caetana diz não: história de mulheres da sociedade escravista brasileira**. São Paulo. Companhia das Letras, 2005.

GRINBERG, Keila. **Liberata: a lei da ambiguidade - as ações de liberdade da Corte de Apelação do Rio de Janeiro no século XIX**. Rio de Janeiro. Relume-Dumará, 1994.

GUDEMAN, Stephen & SCHWARTZ, Stuart. Purgando o Pecado Original: compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVIII. *In.*: REIS, João José. **Escravidão e Invenção da Liberdade**. Estudos Sobre o Negro no Brasil. São Paulo. Brasiliense, 1988.

GUDEMAN, Stephen. Spiritual Relationship and Selecting Godparent. *In.*: **Man New Series** vol. 10, n. 2, Jun. 1975. Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland, 1975.

GUDEMAN, Stephen. The Compadrazgo as a Reflection of the Natural and Spiritual Person. *In.*: Proceedings of the Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland vol. 0. 1971. Royal Anthropological Institute of Great Britain, 1971.

GUTIÉRREZ, H.; LEWKOWICZ, I. Trabalho infantil em Minas Gerais na primeira metade do século XIX. **Locus**, v.5, n. 2, p. 9-21, Juiz de Fora - MG, 1999.

GUTIÉRREZ, Horácio. O tráfico de crianças escravas para o Brasil durante o século XVIII. **Revista de História**. n. 120, p. 59-72. São Paulo, Jul. 1989. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.v0i120p59-72. *In.*: https://www.researchgate.net/publication/290004237_O_trafico_de_crianças_escravas_para_o_Brasil_durante_o_século_XVIII. Acesso em 01 ago. 2016.

LACERDA, Ana Paula Carvalho Trabuco. **Caminhos da liberdade: a escravidão em Serriinha – Bahia (1866-1888)**. 2008. 128f. Dissertação de Mestrado em História. Universidade de Federal da Bahia. Salvador, BA, 2008.

LARA, Silvia Hunold. **Fragmentos setecentistas**. Escravidão, cultura e poder na América portuguesa. São Paulo. Editora Companhia das Letras, 2007.

LAROUSSE CULTURAL. **Dicionário da Língua Portuguesa**. São Paulo. Nova Cultural, 1992, p. 1133.

LE GOFF, Jacques. História e memória. Tradução Bernardo Leitão[et al.]. Campinas. SP. Editora da UNICAMP, 1990.

LESSA, Luciana Falcão. **Senhoras Do Cajado: um estudo sobre a Irmandade da Boa Morte de São Gonçalo dos Campos**. 2005. 167f. Dissertação de Mestrado em História - Universidade federal da Bahia. Salvador. BA, 2005.

LEVI, Giovanni. **A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2000.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. *In.*: BURKE, Peter. **A escrita da história**. São Paulo. Editora da UNESP. 1997.

LEWKOWICZ, Ida; GUTIÉRREZ, Horacio; FLORENTINO Manolo. **Trabalho Compulsório e Trabalho Livre na História do Brasil**. São Paulo. Editora UNESP, 2008.

LIBBY, Douglas Cole; BOTELHO, Tarcísio R.; ANDRADE, Cristiana Viegas de. Família e demografia em Minas Gerais, séculos XVIII, XIX e XX. **Rev. bras. estud. popul.** v. 29, n.1, São Paulo. Jan./June 2012. *In.*: <https://doi.org/10.1590/S0102-30982012000100014>. Acesso em 23 mar. 2016.

LIBBY, Douglas Cole; PAIVA, Clotilde A. Caminhos alternativos: escravidão e reprodução em Minas Gerais no século XIX. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v.25, n. 2, p.203-233, maio./ago.1995.

LIMA, Henrique Espada. **A Micro História Italiana: escalas, indícios e singularidades**. São Paulo. Record, 2006.

LOPES, Gustavo Acioli. Caminhos e descaminhos do tabaco na economia colonial. DOSSIÊ CULTURA E SOCIEDADE NA AMÉRICA PORTUGUESA COLONIAL. **Revista MNEME** v.5, n. 12, out./nov.2004 Disponível em <http://www.seol.com.br/mneme>. Acesso em 21 out. 2016.

LUCCOCK, 1975, p. 80 In.: Civiletti, Maria Vittoria Pardal. **O Cuidado às Crianças Pequenas no Brasil** Escravista. In.: <http://200.144.182.150/neinb/files/o%20cuidado%20%C3%A1s%20crian%C3%A7as%20negras%20no%20brasll%20escravista.pdf>. Acesso em 03 de mar. 2017.

MACHADO, Calcida. **A trama das vontades: negros, pardos e brancos na produção da hierarquia social do Brasil escravista**. Rio de Janeiro. Apicuri, 2008.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. **Mulher, corpo e maternidade**. 50 textos críticos. Lilia Moritz Schwartz e Flávio dos Santos Gomes (Orgs.) 1ª ed. São Paulo. Companhia das Letras, 2018.

MARCÍLIO, M. L. A demografia histórica brasileira nesse final de milênio. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 14, n. 1/2, p. 125-143, Brasília. DF, 1997.

MARCÍLIO, Maria Luíza *et alii*. Considerações sobre o preço do escravo no período imperial: uma análise quantitativa (baseada nos registro de escritura de compra e venda de escravos na Bahia). **Anais de História**. Assis: FFCL de Assis, n. 5, pp. 179-194, 1973.

MARCÍLIO, Maria Luíza. A roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil, 1726-1950. In.: FREITAS, Marcos Cezar de. **História social da infância no Brasil**. 3. ed. São Paulo. Cortez, 1997. p. 53-79.

MARCÍLIO, Maria Luíza. Crescimento histórico da população brasileira até 1872. **Cadernos CEBRAP**, n. 16. p. 1-26, 1973. In.: Introdução. Demografia histórica; orientações técnicas e metodológicas. São Paulo: Pioneira, 1977. p.1-22.

MARCÍLIO, Maria Luíza. **História social da criança abandonada**. São Paulo. Hucitec, 1998.

MARCÍLIO, Maria Luíza. Levantamento censitário da fase proto-estatística do Brasil. **Anais de História**, Assis, n. 9, p. 63-75, 1977 (separata).

MARCÍLIO, Maria Luíza. Os registros eclesiásticos e a demografia histórica da América Latina. In.: **MEMÓRIAS DA I SEMANA DA HISTÓRIA**. Franca, 1979. p. 257-68 (separata).

MARQUES, Rachel dos Santos. Febres e moléstias internas: mortandade de inocentes escravos em Pelotas (1812-1834). **Revista Latino-Americana de História**. v. 3, n. 10, Ago. 2014.

MARQUEZE, Rafael de Bivar. **Administração e escravidão: ideias sobre a gestão da agricultura escravista brasileira.** São Paulo. Hucitec, 1999.

MASFERRER LEÓN, Cristina V. **Mulatillas y negritos.** Una mirada a la vida cotidiana de los niños esclavizados durante el periodo virreinal. *Antropología*, vol. 98, 2014, pp. 3-15. In. <https://www.academica.org/cristina.masferrer/5>. Acesso em 18/6/2018.

MASFERRER LEÓN, Cristina V. **Muleke, negritas y mulatillos.** Niñez, familia y redes sociales de los esclavos de origen africano en la Ciudad de México, siglo XVII, México, INAH, 2013.

MATTOS, Hebe. **Das cores do silêncio.** Os significados da liberdade no sudeste escravista. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MATTOSO, Kátia de Queirós. **Ser escravo no Brasil.** São Paulo. Brasiliense, 1998.

MATTOSO, Kátia de Queiroz. O filho da escrava. In: PRIORE, Mary Del (org.). **História da criança no Brasil.** p.76-98. São Paulo. Contexto, 1991.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Bahia, século XIX: uma província no Império.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

MATTOSO, Katia M. de Queiroz. **Da revolução dos alfaiates à riqueza dos baianos no século XIX: itinerário de uma historiadora.** Salvador. Currupio, 2004.

MATTOSO, Katia M. de Queiroz. **Testamentos de Escravos Libertos na Bahia no Século XIX: uma fonte para o estudo de mentalidades.** Publicação da Universidade Federal da Bahia, Salvador. BA, 1979.

MATTOSO, Kátia. O filho da escrava (em torno da lei do ventre livre). **Revista Brasileira de História.** n. 8. v. 16. p. 37-55. 1988.

MAUAD, Ana Maria. A vida das crianças de elite durante o Império. In: PRIORE, Mary Del (org.). **História das crianças no Brasil.** p.137-176. São Paulo. Contexto, 2002, p.140.

MONTEIRO, Jonh Manuel. **Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo.** São Paulo: companhia das Letras, 1994.

MOTT, Luiz. Os pecados da família na Bahia de Todos os Santos (1813). Universidade Federal da Bahia: **Centro de Estudos Baianos**, n. 98, 1982.

MOTT, Maria Lúcia de Barros, NEVES, Maria de Fátima, VENÂNCIO, Renato Pinto. A escravidão e a criança negra. **Ciência Hoje**, v. 8, p.20-23, Nov. 1988.

MOTT, Maria Lucia de Barros. Ser mãe: a escrava em face do aborto e do infanticídio. **R. História.** São Paulo. n. 120, p.85-96, jan/jul.1989.

MOTT, Maria Lúcia. A criança escrava na literatura de viagens. **Cadernos de Pesquisa.** n. 31. Rio de Janeiro. Fundação Carlos Chagas, dez. 1972.

MOTTA, José Flávio & MARCONDES, Renato Leite. O comércio de escravos no Vale do Paraíba paulista: Guaratinguetá e Silveiras na década de 1870. **Estudos Econômicos**. v. 30, n. 2, p. 267-299, abr./jun. 2000.

MOTTA, José Flávio e VALENTIM, Agnaldo. A estabilidade das famílias em um plantel de escravos de Apiaí (SP). **Afro - Ásia**, Salvador, n 27, p. 161-192, 2002.

MOTTA, José Flávio. **Escravos daqui, dali e de mais além**: o tráfico interno de cativos na expansão cafeeira paulista (Areias, Guaratinguetá, Constituição/Piracicaba e Casa Branca, 1961-1887). Tese de Livre docência (Dep. de Economia). São Paulo: USP, 2010.

MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de (org.). **Vida cotidiana em São Paulo no século XIX**. Memórias, depoimentos, evocações. 1ª Edição. Ateliê Editorial. Editora Unesp, 1998.

NADALIN, Sérgio Odilon. A respeito de uma demografia histórica de contatos culturais. **Cadernos de História**. Belo Horizonte. v. 9. n. 11. 1º semestre de 2007. p. 11-32. In.: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoshistoria/article/view/2880>. Acesso em: 12 mai. 2016.

NADALIN, Sergio Odilon. Os alemães no Paraná e a Comunidade Evangélica Luterana de Curitiba. **Estudos Brasileiros**, v. 7. n. 12. p. 05-36, dez. 1981.

NARDI, Jean Baptiste. **O Fumo Brasileiro no Período Colonial**: lavoura, comércio e administração. São Paulo. Brasiliense, 1996.

NASCIMENTO, Flaviane Ribeiro. **Viver por si**: histórias de liberdade no agreste baiano oitocentista (Feira de Santana, 1850-1888). 2012. 201f. Dissertação de Mestrado em História - Salvador, BA: UFBA, 2012.

NASCIMENTO, Jarbas Vargas; SIQUEIRA, João Hilton Sayeg de; NARDOCCI, Izilda Maria. Compra e venda de homens negros: uma prática cartorial no século XIX. **Coleção Mestrado em Linguística. Nos caminhos do Texto: Atos de Leitura**. In.: publicacoes.unifran.br/index.php/article/download. p. 64. Acesso em 22 nov. 2018.

NEVES, Erivaldo Fagundes. **Estrutura fundiária e dinâmica mercantil**: Alto Sertão da Bahia séculos XVIII e XIX. Salvador: EDUFBA. Feira de Santana. UEFS, 2005.

NEVES, Erivaldo Fagundes. Sampauleiros Traficantes: comércio de escravos do alto sertão da Bahia para o oeste cafeeiro paulista. In: **Afro - Ásia**, n. 24. 2000.

NEVES, Erivaldo Fagundes. **Uma comunidade sertaneja**: da sesmaria ao minifúndio (um estudo de História Regional e Local). Feira de Santana. Editora da UEFS; Salvador: EDUFBA, 1998.

NEVES, Erivaldo Fagundes. **Uma Federal da Bahia**. Salvador. BA, 2016.

NEVES, M. de F. R. das. Ampliando a família escrava: o compadrio de escravos em São Paulo no século XI. In: NADALIN, S. O., MARCÍLIO, M. L. (orgs.). **História e população**: estudos sobre a América Latina, São Paulo. ABEP, IUSSP, CELADE, Fundação SEADE, 1990.

NEVES, Maria de Fátima Rodrigues. **Infância de faces negras**: a criança escrava brasileira no século XIX. 1993. Dissertação de Mestrado em História Social – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

NEVES, Erivaldo Fagundes. **Escravidão, pecuária e policultura Alto Sertão da Bahia, séc. XIX**. Feira de Santana. UEFS Editora, 2012.

NOGUEIRA, Gabriela Amorim. “**Viver por si**”, **viver pelos seus**: famílias e comunidades de escravos e forros no “Certam de Sima do São Francisco” (1730-1790). 2011. 212f. Dissertação Mestrado em História - Universidade do Estado da Bahia. UNEB. Santo Antônio de Jesus. BA, 2011.

OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho. **Recôncavo sul**: terra, homens, economia e poder no século XIX. 2000. 136f. Dissertação de Mestrado em História – Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2000.

OLIVEIRA, Maria Inês Côrtes de. **O Liberto**: o seu mundo e os outros. Salvador, 1790/1890. São Paulo. Corrupio. Brasília. CNPq, 1988.

ORTIZ, Ivanice Teixeira Silva. Família, escravidão e liberdade no Alto Sertão: Caetité, 1830-1860. XXVIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. LUGARES DOS HISTORIADORES: VELHOS E NOVOS DESAFIOS. Florianópolis. SC. 21 a 31 de julho de 2015.

ORTIZ, Ivanice Teixeira Silva. **Trabalho escravo, laços de família e liberdade no Alto Sertão da Bahia**: Caetité (1830 1860). 2014. 150f. Dissertação Mestrado em História - Universidade do Estado da Bahia. UNEB. Santo Antônio de Jesus. BA. 2014.

OSENTHAL, Paul-André. Construir o macro pelo micro: Frederik Barth e a microstoria. REVEL, Jacques (Org.). **Jogos de escalas**: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

PAIVA, Eduardo França. **Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII**: estratégias e resistência através dos testamentos. São Paulo. ANNABLUME, 2009.

PAPALI, M. A; ZANETTI, V; CASTILHO, M. H. O. Cenários do Pós-Abolição no Vale do Paraíba Paulista: tutela, trabalho infantil e violência sexual. **Afro - Ásia**, n. 56, p. 147-167, 2017.

PAPALI, Maria Aparecida Chaves Ribeiro. **Escravos, libertos e órfãos**: a construção da liberdade em Taubaté (1871-1895). São Paulo. ANNABLUME. FAPSP, 2001.

PARÉS, Luis Nicolau. **Do lado do Jeje**: história e ritual do vodum na Bahia. Rio de Janeiro. PALLAS, 2005.

PARÉS, Nicolau. O processo de criouliização no Recôncavo baiano (1750-1800). **Afro - Ásia**, n. 33, p. 87-132, 2005.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e história cultural**. Belo Horizonte. Autêntica, 2006.

PINHEIRO, Maria Cristina Luz. **Das Cambalhotas ao Trabalho**: a criança escrava em Salvador, 1850-1888. 2003. 140f. Dissertação de Mestrado em História - Universidade Federal da Bahia. Salvador. BA, 2003.

PINHEIRO, Maria Cristina Luz. O Trabalho de Crianças Escravas na Cidade de Salvador 1850-1888. **Afro-Ásia**, n. 32, p. 159-183, 2005.

PIRES, Maria de Fátima Novaes. **Fios da Vida**: tráfico internacional e alforrias nos sertões de Sima–BA (1860-1920). São Paulo: Annablume, 2009.

PIRES, Maria de Fátima Novaes. **O crime na cor**: escravos e forros no Alto Sertão da Bahia (1830-1888). São Paulo: Annablume / Fapesp, 2003.

POLLAK, Michael. Memória e identidade Social. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro. CPDOC/ Fundação Getúlio Vargas. v. 5, n.10, p. 200-212,1992.

POPINIGIS, Fabiane. Maria Mina e as disputas pelo mercado de trabalho em Desterro. **Revista de História Comparada**, V. 7, n. 1. 2013.

POPINIGIS, Fabiane. Conexões entre gênero e raça no Brasil Meridional – mulheres africanas e o pequeno comércio em Desterro, século XIX. 6º ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL. Curitiba. Universidade Federal de Santa Catarina. 15 a 18 de maio de 2013. In: <https://labhstc.paginas.ufsc.br/files/2013/04/Fabiane-Popinigis-texto.pdf>. Acesso em 28 mar. 2017.

POPINIGIS, Fabiane.. "Aos pés dos pretos e pretas quitandeiras": Experiências de trabalho e estratégias de vida em torno do primeiro Mercado Público de Desterro (Florianópolis) e seus arredores 1840-1890. *Afro-Ásia*, n. 46, 2012.

POPINIGIS, Fabiane. O comércio na cidade: histórias do mercado de trabalho em Florianópolis, 850-1894. 7º ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL. Curitiba. Universidade Federal de Santa Catarina. de 13 a 16 de maio de 2015. In.: <http://www.escravidaoeliberdade.com.br/>. Acesso em 28 mar. 2017.

POPINIGIS, Fabiane e TERRA, Paulo Cruz. *Historiografia da Escravidão e do Trabalho no Brasil: avanços e desafios*. In.: Trabajos y trabajadores en América Latina (siglos XVI – XXI) coordinación y compilación de Rossana Barragán Romano / organización de Amaru Villanueva Rance y Cristina Machicado Murillo – La Paz: Vicepresidencia del Estado Plurinacional de Bolívia, 2019. p. 123 – 148.

PRIORE, Mary Del. A criança negra no Brasil. In JACÓ-VILELA, AM., and SATO, L., orgs. **Diálogos em psicologia social** [online]. Rio de Janeiro. Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2012. p. 232- 253. ISBN: 978-85-7982-060-1. Available from SCIELO Books. Acesso em 13 abr. 2016.

PRIORE, Mary Del. O cotidiano da criança livre no Brasil entre a Colônia e o Império. In: PRIORE, Mary Del (org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo. Contexto. p.84-106, 2002.

RAMOS, Donald. **Teias Sagradas e Profanas** – O lugar do batismo e compadrio na sociedade de Vila Rica durante o século do ouro. **Varia História**. Belo Horizonte, nº 31 p.13-20, janeiro 2004.

RAMOS, Donald. **Teias Sagradas e Profanas** – O lugar do batismo e compadrio na sociedade de Vila Rica durante o século do ouro. **Varia História**. Belo Horizonte, nº 31 p.13-20, janeiro 2004. p. 51.

- RANGEL, Ana Paula dos Santos. **Nos Limites da Escolha**. Matrimônio e Família entre Escravos e Forros. Termo de Barbacena – 1781-1821. 2008. 134f. Dissertação de Mestrado em História - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008.
- REIS, Adriana Dantas. **As mulheres negras por cima**. O caso Luzia jeje. Escravidão, família e mobilidade social, Bahia c. 1780- c. 183. 2010. 262f. Tese de Doutorado em História. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2010.
- REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. **A família negra no tempo da escravidão: Bahia, 1850-1888**. 2007. 300f. Tese de Doutorado em História - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.
- REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. **Histórias de Vida Familiar e Afetiva de Escravos na Bahia do Século XIX**. 1998. 130f. Dissertação de Mestrado em História – Universidade Federal da Bahia. Salvador. BA, 1998.
- REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. Relações de Gênero no cotidiano de mulheres negras da Bahia oitocentista. In: XAVIER, Geovana, FARIAS, Juliana Barreto, GOMES, Flávio (orgs). **Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação**. São Paulo: Selo Negro, 2012, p. 172-185.
- REIS, João José. **A morte é uma festa**. Companhia das Letras. São Paulo, 1988.
- REIS, João José. **Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p. 316.
- REIS, João José. População e Rebelião: notas sobre a população escrava na Bahia na primeira metade do século XIX. **Revista de Ciências Humanas**. v. 1, n.1, p. 148-49,1980.
- REIS, João José. **Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835**. Edição revista e ampliada. 3ª ed. São Paulo. Companhia das Letras, 2012.
- REVEL, Jacques, Microanálise e construção do social, In: REVEL, Jacques (Org.). **Jogos de escala: as experiências da microanálise**. Rio de Janeiro. Editora Fundação Getúlio Vargas, p. 17-38, 1898.
- REVEL, Jacques. Démographie historique. In: LE GOFF et alii /orgs./. **La nouvelle histoire**. Paris: CEPL, 1978.
- REVEL, Jacques. Micro-história, macro - história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. **Revista Brasileira de Educação**, v. 15, n. 45, pp. 434-444, set/dez, 2010. In: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v15n45/03.pdf>. Acesso em 26 jun. 2017.
- RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa**. Campinas/SP. Martins Fontes, 2010.
- RIOS, Ana Maria Lugão. Família e compadrio entre escravos das Fazendas de Café: Paraíba do Sul, 1871-1888. In.: **Cadernos do ICHF**. n. 23, Ago. 1990.
- RIOS, Ana Maria Lugão. **Família e Transição: famílias negras em Paraíba do Sul, 1872 - 1920**. Dissertação de Mestrado em História – Universidade Federal Fluminense, Niterói. RJ, 1990.

RIOS, Ana Maria Lugão. The politics of kinship: Compadrio Among Slaves in Nineteenth-Century Brazil. *In.: The History of the Family* v. 5, n.3, 2000/11.

ROCHA, Fernanda Gomes. **Laços de família: Escravos e libertos em Minas do Rio de Contas - Bahia (1840 – 1888)**. 2016. 192f. Dissertação de Mestrado em História - Universidade Federal da Bahia. Salvador. BA, 2016.

ROSA, Milton e OREV, Daniel Clark. O campo de pesquisa em etnomodelagem: as abordagens êmica, ética e dialética. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 38, n. 04, p. 865-879, out./dez. 2012.

SAINT- HILAIRE, Augusto. **Viagem pelo Distrito dos Diamantes e Litoral do Brasil**. Tradução: Leonam de Azevedo Penna. Belo horizonte. Ed. Itatiaia. São Paulo. EDUSP, 1974.

SANTANA, Clissio Santos. **Ele queria viver como se fosse homem livre: escravidão e liberdade no termo de Cachoeira (1850-1888)**. 2014. 174f. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal da Bahia. Salvador. 2014.

SANTANA, Napoliana Pereira. Estabilidade Familiar escrava no Alta no Alto Sertão da Bahia (segunda metade do século XIX). **I Encontro de História do Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL)**. Cachoeira-BA 18 a 21 de outubro de 2010. In: <http://www3.ufrb.edu.br/lehrb/wp-content/uploads/2011/08/NapolitanaPereiraSantana.pdf>. Acesso em 02 fev. 2018.

SANTANA, Napoliana Pereira. **Família e microeconomia escrava no sertão do São Francisco (Urubu – BA, 1840 a 1880)**. 2012. 218f. Dissertação de Mestrado em História - Universidade do Estado da Bahia. UNEB. Santo Antônio de Jesus – BA, 2012.

SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. **Preços de Escravos na Província do Paraná: 1861-1887 (Estudos sobre as Escrituras de Compra e Venda de Escravos)**. 1974. 134f. Mestrado em História Econômica. Universidade Federal do Paraná. Curitiba. Paraná. 1974. p. 64.

SCHEFFER, Rafael da Cunha. Comércio de cativos através das fontes cartoriais: possibilidades e seus limites. XXVII. SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. CONHECIMENTO HISTÓRICO E DIÁLOGO SOCIAL. Natal- RN. 22 a 26 de julho de 2013. In.: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364739513_ARQUIVO_ArtigoRafaeldaCunhaScheffer.pdf. Acesso em 22 mai. 2018.

SCHEFFER, Rafael da Cunha. **Comércio de escravos do Sul para o Sudeste, 1850- 1888: economias microregionais, redes de negociantes e experiência cativa**. 2012. 342f. Tese de doutorado em História – Universidade Estadual de Campinas. Campinas. SP, 2012.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SCHWARTZ, Stuart. **Escravos, roceiros e rebeldes**. Bauru. EDUSC, 2001.

SILVA, Ana Paula de Albuquerque. **Produção fumageira: fazendas e lavradores no recôncavo da Bahia 1774-1830**. 2015. 121f. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2015, p, 58 e 59.

SILVA, Elizabete Rodrigues da. **As mulheres no trabalho e o trabalho das mulheres: um estudo sobre as mulheres fumageiras do Recôncavo baiano**. 2011. 254f. Tese de Doutorado. Universidade Federal da Bahia-UFBA. Salvador. 2011.

SILVA, Gian Carlo de Melo. Os Filhos da Escravidão e o Primeiro Sacramento: batismo, compadrio e sociedade escravista na freguesia de Santo Antônio do Recife, Capitania de Pernambuco, no fim do século XVIII. **Dossiê Escravidão e Liberdade na Diáspora Atlântica**. História (São Paulo) v. 37, 2018. In.: <http://www.scielo.br/pdf/his/v37/1980-4369-his-37-e2018024.pdf>. Acesso: 03 abr. 2019.

SILVA, Joana Aparecida Fernandes; SILVA, Giovani José da. História indígena, antropologia e fontes orais: questões teóricas e metodológicas no diálogo com o tempo presente. **História Oral**, v. 13, n. 1, p. 33-51, jan.-jun. 2010.

SILVA, Lúgia Osório. **Terras devolutas e latifúndio: efeitos da Lei de 1850**. Campinas. Editora da UNICAMP. 1996.

SILVA, Rafael Domingos Oliveira da. “Negrinhas” e “negrinhos”: visões sobre a criança escrava nas narrativas de viajantes (Brasil, século XIX). **Revista de História**, v. 5, n. 1-2, p. 107-13, 2013. p. 123. In.: http://www.revistahistoria.ufba.br/2013_1/a07.pdf. Acesso em 18 set. 2016.

SILVA, Ricardo Tadeu Caíres. A participação da Bahia no tráfico interprovincial de escravos (1851-1881). 3º ENCONTRO DE ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL. In.: <http://www.escravidaoliberdade.com.br/site/images/Textos3/ricardo%20tadeu.pdf>. Acesso em 13 nov. 2016.

SILVA, Ricardo Tadeu Caíres. **Caminhos e descaminhos da abolição**. Escravos, senhores e direitos nas últimas décadas da escravidão (Bahia, 1850-1888). 2007. Tese de doutorado em História - Universidade Federal do Paraná. Curitiba: UFPR/SCHLA, 2007.

SLENES, R. W. Lares negros olhares brancos: histórias da família escrava no séc. XIX. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 8, n. 16, p. 189-203, 1988.

SLENES, Robert W. Senhores e subalternos no oeste paulista. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de. (org.). **História da vida privada no Brasil: Império**. São Paulo. Companhia das Letras, p. 234-290, 1997.

SLENES, Robert W. **The demography and economics of Brazilian slavery: 1850- 1888**. Tese de doutorado em História - Stanford, Sanford University, EUA. 1976.

SLENES, Robert. **Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil, Sudeste, século XIX**. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 1999.

SLENES, Robert. Senhores e subalternos no Oeste Paulista. In.: Fernando Novais & Luiz Felipe de Alencastro (orgs.). **História da vida privada no Brasil. Império, a Corte e a modernidade nacional**. v. 02, São Paulo, Cia das Letras, 1997.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. Sacramentos ao pé do mar: batismo de africanos na freguesia da Conceição da Praia Grande, 1700-1751. **Rede-A**, v. 1, n. 1, p. 65-88, 2011.

SOUSA, Ione Celeste Jesus de. “Porque um menor não deve ficar exposto à ociosidade, origem de todos os vícios”: tutelas e soldadas e o trabalho de ingênuos na Bahia, 1870 a 1900.

In: MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo; CASTILHO, Celso. (Org.). **Tornando-se livre: agentes históricos e lutas sociais no processo de abolição**. São Paulo: EDUSP, 2015, p. 189-210.

SOUSA, Ione Celeste Jesus de. **Escolas ao povo: experiências de escolarização de pobres na Bahia – 1870 a 1890**. 2006. 390f. Tese de Doutorado em História. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2006.

SOUSA, Talyta Marjorie Lira. Família escrava: casamento misto entre escravizados na cidade de Teresina na segunda metade do século XIX. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**. n. 9, v. 5, p. 105 a 120, Jul 2013.

SOUZA, Edinélia Maria O. **O pós-abolição na Bahia: hierarquias, lealdades e tensões sociais em trajetórias de negros e mestiços de Nazaré das Farinhas e Santo Antonio de Jesus - 1888/1930**. Tese de Doutorado em História - Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro, 2012.

STONE, Lawrence. **Prosopography**. Daedalus, 1971.

TEIXEIRA, Heloisa Maria. **A não-infância: crianças como mão-de-obra em Mariana (1850-1900)**. 2007. 302f. Tese de Doutorado em História e Economia – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

TEIXEIRA, Heloísa Maria. Meninos-dos-olhos do senhor: crianças escravas nas propriedades de Mariana (1850-1888). *In.*: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS. nº 14. 2004. Caxambu. **Anais**. Minas Gerais. ABEP, 2004.

TEIXEIRA, Heloísa Maria. Os filhos das escravas: crianças cativas e ingênuas nas propriedades de Mariana (1850-1888). **Cadernos de História**. v.11, n. 15, Belo Horizonte, 2º sem. 2010, p.60.

TEIXEIRA, Heloísa Maria. **Reprodução e famílias escravas em Mariana (1850-1888)**. 2001. 168f. Dissertação de Mestrado em História – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001.

TEIXEIRA, Marli Geralda & ANDRADE, Maria José de Souza. **Memória Histórica de São Gonçalo dos Campos**. Edição comemorativa do 1º Centenário do Município. 1984. (separata).

TELLES, Lorena Féres da Silva. “Amas de Leite” In: **Dicionário da Escravidão e Liberdade: 50 textos críticos**. Lilia Moritz Schwartz e Flávio dos Santos Gomes (Orgs.) 1ª ed. São Paulo. Companhia das Letras, 2018.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro. Zahar, 1981.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum – Estudos sobre cultura popular tradicional**. São Paulo. Companhia das letras, 1998.

THOMPSON, E. P. **Senhores e caçadores**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VAINFAS, Ronaldo. **Os protagonistas anônimos da história, micro-história.** Rio de Janeiro. Campus, 2002.

VANSINA, Jan. A tradição oral e sua metodologia. In: **História geral da África**, I: Metodologia e pré-história da África / editado por Joseph Ki-Zerbo – 2.ed. rev. – do tráfico de escravos entre o golfo do Benin e a baiaca. 2.ed. rev. – Brasília: UNESCO, 2010. (8 v.).

VANSINA, Jan. A tradição oral e sua metodologia. In: **História geral da África**, I: Metodologia e pré-história da África / editado por Joseph Ki-Zerbo – 2.ed. rev. – do tráfico de escravos entre o golfo do Benin e a baiaca. 2.ed. rev. – Brasília: UNESCO, 2010. (8 v.)

VASCONCELLOS, Marcia Cristina de. **Famílias escravas em Angra dos Reis, 1801-1888.** 2006. 273f. Tese de Doutorado História Econômica, Universidade de São Paulo- USP, São Paulo, 2006.

VASCONCELLOS, Marcia Cristina de. Pais, Filhos e Padrinhos no Sul Fluminense, Século XIX. **Afro - Ásia**. n. 49, p. 135-158, 2014.

VAZ, Eliete Marques dos Santos. Arranjos Familiares nos Limites da Escravidão em Santo Antônio de Jesus – Bahia (1871-1888). XXVII SIMPÓSIO DE HISTÓRIA. CONHECIMENTO E DIÁLOGO SOCIAL. ANPUH. Natal-RN. 22 a 26 de julho de 2013. In.: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364414334_ARQUIVO_ANPUH-NATAL24.pdf. Acesso em 02 fev. 2018.

VENÂNCIO, Renato Pinto. A madrinha ausente: condição feminina no Rio de Janeiro – 1750-1800. In.: COSTA, Iraci del Nero da (org.). **Brasil: História Econômica e Demográfica.** São Paulo. IPE-USP, 1986.

VENÂNCIO, Renato Pinto. A riqueza do senhor: crianças escravas em Minas Gerais do século XIX. **Estudos Afro-Asiáticos**, n. 21, p.97-108, Rio de Janeiro, dez. 1991.

VENÂNCIO, Renato Pinto. **Famílias abandonadas:** a Assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador – séculos XVIII e XIX. Campinas. Papyrus, 1999.

VERGER, Pierre. **Fluxo e Refluxo:** o tráfico de escravos entre o golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos dos séculos XVII a XIX. 3. ed. Tradução de Tarso Gadzanis. São Paulo. Corrupio, 1987.

VIANA FILHO, Luís. **O negro na Bahia.** 2ª ed. São Paulo. Martins. Brasília. INL, 1976.

VILAR, Hermínia Vasconcelos. Rituais da morte em testamentos dos séculos XIV e XV (Coimbra e Santarém). In: MATTOSO, José (org.) **O reino dos mortos na Idade Média Peninsular.** Lisboa: Edições João de Sá da Costa, 1996.

VILHENA, Luís dos Santos. **A Bahia no Século XVIII.** (Notas e comentários de Braz do Amaral). Bahia. Editora Itapuã. V. 1, 1969.

VOGT, Carlos; FRY, Peter e SLENES, Robert. **Cafundó:** a África descoberta no Brasil: linguagem e sociedade, São Paulo, Cia das Letãs/ED. UNICAMP, 1996.

ZERO, Arethusa Helena. **O Preço da Liberdade:** Caminhos da infância tutelada, Rio Claro, 1871-1888. 2004. 140f. Dissertação de Mestrado em História Econômica. Universidade Estadual de Campinas. São Paulo. 2004.